

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

O Bairro Operário da Tabaqueira em Sintra (1958-2021): Indústria, urbanismo e arquitetura.

Vanessa André Alves

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampayo, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Marat-Mendes, Professora Associada com Agregação  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2021



Departamento de Arquitetura e Urbanismo

O Bairro Operário da Tabaqueira em Sintra (1958-2021): Indústria, urbanismo e arquitetura.

Vanessa André Alves

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampayo, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Marat-Mendes, Professora Associada com Agregação  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2021



*Aos meus Avós*



ALFREDO DA SILVA  
FUNDADOR DE LA YAGUAJIRA  
EN 1 DE AGOSTO DE 1927  
1871 - 1942

# O Bairro Operário da Tabaqueira (1958-2021)

Indústria, urbanismo e arquitetura





*A Indústria, fonte de todo o mal e de todo o bem, torna-se a verdadeira protagonista da transformação da cidade.*

*Rossi, 1977 (1966)*



## AGRADECIMENTOS

---

À Professora Mafalda Teixeira de Sampayo, agradeço por deste percurso académico, mas acima de tudo, pela sua constante disponibilidade, confiança e dedicação a esta dissertação.

À Professora Teresa Marat-Mendes, por todo o entusiasmo pelo tema, pelos desafios constantes apresentados, pela orientação dada e *enfoque*.

À Divisão de Habitação e Serviços Comunitárias da CMS, representado pela Dra. Ana Figueiredo, por ter permitido o acesso ao processo sobre as habitações do Bairro da Tabaqueira e um especial agradecimento à desenhadora Fátima Fernandes, pela sua disponibilidade e partilha de conhecimento sobre o Bairro.

À Filipa e à Maria, que desde o início partilharam comigo um percurso exaustivo e longo.

À minha família e amigos, obrigada pela vossa incansável presença e carinho

À minha Mãe e ao meu Pai, pelo incondicional apoio, compreensão e colo que ofereceram em todos os momentos.

Por último, aos que por força da genética foram obrigados a adotar-me nas suas vidas, à minha prima e ao meu irmão. Ao Bruno, pelo rigor que me incutiu desde sempre e por me desafiar a superar-me. À Andreia, por acreditar incessantemente em mim, pela sua paciência infinita, compreensão, dedicação e por ter acreditado neste trabalho tanto quanto eu.

A todos os que fizeram deste percurso possível, o meu profundo obrigado.

O presente trabalho segue as normas do novo acordo ortográfico. As referências bibliográficas presentes ao longo deste trabalho estão de acordo com a norma APA, edição 7.

## **RESUMO**

---

A presente dissertação tem como propósito estudar a evolução morfológica do bairro operário da Tabaqueira, em Albarraque. É analisado o bairro no território onde se implanta procurando compreender a edificação de um conjunto urbano que se criou com a mobilização da indústria do tabaco para o concelho de Sintra.

Procurou-se perceber e contextualizar o surgimento d'A Tabaqueira no tempo e no espaço. Desde modo, houve a necessidade de entender a ocupação da indústria na cidade e a sua influência na criação de políticas de apoio à habitação, assim como, a relação filantrópica da CUF com os seus operários e a sua dimensão tanto territorial como empresarial.

O bairro operário da Tabaqueira corresponde a um projeto faseado (1962 e 1974), onde as unidades residenciais conjugam as necessidades funcionais com a qualidade de vida do campo, através da construção de amplos espaços verdes, que enquadram este projeto nos princípios da Carta de Atenas (1933).

O bairro foi edificado sob os instrumentos legais de apoio à habitação social aliados às políticas paternalistas da CUF, e acabou por gerar uma nova centralidade na periferia de Lisboa devido aos seus serviços e equipamentos.

Consideramos o bairro da Tabaqueira uma construção moderna cheia de ensinamentos, com qualidades inequívocas, que certamente nem o tempo as conseguirá destruir, e reconhecemos os ideais éticos modernos do arquiteto António Moreira Veloso ao criara uma obra de vanguarda possivelmente anónima, mas de interesse social.

**Palavras-chave:** Bairro Operário, Industrialização, Planos de Urbanização, Sistema Alimentar, Tabaqueira

## ABSTRACT

---

The purpose of the present dissertation is to study the morphological evolution of the Tabaqueira Working-class neighborhood, in Albarraque. Through this study the neighborhood is analysed in its territory in an attempt to understand the urban set that was built with the introduction of the tobacco industry in the Sintra County.

There was a urge to understand and contextualize the “Tabaqueira” in the time and space of its arising. With this in mind, appeared the necessity to perceive the occupation of industry in town and its influence in the creation of housing support politics; and also the philanthropic relation between of CUF with their workers and his territorial and business dimension.

The Tabaqueira working-class neighborhood matches a phased project (1962 to 1974) where the residential units mix the functional needs and the country-side quality of life, through the erection of wide green spaces, who contribute to put this project according to the Principals of Athens Letter (1933).

The neighborhood was raised under legal support of social housing facilities and also under a paternalist politics vision of CUF group, and in consequence of the new services and equipments, a new centrality was built in Lisbon's periphery.

We consider the Tabaqueira Neighborhood a modern construction full of teachings, with unmistakable qualities, that undoubtedly neither time can erase, and we recognise the modern ethical ideals of the Architect António Moreira Veloso when creating a vanguard work, possible anonymous, but with social interest.

**Keywords:** Working class neighborhoods, industrialization, Urbanization plans, Food system, Tabaqueira

## ÍNDICE

---

AGRADECIMENTOS .....	i
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE .....	v
ÍNDICE FIGURAS .....	vii
ÍNDICE DE TABELAS .....	xv
ÍNDICE DOS ANEXOS .....	xvii
LISTA DE ABREVIATURAS .....	xviii
APRESENTAÇÃO .....	1
INTRODUÇÃO .....	5
Contexto/ tema .....	5
Objetivos .....	9
Metodologia .....	9
Estrutura do trabalho .....	11
Contributos .....	13
A INDUSTRIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO SÉCULO XX .....	19
1.1. A construção de cidade a partir da função industrial .....	19
1.2. A industrialização pela Companhia União Fabril (1865 – 1975) .....	30
1.2. O negócio do tabaco, na cidade de Lisboa .....	45
1.3. Síntese .....	56
A TABAQUEIRA 1927-1975 .....	59
2.1. A Tabaqueira .....	59
2.1.1. A unidade fabril de “A Tabaqueira” no Poço do Bispo 66	
2.1.2. O complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque 74	
2.2. O bairro operário da Tabaqueira, Albarraque .....	86
2.2.1. 1960: O primeiro plano para o Bairro .....	90
2.2.2. 1962-1968: Os primeiros anos do Bairro .....	92
2.2.3. 1968-1975: O <i>Bairro Novo</i> .....	105
2.2.4. 1975-2020: Após-nacionalização d’A Tabaqueira	108

2.3. As habitações operárias: o projeto do Arquiteto António Moreira Veloso.....	114
2.3.1. O Arquiteto António Moreira Veloso.....	121
2.3.2. As habitações operárias do bairro da Tabaqueira...	125
2.4. Os edifícios públicos do Bairro Operário.....	140
2.4.1. Os equipamentos públicos: Refeitório, Posto Médico, Jardim-Escola e Centro Comercial.....	142
2.4.2. Os equipamentos culturais: Igreja e Centro cultural	160
2.5. Síntese.....	180
OS ESPAÇOS DO SISTEMA ALIMENTAR DO BAIRRO DA TABAQUEIRA.....	185
3.1. Os espaços do sistema alimentar à época do plano de 1962-1974.....	186
3.2. Os espaços do sistema alimentar no Bairro da Tabaqueira na atualidade.....	192
3.3. Síntese.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
BIBLIOGRAFIA.....	210
ANEXOS.....	218

## ÍNDICE FIGURAS

---

FIG. 1 Obras no Porto de Lisboa s/d .....	22
<a href="https://fotos.web.sapo.io/i/o22017ffe/19915070_6edN0.jpeg">https://fotos.web.sapo.io/i/o22017ffe/19915070_6edN0.jpeg</a>	
FIG. 2 Pátio Particular, Bairro das Palmeiras, vulgo Bairro da Folha, 1938. Barreiro .....	23
FIG. 3 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948.....	24
«Um aspecto das Casas Económicas no Bairro da Ajuda», Lisboa, 21 de outubro de 1933 (engenheiro Joaquim Craveiro Lopes, 1918-1934). P. HABITAÇÃO: CEM ANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL, 1918-2018, Cem anos de políticas publicas para a habitação em Portugal	
FIG. 4 Cartaz do CIAM II - Die Wohnung für das Existenzminimum, 1929 .....	
<a href="http://www.oasrn.org/cultura.php?id=86">http://www.oasrn.org/cultura.php?id=86</a>	
FIG. 5 Casas Económicas no Bairro da Ajuda.....	24
<a href="https://www.moma.org/collection/works/6107">https://www.moma.org/collection/works/6107</a>	
FIG. 6 Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Étienne de Groer), 1948 .....	26
<a href="https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao">https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao</a>	
FIG. 8 Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970.....	27
Cadernos do Arquivo municipal, 12 JULHO, DEZEMBRO 2019	
<a href="https://www.researchgate.net/publication/338351774_A_moder_nidade_complexa_dos_bairros_dos_Olivais_The_complex_mode_rnity_of_Olivais_neighbourhoods">https://www.researchgate.net/publication/338351774_A_moder_nidade_complexa_dos_bairros_dos_Olivais_The_complex_mode_rnity_of_Olivais_neighbourhoods</a>	
FIG. 9 Densidade populacional e expansão da rede viária em Lisboa, 1900-2001.....	
LOURO, Margarida	
FIG. 11 Demarcação de Bairros de habitação clandestina .....	29
Habitação Social na cidade de Lisboa 1959-1966, CML, outubro 1967	
FIG. 12 Bairros edificados pela CML até 1966 .....	
Habitação Social na cidade de Lisboa 1959-1966, CML, outubro 1967	
FIG. 13 Fábrica União em Alcântara .....	31
Sardica 2020, pp 58	
FIG. 14 Alfredo da Silva (1871 - 1942).....	32
Sardica 2020, pp 162	
FIG. 15 Manuel de Mello (1927-1966) .....	35
Sardica 2020, pp 183	

- FIG. 16 Vista aérea das fábricas da CUF no Barreiro da década de 1930.....
- Sardica 2020, pp 135
- FIG. 17 Plano definitivo de urbanização do novo bairro do Barreiro – Plano director - Perspectiva ..... 40
- Folgado, 2012 pp 274
- FIG. 18 Plano definitivo de urbanização do novo bairro do Barreiro – Plano director) ..... 40
- Folgado, 2012 pp 272
- FIG. 19 Bloco para o novo bairro operário construído segundo projeto do Arq. Fernando Silva (Caldas, 2010, p. 323) .....41
- Caldas 2010, pp 323
- FIG. 20 Estaleiro da Margueira, Cacilhas.....
- Câmara Municipal de Almada, Cota: PT-AHALM-CMALM-U-001-00065-000009\_8126\_dissemination
- FIG. 21 Família Mello (da direita para esquerda) Manuel de Mello, José Manuel de Mello e Jorge de Mello.....42
- Henriques, 2015
- FIG. 22 Evolução CUF Barreiro 1907-1970 ..... 44
- Henriques, 2015
- FIG. 23 Pintura da Fábrica da Companhia Nacional de Tabaco (1859).....47
- Câmara 1995, pp 58
- FIG. 24 A questão do Tabaco, Rafael Bordallo..... 48
- [https://oestanguapo.com/raphael-augusto-bordallo-pinheiro/?fbclid=IwAR1qsJg\\_CJagQrjkqE7rizL8elCQ4uwuoOhhg6W0yUcdP3xgTeabSK5lb3c](https://oestanguapo.com/raphael-augusto-bordallo-pinheiro/?fbclid=IwAR1qsJg_CJagQrjkqE7rizL8elCQ4uwuoOhhg6W0yUcdP3xgTeabSK5lb3c)
- FIG. 25 Companhia Portuguesa de Tabacos, arrendatárias das fábricas do Estado ..... 83
- Câmara 1995, 83
- FIG. 26 Título de cinco acções ao portador da Tabaqueira 1927 53
- <https://tabak-peter.ch/tabak-portugal?fbclid=IwAROp6-D2QJAZ9-XA5jrDN-Xe85roYP7nGvTapZAKg3X0NAopfFnMNVxpTeU>
- FIG. 27 Título de uma acção ao portador da Tabaqueira 1963.....
- <https://tabak-peter.ch/tabak-portugal?fbclid=IwAROp6-D2QJAZ9-XA5jrDN-Xe85roYP7nGvTapZAKg3X0NAopfFnMNVxpTeU>
- FIG. 28 Título de uma acção ao portador da Tabaqueira 1963....63
- FIG. 29 Planta da Real Fábrica do Tabaco .....67
- López 2017, Las fábrica de tabaco en España
- [https://oa.upm.es/47776/1/CAROLINA\\_CASTANEDA\\_LOPEZ\\_01.pdf?fbclid=IwAR3B-s3rTcXaZt\\_X5HDILitYC4E3lfQ\\_e-Jq0V0MGWMoEABEA9\\_jEooyOO](https://oa.upm.es/47776/1/CAROLINA_CASTANEDA_LOPEZ_01.pdf?fbclid=IwAR3B-s3rTcXaZt_X5HDILitYC4E3lfQ_e-Jq0V0MGWMoEABEA9_jEooyOO)

FIG. 30 Fotografia aérea voo SPALM – identificação da Fábrica Poço do Bispo.....	68
Centro de Informação Geoespacial do Exército	
FIG. 31 Alfredo da Silva na entrada da Tabaqueira 1927.....	69
Quintiliano 2020, pp 54 1927	
FIG. 32 Fábrica do Poço do Bispo - Corte e 3D.....	70
Quintiliano 2020, pp 65 1927	
FIG. 33 Pavilhão da Empresa Industrial Portuguesa.....	71
Caseirão 2018, pp 87, PAVILHAO EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL 1888	
FIG. 34 Tabaqueira, Poço d Bispo .....	73
Alves, 2020	
FIG. 35 Construção da Fábrica .....	75
DGPC <i>Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977</i>	
FIG. 36 Pavilhão da Empresa Industrial Portuguesa.....	75
<a href="https://www.alagamares.com/cronologia-de-sintra-1961-1974/">https://www.alagamares.com/cronologia-de-sintra-1961-1974/</a> acedido a 20/02/2021	
FIG. 37 Panorama da localização do futuro Bairro e Fábrica.....	76
DGPC <i>Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977</i>	
FIG. 38 Casa de Albarraque do arquiteto Hestnes Ferreira.....	78
<a href="https://arquivoatom.up.pt/index.php/raul-hestnes-ferreira">https://arquivoatom.up.pt/index.php/raul-hestnes-ferreira</a>	
FIG. 39 .....	80
Alves, 2021	
FIG. 40.....	80
Alves, 2021	
FIG. 41.....	80
Alves, 2021	
FIG. 42 .....	82
Alves, 2021	
FIG. 43 Cortes Fábrica.....	85
Tipografia e armazém diversos - alçados e cortes, arquivo intermédio CMS processo 12789/1960	
FIG. 44 Evolução Territorial.....	89
FIG. 46 Plano de Conjunto 1960.....	91
FIG. 47 Futura localização da Fábrica e do Bairro.....	91
DGPC <i>Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977</i>	
FIG. 48 Cidade Jardim de Howard.....	92
<a href="https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637">https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637</a>	

FIG. 49 Bairro em 1964.....	93
DGPC Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977	
FIG. 50 Plano de Conjunto 1962.....	93
FIG. 51.....	96
Alves, 2021	
FIG. 52 Caminhos Gerais.....	96
Alves, 2021	
FIG. 53 Caminhos Funcionais.....	97
Alves, 2021	
FIG. 54.....	97
Alves, 2021	
FIG. 55.....	98
Alves, 2021	
FIG. 56 Caminhos contemplativos.....	
Alves, 2021	
FIG. 57 Casa dos Solteiros.....	102
FIG. 58 Casa do Diretor.....	102
<a href="https://bussola-pt.com/51124/centro-social-de-reformados-e-idosos-de-albarraque?fbclid=IwAR3PN2x5cfwueJ74JspscTMesIQxKy-GyvWjAKdeFQl-r82u9tbjp2-XFAo">https://bussola-pt.com/51124/centro-social-de-reformados-e-idosos-de-albarraque?fbclid=IwAR3PN2x5cfwueJ74JspscTMesIQxKy-GyvWjAKdeFQl-r82u9tbjp2-XFAo</a>	
FIG. 59 Planta de Conjunto 1968.....	104
FIG. 60 Inauguração da estátua de Alfredo da Silva, em Albarraque.....	105
<a href="http://industriacuf.blogspot.com/search/label/TABAQUEIRa">http://industriacuf.blogspot.com/search/label/TABAQUEIRa</a> acedido a 16/01/2021, imagem publicada a 30/08/2010	
FIG. 61 Identificação do novo Bairro da Tabaqueira.....	107
DGPC Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977	
FIG. 62 Planta de Conjunto 1974.....	107
FIG. 63.....	111
<a href="https://www.youtube.com/watch?v=nyK018IBRug&amp;t=22s&amp;fbclid=IwAR1g8BMf2mvMWIUd7FdWhPojkteo5nAZ7vbw5-SQHAHbR2uZNjJ4b_g60N0">https://www.youtube.com/watch?v=nyK018IBRug&amp;t=22s&amp;fbclid=IwAR1g8BMf2mvMWIUd7FdWhPojkteo5nAZ7vbw5-SQHAHbR2uZNjJ4b_g60N0</a>	
FIG. 64.....	111
<a href="https://www.youtube.com/watch?v=nyK018IBRug&amp;t=22s&amp;fbclid=IwAR1g8BMf2mvMWIUd7FdWhPojkteo5nAZ7vbw5-SQHAHbR2uZNjJ4b_g60N0">https://www.youtube.com/watch?v=nyK018IBRug&amp;t=22s&amp;fbclid=IwAR1g8BMf2mvMWIUd7FdWhPojkteo5nAZ7vbw5-SQHAHbR2uZNjJ4b_g60N0</a>	
FIG. 65 Bairro em Alvalade (ou Bairro das Estacas), 1949-1955, Lisboa.....	114
FIG. 66 Bloco I da Unidade Residencial de Ramalde, Porto.....	115
<a href="https://revisitavora.wordpress.com/bloco-residencial-de-ramalde/">https://revisitavora.wordpress.com/bloco-residencial-de-ramalde/</a>	

FIG. 67 Fotografia aérea, Casas de renda económica, Alvalade 115 <a href="https://revisitavora.wordpress.com/bloco-residencial-de-ramalde/série 2">https://revisitavora.wordpress.com/bloco-residencial-de-ramalde/série 2</a>	
FIG. 69 Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência_ Barcelos; NTP 1958-1962 .....	121
Tostões, Grande 2013 pp 54 - Coleção Arquitetos Portugueses série 2	
FIG. 70 Plano de reordenamento da Empada, Guiné 1970.....	123
Veloso, 1970 - ARU Grupo de trabalho urbanização Empada, plano e reordenamento Processo 206	
FIG. 71 Habitação Tipo, Estudo Prévio, 1970.....	124
Veloso, 1970 - ARU Grupo de trabalho urbanização Empada, plano e reordenamento Processo 206	
FIG. 72 Planta localização Habitações.....	126
FIG. 73 Tipologias Habitações.....	129
FIG. 74 Alçados.....	129
FIG. 75.....	133
Alves, 2021	
FIG. 76 .....	134
Alves, 2021	
FIG. 77 134 Alves, 2021	
FIG. 78 .....	134
Alves, 2021	
FIG. 79 .....	135
Alves, 2021	
FIG. 80.....	136
Alves, 2021	
FIG. 81 .....	136
Alves, 2021	
FIG. 82 .....	136
Alves, 2021	
FIG. 83 .....	137
Alves, 2021	
FIG. 84.....	137
Alves, 2021	
FIG. 85 .....	138
Alves, 2021	
FIG. 86 .....	138
Alves, 2021	
FIG. 87 .....	139

Alves, 2021	
FIG. 88.....	139
Alves, 2021	
FIG. 89.....	139
Alves, 2021	
FIG. 90 Edifícios Públicos.....	140
Alves, 2021	
FIG. 91 Planta localização Refeitório.....	142
FIG. 92 Refeitório Planta cave.....	143
FIG. 93.....	144
Alves, 2021	
FIG. 94.....	144
Alves, 2021	
FIG. 95 Planta localização Jardim-Escola.....	145
FIG. 96.....	146
Alves, 2021	
FIG. 97.....	147
Alves, 2021	
FIG. 98.....	147
Alves, 2021	
FIG. 99 Planta localização Posto Médico.....	148
FIG. 100 Planta esquemática Posto Médico.....	149
FIG. 101 Posto Médico, 2010.....	150
<a href="http://www.tudosobresintra.com/2014/11/utentes-da-saude-de-rio-de-mouro.html?fbclid=IwAR0KTYc--3msMH6IA04oiv0_YXwjxQZkUShbweqrnFo9iWD_i8jHDhwPG4M">http://www.tudosobresintra.com/2014/11/utentes-da-saude-de-rio-de-mouro.html?fbclid=IwAR0KTYc--3msMH6IA04oiv0_YXwjxQZkUShbweqrnFo9iWD_i8jHDhwPG4M</a>	
FIG. 102, Inauguração do Posto Médico, 1967.....	150
<a href="https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-americo-tomas-ao-bairro-da-tabaqueira/?fbclid=IwAR3PHSQBir8AKVfVD4yDU1wYYWljly95yzegC3poR5it3EZK9Ui2L-fwsC4">https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-americo-tomas-ao-bairro-da-tabaqueira/?fbclid=IwAR3PHSQBir8AKVfVD4yDU1wYYWljly95yzegC3poR5it3EZK9Ui2L-fwsC4</a>	
FIG. 103 Planta localização Centro Comercial.....	151
FIG. 104 Planta esquemática: identificação de áreas comerciais.....	152
FIG. 105.....	155
Alves, 2021	
FIG. 106.....	156
Alves, 2021	
FIG. 107.....	156

FIG. 108.....	157
Alves, 2021	
FIG. 109.....	158
Alves, 2021	
FIG. 110.....	158
Alves, 2021	
FIG. 111.....	159
FIG. 112 Planta Topográfica de Localização do Centro Cultural. Identificação do edificado adjacente.....	160
FIG. 113 Planta localização Igreja.....	161
Igreja e Centro Cultural - Arranjo da zona envolvente, aqrivo intermédio CMS, Processo 6431/65	
FIG. 114 Igreja da Terrugem.....	162
Cunha, 2012 A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana pp 65	
FIG. 115.....	165
Janeiro,2012. A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana pp 139.	
FIG. 116 Planta Piso Térreo .....	166
FIG. 117 Altar do Santíssimo adjacente à entrada para a Sacristia .....	168
Janeiro,2012. A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana	
FIG. 118 Desenho Preliminar presente no Boletim MRAR (1964) .....	169
Cunha, 2012 A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana pp 65	
FIG. 119.....	171
Janeiro,2012. A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana	
FIG. 120.....	171
Janeiro,2012. A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana	
FIG. 121.....	171
Janeiro,2012. A Igreja do Bairro da Tabaqueira: uma obra de Jorge Viana	
FIG. 122.....	172
FIG. 123.....	172
FIG. 124 Demarcação da área do Centro Cultural, demolido em 2000, para construção da Sede da PMI.....	174
FIG. 125 Planta de localização do Centro Cultural.....	174
FIG. 126 Corte 2-2' Centro Cultural.....	175

FIG. 127 Planta Implantação Igreja e Centro Cultural (1965), identificação dos espaços exteriores. ....	177
Alves, 2021	
FIG. 128 Fotografia do final da década de 60, início de 70. Centro Cultural (1) e igreja (2) .....	178
DGPC Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977	
FIG. 129 Centro Cultural Manuel de Mello .....	178
<a href="https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-americo-tomas-ao-bairro-da-tabaqueira/?fbclid=IwAR3PHSQBir8AKVfvD4yDU1wYYWljly95yzeG3poR5it3EZK9Ui2L-fwsC4">https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-americo-tomas-ao-bairro-da-tabaqueira/?fbclid=IwAR3PHSQBir8AKVfvD4yDU1wYYWljly95yzeG3poR5it3EZK9Ui2L-fwsC4</a>	
FIG. 130 Identificação dos espaços do Sistema Alimentar, 1974 .....	187
FIG. 131 Identificação dos espaços de refeição nas habitações. ....	191
FIG. 132 Espaços do Sistema Alimentar em 2021 .....	193
FIG. 133 Café Central .....	195
Alves, 2021	
FIG. 134 Mercaria .....	195
Alves, 2021	
FIG. 136 Mercado.....	196
Alves, 2021	
FIG. 135 Talho.....	196
Alves, 2021	

## **ÍNDICE DE TABELAS**

---

Tabela 1- Construções da CUF no Barreiro, em Lisboa e em Sintra de 1908 a 1974 .....	8
Tabela 2 Fundamentação Teórica .....	15
Tabela 3 Exemplos de bairros operários industriais construídos e projetados em Portugal anteriores a 1962 .....	30
Tabela 4 Indicadores de dimensão da CUF (adaptação Neves, 2010) .....	32
Tabela 5 Evolução da produção de adubos .....	34
Tabela 6 Evolução das empresas da CUF e diversificação das atividades económicas [adaptação (Silva, 2020, p.73)] .....	38
Tabela 7 Pessoal Efetivo da CUF [adaptação (Neves, 2010, p. 53) .....	39
Tabela 8 Organização Grupo CUF 1974 [adaptação (Silva., 2021, p. 78)] .....	43
Tabela 9 - Maiores empresas tabaqueiras 1881 [adaptação (Neves, 2007 p. 207)] .....	42
Tabela 10 - Companhias adjudicadas à comercialização e fabricação de tabaco (em Lisboa .....	46
Tabela 11 - Vendas anuais de tabaco referentes às fábricas da Tabaqueira-1968) .....	62
Tabela 121 - Edifícios Públicos no Bairro da Tabaqueira (Plano de Urbanização 1962-1968 .....	99
Tabela 13 - Descrição do plano de urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira: áreas de espaços construídos .....	101
Tabela 14 - Organização do agrupamento habitacional segundo Nuno Portas (1959) [Adaptação Esquema Metodológico A (Portas ,1959 .....	p.94) 116
Tabela 15 - Carácter distributivo dos conjuntos habitacionais e formas típicas do seu agrupamento [adaptação (Portas, 1957, p.123)] .....	118
Tabela 16- projetos/relatórios de trabalho de António Moreira Velloso presentes no AHU .....	124

Tabela 16- projetos/relatórios de trabalho de António Moreira Veloso presentes no AHU .....	126
Tabela 16 – Áreas dedicadas aos espaços de refeição nas habitações .....	190

## **ÍNDICE DOS ANEXOS**

---

ANEXO A .....	
Cronologia.....	219
ANEXO B .....	
Localização das empresas CUF em Portugal Continental, 1974 .....	227
ANEXO C .....	
O plano urbano de Sintra 1948, de Étienne de Gröer.....	230
ANEXO D.....	
Legislação .....	
Anexo D1 Lei n.º. 2005, de 14 de março 1945.....	232
ANEXO D2 Lei n.º. 2007, de 7 de maio 1945 .....	236
ANEXO D3 Lei n.º. 2098, de 9 de abril 1958 .....	241
ANEXO E.....	
Catalogação dos Processos de Obra Albarraque, Câmara Municipal de Sintra.....	
ANEXO E1: Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco.....	245
ANEXO E2.1 Refeitório .....	248
ANEXO E3.1 Igreja.....	250
ANEXO E4 Centro Cultural .....	253
ANEXO E5. Habitação – Bloco B .....	257
ANEXO E6 – Habitação Bloco C .....	259
ANEXO E7 Habitação Bloco D .....	261
ANEXO E8 Habitação Bloco E.....	263
ANEXO E9 Habitação Bloco GHIJ .....	266
ANEXO E10: Plano de conjunto 1960 .....	270
ANEXO E11: Plano de conjunto 1962 .....	271
ANEXO F.....	
Enunciado PFA .....	272

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

AML – Área Metropolitana de Lisboa  
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino  
ARCBT - Associação de Recreio e Cultura do Bairro da Tabaqueira  
CAD – Desenho assistido por computador  
CAF – Companhia Aliança Fabril  
CUF – Companhia União Fabril  
CDAS – Comissão Diocesana de Arte Sacra  
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna  
CMB – Câmara Municipal do Barreiro  
CMS – Câmara Municipal de Sintra  
CPT – Companhia Portuguesa de Tabacos  
DGPC – Direção-Geral do Património Cultural  
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano  
DSUH/DGOPC – Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direção de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.  
FCP – Federação de Caixas de Previdência  
HE-FCP – Habitações Económicas – Federação de Caixa de Previdências  
IHRU – Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana  
INTAR - Empresa Industrial de Tabacos, SARL  
MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa  
PDM – Plano Diretor Municipal  
PFA – Projeto Final de Arquitetura  
PMI – Philip Morris Internacional  
SG – Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes Lda.  
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico  
SNIP – Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado  
UC – Unidade Curricula





## **APRESENTAÇÃO**

---

No âmbito da unidade curricular (UC) de Projeto Final de Arquitetura (PFA), do Mestrado Integrado em Arquitetura, do ano letivo 2020/2021, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, este trabalho foi desenvolvido com vista à obtenção do grau de mestre em Arquitetura. A UC de PFA faz a síntese de um longo trabalho efetuado durante 5 anos no curso de Arquitetura do ISCTE-IUL. PFA é uma unidade anual, desenvolvida por cinco turmas (grupos de trabalho com aproximadamente 10 a 15 alunos), tuteladas por um a três docentes, correspondendo a temas, metodologias e objetivos específicos, que enquadram um trabalho de projeto ou uma investigação a desenvolver por cada grupo e por cada aluno. No caso do Estúdio 5 o trabalho foi orientado pelas docentes Mafalda Sampayo, Teresa Marat-Mendes e Patrícia Bento d'Almeida.

O enunciado de Projeto Final de Arquitetura intitulado “DESIGNING FOR SUSTAINABILITY” (Anexo F) desafiou-nos a compreender o Sistema Alimentar, e as diversas fases e implicações deste, nomeadamente, ao nível da ocupação do território e da mobilidade. Este sistema levanta questões sobre a forma como o espaço público, a cidade e os seus bairros e a articulação da cidade com a sua envolvente se podem adaptar a uma paisagem produtiva e sustentável.

Para a realização deste trabalho foi-nos solicitado que procurássemos, na nossa área de residência, casos concretos relacionados com o sistema alimentar. A proximidade e o conhecimento que temos do meio que nos envolve permita-nos questionar o território envolvente e as soluções presentes, tanto pela sua historicidade como pela sua deterioração territorial e social.

Por forma a dar resposta às questões levantadas pelo enunciado o presente projeto propõe-se a abordar um bairro estagnado, que, à época da sua construção havia sido idealizado para ser autónomo no seu meio envolvente. Este trabalho designado por “O Bairro Operário da Tabaqueira, Sintra: indústria, urbanismo e arquitetura” tem como objeto de estudo um bairro concebido pela empresa A Tabaqueira, por forma a permitir a expansão da sua antiga fábrica no Poço do Bispo. Em concreto, procuramos entender de que forma é que o sistema alimentar interveio no ordenamento e composição volumétrica deste conjunto urbano.

Devido à necessidade de compreender o sistema alimentar do meio envolvente ao caso de estudo, foram realizadas visitas a distintos núcleos urbanos e não urbanos da freguesia de Rio de Mouro em Sintra, para localizar e sistematizar as diferentes fases do sistema alimentar, tendo incidido o estudo em particular no Bairro da Tabaqueira.

O trabalho requereu uma componente de investigação em arquivística diversa, de modo a recolher o maior número de informação que permitisse compreender os intervenientes, a história e as opções urbanas do processo de construção do Bairro em análise. Assimilados os intervenientes e a história do local, tomámos a opção de alargar o alcance desta dissertação, uma vez que verificámos que o núcleo urbano criado em Albaraque foi pensado dentro de um contexto empresarial vasto em Portugal, a Companhia União Fabril (CUF). Não obstante a este facto, analisámos também o maior complexo industrial criado pela CUF, no Barreiro, e os seus diversos núcleos residenciais. Incidindo a nossa análise no contexto da Tabaqueira, retomámos a análise metodológica, por tipologia de edifício com o intuito de compreender por um lado o tecido construído, por outro a sua ação no sistema alimentar. Todo este processo decorreu durante um ano letivo, que envolveu um con-

junto de aulas presenciais e por videoconferência devido ao contexto pandémico Covid-19, sob a orientação e acompanhamento das docentes Mafalda Teixeira de Sampayo e Teresa Marat-Mendes.

Ainda no decorrer do ano letivo foi-nos requerido pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo a participação no Workshop de Projeto “Faz-Desfaz-Refaz”, coordenado pelo docente Luís Miguel Gomes em parceria com o atelier José Adrião Arquitetos.

Este workshop reuniu alunos de várias turmas de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL e decorreu entre 31 de maio e 7 de junho. Este workshop consistiu num exercício de requalificação de um projeto realizado pelo atelier José Adrião Arquitetos. Este exercício teve como o objetivo a reprogramação da utilidade atual do espaço procurando um novo modo de habitar. O projeto intervencionado, a Praça do Fonte Nova, detém atualmente o programa de espaço público. A proposta realizada pelo grupo de trabalho redirecionou os usos da Praça do Fonte Nova para um programa de génese cultural e social. Estas novas funcionalidades foram pensadas para serem concentradas num único elemento vertical que fosse o elemento agregador de todos os usos (restauração, trabalho, desporto e lazer), tendo como referência o programa do SESC.

# INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO

---

## CONTEXTO/TEMA

A escolha de um tema de investigação deve corresponder aos nossos interesses e motivações, pois só assim haverá vontade em levar adiante uma análise que possa ser útil. O Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL tem uma estrutura curricular bastante abrangente onde se destacam as unidades curriculares no âmbito dos estudos urbanos. Estas foram as unidades que mais contribuíram para a formação do investigador e onde se pretende continuar a estudar. Assim, pretende-se com esta dissertação contribuir, aprofundar e desenvolver um estudo de forma urbana através dos princípios fundamentais da composição urbana e arquitetónica.

O trabalho tem como objetivo principal a caracterização morfológica do bairro operário da Tabaqueira, em Albarraque, concelho de Sintra. Permitindo novas leituras espaciais e arquitetónicas que possam informar a prática do desenho urbano e melhorar o espaço edificado. Este bairro consistiu num projeto realizado pela Companhia União Fabril (CUF), idealizado em 1958, desenhado em 1960 e cuja construção decorreu entre 1960 e 1972.

A escolha da análise deste bairro prendeu-se com vários aspetos. Em primeiro lugar o facto de conhecermos o bairro e termos facilidade em aceder ao mesmo, permitiu acessibilidade no processo de análise. Por outro lado, este bairro possui qualidades funcionais e estéticas no seu desenho urbano que justificam o estudo do mesmo. Por último, não existem investigações até à data que informem sobre a construção/projeto deste bairro.

Para entendimento deste conjunto urbano foi necessário observá-lo em diferentes escalas: i) na macro

escala, onde procurámos justificar a escolha do sítio para implantação do bairro; ii) no desenho do seu espaço público, o qual foi desenhado pelo Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020); iii) no desenho das tipologias habitacionais desenhadas pelo Arquiteto António Moreira Veloso (1927-2002); e iv) no desenho dos equipamentos do bairro, onde se inclui uma igreja projetada pelo Arquiteto Jorge Viana (1924-2010).

A observação deste bairro através de uma perspectiva no tempo, tornou-se particularmente difícil, principalmente devido à pouca informação relativa à sua construção. Toda esta informação encontra-se dispersa em diferentes arquivos e o processo de aquisição das peças desenhadas e escritas do projeto foi moroso. Para mais devido à pandemia o acesso aos mesmos esteve condicionado.

As peças desenhadas relativas ao projeto do Bairro da Tabaqueira não foram facilmente encontradas, uma vez que não se encontram catalogadas nos arquivos da Câmara Municipal de Sintra (CMS). Após várias idas aos arquivos da CMS descobrimos o projeto na Divisão de Habitação e Serviços Comunitários da CMS, pois algumas das habitações do bairro em estudo pertencem à mesma, por serem habitações de carácter social. As peças gráficas relativas ao projeto de habitação do Bairro da Tabaqueira e outros elementos como a fotografia aérea do território do bairro, a cartografia militar para o concelho de Sintra e o Plano de Urbanização de Sintra, de 1949 (Étienne de Gröer) foram fontes primárias que se provaram relevantes para o entendimento da morfologia urbana do bairro.

Contudo, não podemos descorar outras informações também válidas, como sejam os artigos de diferentes épocas relativos a estudos sobre a indústria em Portugal e sobre a sua arquitetura (Costa, 2011; Custódio e Folgado, 1999; Folgado, 2012; Tostões, 2005), assim como referências bibliográficas sobre a habitação operária, nomeadamente as investigações sobre as construções da

CUF no Barreiro (Caldas, 2010; Carmona, 2010; Faria, 2010; Folgado 2010), e ainda sobre a origem da Tabaqueira (Câmara, 1995; Quintiliano, 2020) e sobre a construção do bairro operário de Albarraque (Cunha, 2012).

Não obstante, além da falta de documentação para completar o processo do projeto do bairro da Tabaqueira tal como foi entregue na CMS em 1960, é ainda de lamentar toda a desorganização em que se encontram os arquivos portugueses, onde um grande número de documentos aguarda inventariação e catalogação. O projeto do bairro da Tabaqueira corresponde a um plano de grande escala onde intervieram inúmeros técnicos. O desenho dos espaços públicos é da autoria do Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. Contactamos o Arquivo do Forte de Sacavém que possui o espólio deste arquiteto, mas não foi possível encontrar o projeto relativo ao bairro em estudo no espólio deste arquiteto.

Após análise da história da CUF em Portugal foi possível averiguar onde se instalou a empresa, e como procedeu a mesma para manter os seus funcionários perto das várias instalações fabris construídas no nosso país. Desta investigação destacam-se os inúmeros textos (artigos de revista, atas de conferência e dissertações de mestrado) sobre a instalação da CUF no Barreiro e os seus bairros operários (Caldas, 2010; Carmona, 2010; Faria, 2010; Folgado, 2010). Nada encontramos escrito sobre o bairro operário da Tabaqueira, em Albarraque, à exceção de um texto relativo à igreja proposta para o bairro (Cunha, 2012). Desta forma, consideramos ser útil e inovadora uma investigação sobre o este bairro.

Após leituras várias sobre a história da Tabaqueira verificamos que esta foi fundada pelo industrial Alfredo da Silva (1871-1942), em 1927, que até à construção da fábrica em Sintra, funcionava num edifício industrial no Poço do Bispo em Lisboa. Depreende-se, também, que a empresa-mãe da Tabaqueira foi a Companhia União Fa-

bril (CUF), tendo sido o seu administrador-gerente o industrial Alfredo da Silva, até 1942, ano da sua morte. Desta forma, é compreensível que os edifícios habitacionais e os equipamentos desenvolvidos para o bairro em Albarraque (entre 1962-1974) sejam já fruto de uma sólida política social desenvolvida pela CUF, tanto em Lisboa, como numa outra área periférica da metrópole, no Barreiro entre 1908-1974 (Tabela 1).

*Tabela 2- Construções da CUF no Barreiro, em Lisboa e em Sintra de 1908 a 1974*

Barreiro, Santa Bárbara – Bairro Velho	1908 – 1923
Lisboa, Poço do Bispo – A Tabaqueira (Início de laboração)	1927 – 1929
Barreiro, Santa Bárbara – Bairro Novo	1943 – 1946
Barreiro – Plano Novo Bairro Operário, Arquiteto Cristino da Silva	1945 – 1951
Barreiro, Lavradio – Bairro Novo Operário e Bairro dos Engenheiros	1951 – 1956
Barreiro, Lavradio – Bairro do Pessoal Superior	1958 – 1966
Sintra, Albarraque – Plano de Urbanização de Albarraque	1958 – 1960
Sintra, Albarraque – Bairro A Tabaqueira, Arquiteto António Moreira Veloso	1962 – 1972

Apesar de idealizados em décadas diferentes, há semelhanças nos planos propostos pela CUF para o Barreiro e Sintra. Foi também idêntica a forma de atuação nos territórios de expansão industrial nas zonas periféricas à capital (Barreiro e Sintra). Desta forma, nesta investigação sentimos a necessidade de alargar o objeto de estudo e analisar os bairros operários edificados pela CUF no Barreiro, para melhor contextualização. Assim, a investigação tem em conta uma aquisição de conhecimentos prévia sobre os espaços e edifícios de carácter social construídos no Barreiro, cujo objetivo visava proporcionar aos operários uma vivência em bairros com um sistema alimentar autossuficiente. Dadas as circunstâncias impostas pela pandemia de SARS-CoV2, de confinamentos e de restrições de circulação, foi possível compreender como uma estrutura planificada, nos anos 60, desde a perspetiva do sistema alimentar, com pontos de distribuição, processamento, comercialização e locais de consumo, pode auxiliar na organizações e vivência de um bairro, dado os espaços de comercialização ainda

existentes terem tido recebido uma maior procura durante o período de confinamento do que em períodos de pré-pandemia.

## **OBJETIVOS**

Este trabalho tem como objetivo principal uma análise crítica, em toda a sua extensão, do plano urbano que foi desenhado para o complexo industrial d'A Tabaqueira e para o seu Bairro Operário, em Albarraque, Sintra, tendo como objetivos secundários:

- i. Compreender a mobilização da indústria do tabaco para a periferia da cidade de Lisboa;
- ii. Analisar a evolução morfológica do território precedente à edificação da fábrica da Tabaqueira;
- iii. Definir as fases de construção do bairro operário e dos equipamentos nele edificados;
- iv. Identificar as tipologias de edifícios construídos e planeados;
- v. Entender a relação do sistema alimentar com o bairro operário;

Para que os pontos acima identificados sejam alvo de maior precisão de estudo, houve a necessidade de investigarmos o contexto da CUF em Portugal e o seu fundador, Alfredo da Silva, e consequentemente a continuação da obra realizada pelos seus herdeiros. Paralelamente, procurámos explorar a obra do arquiteto Moreira Veloso (1927-2002) que assinou o projeto das Habitações Económicas do Bairro da Tabaqueira.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico adotado para a concretização dos objetivos expostos anteriormente teve em conta:

- i. Uma revisão de literatura – fontes secundárias e primárias, a qual compreendeu uma recolha e análise de diversa bibliografia referente ao objeto de estudo;
- ii. Uma recolha documental – fontes primárias, nomeadamente cartografia militar, fotografias aéreas, desenhos técnicos, entre outros, obtidos através do Instituto Geográfico Português, Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Sintra e o Arquivo Histórico Ultramarino.
- iii. Uma análise cartográfica das fontes primárias com o recurso à vectorização em CAD (Desenho assistido por computador);
- iv. Uma análise comparativa entre o edificado construído e o edificado proposto pelos planos urbanos com recurso aos desenhos de fontes primárias e as fotografias aéreas;
- v. Uma análise das tipologias e morfologias dos espaços urbanos pertencentes ao sistema alimentar do território em estudo e da sua relação com os espaços edificados;
- vi. Uma reflexão crítica sobre o sistema alimentar na área de estudo.
- vii. Visitas *in locu* e recolha fotográfica e de entrevistas

O processo metodológico adotado para a abordagem desenvolvida para o bairro da Tabaqueira baseou-se, em primeiro lugar, no conhecimento do território e na perceção deste no meio suburbano do concelho de Sintra. Para o entendimento do bairro da Tabaqueira, no contexto do território, foram consultadas diversas fontes primárias e secundárias, tais como, cartografia militar, processos de obra da CMS e publicações sobre a fábrica. Contudo, foi igualmente útil a proposta de qualificação da Igreja da Sagrada Família realizada pela DGPC, como ponto unificador do projeto urbano do bairro.

Com esta análise pretendemos sintetizar uma sequência de desenhos relativos ao bairro da Tabaqueira em Albarraque. Foram realizados novos desenhos interpretativos do projeto original do bairro salientando as suas funcionalidades e a caracterização do conjunto arquitetónico e urbano. Nesta interpretação fazemos um estudo de morfologia urbana como instrumento de análise do espaço construído em Albarraque.

Este singular projeto é um exemplo vivo de espaços habitação como um bem comunitário, antropológico e cultural. Uma habitação desejada que satisfaz os seus destinatários e que pode servir de exemplo para novos projetos, uma vez que continua a ser um bairro residencial vivo e apreciado pelos seus moradores.

#### **ESTRUTURA DO TRABALHO**

O presente trabalho divide-se em três capítulos, seguindo uma hierarquia de capítulos e subcapítulos, no qual se analisa a intervenção da CUF num território de macro escala (contexto português) e de micro escala dentro dos limites do bairro e dos edifícios da Tabaqueira, em Sintra. A indústria é impulsionadora de transformações no território, assim é fundamental perceber as implicações na estruturação dos locais onde se insere.

O capítulo I - A industrialização do território português no século XX - tem como objetivo inteirar o tema da indústria no contexto histórico-social português do século XX. Aqui dá-se a conhecer como é que a indústria se estabeleceu no território da grande Lisboa e de que forma respondeu aos problemas sociais relacionados com o desenvolvimento industrial. Apresenta-se ainda os motivos que levaram à descentralização das fábricas de Lisboa para as áreas periféricas à cidade, nomeadamente, o progresso industrial e a necessidade de expansão no território. Dá-se a conhecer

Alfredo da Silva, nome incontornável da industrialização do território português. Este é também o fundador da empresa que proporcionou o caso de estudo abordado nesta investigação.

O capítulo II – A Tabaqueira 1927-1975 – ocupa-se do assunto principal desta dissertação: A Tabaqueira e o seu bairro operário, em Albarraque. Primeiramente abordamos a origem do negócio dos tabacos em Portugal e o modo como surgiu a oportunidade do industrial Alfredo da Silva iniciar este negócio. Posteriormente damos a conhecer as unidades fabris construídas pela Tabaqueira. Ainda neste capítulo apresenta-se, com maior pormenor, o plano urbano para o Bairro Operário da Tabaqueira, as suas fases de construção e os tipos de equipamentos desenvolvidos, bem como os modelos de habitação edificados. Com base na análise da documentação e desenhos encontrados em arquivo procedeu-se a uma análise do plano de conjunto do bairro operário de Albarraque. Esta análise resulta de uma vectorização dos desenhos que possibilitou a sistematização de esquemas gráficos que permitiram destacar aspetos particulares do projeto em análise, nomeadamente através da contabilização das suas áreas. Os desenhos originais, assim como os textos, relativos ao bairro operário da Tabaqueira, entre outros documentos encontrados no Arquivo Intermédio da CMS e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foram organizados em diversos anexos, complementando a informação desenvolvida ao longo da dissertação e aqui disponibilizada para futura referência.

Por último, o capítulo III – Os espaços do sistema alimentar no bairro da Tabaqueira – faz uma avaliação da articulação do sistema alimentar com o funcionamento do caso de estudo. Com esta análise pretende-se aqui identificar os edifícios que contribuíram para o sistema alimentar neste bairro específico e que à época de construção estavam isolados num território periférico. Também se destaca neste capítulo, uma

análise às habitações, na sua relação com os espaços de refeição, na sua relação com os espaços exteriores e na forma como ambos os espaços se influenciam mutuamente. Com base nas visitas efetuadas ao local, analisou-se a resposta do sistema alimentar do bairro ao confinamento social, provocado pela pandemia de SARS-CoV-2

## **CONTRIBUTOS**

O trabalho que se apresenta deve ser entendido, primeiramente, numa abordagem mais alargada, como um contributo para um entendimento das respostas sociais e urbanas oferecidos pela indústria aos seus operários num território urbano não consolidado, aquando da sua mobilização e expansão para as zonas periféricas de Lisboa na segunda metade do século XX.

Nesta dissertação é abordada a indústria tabaqueira, mais concretamente a empresa pertencente à Companhia União Fabril, *A Tabaqueira*. Esta iniciou a sua laboração no Poço do Bispo, em Lisboa, em 1927, e o seu crescimento fez com que a mesma se deslocasse para a zona rural de Albarraque, Sintra, no início dos anos 60.

Está investigação vem colmatar a inexistência de um estudo sobre a atividade da tabaqueira em Albarraque. Além de demonstrar as modificações que o território sofreu após a implementação do plano de urbanização da Tabaqueira (plano da responsabilidade da Tabaqueira e da FCP-Federação de Caixas de Previdência), evidência também, o projeto do complexo industrial do Centro de Projectos da CUF, assim como, o projeto de Habitações Económicas da FCP. Este último é da responsabilidade do Arquiteto Moreira Veloso, sobre qual não encontramos outros projetos realizados

em Portugal, mas identificámos o trabalho por si desenvolvido no Gabinete de Urbanização Colonial da Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação pertencente à Direcção de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH/DGOPC).

Em paralelo com a historicidade urbana do processo de construção e edificação do bairro da Tabaqueira, refletimos ainda sobre o seu sistema alimentar, procurando responder às seguintes questões: Como se organizou à data de inauguração do bairro operário? Como se organiza atualmente? Como respondeu às necessidades dos seus habitantes em tempos de confinamento social? Será um modelo a replicar na contemporaneidade?

Em suma, esta dissertação pretende contribuir para a sistematização do conhecimento da evolução urbana do concelho de Sintra, mas também, dar a conhecer em particular a obra do arquiteto Moreira Veloso e aprofundar conhecimentos sobre um complexo de Habitação Económica construído em Portugal durante o Estado Novo (1933-1974).

Estado da arte

São várias as abordagens temáticas e metodológicas que foram úteis para o entendimento do contexto do Bairro Operário da Tabaqueira. Neste sentido, expomos as reflexões dos diversos autores, cuja contribuição nos parece fundamental para este estudo, por cobrirem em particular as temáticas da industrializa-

Tabela 3 Fundamentação Teórica

REFERÊNCIA		TEMA					
Autor	Texto	Industrialização do território	Planeamento urbano	Tabaqueira	Sistema Alimentar	Fonte Primária	Fonte Secundária
Câmara, J. S., 1995	<i>História da Tabaqueira.</i>			X			X
Custódio, J., & Folgado, D. 1999	<i>Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial</i>	X	X	X		X	
Coelho, 2018	<i>La ciudad organizada a partir del co-medor</i>				X	X	
Faria, M.F. & Mendes, J. A., 2010	<i>Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX</i>	X	X			X	
Fernandes, J. M.; Ribeiro, J. S., 2012	<i>A Igreja do Bairro da Tabaqueira - Uma obra de Jorge Viana</i>		X	X		X	
Folgado, D. 2012	<i>A nova ordem industrial no estado novo. Da fábrica ao território de Lisboa (1933-1968)</i>	X					X
Henriques, S., 2015	<i>Microcidades operárias no contexto da Revolução Industrial: caso singular da Companhia União Fabril (C.U.F.) Barreiro, Portugal</i>		X				X
Milheiro, A.V., 2021	<i>Patrimónios fabris e requalificação urbana – paisagem residencial apoiada pela CUF no Barreiro. Estratégias na promoção de habitação colectiva e operária (1945-1972)</i>		X			X	
Mónica, M. F., 1992	<i>Negócios e política: os tabacos (1800-1890).</i>			X		X	
Rossi, A., 1977	<i>A arquitectura da cidade</i>		X			X	
Steegmann, D., 2017	<i>Ciudad Casa Comida. Una aproximación poliédrica a los limites entre lo público y lo privado</i>				X		X
Viljoen, A., Bohn, K. Howe, J., 2005	<i>Continuous Productive Urban Landscapes:</i>				X		
Tostões, A., 2005	<i>Em direcção a uma estética industrial: zeitwill ou vontade de modernidade</i>	X		X		X	

ção do território; do planeamento urbano; A Tabaqueira e o Sistema Alimentar, conforme sistematizados na tabela seguinte.

Destacamos os trabalhos de Rossi (1977 [1966]), Folgado (2012) e Tostões (2005) por neles ser possível compreender a industrialização na macro escala (plano urbano) e numa micro escala (edifício). Rossi (1977 [1966]) apresenta a industrialização a nível internacional com todas as suas problemáticas e explica em que medida esta transformou a cidade. Tostões (2005) aborda os princípios básicos da arquitetura industrial internacional, como sejam, a repetibilidade, a construção a partir do módulo, a standardização e a opção por

um sistema construtivo que é inerente ao projeto exprimindo-se na sua conceitualidade. Folgado (2012) tem um estudo sobre o património industrial português tendo aprofundado as consequências da indústria no território português nos primeiros trinta e cinco anos (1933-1968) do Estado Novo. Deolinda Folgado destaca a planificação urbana, a arquitetura e os programas sociais implementados pela indústria no território português.

Para a temática do planeamento urbano elegemos autores que analisam os territórios onde a CUF esteve presente na grande Lisboa, nomeadamente no Barreiro, em Sintra e em Lisboa (cidade histórica). Assim, optámos por estudar uma coletânea de atas com a coordenação de Faria e Mendes (2010) e a dissertação de mestrado de Henriques (2015), que abrangem toda a evolução urbana e os planos de expansão do Barreiro. Por outro lado, é através das leituras dos trabalhos de Custódio e Folgado (1999), que sintetizam o processo evolutivo da indústria e dos planos urbanos na zona oriental da cidade de Lisboa, que nos foi possível compreender o crescimento da cidade a oriente.

O assunto que definimos como Tabaqueira, engloba todo o universo dos tabacos, que vai desde o processamento da planta do tabaco, ao negócio que foi desenvolvido em torno da sua industrialização. O nosso enfoque é a empresa A Tabaqueira, e interessou-nos estudar a sua história e o impacto social e urbano que esta produziu no território. O grupo de autores que trata esta temática é muito limitado, no entanto destacamos nomes como: Custódio e Folgado (1999), Fernandes e Ribeiro (2012) e ainda Milheiro (2021). Custódio e Folgado (1999) por serem pioneiros no estudo da Tabaqueira enquanto unidade fabril, tanto em Lisboa como em Sintra; Fernandes e Ribeiro (2012) pela contextualização social e urbana dada à Igreja do Bairro da Tabaqueira. Por último, Milheiro (2021), no seu estudo sobre a habitação de

renda económica no contexto CUF, resume a realidade habitacional à época.

Dos autores supramencionados destacamos Steegmann (2017), Coelho (2018), Viljoen, Bohn e Howe (2005), assim como Viljoen, e Wiskerke (2012) relativamente à questão do sistema alimentar, tema trabalhado nesta dissertação. As investigações destes autores articulam o desenho urbano aos espaços dedicados ao sistema alimentar, tema abordado nesta dissertação. Estes contribuíram para o desenvolvimento das nossas reflexões sobre o sistema alimentar no bairro operário da Tabaqueira, visto que, nos auxiliaram na compreensão da relação do espaço e do tempo de alimentação com o meio urbano e como estes se influenciam mutuamente.

# CAPÍTULO I

## **A INDUSTRIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO SÉCULO XX**

### **1.1. A CONSTRUÇÃO DE CIDADE A PARTIR DA FUNÇÃO INDUSTRIAL**

No que diz respeito à industrialização estudámos autores vários que abordam a industrialização do território a nível internacional (Benevolo, 1987 [1963]; Rossi, 1977 [1966]), nacional (Reis, 1987; Serrão, 1990; Barata, 2005; Tostões, 2005; Leal, 2008; Costa, 2011; Folgado, 2012) e analisamos estudos de caso portugueses (Tostões, 2005; Carmona, 2010; Faria, 2010; Folgado, 2012). A investigação baseada na literatura foi conduzida para enquadrar o tema da industrialização a nível internacional e nacional e para entender a escolha do sítio na realocação da Tabaqueira.

A Revolução Industrial surge no final do século XVIII e tem como cenário principal a Inglaterra. Com esta registam-se modificações na distribuição da população. Progressivamente os restantes países europeus vão aderindo às novas tecnologias e os modos de vida alteram-se.

A Revolução Industrial emerge da substituição do trabalho manual pelo uso da máquina, o que provocou uma transformação total da sociedade. Face a melhores condições de vida e de trabalho dá-se um aumento demográfico e como consequência temos uma procura de alojamento por parte da classe trabalhadora nas grandes cidades ou na envolvente destas, junto das instalações fabris.

Por outro lado, na cidade moderna, em virtude de uma maior autonomia nas deslocações, a escolha dos locais de residência é independente do local de trabalho. Como consequência destes novos modos de vida o desenho das cidades modifica-se: “A indústria, fonte de todo o mal e de todo o bem, torna-se a verdadeira protagonista da transformação da cidade” (Rossi, 1977

[1966], p. 212). Alguns industriais percebem que se oferecerem habitação aos seus operários estes terão mais tempo para o trabalho e maior qualidade de vida.

Deste modo, junto das indústrias que se realocizavam nas periferias das cidades eram construídos bairros operários, financiados pelos industriais, que funcionavam como minicidades, como foi o caso da CUF do Barreiro e o caso de estudo deste trabalho, o Bairro Operário da Tabaqueira. Estas possuíam todas as funcionalidades necessárias aos seus habitantes para que estes não precisassem de realizar grandes distâncias, nomeadamente tinham creches, escolas, teatros, cantinas, hospitais entre outros equipamentos. Estas políticas sociais iniciadas em França e Inglaterra são designadas de “Paternalismo Industrial”. Estes bairros correspondiam a “acções moralizadoras pela parte do patronato, evitando desvios comportamentais do operariado, uma vez que as acções se revelam habitualmente de curto alcance e são beneficiados os trabalhadores que revelem um comportamento exemplar. Os patrões dominam assim a esfera laboral e social e evitam a agitação operária ou mesmo a falta de mão-de-obra, conseqüente de ondas de emigração, como por exemplo a observada nos anos 60 do século XX em Portugal” (Lameiro & Rocha, 2019, p. 139).

Durante o século XIX o desenvolvimento industrial em Portugal não se processou como em outros países – a indústria não era a atividade principal da nossa economia: “Os autores modernos concordam que, no período que precedeu a primeira guerra mundial, embora estivesse a desenvolver-se há já algumas décadas, a atividade industrial era ainda bastante menos importante em termos económicos do que a agricultura e Portugal dificilmente se poderia considerar uma economia desenvolvida.” (Reis, 1987, p. 208).

Com a implementação da industrialização após a segunda metade do século XIX registamos uma saída das pessoas do campo para a cidade e assistimos a uma

procura de habitação de baixo custo em Lisboa e Porto (cidades portuguesas com maior índice de industrialização). As novas casas são edificadas neste período não pelo governo, mas por sociedades filantrópicas, por industriais e sobretudo por construtores privados (Teixeira, 1992; Lameiro & Rocha, 2019).

A partir de meados do século XIX densificam-se as cidades e em algumas metrópoles, como Londres, os logradouros das cidades começam também a ser construídos e surgem bairros periféricos (Benevolo, 1987 [1963]; Benevolo, 2001 [1977]). Dentro e fora das cidades a classe trabalhadora procura qualquer tipo de alojamento. A maior parte dos bairros que se constroem neste período não obedecem a regras urbanísticas e evidenciam problemas diversos. As carências higiénicas relativamente suportáveis no campo tornam-se insuportáveis na cidade, pelo número elevado de novas habitações e pelas relações de proximidade entre elas (Benevolo, 1987 [1963]; Benevolo, 2001 [1977]). Assim a fisionomia urbana das cidades industriais está diretamente relacionada com o aumento do número de habitantes.

O primeiro recenseamento da população portuguesa realizado em 1864 estimou 163 763 habitantes em Lisboa e em 1890 o número de habitantes desta cidade tinha aumentado para mais do dobro (contabilizaram-se 391 206 habitantes nesta data) (Serrão, 1990). Este aumento do número de habitantes deve-se afluxo de população rural às cidades, mas também ao aumento da taxa de natalidade (Serrão, 1990).

Em meados do século XIX Lisboa também registava problemas de insalubridade, pois a cidade ainda não tinha de um sistema de esgoto, as suas casas eram

de má qualidade, os equipamentos do sistema alimentar (matadouro e mercados) insalubres e o rio Tejo recebia diretamente as descargas das fábricas. Devido a grandes epidemias (febre amarela) e às mortes consequentes a Academia de Ciência organiza um congresso designado *O Congresso Sanitário de 1857*, com engenheiros e médicos, que procuraram soluções para a grande precariedade que caracterizava a insalubridade da habitação operária<sup>1</sup>. Após o congresso foi escrito um relatório no qual participaram os engenheiros da CML, Pierre-Joseph Pezarat e Joaquim Júlio Pereira de Carvalho (1819-1871), diretor e subdiretor da Repartição Técnica da CML. Este texto exprimia as benfeitorias a serem realizadas nas infraestruturas para solucionar os problemas de higiene. No entanto, estas preocupações iriam refletir-se primeiramente nas habitações da burguesia emergente, visto que, as habitações para operários não era uma preocupação camarária ou estatal, mas sim uma problemática que alguns industriais assumiram como sua (Folgado, 2012).

Por sua vez o *Inquérito Industrial de 1891*, ressalva, novamente, a miséria em que os operários fabris viviam nas cidades mais industriais do país, Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal. A preocupação dos industriais em resolver as questões da habitação dos

<sup>1</sup> A habitação operária é a designação dada às habitações para a classe operária: “Na transição de século, o alojamento para os estratos sociais mais baixos toma vulgarmente o nome de alojamento ou habitação operária porque o operariado fabril é a parte mais visível do problema social da habitação. Sabe-se que a classe operária urbana no período é de espectro amplo albergando vários tipos de profissões e, dentro destas, várias patentes. Desta mole de gente, artesãos e operários representavam dois importantes universos quanto aos modos de produção e de habitar.

Pode-se afirmar que o alojamento operário foi a parte mais significativa da habitação popular urbana, termo este que engloba toda a diversidade de soluções de habitação e condições de habitabilidade da população rural que se instalou na cidade industrial. Alguns dos conjuntos de habitação operária decorreram particularmente de estratégias concertadas para o desenvolvimento da produção industrial, integrando-se em formas de ocupação e construção do espaço urbano mais abrangentes centradas na fábrica.” (Lameira e Rocha, 2019, p. 124)



FIG. 1 Obras no Porto de Lisboa s/d

<sup>2</sup> A distinção entre vilas e ilhas, além das questões morfológicas associadas a cada conjunto habitacional, faz-se também devido à sua localização. O termo *ilhas* aplica-se no Porto e *vilas* é mais comum na área de Lisboa.

<sup>3</sup> Nuno Teotónio Pereira “nasceu em Lisboa, em 1922. Diplomado em Arquitectura pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1949, (...). Antes ainda tinha sido admitido na Federação de Caixas de Previdência, no âmbito dos projectos de habitação económica, campo em que acumulou uma vasta experiência. É em 1957 que o atelier se instala na Rua da Alegria, em Lisboa, iniciando uma actividade que constituiu um caso singular no panorama da arquitectura portuguesa pela pluralidade e importância das coautorias, que, em alguns casos, chegam a ser preponderantes. Estão neste caso em primeiro lugar, Nuno Portas, de 1957 a 1974, e Pedro Viana Botelho, nos últimos 25 anos. E ainda Bartolomeu Costa Cabral, Pedro Vieira de Almeida, Gonçalo Byrne, Duarte Nuno Simões e João Paciência, que, com muitos outros profissionais, construíram ao longo de cinco décadas a reputação do escritório. Em 1973 é preso em Caxias pela PIDE, sendo libertado na sequência da revolução de Abril de 1974” (Milheiro, 2009).

seus operários origina iniciativas privadas de edificação de conjuntos habitacionais para o proletariado, nas quais as condições não seriam tão precárias quanto as condições em que a maioria dos operários viviam (Pereira, 1994). Estes conjuntos habitacionais com a designação de *vilas* ou *ilhas*<sup>2</sup> formariam diferentes morfologias que se integraram na cidade de diversas formas.

O arquiteto Nuno Teotónio Pereira<sup>3</sup> (1922-2016), no seu texto “*Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário*”, faz a distinção das tipologias de conjuntos habitacionais edificados pelos privados, em Lisboa, catalogando-os em 9 tipo de conjuntos habitacionais: pátios, da casa bifamiliar à de correnteza, prédios em correnteza e vilas, vilas formando pátio, vilas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas diretamente ligadas à produção, vilas de escala urbana e bairros operários e económicos (Pereira, 1994).

Podemos dizer que no século XX o habitar transforma-se para melhor:

*“A habitação passou a simbolizar um ideal de felicidade. A casa atingiu uma dimensão experimental inseparável, de certo modo, do desenvolvimento industrial que conduziu à mecanização da habitação e, logo numa primeira fase, à criação de novos hábitos de higienização. Inovações transferidas e adaptadas ao domínio da habitação, do doméstico, que renovaram conceitos como a comodidade ou o conforto”* (Folgado, 2012, p. 257).

FIG. 2 *Pátio Particular, Bairro das Palmeiras, vulgo Bairro da Folha, 1938. Barreiro*



Decorria o ano de 1929, quando o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), discutia as problemáticas da habitação, em Frankfurt. A urgência de habitações para as áreas industriais, que oferecessem respostas às questões de salubridade e que otimizassem a habitação, eram transversais. Não obstante, em Portugal essa urgência só chegou com o pós II Guerra Mundial e com o aumento da população: “A população de Lisboa passara de 375 mil habitantes, em 1900, para cerca de 780 mil, em 1948” (Folgado, 2012, p. 258).



FIG. 4 Casas Económicas no Bairro da Ajuda

FIG. 5 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948

FIG. 3 Cartaz do CIAM II - Die Wohnung für das Existenzminimum, 1929

<sup>4</sup>“Ten years before the implementation of the Master Plan for Lisbon that took place in 1948, several drawings and texts were prepared in order to promote such plan. It is therefore necessary to contextualize this preparatory work that supported the implementation of the plan. Preliminary work entitled “Elements for the study of the Lisbon Urbanization Plan”, published in 1938 and written by António Emílio Abrantes is suggested by de Groër to the Master Plan of Lisbon in 1948 as a preliminary analysis program. (...) The “The study of the Lisbon Urbanization plan” (*Estudo do plano de urbanização de Lisboa*) published in 1938 is today in the Archives of Arco do Cego (one of the municipal of Lisbon) but there are copies in other archives and public libraries, as in the GEO (*Gabinete de Estudos Olisiponenses*). The original saved in AAC, show handwritten notes/corrections in French made by the De Groër. This work was structured by written documents along with 15 plans. The writing is divided into 6 parts: historical analysis, a study of the existing population at the time, studies of movement within the city of Lisbon, seismological studies affecting the city of Lisbon, the study of schools (*The Education*), and the study of public services. (Marat-Mendes & Sampayo, 2010, p. 6).

<sup>5</sup> “Casas de Renda Económica”, *construídas em centros urbanos ou industriais, deviam dispor de acesso directo a cada habitação e ter no máximo 4 pisos, entre outras especificações relativas a condições higiénicas, sistemas de distribuição de água ou áreas dos espaços interiores. O governo podia autorizar a construção de edifícios mais altos (blocos) mas apenas em casos excepcionais. Este regulamento promoveu sobretudo a construção de casas económicas para serem alugadas ou vendidas por famílias de classe média* (Lameiro & Rocha, 2019, p. 55) estas passariam a ser comumente denominadas por Habitações Económicas (HE).

Em Portugal as políticas de apoio à habitação, do início do século XX até meados dos anos 40, foram quase inexistentes. Edificaram-se contáveis *Bairros de Casas Económicas* e *Bairros Sociais*, como o bairro social da Ajuda ou o do Arco do Cego. Além de bairros destinados a nichos profissionais, como o bairro da Guarda Nacional Republicana, no Alto da Pina ou os bairros ferroviários. Estes apenas albergavam uma pequena minoria do proletariado de Lisboa (Lameiro & Rocha, 2019). Todavia, “Os Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa de 1938” (Abrantes, 1938), realizados pelo engenheiro municipal António Emídio Abrantes<sup>4</sup>, expõem de forma clara, ao nível do planeamento urbano, “as carências sentidas na cidade, perante a insuficiência e inqualificável habitação para os trabalhadores fabris” (Folgado, 2012, p. 259).

As respostas estatais às questões levantadas com o Estudo do Plano de Urbanização começam a surgir em 1945 através da aplicação da Lei n.º 2005, de 14 março de 1945 e a Lei n.º 2007, de 7 de maio de 1945 (Anexo D), sendo que esta última, alargava a possibilidade de subvenção de *casas de renda económica*<sup>5</sup>, em “centros urbanos ou industriais, [e que] podiam ser edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas, por organismos corporativos, instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas e outras entidades idóneas de direito privado. Alargava-se assim, substancialmente, o leque de entidades públicas interessadas na promoção de habitação.” (Tavares & Duarte, 2018, p. 202). A Lei n.º 2007 articular-se-ia com a Lei n.º 2005, de 14 março de 1945, que tomava um conjunto de medidas sobre a reorganização da indústria existente e definia parâmetros para o surgimento de novas instalações indústrias. Em conjunto, os dois instrumentos legais, chamaram à responsabilidade, as empresas e indústrias, de “dignificar a vida dos trabalhadores

fabris e o encargo com o fenómeno da construção de habitações repousara nas próprias (...), aliviando ou colaborando com a acção do Estado de previdência.” (Folgado, 2012, p. 260). Uma outra resposta por parte do Estado, para a resolução das questões da habitacionais, foi a criação da Federação da Caixa de Previdência, no ano de 1947, com o intuito de orientar os capitais da Previdência na construção das habitações económicas (FCP-HE) (Pereira, 1996, p. 205).

Apesar das medidas tomadas para o desenvolvimento de habitação, na cidade de Lisboa, a articulação entre habitação e indústria, imposta pelas Leis de 1945, diverge das opções tomadas no Plano Diretor Municipal (PDM) de 1948, realizado por Étienne de Groer. Este regulamentou as zonas industriais e portuárias, afastando a possibilidade de edificação de bairros operários nas áreas adjacentes às fábricas.

A proposta de novo modelo de cidade, PDM (1948), coincide com o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948)<sup>6</sup>, no qual se faz uma reflexão sobre o problema da habitação. Os assuntos discutidos pelos CIAM são retomados em prole duma nova arquitetura, que se relaciona com os ideais da Carta de Atenas. As soluções apontadas no Congresso de 1948, passavam pela substituição da casa unifamiliar isolada pela construção multifamiliar em altura, integrada em planos racionais de urbanização,

<sup>6</sup> Um ano antes os CIAM reunidos em Bridgwater na Inglaterra reafirmavam os seus objetivos. No congresso de 1948 são discutidos os problemas do contexto nacional e económico na produção da arquitetura portuguesa. Neste congresso evidencia-se já uma visão crítica sobre os valores do Movimento Moderno, e são defendidos os valores da cidade como uma operação do coletivo.



FIG. 7 Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Étienne de Groer), 1948

que contemplavam a melhoria das condições indispensáveis na resolução dos problemas relativos à insolação e à ventilação garantidas por amplos espaços livres adjacentes, e ainda à articulação da habitação operária no seio das restantes habitações (Folgado, 2012; Lameira & Rocha, 2018).

<sup>7</sup> O projeto de ampliação do parque habitacional da cidade de Lisboa, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, através do programa de *Casas de Renda Económica*, já se tinha iniciado no Bairro de Alvalade, com o Plano de Urbanização (1945) de Faria da Costa: “Tratava-se do primeiro conjunto urbano integrado, antecessor dos bairros de Olivais e Chelas.” (Pereira, 1996, p. 207).

O desenvolvimento da indústria na zona oriental da cidade de Lisboa, na década de 40, coliga-se aos projetos de ampliação do parque habitacional da cidade<sup>7</sup>, na zona dos Olivais. Todavia, a correlação entre indústria (trabalho) e habitação apenas é feita com o plano dos Olivais Sul (1960-1961), que segundo o Gabinete Técnico de Habitação (1959), 60% dos trabalhadores da zona oriental residiam também na zona oriental, muitos em habitações com condições precárias (Folgado, 2012, p. 262).

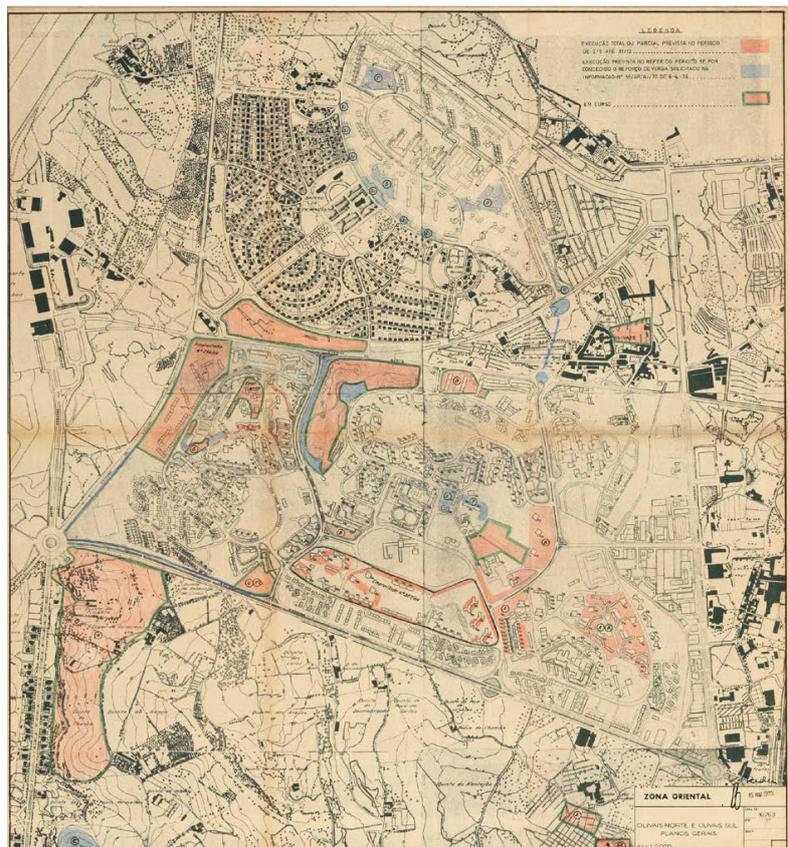


FIG. 9 Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970

As políticas de reordenamento da cidade acarretariam consigo alterações da “fisionomia da cidade industrial”

e com estas advém a mobilização da indústria para a periferia da cidade. Se por um lado, a consolidação do regime autárquico, aliado a políticas de desenvolvimento da rede viária e dos transportes (“forte política de obras publicas”), à agilização do processo de expropriação de solo, e à eletrificação do país eram fatores benéficos para a indústria (Folgado, 2012, p. 124), por outro lado, as políticas de reorganização industrial (Lei n.º.2005 de 1945, Anexo D), a recuperação do condicionamento industrial<sup>8</sup>, as novas políticas urbanas e os planos gerais urbanização camarária, traziam condicionantes para a progressão da indústria na cidade (Folgado, 2012, p. 124).

<sup>8</sup> *Condicionamento industrial* provém da preocupação de se “criar áreas específicas para a atividade industrial, manifestando-se na procura de soluções higienistas” (Folgado, 2012, p. 122). Todavia, esta benfeitoria em prol da saúde pública, concretizou-se através de uma Lei de carácter mais económico, isto é, “a Lei n.º 1956 [de 1937 e seguintes revisões até 1965] impôs que qualquer indústria com um mínimo de relevância económica, para se instalar ou reabrir, ampliar as suas instalações, comprar novas máquinas mudar de localização ou ser vendida, carecia de prévia licença por parte do Estado, (...)” (Folgado, 2012, p. 61)

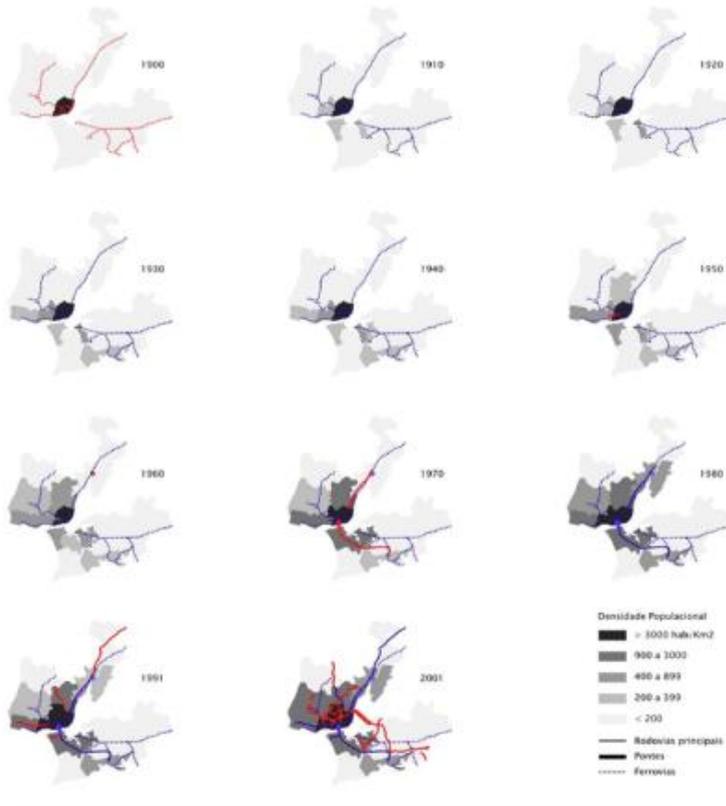


FIG. 11 Densidade populacional e expansão da rede viária em Lisboa, 1900-2001

Entre 1950 e 1970, muitos bairros residenciais são construídos nas periferias das grandes cidades portuguesas e estrangeiras, por forma a dar resposta à mobilização das indústrias. Estes bairros apresentam vários aspetos de desenho idênticos, seja na linguagem arquitetónica, nos conceitos urbanos, nas construções de infraestruturas e até no modelo social de organização urbana que

propõem. São tipologias idênticas de urbanizações, construídas, maioritariamente, pelo setor privado em áreas urbanas periféricas, que dão lugar a um novo modelo de cidade influenciado pela Carta de Atenas. Desde modo, os novos bairros constroem cidade através da relação da habitação com extensa área de espaço público. No entanto, há ainda que mencionar que apesar das políticas públicas de apoio à habitação, como as HE-FCP (Habitações Económicas – Federação de Caixa de Previdência), esta mobilização gerou um outro fenómeno, os bairros de habitação clandestina, tema que não abordaremos nesta dissertação.

FIG. 12 Demarcação de Bairros de habitação clandestina

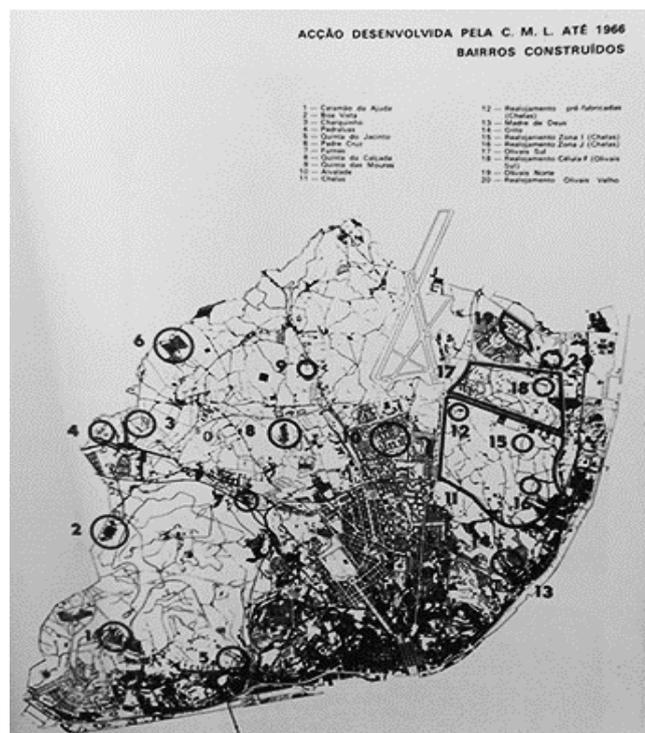
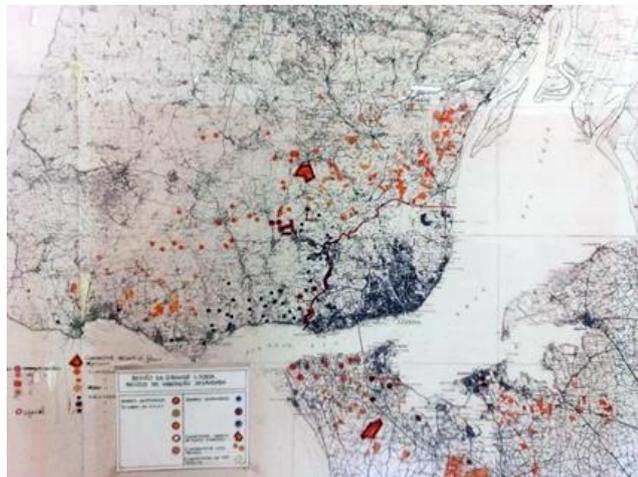


FIG. 13 Bairros edificados 29 pela CML até 1966

Tabela 4 Exemplos de bairros operários industriais construídos e projetados em Portugal anteriores a 1962

Fábrica	Bairro/Habitações em áreas industriais	Ano	Projetista	Construído
Fábrica de Cimento Tejo	Núcleo residencial da Fábrica de Cimento Tejo	1935-36	Gabinete técnico da Empresa	Sim
Empresa Covina	Duas moradias	1943	Arq. Luís Benavente	Sim
CUF Barreiro	Projetos de moradias e blocos habitacionais	1945-51	Arq. Cristino da Silva	Sim
Empresa Cimentos da Maceira-Liz	Habitação com equipamentos	1948	-	Sim
CUF Barreiro	Plano com habitações e equipamentos coletivos	1949	Arq. Cristino da Silva	Em parte
Fábrica de Cimento Tejo	Ante-projeto para ampliação do Núcleo residencial da Fábrica de Cimento Tejo	1950	Arq. Nuno Teotónio Pereira e de Costa Martins	Não
Empresa Covina	Ante-plano de urbanização com construções unifamiliares e equipamentos coletivos (cantina, escola, igreja, campo de jogos, ginásio, mata)	1952	Arq. Rebello de Andrade	Não
Fábrica Solvay	Bloco habitacional	1953-54	Arq. Nuno Teotónio Pereira	Sim
Empresa Covina	Plano de urbanização com 184 habitações e equipamentos coletivos (igreja, escola primária, cinema, piscina, ginásio, campo de jogos, creche e lavadouro)	1958	Arq. Fernando Costa Belém	Em parte
Empresa Sacor	Plano de urbanização Bairro Dr. Oliveira Salazar com área residencial, cívica, verde, circulação e acesso	1950-62	Arq. Jorge Segurado	Sim

## 1.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO PELA COMPANHIA UNIÃO FABRIL (1865 – 1975)

O surgimento da Companhia União Fabril (CUF) remota ao ano de 1898. Todavia, a base do negócio da produção de óleos vegetais, sabão e velas de estearina é anterior em quase 4 décadas.

Este negócio surge pela mão do visconde da Junqueira, José Dias de Leite Sampaio, em 1857, sob a denominação Fábrica União, no largo das Fontainhas, em Alcântara. Após um período de dificuldades, em 1865, a Fábrica União, passa a ser detida pela Companhia União Fabril (Neves, 2010). Não ultrapassando o período de crise, em 1872, entram novos investidores para a CUF, tais como, o visconde da Gandarinha e conde Henry Burnay (Sardica, 2020). Este último é uma figura marcante na economia do século XIX devido às suas diversas áreas de

<sup>9</sup> Alfredo da Silva (1871-1942) Industrial português, foi um dos grandes rostos da modernização industrial em Portugal no século XX. Obtém a sua formação académica no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, onde se destaca no Curso Superior de Comércio. A sua obra enquanto industrial inicia-se com apenas 26 anos, unificando as empresas CAF e CUF, em 1898. A renovada CUF, com fábrica em Alcântara, produzia sabões, velas e óleos vegetais, todavia o interesse por outras atividades industriais na área da química, relocalizam a o negócio para o Barreiro, em 1908. O Barreiro industrial tornar-se-ia a obra de vida de Alfredo da Silva tanto enquanto indústria como obra social. No entanto, a obra de Alfredo da Silva estende-se além da indústria criada na vila piscatória a sul do tejo, ao longo dos anos fundou empresas como a Tabaqueira, o Estaleiro da Rocha do Conde de Óbidos (depois Lisnave), o Banco Totta e Companhia de Seguros Império, entre outros. Morre em 1942, em Sintra, mas foi eternizado por um mausoléu, da autoria de Cristino da Silva, nos terrenos da CUF, no Barreiro, tal como era a sua vontade. Deixa a sua CUF ao genro Manuel de Mello. O industrial português fica eternizado não só pela sua obra empreendedora, mas sobretudo pelas políticas de apoio social aos seus operários.

FIG. 14 Fábrica União em Alcântara

investimento, que iam desde a banca, ao negócio dos tabacos, ao investimento nos caminhos de ferro, entre outros.

Na mesma área de negócio e também em Alcântara, mais concretamente na Avenida 24 de Julho, Henry Burnay era igualmente acionista da Companhia Aliança Fabril (CAF). Proprietário da Fábrica Sol, que produzia, assim como a CUF, óleos vegetais, sabão e velas de estearina.

A CAF surge no final de 1880, e em 1893 era administrada pelo jovem industrial Alfredo da Silva<sup>9</sup>, que era também diretor do banco Lusitano (credor da CAF) e acionista da Carris assim como Henry Burnay (Faria, 2004). Segundo Sardica:

*“A partir do momento em que se tornou administrador gerente da Companhia Aliança Fabril, Alfredo da Silva quis firmá-la no panorama industrial português”* (Sardica, 2020, p. 48).



O facto de Burnay ser acionista, em simultâneo, da CUF e da CAF, fruir de investimento com Alfredo da Silva e ambas as companhias se dedicarem à mesma área de produção, levou à unificação da CUF com a CAF, em 1898. Desta fusão, resulta a Companhia União Fabril, como a conhecemos na Revolução de abril de 1974. A CUF é administrada por Alfredo da Silva, até à sua morte, em 1944 e chega a 1974 pela mão dos seus descendentes, a terceira geração do industrial.

Tabela 4 Indicadores de dimensão da CUF (adaptação Neves, 2010)

	1872/81	1898	1917	1950	1972
Ativo (contos)	281	1.317	9.150	32.912	6.141.662
Trabalhadores	133	n.d.	2.112	12.560	7.978
Unidades Industriais	1	2	6	7	8
Redes de vendas (localidades)	1	3	13	62	63
Empresas associadas	0	0	0	3	19

Com a hegemonia da CUF face às concorrentes na área dos óleos alimentares e sabão, a mesma expande o negócio para sectores como o da produção de adubos, produtos químicos de lema de Alfredo da Silva: «fabrique-se sempre que possível, importe-se sempre que necessário». Assim:

*“Na implementação destas estratégias, a companhia recorreu tanto à aquisição de unidades produtivas já estabelecidas (por exemplo, a fábrica de azeite de Alferrarede em 1907 e a fábrica de tecelagem do Rato em 1916), como à construção de fábricas novas (por exemplo, a fábrica de sabões do Freixo em 1911 e a fábrica de azeite em Mirandela em 1929)”. (Neves P. , 2010, p. 40)*



FIG. 15 Alfredo da Silva (1871 - 1942)

Decorria o ano de 1906 aquando, dado o exponencial crescimento da CUF, com a aquisição de novas fábricas e de novos investimentos na indústria, Alfredo da Silva e a sua equipa iniciam a procura para as novas instalações da indústria química (Almeida, 1993). O Barreiro surge como a resposta territorial mais adequada, visto que detinha muitas das características que uma indústria em expansão poderia desejar:

*“Na margem do Tejo, tinha águas abundantes, contactos fluviais e proximidade a rotas de navegação internacionais; ficava perto de instalações financeiras, técnicas e comerciais de Lisboa; estava ligado à capital por carreiras frequentes de vapores que facilmente uniriam a CUF de Alcântara e das Fontainhas ao novo parque industrial da outra margem; tinha já além disso um cais acostável e uma ligação ferroviária, na vila, à linha do Sul e Sueste, que partia para o Alentejo, ou seja, para a área da lavoura nacional para qual a CUF direcionaria a sua produção química de adubos, e na qual poderia recrutar mão-de-obra abundante para as novas fábrica”* (Sardica, 2020, p. 67).

Em 1907, com a compra dos terrenos no Barreiro, inicia-se uma nova fase para a Companhia União Fabril. A expansão da indústria para uma pequena vila piscatória, como o Barreiro, incluiria, além da evidente construção de fábricas e espaços laborais, espaços de apoio social (Sardica, 2020). Estes provinham de uma política de apoio social que se iniciara ainda nas fábricas de Lisboa, apoiada tanto Henry Burnay como por Alfredo da Silva, através da fundação de “uma despensa de géneros alimentares e uma caixa económica para auxílio do pessoal, uma farmácia e um posto de socorros médicos, e uma pequena creche e sala de aulas para educação dos filhos dos operários da CUF” (Sardica, 2020, p. 52). Com o início da laboração das fábricas do Barreiro, em 1908, também se inauguravam-se os edifícios de carácter social, tais como despensa, padaria, talho, cantina, carvoaria, um posto médico e farmacêutico, em paralelo, iniciava-se a construção de um bairro operário (Almeida, 1993).

O complexo industrial começou por ser organizado por áreas que distinguiam a zona residencial, serviços de apoio social e administração da área destinada à laboração (Henriques, 2015). Na área destinada aos edifícios fabris, estes eram organizados por zonas, departamentos e serviços:

*“Os departamentos e serviços prestavam a assistência às diferentes zonas, desenvolvendo-se uma constante articulação entre a parte operativa, técnica e produtiva. (...) As edificações da primeira fase, até sensivelmente aos anos 30, estiveram a cargo do engenheiro químico francês Stinville, director técnico das instalações do Barreiro de 1907 a 1927, e comumente referenciado como o autor dos projectos das fábricas de ácido sulfúrico, de superfosfatos e de sulfato de cobre” (Folgado, 2010, p. 331).*

Apesar do período conturbado, a nível político e socioeconómico, que foram as primeiras décadas do século XX, tanto nacional como internacional, a CUF superou os desafios impostos. O aumento exponencial de produção de adubos, conduziu-o a que a importação de adubos fosse inferior à produção nacional pela primeira vez, em 1913 (Mónica, 2018). Este aumento de produção abriu a mesmo ano, abriram pontos de vendas e mais tarde escritórios em Espanha (Sardica, 2020).

Tabela 5 Evolução da produção de adubos

Ano	Produção de Adubos (Complexo Industrial do Barreiro)
1909	12 718 toneladas
1910	45 121 toneladas
1911	59 885 toneladas
1912	96 147 toneladas
1913/1914	110 865 toneladas

Espanha foi também o país escolhido por Alfredo da Silva aquando teve a necessidade de se exilar entre 1919 e 1928. A instabilidade política e social que assombrava o país, levou a que Alfredo da Silva fosse

<sup>10</sup> Noite Sangrenta, designação dada à noite de 19 para 20 de outubro de 1921 "(...) uma "camioneta fantasma", conduzida pelo Cabo Abel Olímpio, o "dente de ouro", e por praças do Exército, marinheiros e soldados da GNR, circulou por Lisboa e procedeu ao assassinio de António Granjo (primeiro ministro afastado horas antes), Machado Santos, o "herói da Rotunda", Carlos da Maia, também herói do 5 de Outubro e ministro da Marinha de Sidónio Pais, Freitas da Silva, oficial da Armada e chefe do gabinete do ministro da Marinha e Botelho de Vasconcelos, coronel e colaborador de Sidónio Pais. Cunha Leal, um ministro da República que foi conduzido ao Arsenal da Marinha, foi também ferido gravemente. Integrando uma lista longa de nomes a abater, estavam igualmente outros ministros da República e industriais como Alfredo da Silva, que se salvou da morte, em Leiria, quando procurava ausentar-se do país. Os culpados materiais foram julgados e condenados em tribunal." (Farinha, 2017)

<sup>11</sup> Manuel de Mello (1895-1966), nascido em Sintra, na Quinta da Ribafria, aristocrata de nascimento, era filho 2º Conde do Cartaxo. Em 1919, assume dois casamentos, em maio une-se por matrimónio a Amélia Silva, filha única de Alfredo da Silva, não antes do seu futuro sogro o questionar se aceitava "casar também com a CUF", em março de 1919, torna-se vogal da administração da CUF. Acompanhando de perto o crescimento da Companhia nos anos subsequentes, passa a ser a "sombra fiel e prestativa do sogro". No final da década de 1920, assume funções de gerente executivo primeiramente da Tabaqueira e depois da Sociedade Geral e da Casa Totta. Com a morte de Alfredo da Silva em 1942, Manuel de Mello assume a gerência da CUF, já com o apoio dos seus filhos, Jorge de Mello e José Manuel, a dar continuidade à obra social e educativa da CUF, com estatutos aprovados em 1964.

FIG. 16 Manuel de Mello (1927-1966)

alvo de 2 atentados em Lisboa, no ano de 1919 e um outro, em 1921, em Leiria, após a Noite Sangrenta<sup>10</sup>. É também em 1919, que entra para a CUF como vogal da administração, Manuel de Mello (1895-1966)<sup>11</sup>, que viria a ser o sucessor de Alfredo da Silva na Companhia e seu futuro genro.

Apesar da administração à distância, Alfredo da Silva, com o apoio do seu genro em Lisboa, adquire e cria algumas das empresas mais marcantes do seu domínio, como a Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes Lda. vulgarmente conhecida por SG, adquire a Casa Bancária José Henrique Totta e Cia e funda, ainda, a Tabaqueira (Sardica, 2020). Multiplicando as empresas associadas à CUF e as suas atividades económicas.



A estagnação dos negócios no Pós I Guerra Mundial foi colmatada com a modernização das indústrias (Sardica, 2020). Só com o exercício do Estado Novo é que a CUF retomou o seu crescimento e desdobrou-se em

áreas de negócio, o lema “o que o país não têm, a CUF cria” é o seu mote para o crescimento:

*“Ao longo da primeira década do Estado Novo, o empório fabril do Barreiro não cessou de se alargar e complexificar, puxando também pelo desenvolvimento das localidades ainda nas Fontainhas e na Avenida 24 de Julho, do lado de novos equipamentos no perímetro industrial da CUF no Barreiro (...). E, a juntar a tudo isto, um novo cais de acostagem, uma central elétrica diesel renovada, e a ampliação do bairro operário (...) (Sardica, 2020, p. 118).*

É ainda no final da década de 30, em 1937, que é concedido à CUF o arrendamento dos estaleiros navais da Rocha do Conde de Óbidos, considerado o *ex-libris* do regime, aqui passariam a ser construídas as embarcações da SG, que ligariam a CUF e Portugal ao mundo. (Sardica, 2020). É com a gestão dos estaleiros da Rocha Conde de Óbidos que Alfreda da Silva se afirma como “o grande capitão da indústria portuguesa”, visto que, colocou a CUF na posição cimeira entre os grupos/famílias industriais e empresariais a nível nacional e a nível colonial (Sardica, 2020, p. 128).



FIG. 17 Vista aérea das fábricas da CUF no Barreiro da década de 1930

A morte de Alfredo da Silva, em 1942, nada alterou o rumo de crescimento da Companhia, visto que, Manuel de Mello assume naturalmente o cargo de administrador-gerente como o seu sogro tinha ambicionado. Se Alfredo da Silva tinha marcado a CUF pela sua visão urbana, industrial e burguesa do mundo, Manuel de Mello contrastava pela visão mais ponderada, paternalista e aristocrática (Mónica, 2018). A este ficou incumbida a responsabilidade de ser agente de transição entre o fundador Alfredo da Silva e os seus netos, Jorge e Manuel José de Mello, mas também de dar continuidade à obra do seu sogro num contexto de dificuldades impostas pela II Guerra Mundial (Faria, 2004). Manuel de Mello ficaria na direção da CUF por um período de 24 anos, até ao ano da sua morte, em 1966.

É na era de Manuel de Mello, que surge a obra mais sonante da CUF aos dias de hoje, o hospital do grupo CUF, na Avenida Infante Santo, em Alcântara, perto das primeiras fábricas da Companhia, inaugurado em 1945 e idealizado ainda por Alfredo da Silva (Faria, 2004). Contudo, é num período de dificuldades económicas em Portugal, impostas pela II Guerra Mundial, que as políticas de «paternalismo» da CUF mais se destacam. Trabalhar para Companhia União Fabril era garantir um modo de vida estável e com benefícios permanentes para cada indivíduo e para a sua família:

*“No domínio da assistência arrolavam-se a cantina, o refeitório, a despensa, a padaria, o talho (tudo estruturas que eram mantidas apesar do défice financeiro de exploração), o bairro operário de «casas económicas», a creche para assistência infantil, a Companhia de Seguros Império para assistência a sinistrados, e os cuidados farmacêuticos e médicos, os primeiros a cargo do laboratório-farmácia e os segundos enquadrados na Caixa de Previdência de Pessoal da Companhia União Fabril e Empresas Associadas. Na área da previdência incluíam-se as pensões gratuitas ou obrigatórias (subsídios de doença ou reformas por velhice ou invalidez), o abono de família, introduzidos em janeiro de 1943, e os subsídios de casamento e nascimento, revistos e melhorados na gestão de Manuel de Mello. Para a cultura e o desporto dispunha a CUF*

*de uma Escola Primária no Barreiro, inauguradas em 1927, mas deslocada para um novo edifício em 1942, da biblioteca, do cinema-ginásio (com 1200 lugares), e do Grupo Desportivo da CUF, uma estrutura que oferecia a possibilidade da prática de futebol, basquetebol, voleibol, ténis, patinagem, natação ou remo, e que dispunha de instalações com balneário, esplanada, sala de jogos e salão de festas e ainda um pequeno centro de medicina desportiva. Finalmente, a proteção no trabalho previa já medicina laboral com análises clínicas regulares e políticas de segurança nas fábricas com prevenção de acidentes e rigorosa estatística dos mesmos, suas causas e tratamentos realizados aos sinistrados” (Sardica, 2020, pp. 165,166).*

Como podemos observar na *Tabela 6 – Evolução das empresas da CUF e diversificação das atividades económicas*, é a partir da década de 40, mais concretamente no pós-guerra, que se dá um aumento significativo no número de empresas e que a CUF amplia a sua diversidade de negócios. Além da aposta no sector da saúde, como já referido, inicia-se a aposta no setor do cobre, tanto a nível nacional (sede no Porto) como das colónias, surge a União Fabril de Azoto e ainda apostam na metalomecânica e maquinaria. Já nos anos 50, surgem a União Fabril Farmacêutica, a Sovena, a Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques (Soponata) e Manuel de Mello ainda se associa à TAP (Companhia de transportes aéreos portugueses fundada em 1945) (Sardica, 2020).

*Tabela 6 Evolução das empresas da CUF e diversificação das atividades económicas [adaptação (Silva, 2020, p.73)]*

<b>Período</b>	<b>Número de Empresas</b>	<b>Número de atividades económicas (segundo a Classificação de Atividade Económicas)</b>
1900 - 1910	1	1
1911 - 1920	4	3
1921 - 1930	8	8
1931 - 1940	8	9
1941 - 1950	19	15
1951 - 1960	35	19
1961 - 1970	99	31
1971 - 1974	168	35

<sup>13</sup> Fernando Silva iniciou os seus estudos em Lisboa nas Belas Artes, mas formou-se na Escola de Belas Artes do Porto em 1944. Dos inúmeros projetos de arquitetura de que é autor destacamos o Hotel Sheraton e a Urbanização da Portela de Sacavém.

Com o aumento exponencial de trabalhadores e dirigentes, nas mais diversas áreas (*Tabela 7*) e com a crescente população em busca de trabalho na área metropolitana de Lisboa, na qual se incluía o Barreiro<sup>12</sup>, houve a necessidade de ampliar o Bairro Operário como resposta direta às questões da falta de habitações no Barreiro<sup>13</sup>. Para a elaboração deste projeto de expansão, foi convidado o arquiteto Luís Cristino da Silva, na sequência de anteriores colaborações com a CUF, nomeadamente das moradias para engenheiros (1943-1947) e do mausoléu em memória de Alfredo da Silva (1947) (Caldas, 2010). A sequência de trabalhos do plano de urbanização para o “Novo Bairro Operário” acarreta também uma mudança na forma de projetar os bairros operários da CUF. O próprio arquiteto Cristino da Silva optou por apresentar uma “solução de bairro jardim em altura, concentrando parte da população em blocos habitação coletiva, higiénicos e confortáveis”, em vez da “solução de bairro jardim em superfície constituído por casas unifamiliares” (Pinto, 2021, p. 171).

*Tabela 7 Pessoal Efetivo da CUF [adaptação (Neves, 2010, p. 53)]*

<b>Período</b>	<b>Total de Dirigentes, Técnicos, Administrativos, Comerciais, Operários Fabris e de Oficinas</b>
1910 - 1915	2.280
1920 - 1925	2.870
1930 - 1935	6.530
1940 - 1945	10.460
1950 - 1955	12.560
1960 - 1965	11.520

O plano de urbanização definido pelo arquiteto Cristino da Silva, apesar de estar em concordância com o solicitado pela CUF e aprovado pela CMB (Câmara Municipal do Barreiro), apenas se concretizou em parte, com a edificação de alguns blocos habitacionais, que foram desenvolvidos pelo arquiteto Fernando Silva (1914-1983)<sup>13</sup>

(Caldas, 2010) e inaugurados em 1955 (Pinto, 2021). A relação entre o arquiteto Fernando Silva e a CUF, manteve-se estreita tendo o mesmo sido convidado para desenvolver outros projetos da CUF, como a sede na empresa na Av. 24 de Julho em Lisboa, a agência do Banco Totta Aliança no Barreiro, o complexo industrial da União Fabril de Azoto, em Alferrarede, entre outros projetos (Pinto, 2021).

O projeto de expansão da CUF continuou em 1957, só no complexo industrial do Barreiro, existiam cerca de 200 edifícios, de carácter fabril e social que ocupam uma área de 2 145 000m<sup>2</sup> (Folgado, 2010).

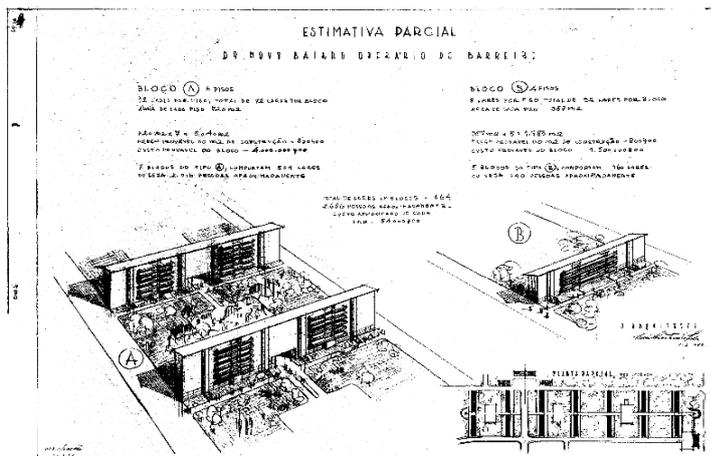


FIG. 18 Plano definitivo de urbanização do novo bairro do Barreiro – Plano director – Perspectiva

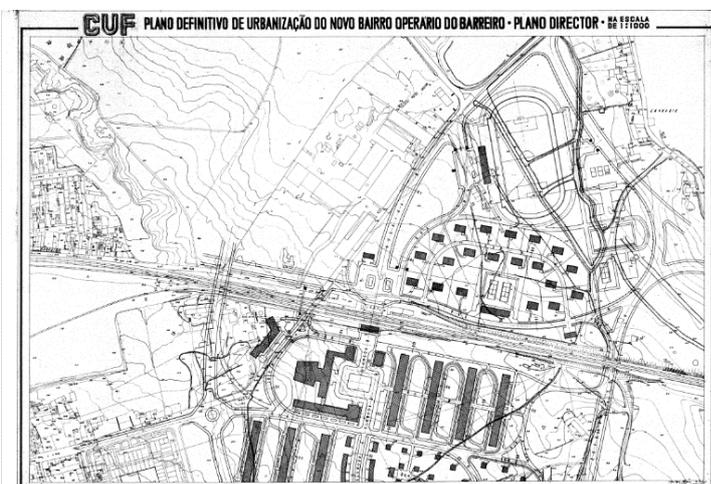


FIG. 19 Plano definitivo de urbanização do novo bairro do Barreiro – Plano director

FIG. 20 Bloco para o novo bairro operário construído segundo projeto do Arq. Fernando Silva (Caldas, 2010, p. 323)



<sup>14</sup> Considerado a maior doca-seca do mundo

A década de 60 no conglomerado CUF corresponde ao intervalo temporal onde se dá o maior aumento de capital e de empresas ligadas à Companhia União Fabril. Todavia, o aumento de trabalhadores efetivos da CUF é pouco significativo comparado com períodos anteriores. Na sequência desde crescimento, é também nos anos 60, que o território da área metropolitana de Lisboa é marcado novamente pela CUF. No concelho vizinho ao Barreiro, Almada, mais concretamente em Cacilhas, é construído o estaleiro da Margueira<sup>14</sup>, no qual a Lisnave passaria a executar os seus trabalhos a partir de 1967. Já no concelho de Sintra, na zona rural de Albarraque, é edificado o com-



FIG. 21 Estaleiro da Margueira, Cacilhas

plexo fabril da Tabaqueira, inaugurado em 1962, e, posteriormente em 1964 é inaugurado o bairro operário destinado aos seus trabalhadores (Sardica, 2020).

Decorre o ano de 1966, aquando se dá uma mudança de rostos na direção da Companhia, a terceira geração, Jorge e José Manuel de Mello assumem a gerência do “maior grupo económico português”, após o falecimento de seu pai, Manuel de Mello, em outubro:

*“Se este [Manuel de Mello] «casara» com a CUF, os seus filhos nasceram e cresceram educados no código de honra e de trabalho do avô” (Sardica, 2020, p. 175).*

Em virtude, do envolvimento de ambos os irmãos nos trabalhos da Companhia desde cedo<sup>15</sup>, a passagem da segunda para a terceira geração foi tão pacífica como a de Alfredo da Silva para Manuel de Mello, nos anos 40 (Sardica, 2020). As áreas de trabalho que cada irmão passou a comandar já se tinham estabelecido ao longo dos anos em que estes desempenhavam funções na empresa:

*“Jorge concentrou-se no ramo químico e industrial, que era o core-business da CUF, e também nos tabacos e nos têxteis, e José Manuel ficou com os setores bancários, de seguros e de construção e reparação naval” (Sardica, 2020, pp. 175,176).*

A década de 70, em Portugal e no desenvolvimento da CUF pode-se dividir em dois tempos: num primeiro momento de pura prosperidade, no qual o sucesso da CUF era o sucesso de Portugal e vice-versa, dado a importância económica que o grupo empresarial tinha em Portugal; num segundo momento, no qual um grupo empresarial, com mais de 100 anos de laboração,

<sup>15</sup> Jorge de Mello (1921-2013) inicia a sua parceria com a CUF no ano de 1945, com 24 anos de idade e começa por estagiar na área dos adubos e da química. Em 1948, ascende a membro do Concelho Administrativo e passa ser assessor do seu Pai. Por sua vez, José Manuel de Mello (1927-2009) chega a membro do Concelho Administrativo em 1953, com apenas 25 anos (Sardica, 2020, p. 175.).



FIG. 22 Família Mello (da direita para esquerda) Manuel de Mello, José Manuel de Mello e Jorge de Mello.

e que contribuiu para o desenvolvimento do país, se desfaz em menos de um ano.

A prosperidade que assolou a CUF nos primeiros 4 anos da década de 70 era de tal forma relevante que se contabilizaram 120 empresa dentro do grupo CUF, nas mais variadas áreas.

Tabela 8 Organização Grupo CUF 1974 [adaptação (Silva., 2021, p. 78)]

FAMÍLIA CUF										
Império (seguros)	Banco Totta Aliança (banco)	Sogefi (holding financeira)	CUF (químicos)	CNN (transporte Marítimo)	Lisnave (construção naval)	EGF (holding)	Sociedade Geral (holding)	Tabaqueira (tabaco)		
11 empresas	12 empresas	9 empresas	38 empresas	22 empresas	6 empresas	6 empresas	13 empresas	3 empresas	120 empresas	
Seguros Imobiliários Construção Fundos de Investimento Serviços	Banca Comércio	Construção Serviços Tabaco	Químicos Farmacêuticos Têxteis Alimentar Metais Minas Comércio Engenharia Processamento de dados Outros serviços	Transporte Serviços	Reparação naval Engenharia	Turismo Serviços Media Construção	Colónias Novos negócios Comércio Turismo Serviços	Colónias		

Contudo, o golpe de Estado que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo, que governava em Portugal deste 1933, sob a liderança de António Oliveira Salazar e posteriormente de Marcello Caetano, e que tinha apoiado a CUF no empreendedorismo empresarial e social desenvolvido pelas três gerações da Companhia, viria também a derrubar o grupo CUF como conhecido até ao 25 de Abril de 1974.

A democracia vendida pelo Movimento das Forças Armadas de “descolonizar, democratizar e desenvolver” e de transformar Portugal num país com uma sociedade mais igualitária, marcou profundamente o grupo empresarial. Esta convicção de mudança na população em geral, começou por se sentir no ambiente laboral, que tinha por costume ser pacífico, e que após 25 de Abril se transformou num ambiente “antiburguês, antipatrão, anticapitalismo, antiautoridade” (Sardica, 2020, p. 194). O culminar da mudança imposta pela Revolução no grupo CUF deu-se no dia 12 de março de 1975, quando Jorge de Mello recebeu ordem de prisão e foi enviado para a prisão de Caxias, saiu de Caxias no dia 16 do mesmo mês (Sardica, 2020).

Todavia, a queda do grupo empresarial mais importante em Portugal estava instalada. A 14 de março de 1975, a CUF sofre a primeira nacionalização e num ato de desenfreadas nacionalizações, a 25 de setembro de 1975 é oficializada a nacionalização das empresas da CUF pelo Decreto-Lei n.º 532/75. A CUF desaparece em 7 meses.

Volvidos quase 50 anos da massiva nacionalização da Família empresarial CUF, conseguimos entender que as marcas deixadas não foram só as perdas económicas para a família Mello e o declínio da industrialização em Portugal. A perda da dinamização urbana e o abandono dos territórios, que se tinham transformado com a industrialização impulsionada pela companhia, também



FIG. 23 Evolução CUF Barreiro 1907-1970

o seu impacto, como iremos ver no caso de estudo do Bairro Operário da Tabaqueira.

## **1.2. O NEGÓCIO DO TABACO, NA CIDADE DE LISBOA**

Os Descobrimentos, no século XVI (1542) proporcionaram o conhecimento da planta do tabaco por Luís de Goís (Leite, 1955). De todos os produtos de origem vegetal, como o café, o cacau ou o chá, importados para a Europa, nenhum traria um impacto tão duradouro como a planta do tabaco (Leite, 1955). A planta medicinal, como Câmara (1995) a apelida, impactou a sociedade a nível económico, político, social e cultural (Câmara, 1995). Esta planta criou o imposto mais desejado por qualquer Estado, isto porque “Fumar é um vício e, como tal, pode ser tributado sem que ninguém considere o facto uma injustiça.” (Mónica, 1992, p. 461). As fontes de receitas que o tabaco proporcionava eram diferentes em todos os países. Em Portugal:

*“(...) a receita proveniente dos tabacos chegava, em 1860, a 1/8 do orçamento do Estado, o que era superior ao que se passava no resto da Europa. Por essa mesma época andaria à roda de 1/12 em Inglaterra e de 1/13 em França” (Mónica, 1992, p. 462).*

A industrialização do tabaco dá-se apenas no final do século XVIII. No entanto, era a Coroa que geria este sector. Esta gestão ou a fazia diretamente a Coroa, ou, arrendava-la (em conjunto com o setor do sabão) a particulares (Mónica, 1992).

O arrendamento do setor dos tabacos dava-se, por norma, em triénios e implicava o pagamento de uma prestação anual fixa ao Estado (Mónica, 1992). É então através dos contratos de arrendamento do sector do tabaco que surge a figura dos “caixas”. Arrendatários do monopólio do tabaco e dos quais dependia a importação, fabrico e venda de tabaco. A escolha dos “caixas” estava dependente do poder político, e devido aos

grandes lucros que este negócio produzia, os interessados em controlar a sua produção eram muitos. No entanto, desde o final do século XVIII que o monopólio era gerido por um número reduzido de famílias, entre elas os Cruz Sobrais, os Braamcamp, os Quintelas (Mónica, 1992).

Entre regimes absolutistas e liberalistas o monopólio do tabaco ia mudando de mãos uma vez que a escolha dos “caixas” dependia do poder político. A Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora, surge em 1844, fundada pelo Visconde de Ferreira, José Isidoro Guedes e José Eugénio de Almeida (entre outros acionistas), e em maio de 1846 assume o um novo contrato do tabaco por um período de doze ano. Apesar de manter os trabalhos na antiga Fábrica do Jardim do Tabaco e na Fábrica do Caneiro, concentra a maior força fabril na Fábrica de Xabregas (Câmara, 1995).

Tabela 9 - Maiores empresas tabaqueiras 1881 [adaptação (Neves, 2007 p. 207)]

<b>Empresa</b>	<b>N.º de trabalhadores</b>	<b>Capital Social (contos)</b>	<b>Produção (contos)</b>	<b>Potência dos Motores (c.v)</b>
Companhia Nacional de Tabacos	1.821	1.380	3.510	88
Companhia dos Vendedores de Tabaco	324	156	350	14
Miguel Augusto, Fonseca & Cardoso	281	150	280	8
J. A. de Lima & C <sup>a</sup>	246	257	240	8
Eduardo de Mendia & C <sup>a</sup>	230	325	300	8
Manuel Monteiro de Sousa	184	100	134	8

A monopolização do contrato dos tabacos mantém-se até 1864, ano em que D. Luís I, liberaliza o negócio do tabaco, e é “extinto o regime de arrematação e decretada a liberdade do fabrico, muito embora fosse condicionada a algumas restrições” (Câmara, 1995, p. 30). A 1 de janeiro de 1865 inicia-se o mercado livre de tabaco que se manteve durante 24 anos.

Após a liberalização do fabrico de tabaco surgiram 18 unidades fabris em Lisboa, 19 no Porto, 10 nos Açores e 3 na Madeira (Câmara, 1995). Contudo, nos anos posteriores à liberalização do comércio do tabaco e até

A contestação dos operários que se fez sentir por parte dos “manipuladores do tabaco” não se deveu apenas ao desemprego que se assentou com a falência das unidades fabris. A falta de condições de trabalho, que se refletia na grande mortalidade que atingia a classe dos operários, e a mão de obra barata foram outros dos fatores que geram revolta na classe dos trabalhadores do tabaco. Esta classe demonstrara, ao longo do século XIX, que tinha capacidade organizativa e de combatividade. Como forma de exposição dos seus protestos em 1879, surge o jornal *A Voz do Operário* (Santos, 1981).

<sup>17</sup> Não podemos esquecer o papel do Estado na estrutura industrial portuguesa quer através da criação de novas indústrias, quer na modernização tecnológica ou ampliação das indústrias existentes (Custodio, 2005).

ao Inquérito Industrial (1881), as pequenas fábricas faliram e outras fundiram-se. Criando-se neste período de tempo uma grande contestação operária<sup>16</sup> devido ao forte desemprego que se fez sentir. Das associações de pequenos negócios surge a Companhia Nacional de Tabacos em Xabregas que passou a dominar o mercado.

Os grandes lucros que a Companhia Nacional de Tabacos obtinha, e a especulação do negócio do tabaco aliada às hostilidades entre tabaqueiros, fez com que o Estado<sup>17</sup>, ao deparar-se com uma situação económica de quase bancarota, olha-se novamente para o negócio do tabaco como fonte de lucro (Mónica, 1992).

O Estado numa tentativa de manter o liberalizado negócio do tabaco proíbe, em 1887, a instalação de novas fábricas e impõe um imposto às empresas que caso não fosse liquidado teria como consequência a expropriação:

*“Depois de, em Janeiro de 1887, ter proibido a instalação de novas fábricas, o ministro progressista publicava, em Agosto, um decreto-lei estipulando um imposto (4250 contos) que o conjunto das fábricas teria de pagar ao Estado. As empresas que não pudessem satisfazer as suas quotas, estipulava, seriam obrigadas a fechar, prevendo-se a hipótese da expropriação”.* (Mónica, 1992, p. 470).

FIG. 24 Pintura da Fábrica da Companhia Nacional de Tabaco (1859)



O Estado tem um papel na estrutura industrial portuguesa, assim, “não deixa de ser em múltiplos aspectos omnipresente, quer no dinamismo do crescimento

económico, quer no lançamento de programas específicos de criação de empresas necessárias ou ideologicamente colocadas para promover a nacionalização da produção e dos produtos” (Custódio, 2005, p. 29).

A recusa da Companhia Nacional de Tabacos para liquidar a quota imposta pelo Estado, conduz, em setembro 1887, a uma ideia de nacionalização das fábricas de tabaco. Todavia, só em maio do ano seguinte se torna pública essa decisão:

*“Apesar das críticas, o sector foi nacionalizado a 25 de Maio de 1888. A lei declarava que o fabrico dos tabacos passava a ser exclusivamente feito por conta do Estado, sendo expropriadas, por utilidade pública, todas as fábricas. A venda permanecia livre, embora sujeita a normas. O Estado comprometia-se a conservar o pessoal empregue pelas empresas particulares, sendo-lhes pagos, a partir de então, salários uniformizados. O longo arco do liberalismo, que permitira a existência de alguma concorrência entre as empresas de tabaco, terminara. Na economia, na sociedade, na política, vivia-se um clima proteccionista e autoritário”* (Mónica, 1992, pp. 471-472).

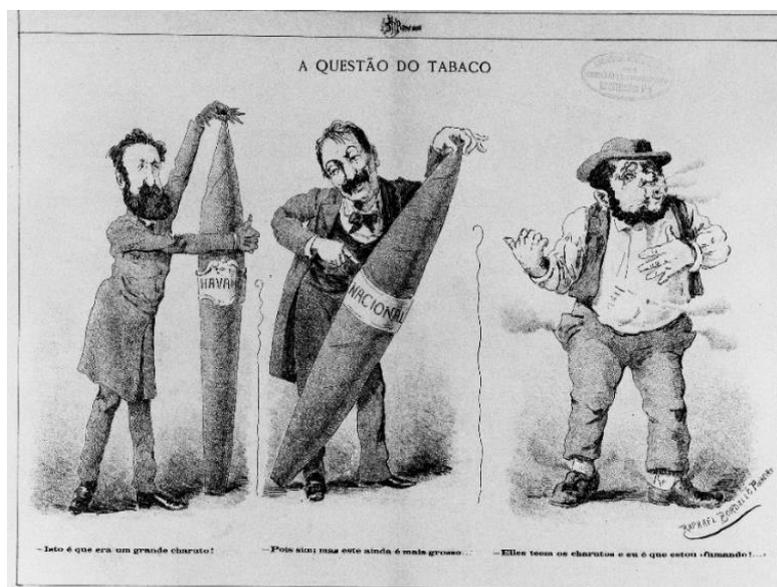


FIG. 25 A questão do Tabaco, Rafael Bordallo

Com a nacionalização da indústria do tabaco, o Estado passa a explorar diretamente o negócio do tabaco durante os três anos seguintes. No entanto, devido à situação de crise financeira em que se encontrava Portugal, o Estado sentiu-se obrigado a abrir um concurso público

para arrendar novamente o monopólio do tabaco, um dos negócios mais rentáveis para a economia. A concessão do monopólio do tabaco, foi dada, em 1891, à Companhia dos Tabacos de Portugal por um período de 35 anos (Câmara, 1995, pp. 40,41).

Assim, o Estado com este negócio, conseguiu defender inúmeros postos de trabalho dos operários das fábricas de tabaco. É ainda de referir que da administração da Companhia dos Tabacos de Portugal faziam parte não só as casas bancárias Henry Burnay e Fonseca, Santos & Vianna, que tinham sido as principais beneficiadas pelo tesouro português, mas também banqueiros estrangeiros, com sede em Paris e que eram denominados de *Comité*. Este fator, de financiamento estrangeiro, foi essencial para impulsionar a modernização da produção de tabaco em Portugal (Câmara, 1995).

O contrato da Companhia dos Tabacos de Portugal sobre o monopólio dos tabacos que se iniciou com um governo monárquico e que ultrapassa diferentes crises políticas, nacionais e internacionais, tem o seu termino a 30 de abril de 1926. Já com um governo liderado por uma república "(...) o governo tomou posse das fábricas, de Xabregas e Lisbonense em Lisboa e da Portuense e Lealdade no Porto, através de uma Comissão Administrativa provisoria denominada Co-"*Régie*" (Câmara, 1995, p. 83).

A instauração da Ditadura Militar a 28 de maio de 1926, traria novas regras para o negócio do tabaco. Cerca de um ano depois da imposição da Ditadura Militar (1926-1933), Sinel de Cordes (1867-1930), ministro das Finanças do governo do General Carmona (1869-1951), estabelece que o regime de importação, fabricação e venda de tabaco devia ser livre, segundo determinada regulamentação e condições. Este novo posicionamento fase ao contrato do tabaco entra em

vigor através do decreto n.º 13.587 de 12 de maio de 1926 (Base para o Regime dos Tabacos). Contudo, apesar da nova liberalização o Estado continuava a adjudicar as suas fábricas para arrendamento e só eram permitidos dois concorrentes (Sardica, 2020).

A concessão dos tabacos do Estado, que se iniciaria em 1927, impulsionou o setor e traria novos candidatos a concurso. Foi o caso de alguns dos investidores da Companhia União Fabril, sob a administração de Alfredo da Silva, que decidiram uniram-se e apresentaram a proposta da “Companhia Tabaqueira Portuguesa” (Sardica, 2020). Apesar de terem perdido a concessão para a Companhia Portuguesa de Tabacos (CPT), os investidores da CUF, sob a sabia liderança de Alfredo da Silva decidem avançar com o negócio dos tabacos, fundando *A Tabaqueira*, tema que abordaremos com maior detalhe no decorrer do trabalho.



FIG. 26 Companhia Portuguesa de Tabacos, arrendatárias das fábricas do Estado

A Companhia Portuguesa de Tabacos era nesta fase composta pelos antigos intervenientes da Companhia dos Tabacos de Portugal, apenas com uma nova reestruturação. A 18 de julho de 1927, o Supremo Tribunal de Justiça confere à Companhia Portuguesa de Tabacos o contrato de Tabacos com o Estado português (Câmara, 1995).

*Tabela 10 - Companhias adjudicadas à comercialização e fabricação de tabaco (em Lisboa)*

<b>Empresa</b>	<b>Fundação</b>	<b>Acionistas / Fundadores</b>
A Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora	1844	Visconde de Ferreira; José Isidoro Guedes; José Eugénio de Almeida; outros
Companhia dos Tabacos de Portugal	1891	Henry Burnay; Fonseca, Santos & Vianna; investidores estrangeiros
Companhia Portuguesa de Tabacos	1927	Henry Burnay; Fonseca, Santos & Vianna; investidores estrangeiros
A Tabaqueira	1927	Alfreda da Silva
INTAR – Empresa Industrial de Tabacos, SARL	1975	Companhia Portuguesa de Tabacos
Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos E.P	1976	Tabaqueira e INTAR (nacionalização)
Philip Morris Inc.	1996	Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos E.P (reprivatização)

No entanto, apesar da concorrência do negócio dos tabacos ter o avale do Estado, havia diferenças de impostos pagos entre as duas unidades fabris de Lisboa, não existindo assim uma concorrência justa. A Tabaqueira pagava 20% dos seus lucros brutos ao Estado e a Companhia Portuguesa dos Tabacos pagava apenas 10% mais alguns ajustes (Câmara, 1995). Esta condição foi-se mantendo até 1947, ano em que foi acertado o imposto pago pela Companhia Portuguesa dos Tabacos, criando uma igualdade entre concorrentes.

Com o aumento de produção e de lucro do negócio do tabaco e com a renovação do contrato com o Estado por mais 20 anos, em agosto de 1957 a CPT traça o

objetivo de construir uma nova fábrica em Lisboa que se previa concluir em 1962. Em 1958 é comprado em hasta pública um terreno junto ao lado poente da 2º Circular – Fábrica de Cabo Ruivo:

*“(...)já foi gizado o anteprojecto da construção da nova fábrica, subordinada a uma localização entrevista que obedece às condições requeridas para o seu adequado funcionamento, quer pelo que respeita às facilidades de transportes quer ao habitat do seu pessoal”* (Câmara, 1995, p. 102).

Em paralelo, a Tabaqueira traça um plano de expansão semelhante. Todavia, com a mobilização da fábrica para a periferia de Lisboa, mais concretamente para Albarraque, no concelho de Sintra, assunto que abordaremos mais à frente neste trabalho.

As sucessivas expansões da unidade fabril da CPT, no final dos anos 50 e início dos anos 60, o encerramento da laboração da fábrica de Xabregas e início dos trabalhos na unidade fabril de Cabo Ruivo, acrescentando ainda os prejuízos que a CPT apresenta pela primeira vez em quase 30 anos de laboração, levaram a que fosse necessária uma reestruturação da Companhia Portuguesa dos Tabacos.

Em janeiro de 1965 dá-se a primeira mudança e a histórica CPT passa a denominar-se INTAR – Empresa Industrial de Tabacos, SARL. Ocorrem também renovações a nível da forma de laboração, realizam-se melhoramentos na fábrica de Cabo Ruivo e ajusta-se a remuneração dos seus operários. Apesar de todas estas atualizações a INTAR continuou a perder terreno para a Tabaqueira (Câmara, 1995).

A Revolução do 25 de abril de 1974, mudou o paradigma das grandes empresas portuguesas, devido aos novos ideais que se impõem na sociedade portuguesa. Em 1975 inicia o surto das nacionalizações em Portugal. Sendo que um dos maiores alvos foi a CUF e as empresas pertencentes ao seu grupo, como já vimos anteriormente.

A 13 de maio de 1975 dá-se a já prevista nacionalização das indústrias do tabaco através do Decreto-Lei n.º 228-A/7, passando A Tabaqueira e a INTAR – Empresa Industrial de Tabacos, SARL a ser detidas pelo Estado.



FIG. 27 Título de cinco acções ao portador da Tabaco

Por um lado, a nacionalização d'A Tabaqueira, sob administração da família Mello, conduz à perda da hegemonia no negócio do tabaco. Por outro lado, para a INTAR, que já se encontrava numa situação financeiramente instável, a nacionalização foi a solução para os seus prejuízos. Todavia, a questão do negócio do tabaco não fica resolvida apenas com a nacionalização das empresas. O Decreto-Lei n.º 503-G/76, de 30 de junho, determina a fusão entre A Tabaqueira e a INTAR, iniciando-se uma nova fase na indústria da tabaqueira com a criação da *Tabaqueira, Empresa Industrial de Tabacos E.P.*

Já sob uma administração pública, o novo negócio do tabaco inicia-se de forma agitada. Os tempos eram de contestação social e económica, mas as tradições laborais de ambas as empresas eram diferentes, o que não simplificava o processo de fusão (Câmara, 1995). Não obstante, apesar das divergências, os primeiros 6 meses de trabalho findam com a obtenção de lucro e de novas perspectivas de investimento, como a cultura da planta do

tabaco em solo continental e a criação de novas estruturas para o processamento da planta do tabaco (Câmara, 1995).

Após uma década conturbada a indústria acaba os anos 70 com dificuldades e é já em 1980 que o acordo de exclusividade de fabrico dos produtos da Philip Morris Inc. e da R. J. Reynolds vêm dar algum alento às finanças da empresa tabaqueira. Todavia, o negócio melhorou com a aposta do cultivo da planta do tabaco e com o processamento do mesmo, sendo que em 1981 é inaugurada a nova unidade fabril de processamento em Coruche. A produção passa a ser centralizada na fábrica de Albarraque, encerrando a produção nacional na fábrica de Cabo Ruivo. No ano de 1989, existiu a necessidade de a Tabaqueira E.P. aumentar e modernizar novamente as suas instalações, mas desta vez em Albarraque. A aquisição de novos terrenos permitiu a expansão da unidade fabril em Sintra, pois no decorrer da década, conseguiu-se ultrapassar o valor de produção e venda conjunta das antigas empresas tabaqueiras INTAR e d'A Tabaqueira antes da nacionalização das mesmas (Câmara, 1995).

Decorridos 20 anos da nacionalização das indústrias tabaqueiras e resolvidas todas as questões com os poderes privados predominantes na economia em Portugal, o Estado, em 1996, decide privatizar 65% dos capitais da Tabaqueira S.A.<sup>18</sup>, sendo nesse mesmo ano apresentadas propostas, por parte de investidores internacionais em parceria com investidores portugueses, para a aquisição das ações da Tabaqueira. A proposta que saiu vencedora foi a da Philip Morris internacional em parceria com o grupo Jorge de Mello, neto do fundador d'A Tabaqueira, Alfredo da Silva, e um dos impulsionadores da unidade fabril de Albarraque. Não obstante, decorria o ano de 2000 quando Jorge de Mello abandona a parceria com Philip Morris Internacional, não antes de, em 1999, adquirirem em conjunto

<sup>18</sup> A Tabaqueira E.P. passou-se a denominar-se Tabaqueira S.A, em 1991, aquando da empresa passou a compartilhar os capitais, deixando de ser uma empresa pública e passando a ser uma sociedade anónima. "(...) a 21 de Março de 1991 a Tabaqueira E.P. foi transformada em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos. Deverá lembrar-se desde já que o capital social subiu, em 1991, de 6 para 10 milhões de contos." (Câmara, 1995, p. 167)

mais 25% das ações, passando a ser o principal detentor da empresa Tabaqueira (Câmara, 1995).

Vencidos 25 anos deste a reprivatização da Tabaqueira S.A., esta mantém-se como subsidiária da Philip Morris Internacional, em contínua laboração, na fábrica de Albarraque, e em contante modernização de forma a dar resposta às questões da saúde e da indústria, como já o fizera em gestões passadas.

### 1.3. SÍNTESE

Este capítulo mostra como a revolução industrial muda por completo as cidades. Estas crescem para a periferia, que passa a ser caracterizada pela presença de fábricas e dos complexos habitacionais que nascem junto destas.

Em Portugal as políticas de apoio à habitação, do início do século XX até meados dos anos 40, foram quase inexistentes. Só a partir de 1945 vemos mudanças nestas políticas de habitação, surge então um número variado de entidades públicas interessadas na promoção de habitação proporcionando assim uma maior qualidade de vida aos seus habitantes. O congresso dos arquitetos portugueses de 1948, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, eleva a discussão sobre o tema da habitação tendo como ponto principal fazer chegar a habitação a todos. Neste congresso são discutidos os problemas do contexto nacional e económico na produção da arquitectura portuguesa mostrando já uma visão crítica sobre os valores do Movimento Moderno, e são defendidos os valores da cidade como uma operação do coletivo.

Das experiências habitacionais levadas a cabo em Portugal, antes da construção do Bairro Operário da Tabaqueira, salienta-se o projeto dos Olivais Norte e Sul dos anos 60 em frente, do qual o arquiteto Moreira Veloso herda um modo de fazer e de construir cidade fazendo aplicabilidade duma percentagem alta de espaços verdes permeáveis.

A realocização da indústria nas periferias das cidades foi acompanhada pela construção de novos bairros operários. Primeiramente, estes, foram financiados pelos industriais e posteriormente foram realizadas parcerias com o Estado. O Bairro Operário da Tabaqueira já surge duma articulação do Estado, neste caso com a CUF e deu origem a uma minicidade, na qual a vegetação ganhou protagonismo, tal com Howard teorizou no seu

modelo de cidade no início do século XX (na cidade jardim), modelo este que foi posteriormente adotado pelos CIAM.

As companhias e fábricas de tabaco, surgem no contexto industrial de mudança e causam algum alvoroço político em Portugal, dado que a adjudicação à comercialização do tabaco foi exclusiva até 1947. Entre 1844 e 1947 o monopólio do tabaco foi atribuído a diversas companhias, todavia, destaca-se o nome de Henry Burnay, que liderou o negócio de 1891 a 1947, ano em que a Tabaqueira de Alfredo da Silva (fundada em 1927) passa a ter as mesmas oportunidades em termos de comércio (igualdade nos impostos) e efetua concorrência direta à companhia de Burnay.

Em 1974, com a queda do regime dá-se também a rotura do grupo CUF como conhecido até ao 25 de Abril de 1974, visto que, a partir de 1975 a empresa é quase integralmente nacionalizada.

Apesar das perdas causadas pela Revolução de 1974, a recuperação do grupo CUF surge de forma isolada e em 1996, com a reprivatização da Tabaqueira, Jorge de Mello e a PMI compram parte das ações da Tabaqueira ao estado português, em 1999 compram mais 25% das ações ficando detentores da maioria da Tabaqueira, no entanto, no ano 2000 Jorge de Mello avança com a venda das ações que detinha à PMI afastando, definitivamente, a família Silva Mello do negócio do tabaco.

# CAPÍTULO II

## **A TABAQUEIRA 1927-1975**

---

Como já vimos anteriormente, o monopólio dos tabacos em Portugal era gerido pelo Estado, porém arrendado a uma companhia privada. Esta companhia deveria explorar o negócio durante um largo período de tempo, por norma, vários anos, e deveria pagar ao Estado um imposto sobre esta exploração, conseguindo ainda obter lucros muito significativos. Tendo em conta os lucros que esta concessão gerava, a ambição de a obter era muita por parte dos industriais e capitalistas da sociedade portuguesa. De tal forma, que a agenda política passava a ser dominada pela questão dos tabacos aquando do término do contrato dos tabacos.

### **2.1. A TABAQUEIRA**

Em 1926, com o fim do contrato com a Companhia dos Tabacos de Portugal e com a liberalização, apesar de condicionada, do fabrico do tabaco, surge a hipótese de uma nova concessão ser dada ao negócio do tabaco. Sendo o negócio do fumo e derivados um dos mais proveitosos de Portugal. Alguns dos investidores da Companhia União Fabril, incluindo o seu administrador-gerente Alfredo da Silva, não desperdiçam a oportunidade de submeter a sua proposta. No entanto, perdem-na para Companhia Portuguesa de Tabacos, como exposto previamente:

*“A 4 de julho de 1927, Silva explicou a Paes Borges que «a coisa custa-nos cento e tal contos, mas, se estamos decididos a fabricar tabaco, mesmo que não obtenhamos a adjudicação das fábricas do Estado, será sempre necessário constituir de imediato uma companhia especial». O nome deveria ser «Companhia Tabaqueira Portuguesa» e os acionistas maioritários*

*seriam< Casa Totta, a SG, a Casa Bensaúde e, individualmente, o próprio Alfredo da Silva, Paes Borges, Manuel de Mello e mais alguns outros direta ou indiretamente ligados ao universo empresarial CUF. A decisão de se tornar industrial dos tabacos foi logo ali tomada, ainda sem saber a quem o Estado daria a concessão” (Sardica, 2020, p. 99).*

Apesar da derrota, Alfredo da Silva e os seus sócios não se dão por vencidos no negócio dos tabacos. A 1 de agosto de 1927 é fundada *A Tabaqueira*. Gerida por Alfredo da Silva e assente em capitais individuais dos acionistas e de empresas pertencentes ao grupo CUF, tais como a Sociedade Geral de Comércio Indústria e Transportes, Lda. e da Casa Bancária José Henriques Totta, Lda. Termina assim a monopolização do tabaco pela CPT (Sardica, 2020).

A Tabaqueira depressa avançou para a concretização operacional da produção de cigarros, cigarrilhas e charutos. Definiu imagem e *lettering*, adquiriu a maquinaria e contratou a mão-de-obra operária, distribuidores e revendedores para a nova marca de tabacos. A Tabaqueira, ao contrário da maioria das unidades fabris com o cunho CUF, vir-se-ia a instalar no Poço do Bispo, em Lisboa, discordando com o plano de expansão fabril que a Companhia União Fabril já detinha no Barreiro. A fábrica do Poço do Bispo passa a ser o novo centro operacional de toda a produção de tabaco com o rosto de Alfredo da Silva no seu comando.

A comercialização inicia-se em março de 1929, com uma forte campanha diferenciadora de publicidade e design que iria marcar a chegada ao mercado da nova produtora de tabacos. “*Sereva, Definitivos, Monserrate, Porto, Vintage Plus, Virgínia, Popular, Havano, Touro, ou Português Suave*” (Sardica, 2020, p. 100), foram alguns dos maços que surgiram com o início da comercialização.

Lentamente, os produtos produzidos pela Tabaqueira entraram no quotidiano do seu público-alvo. Apesar dos impostos mais elevados a que a Tabaqueira estava sujeita face aos erários que a CPT pagava ao Estado, como já foi referido anteriormente, a unidade fabril do Poço do Bispo prosperou. A qualidade técnica e a comercialização mais direcionada fazem com que a Tabaqueira se destaque e nem mesmo a morte do seu fundador, Alfredo da Silva, em 1942, abala o “duopólio” do negócio dos tabacos. Com a morte do fundador da Tabaqueira, D. Manuel de Mello, seu genro e acionista da Tabaqueira assume o comando do negócio do tabaco, assim como o da CUF, como já vimos antecipadamente (Câmara, 1995).

Findadas as restrições impostas na venda de produtos da Tabaqueira, passado quatro anos da morte de Alfredo da Silva, fica claro que a imposição de restrições à venda de produtos da marca Tabaqueira tinha sido prejudicial, aumentando a venda de 995 toneladas, em 1945, para 1307 toneladas, em 1946 (Câmara, 1995). Já no ano de 1948, a fábrica do Poço do Bispo atinge o limite de produção com 1833 toneladas de tabaco vendido. Decorria o ano de 1950, quando se equacionou, pela primeira vez, o aumento das instalações e da maquinaria. Todavia, esta pretensão só se viria a concretizar 12 anos depois com a inauguração das futuras instalações da Tabaqueira em Albarraque como analisaremos posteriormente nesta investigação (Câmara, 1995).

Tabela 11 - Vendas anuais de tabaco referentes às fábricas da Tabaqueira

	Ano	Vendas Anuais
Fábrica Poço do Bispo	1945	995 toneladas
	1946	1307 toneladas
	1948	1833 toneladas
	1957	3000 toneladas (objetivo)
Fábrica de Albarraque	1967	5600 toneladas
	1972	6912 toneladas

O aumento da produção perante a grande procura do público, dá-se através de horas extraordinárias por parte dos operários, pois o aumento de maquinaria e das instalações não seria equacionado até 1957, visto que, a licença de utilização da fábrica acabava nesse mesmo ano. Apesar da fábrica ter sido equipada pela empresa “de acordo com as normas vigentes reverteria para o património público acabada a concessão de trinta anos” (Câmara, 1995, p. 180) e não havendo a hipótese de amortização dos equipamentos que se pretendiam adquirir optou-se por manter a fábrica nas mesmas condições até à aprovação de um novo arrendamento em 1957.

Com o início do segundo período de arrendamento, em 1957, mantendo a locação da unidade fabril em Braço de Prata, é traçado o objetivo de superar a produção e venda de 3000 toneladas anuais. Visto que, a produção máxima que se conseguia atingir, em regime de trabalho normal (6 dias x 8h de trabalho diário) era de 2160 toneladas, toda a produção que ultrapassasse este valor só era possível atingir-se através do esforço laboral dos operários que continuavam com a produção em regime de horas extraordinárias (Sardica, 2020).

Em 1958, a opção da construção de uma nova unidade fabril retoma à discussão da administração da Tabaqueira. Nesse mesmo ano decide-se avançar com o projeto de uma nova unidade fabril, a ser alocada na zona rural de Albarraque, em Sintra. Todavia, este projeto transbordaria o carácter industrial, tal como a maioria das intervenções que estivessem sobre o cunho dos administradores da CUF. O novo complexo fabril passaria a ser também um projeto de ordem social, dada a descentralização desta localidade. Esta decisão era arriscada para a própria Tabaqueira, no entanto, seria benéfica a longo prazo, visto que a Tabaqueira deixaria de estar dependente do arrendamento da fábrica do Poço do Bispo e passaria a ser a detentora do seu próprio espaço de produção (Câmara, 1995).



FIG. 28 Título de uma acção ao portador da Tabaqueira 1963

O projeto da fábrica de Albarraque, tema que abordaremos em pormenor no decorrer desta investigação, avança lentamente. Dado o contexto político e social que Portugal atravessava em 1962, iniciavam-se os trabalhos na nova unidade fabril, o que determinou o encerramento dos trabalhos na fábrica de Poço do Bispo, em 1963. Contudo, a prospeção de mudança para Albarraque fez com que os últimos anos de laboração da fábrica fossem os seus anos dourados “(...) laboravam na

fábrica do Poço do Bispo para cima de 600 trabalhadores” (Custódio & Folgado, 1999, p. 180).

A mudança para Albarraque provocou alterações na forma de laboração da tabaqueira, dado que à época da sua construção era o complexo industrial tabaqueiro mais moderno da Europa e produzia anualmente 6000 milhões de cigarros (Sardica, 2020):

*“A entrada em funcionamento da nova fábrica exigiu, por outro lado, um esforço formativo e de adaptação, dos operários aos corpos administrativos, ao nível dos processos de produção, racionalização de trabalho e aprendizagem técnica dos sofisticados equipamentos industriais (foram ministrados, nesse sentido, cursos e sessões de formação por técnicos especializados, nomeadamente franceses)”* (Boiça, 2012, p. 42).

O período de mudança fez-se sentir também a nível administrativo, visto que a morte de Manuel de Mello em 1966 fez com que o seu filho, Jorge de Mello, assumisse oficialmente o cargo de administrador da Tabaqueira:

*“No relatório desse mesmo ano Manuel de Mello é lembrado pela sua superior orientação, poder de resolução em fases mais delicadas, como foi o caso da passagem para o novo contrato de tabacos, mas também pela obra social «(...) objecto dominante das suas preocupações, e aí temos a grande obra social de Albarraque que é o testemunho bem vivo de quanto pode a vontade firme, e a fé inabalável, de um dirigente de elite.»”* (Câmara, 1995, p. 135).

Foi na década de 60 do século XX, que decorreu a fomentação da empresa. Aumentou-se o capital social e a capacidade de produção. Desta forma, a Tabaqueira passa a liderar o negócio no continente. Em 1967, dez anos passados sobre a decisão de mudança de instalações e quarenta sobre a fundação d'A Tabaqueira, a produção atingia as 5600 toneladas duplicando a produção

aquando do termino de laboração da unidade fabril do Poço do Bispo.

Com o início da década de 70 a situação de crescimento e expansão perdura. A nível social expande-se o bairro operário e a unidade fabril continua, também, em expansão:

*“Em 1972 a produção atingiu o valor de 6.846 toneladas e o volume das vendas chegou às 6.912 toneladas, sendo o seu valor, sem se considerar o montante relativo ao imposto de consumo, de 1.307.403 contos” (Câmara, 1995, p. 138).*

Em abril de 1974, o contexto político-económico transforma-se com a queda do Estado Novo. Já em 1975, após a revolução das forças armadas, A Tabaqueira apresenta pela primeira vez prejuízo. O governo impõe um aumento do preço de venda ao público dos cigarros e nesse mesmo ano dá-se a nacionalização da indústria do tabaco e a fusão entre as empresas de tabaco:

*“Se a nacionalização da indústria do tabaco foi declarada pelo Decreto-Lei n.º 228-A/75 de 13 de Maio, a fusão entre a Tabaqueira e a INTAR só foi determinada pelo Decreto-Lei n.º 503-G/76 de 30 Junho, ficando constituída a «Tabaqueira- Empresa Industrial de Tabacos, E.P.»” (Câmara, 1995, pp. 140,141).*

Em 1975, com a nacionalização da Tabaqueira assim como da restante Companhia União Fabril, a gerência e administração da família Mello, descendentes do seu fundador Alfredo da Silva, chega ao fim. Passando a unidade fabril e os equipamentos sociais a serem administrados pelo Estado. Deixando a administração Mello para trás, a Tabaqueira continuou a sua laboração em parceria com a INTAR. Esta fusão resultou na Tabaqueira E.P que continuou com o legado dos industriais dos tabacos em Lisboa. Contudo, só a Tabaqueira em Albarraque prevalece em laboração ao longo do tempo, reforçando a solidez com que foi criada.

Como já vimos, em 1996 com o Estado a requer a privatização da empresa, Jorge de Mello e a empresa americana Philip Morris Internacional apresentaram uma proposta conjunta para a detenção de 65% da empresa e saem vencedores. Retornando a fábrica da Tabaqueira a um dos herdeiros do seu fundador, parceria esta que termina já no decorrer do ano de 2000 com a venda das ações de Jorge de Mello à sua parceira Philip Moris Internacional.

### **2.1.1. A unidade fabril de “A Tabaqueira” no Poço do Bispo**

Registada a marca “Para Bem Servir”, sob o cunho de “A Tabaqueira”, em 1927, e com Alfredo da Silva na liderança é mandada erguer no Poço do Bispo, Lisboa, uma nova unidade fabril<sup>19</sup>. Destinada exclusivamente ao fabrico e à produção de tabacos embalados, cigarros, cigarrilhas e charutos. Importa recordar, que desde 1845 laborava em Xabregas a fábrica da Companhia de Tabacos de Portugal (CML, 2018).

Contrariamente ao que era habitual, em Portugal a laboração industrial costumava apropriar-se de antigos conventos ou palácios e adaptá-los para a atividade fabril. Esse foi o caso da Companhia Portuguesa de Tabacos que ocupou em Santa Apolónia um antigo palácio setecentista<sup>20</sup>, com espaços de morfologia adaptável, contudo limitada, onde foi necessário realizar alterações para albergar a nova prática industrial. Estas alterações ocorreram, nomeadamente, ao nível das entradas de luz, das áreas e das dimensões de zonas livres para um fluxo de trabalho mais produtivo e ainda para espaços destinados aos operários (CML, 2018).

Tendo em conta as adversidades de adaptação de novos dista, Alfredo da Silva inspira-se no modelo de unidade fabril da tabaqueira espanhola, mais concretamente na Real Fábrica de Tabacos de Sevilha. A qual foi projetada com vista à exclusiva laboração da tabaqueira.

<sup>19</sup>Três anos depois era construída a fábrica de tabaco La beleza em Santa Cruz de Tenerife, projeto do arquiteto canário Miguel Martin Fernández de la Torre (Braña, 2005).

<sup>20</sup> “A Fábrica de Tabacos da Rua de Xabregas existiu desde 1845 no que fora o convento de São Francisco de Xabregas. (...) Destruído pelo terramoto de 1755 foi reconstruído e ampliado (...). Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, o convento foi encerrado e nele aquartelado o Regimento de Artilharia e em 1838, o edifício foi arrendado à Companhia de Fiação e Tecidos de Algodão Lisboense, que utilizou o imóvel até 1844, ano em que um incêndio o destruiu. O imóvel foi reconstruído e em 1845, nele se instalou a Fábrica de Tabacos, depois Companhia de Tabacos de Portugal (...).” (CML, 2018)

Assim a oriente dos seus negócios da CUF, o industrial português manda edificar uma nova unidade industrial na frente rio, no Poço do Bispo junto ao cais da Mantinha, área ainda em expansão na cidade de Lisboa.

À época da construção da unidade fabril de Lisboa, em área não urbanizada, já existiam algumas fábricas emblemáticas, como a Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, que se situava a Sul. A nova unidade fabril de tabacos ajudou a regularizar a malha urbana, desenhando novos eixos. Nomeadamente, a rua na qual se situa a sua entrada principal, a Rua da Tabaqueira e a Rua 3 da Mantinha, a Norte. O Tejo encontrava-se a nascente da fábrica, contudo nos anos 40 a fábrica foi ladeada pela Av. Infante D. Henrique. Posteriormente este troço foi alterado pelo Plano de Pormenor da Mantinha, ficando novamente a fábrica com um contacto direto com o rio tejo a nascente.

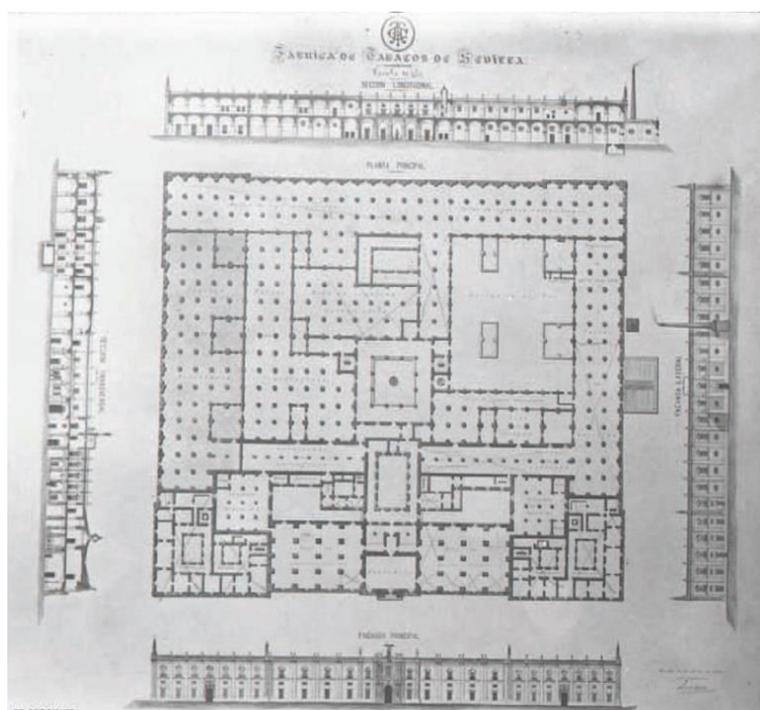


FIG. 29 Planta da Real Fábrica do Tabaco

FIG. 30 Fotografia aérea voo SPALM – identificação da Fábrica Poço do Bispo



A unidade fabril de “A Tabaqueira” no Poço do Bispo ergueu-se num edifício emblemático da arquitetura industrial portuguesa do segundo quartel do século XX (Custódio & Folgado, 1999) que se destaca dos demais à sua época de construção.

Este edifício da “A Tabaqueira”, no Poço do Bispo, de planta retangular envolvendo um pátio central interior, também este de geometria retangular e com área construída de cerca de 6900m<sup>2</sup>, é materializado pelo tijolo, pelo ferro fundido e pelo vidro.



*FIG. 31 Alfredo da Silva na entrada da Tabaqueira 1927*

A fábrica está repartida em quatro corpos, possuindo uma estrutura regular e sistemática que segue uma quadricula base de 5mx5m, com algumas exceções (Quintiliano, 2020). O corpo a nascente funcionava em dois pisos ao longo de todo a ala Nascente, devido à sua cota permanente. Já os corpos a Norte e a Sul, de estrutura semelhantes, dividem-se em 3 naves, sendo que a nave central permitia a existência de um segundo piso. O corpo que funcionava a poente tinha a mesma estrutura base dos dois corpos anteriores, sendo que a nave central se destaca verticalmente. Contudo, é interrompido perpendicularmente por um outro elemento, o pavilhão de entrada, pelo qual se acede à Rua da Tabaqueira e proporciona, também, uma ligação direta ao pátio interno. Esta entrada era utilizada tanto para acessos pedonais, como para transportes de mercadoria. Estando ainda visíveis as linhas de carril que provinham do cais portuário e que entravam diretamente na unidade fabril. Interiormente o espaço era dividido em dois pisos cujo, o segundo piso detinha acessos laterais ao restante corpo poente. Este espaço era de amplas dimensões e luminoso, devido às janelas de semicirculares de largas proporções tanto na fachada que dava para a rua como na fachada interna que dava para o pátio. Por sua vez, o piso térreo era mais sombrio e estava subdividido (Quintiliano, 2020) no qual se especula que fossem os serviços administrativos e as instalações sanitárias de serviço.

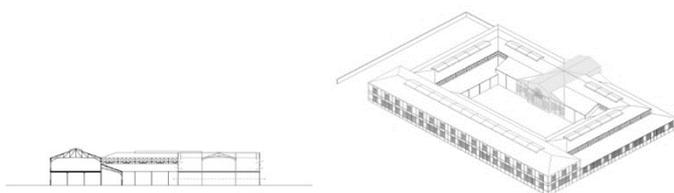


FIG. 32 Fábrica do Poço do Bispo - Corte e 3D

O pórtico de chapa de ferro fundido da fachada direcionada para a Rua da Tabaqueira e o pórtico do pátio interior correspondem diretamente à entrada do edifício. Estas entradas tornam o edifício diferenciador dos

demais construídos à época. Num período de mudança do paradigma arquitetónico, as fachadas de chapa de ferro fundido transmitem um revivalismo oitocentismo, contrário ao pensamento modernista dos anos 20.

Todavia, estes pórticos, segundo Custódio & Folgado (1999) são também um marco de posição dos responsáveis de “A Tabaqueira”, mais concretamente de Alfredo da Silva face ao Conde Burnay. Ambos detinham uma quezília que tinha proveniência na CUF. As fachadas apresentadas na Tabaqueira são resultado de um acaso. Visto que, são réplicas da fachada do pavilhão da Empresa Industrial Portuguesa, apresentado na Exposição Nacional das Indústrias Fabris de 1888, realizada na Avenida da Liberdade em Lisboa. Dada a atenção que suscitaram, Alfredo da Silva optou por reproduzi-las.



FIG. 33 Pavilhão da Empresa Industrial Portuguesa

Como exposto, os trabalhos na unidade fabril iniciaram-se em 1929 apesar das dificuldades impostas pelo Estado. A aceitação do público face aos novos produtos reflete-se num aumento de produção, sendo que o limite de produção, sem horário extraordinário, foi atingido só no ano de 1948, com a venda de 1833 toneladas de tabaco. Segundo Câmara (1995) é no relatório de 1950 que se pondera pela primeira vez o aumento das instalações da unidade fabril. Contudo, essa pretensão não se conseguiria já

realizar no Poço do Bispo, pois a malha urbana que a Tabaqueira tinha ajudado a desenvolver intensificou-se, não havendo possibilidade de aumentar a unidade fabril naquele território.

No entanto, é no ano posterior à renovação do contrato de exploração dos tabacos, em 1958, que a Tabaqueira decide avançar com o projeto de aumento da unidade fabril, fora do concelho de Lisboa. Não obstante, começa também a ser projetado o abandono da unidade fabril do Poço do Bispo, após esta ter passado pelos seus melhores anos de produção, o que proporcionou trabalho a cerca de 600 operários. Com o fim da laboração da Tabaqueira no Poço do Bispo o edifício reverteria para o Estado, apesar de ter sido erigida pela empresa. É então no ano de 1963 que a Tabaqueira cessa o trabalho fabril no Poço do Bispo e concentra toda a sua laboração em Sintra.

O abandono por parte da empresa a Tabaqueira não determina o fim de vida do edifício, mas sim uma nova ocupação com diferentes usos. A Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, edifício contíguo ao da Tabaqueira, estendeu a sua ocupação territorial e passou a utilizar este imóvel para os seus serviços sociais e desportivos, até ao início dos anos 90. Depois disto, o edifício foi posteriormente vendido à EDP, e sob o seu domínio não ganhou qualquer outro uso até aos dias de hoje, acabando por cair na total degradação. Apesar de estarem a ser equacionadas futuras intervenções para o espaço da fábrica da Tabaqueira, em Braço de Prata (Custódio & Folgado, 1999), importa enquanto o edifício não for demolido, que se proceda à sua inventariação. Guimarães, presidente, em 2005, da Fundação DOCOMOMO Ibérico alega a este propósito:

“Muitas das realizações que se ergueram até finais dos anos sessenta encontram-se hoje desactivadas e surgem aos olhos dos cidadãos como um novo tipo de ruína, suscitando perplexidades várias. O seu desaparecimento por demolição e substituição ou a sua manutenção por reaproveitamento funcional ou museificação colocam desafios acutilantes para os quais não há respostas pacíficas” (Guimarães, 2005, p. 5).



FIG. 34 Tabaqueira,  
Poço d Bispo

### **2.1.2. O complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque**

Em 1948, quando o limite de produção na fábrica do Poço do Bispo foi atingido e segundo os relatórios anuais da Tabaqueira analisados (Câmara, 1995), a mudança de instalações perspectivava-se que não decorreria a curto prazo. O contrato de exploração só terminava em 1957 e se o mesmo não fosse revalidado perder-se-ia todo o investimento realizado pela Tabaqueira, tanto as instalações, como a maquinaria do Poço do Bispo reverteriam para o Estado, como já vimos anteriormente. Com a renegociação do contrato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41.386 de 22 de novembro de 1957, havia a garantia de que o investimento em novas instalações e a modernização do processo de laboração iriam trazer retorno (Câmara, 1995).

Com o apoio dos principais acionistas da Tabaqueira (a Empresa Geral de Fomento e a Companhia de Seguros Império, ambas pertencentes ao grupo CUF) inicia-se o processo de construção da nova unidade fabril em Albarraque, em 1959 (Sardica, 2020).

Contudo, o projeto de expansão da unidade fabril para um território periférico à cidade de Lisboa tinha implicações de carácter social, dado o número significativo de operários que colaboravam com a Tabaqueira à época de edificação da nova fábrica. Este processo de mobilização para a periferia era já conhecido dentro das empresas da família CUF. Outrora a criação da CUF no Barreiro, apesar de ter sido concebida em conjunturas de políticas diferentes, tivera os mesmos desafios: mobilização da indústria para um território pouco urbanizado; infraestruturas limitadas e precárias; mão-de-obra limitada e sem experiência em ambiente fabril; necessidade de criação de áreas residenciais para os seus operários, dado que estes teriam de ser deslocados com a própria fábrica. Todas estas necessidades eram resolvidas com a criação de um novo centro urbano que daria resposta às necessidades

tanto da Tabaqueira, enquanto unidade fabril, como dos operários:

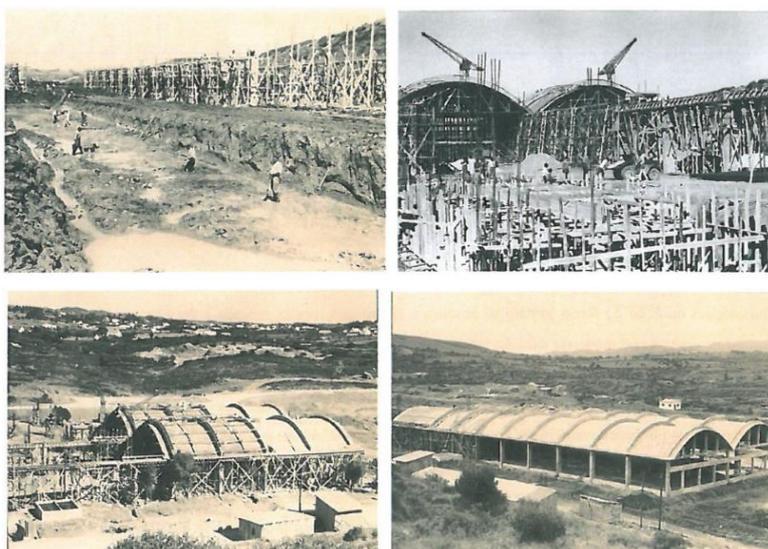
*“A entrada em funcionamento da nova fábrica exigiu, por outro lado, um esforço formativo e de adaptação, dos operários aos corpos administrativos, ao nível dos processos de produção, racionalização de trabalho e aprendizagem técnica dos sofisticados equipamentos industriais (foram ministrados, nesse sentido, cursos e sessões de formação por técnicos especializados, nomeadamente franceses)”* (Boiça, 2012, p. 42).

Neste processo de implantação do complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque percebemos a capacidade da indústria em criar e transformar os ambientes próximos e distantes a ela, vinculando amplas extensões territoriais (Braña, 2005).

FIG. 36 Complexo Industrial da Tabaqueira em Albarraque



FIG. 35 Construção da Fábrica



### **2.1.2.1. A localização do complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque**



FIG. 37 Panorama da localização do futuro Bairro e Fábrica

O sítio de Albarraque para implantação da Tabaqueira não surge como escolha óbvia, dado o processo de crescimento industrial das empresas pertencentes ao universo CUF. Sob a gerência de Alfredo da Silva, as fábricas deslocavam-se, na sua generalidade, para a outra margem do Tejo. Contudo, para a Tabaqueira e as restantes empresas da CUF, já sobre a gerência da segunda e terceira geração da família Silva, optou-se por uma outra periferia da cidade de Lisboa. Genro e netos de Alfredo da Silva, assumem a gestão da Tabaqueira, nomeadamente Manuel de Mello e Jorge de Mello, este último, neto que ficou responsável pela gerência dos tabacos.

Não tendo sido encontrada, no decorrer desta investigação, nenhuma documentação que justifique a opção por Albarraque, para a localização da nova fábrica d'A Tabaqueira, tende-se a acreditar que a aquisição do terreno para a construção da nova unidade fabril da Tabaqueira deveu-se a um conjunto de fatores.

Primeiramente, a escolha de Albarraque está associada ao movimento industrial migratório que se fez sentir nos anos 60 do século XX, como já vimos anteriormente. Nesta fase o abandono da frente ribeirinha processa-se para uma implantação de localização periférica à cidade, não condicionada em termos de expansão territorial e dotada de rede elétrica. Em segundo, os acessos ao novo território de implantação da indústria também justificam a escolha por Albarraque. O território que a fábrica ocupou situa-se perpendicularmente a uma das

principais vias que liga os concelhos de Cascais e Oeiras ao concelho de Sintra, a EN 249-4. A ligação rodoviária entre Carcavelos e Sintra é frequentemente efetuada por este eixo. A estrada nacional atravessa pequenos núcleos habitacionais consolidados, que já se encontravam assinalados nas cartas militares desde, pelo menos, 1927. Como é o caso de Trajouce, a Sul, ou do próprio núcleo habitacional de Albarraque que se encontra a Norte da área a ser intervencionada. Num eixo Sudoeste-Nordeste, encontram-se as localidades de Manique e Paiões e seguidamente Rio de Mouro.

Um outro fator que poderá ter influenciado o posicionamento do complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque, e que em nada está inerente ao processo de mobilização da indústria, mas que pode ajudar a justificar a escolha pelo município de Sintra, trata-se da proximidade desta localidade às propriedades residenciais da família Mello em Sintra e Cascais<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> A família Silva e Mello detinha no concelho de Sintra a Quinta da Ribafria e uma moradia na Vila de Sintra, na qual Alfredo da Silva faleceu. Já no concelho de Cascais, o Palacete Alfredo da Silva, no Monte do Estoril, junto à Marginal

Apesar da edificação da fábrica da Tabaqueira, no início dos anos 60, Sintra já detinha um plano de urbanização concretizado por Étienne de Gröer, em 1949 (Anexo C). Este plano circunscrevia-se ao centro da Vila de Sintra, aérea que atualmente denominamos de centro histórico. Dada à dimensão do município, o plano de urbanização de Gröer era muito contido em termos de escala, deixando à margem do planeamento grande parte do território de Sintra. O que se refletiu, durante décadas, num crescimento urbano desregulado. Todavia, apesar da inexistência de um plano de urbanização que hierarquizasse e caracterizasse a área adquirida, pela nova fábrica de tabacos e em parceria com o Estado, foi idealizado um plano de urbanização para este território. Plano esse que nos iremos debruçar em maior detalhe no decorrer deste trabalho.

A todos estes fatores haverá ainda a acrescentar a topografia da área selecionada para a localização da fá-

brica em Albarraque. O lote situa-se numa zona de depressão, que permite diferenciar facilmente o que viria a ser a zona laboral, da zona residencial do projeto. O complexo situar-se-ia na área menos acidentada, ficando abrigado, a Sul, por uma encosta descampada. Já na encosta a Norte, projetar-se-ia a zona residencial, podendo



a área habitacional obter a melhor exposição solar.

O arquiteto Raúl Hestnes Ferreira<sup>22</sup> que construiu em 1960 uma casa em Albarraque descreve este território como um local descampado, sem arvoredo, um sítio muito desabrigado (Ferreira, 2003).

No entanto, graças à Tabaqueira, Albarraque consolida-se e oferece hoje um cenário diferente, onde as infraestruturas permitem um acesso próximo à metrópole e onde a vegetação adquiriu dimensão e enquadra a indústria e o bairro operário.

Podemos assim afirmar, que a indústria organiza e desenha o território. Se nos primeiros tempos a indústria existiu em áreas rurais, posteriormente localizou-se na cidade, nomeadamente junto das linhas de água e numa terceira etapa ela ocupou zonas periféricas à cidade. Foi assim que a Tabaqueira estruturou o território de Xabregas, numa primeira fase, e posteriormente o de Albarraque, colonizando as áreas adjacentes à mesma:

*“A indústria, que havia surgido nos espaços rurais, onde abundavam as energias naturais e as matérias primas, iniciou uma lenta deslocação para a cidade,*

FIG. 39 Casa de Albarraque do arquiteto Hestnes Ferreira

<sup>22</sup>Raul Hestnes Ferreira (1931-2018), arquiteto de obra vasta em Portugal, no início da sua carreira projetou em 1960, em Albarraque, a casa para o seu pai, o poeta José Gomes Ferreira. A Casa “(...) situada num descampado que, no início do século XX, integrava a cooperativa anarquista “Clarão” veio ocupar um «terreno, desabrigado, virado para a Serra de Sintra e para uma nesga de mar, ditou o desdobramento da casa em volumes e pátios, valorizando um local monótono e suprimindo a falta de vivência do aglomerado próximo.” (Ferreira, 2003.)

*a fim de encontrar ali o ecossistema idóneo onde se pudesse desenvolver e crescer. Os organismos simples das primeiras fábricas industriais de carácter isolado, urbano e de relações locais ou regionais foram-se transformando em complexos industriais que requeriam cada vez mais espaço, de modo que necessitaram deslocar-se para o extra-raio de forma a poder competir livremente numa fase de carácter multinacional. A fábrica, como grande colonizadora de solo, irá constituir um dos primeiros agentes do novo capitalismo urbano nos usos do território” (Guimarães, 2005, p. 11).*



FIG. 40

FIG. 43

FIG. 46

### **2.1.2.2.O edifício do complexo industrial da Tabaqueira em Albarraque**

Ao contrário do edifício da Tabaqueira, no Poço do Bispo, o da Tabaqueira de Albarraque veio a distinguir-se pela sua grandiosidade e inovação tecnológica. A fábrica transforma-se numa unidade territorial, isto é o “*desenvolvimento do conceito de trabalho contínuo, postulado pela própria mecanização e automatismo desenvolve o próprio gigantismo das instalações*” (Custódio, 2005, p. 32). A tabaqueira de Albarraque é assim um dos maiores complexos fabris de transformação de tabaco na Europa, com uma dimensão aproximadamente quatro vezes superior à unidade do Poço do Bispo:

*“(...) criando o que era ao seu tempo a mais moderna unidade fabril europeia do setor dos tabacos, com 25 000m<sup>2</sup> de área coberta. Produzia anualmente 6000 milhões de cigarros que inundavam o mercado português sob a conhecida marca SG, uma linha de produção com os conhecidos Ventil, Filtro e Gigante já criada em 1957”* (Sardica, 2020, p. 173).

Sucumbinda ao Movimento Moderno, também a arquitetura industrial portuguesa adquire uma dimensão relevante, face as novas oportunidades que provêm do meio industrial. Tendo em perspectiva as mudanças que poderiam advir da indústria, os arquitetos, reivindicavam a oportunidade de participarem no processo de industrialização do país. Em consequência das novas formas de pensamento resultantes do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, e das “premissas defendidas por Le Corbusier, tanto na Ville Radieuse como na Carta de Atenas, esta nova geração de arquitectos exige «o direito à escala da cidade.»” (Costa, 2011).

O complexo da Tabaqueira em Albarraque é um conjunto arquitetónico de estrutura modernista, em todas as suas dimensões, tanto industrial como social. A CUF, como empresa-mãe da Tabaqueira, podia abraçar a responsabilidade da construção da nova unidade fabril de tabacos. Visto que, detinha toda a experiência técnica de edificação de unidades fabris do complexo industrial do Barreiro e possuía o

seu próprio gabinete de projetos, estava preparada para a concretização do novo projeto em Albarraque. Folgado (2010) registou a criação do departamento de projetos da CUF em 1934 e sabe-se que onze anos depois este departamento já projetava com sala própria de desenho<sup>23</sup>. Assim, tal como nos diz Folgado (2010), com a criação deste departamento deixamos de ter obras de autor para as instalações industriais da CUF, muito embora possam ter sido contratados arquitetos para as obras de cariz social. Os projetos das várias edificações da CUF passam a ter na legenda a identificação do gabinete de projetos da CUF.

Ainda assim, apesar de o complexo industrial da Tabaqueira não ser um projeto de autor, não deixa de ser uma obra do seu tempo. Tendo absorvido princípios básicos da arquitetura industrial internacional como a repetibilidade, a construção a partir do módulo, a standardização e a opção por um sistema construtivo que “funciona como inspirador conceptual e mote regrador da arquitectura” (Tostões, 2005, p. 70) (Anexo E). Em questões de materialidade, o betão armado, vulgariza-se, numa estrutura porticada, com suportes verticais e lajes mais leves, na qual se incorporam “elementos cerâmicos a definirem rígidas modulações que eram encaradas plasticamente pelos arquitectos como estímulo compositivo.” (Tostões, 2005).



<sup>23</sup> “Em 1934 criou-se o departamento de projectos e em 1945 a primeira sala de desenho. De modo a dar resposta a um volume de trabalho mais significativo e diferenciado, a partir dos anos 50, o número de desenhadores e engenheiros admitido foi sendo cada vez maior, já que as diferentes zonas estavam em constante remodelação (em 1957, havia 58 desenhadores). (...) O Centro de Projectos da CUF (1960), que se encontra na génese da Profabril (1963), constituiu um serviço fundamental para a montagem, a execução e a conservação das estruturas industriais, bem como para a instalação das novas fábricas, de acordo com princípios normalizadores e económicos. De facto, o departamento de projectos encerrou uma estrutura fundamental na organização desta indústria, vindo a substituir a equipa de engenheiros estrangeiros responsável pela construção do núcleo fabril inicial, passando a articular-se com as empresas que vendiam o projecto e os equipamentos à CUF e ficando responsável pelas múltiplas actualizações ocorridas no perímetro fabril. A partir da data da criação deste departamento (anos 30), as obras de autor neste conjunto industrial revelaram-se praticamente inexistentes, excepto nas construções relacionadas com o programa social.” (Folgado, 2010, p. 333)

FIG. 48

A Tabaqueira era uma fábrica moderna que operava segundo outras fábricas à época onde imperou uma produção mecanizada e em série que em muito alterou as condições sociais de trabalho:

*“A fábrica moderna tenderá a responder a um novo modo de operar com as máquinas, que se alteraram e reorganizaram, sustentando uma produção mecanizada e em série. A espacialidade da fábrica moderna, geradora de uma nova condição social de trabalho, revelou não só a sua nova função produtiva, como outros materiais que, em simultâneo, permitiram o desenvolvimento de uma cultura diferente de produção e de construção” (Folgado, 2010, p. 328).*

Como já vimos anteriormente, a unidade fabril da Tabaqueira foi projetada na zona Sul do território escolhido em Albarraque, criando um arruamento principal, a Avenida Alfredo da Silva, que serviu de elemento de charneira entre o espaço destinado ao bairro operário e o espaço destinado ao trabalho. É sobre este último que nos debruçaremos seguidamente.

Segundo o Plano de Conjunto de 1960<sup>24</sup> (Anexo E10), a zona laboral do complexo fabril repartia-se por seis edifícios que tinham diferentes funções. O tipo de ocupação dos edifícios, seria tão distinto como: a zona de produção, a fábrica (1), o armazém alfandegado (3), a tipografia e armazém de diversos (4), os balneários (5), os escritórios (6) e a garagem (2), sendo que para esta última não se consegue identificar o seu local com precisão. Ainda neste plano de conjunto são considerados dois outros edifícios do lado oposto à entrada, que não se encontram identificados com função e que posteriormente não foram contemplados na fase de construção.

Na pesquisa realizada no arquivo intermédio da C.M. de Sintra não foi possível encontrar, no decorrer da presente investigação, os processos correspondentes

<sup>24</sup> Processo de Obra 12789/1960 do Arquivo Intermédio da C.M. Sintra.

aos edifícios da fábrica (1), dos balneários (5) e dos escritórios (6). Todavia, foi analisado o processo de obra correspondente aos edifícios do armazém alfandegado (3) e da tipografia e armazém de diversos (4).

A investigação baseada na leitura dos desenhos e na memória descritiva (Anexo E1) para os edifícios do armazém alfandegado, e da tipografia, e armazém de diversos permitiu-nos examinar com detalhe o processo construtivo dos mesmos.

Os dois edifícios têm características de construção semelhantes, estão abaixo da cota do traçado da nova Avenida Alfredo da Silva e ambos se elevam 1 metro face à cota do terreno adjacente. Assim, o acesso efetua-se através de cais dotados de rampas que se encontram nos extremos dos edifícios.

A cobertura da fábrica, em abóbada de berço, apoiada em vigas de bordadura e em arcos que formam pórticos de 8 metros, entre pilares, que vencem um vão de 17,5 metros e com flechas de 3,7 metros, é assumida exteriormente. Este desenho dá ao conjunto uma plasticidade que torna o edifício diferenciador na sua envolvente. Quanto à materialidade das paredes interiores e exteriores, ambas são construídas em tijolo - as exteriores de 0,25 metros, e as interiores de 0,15 metros. Porém a estrutura dos edifícios e as fundações são de betão armado e betão ciclópico, respetivamente.

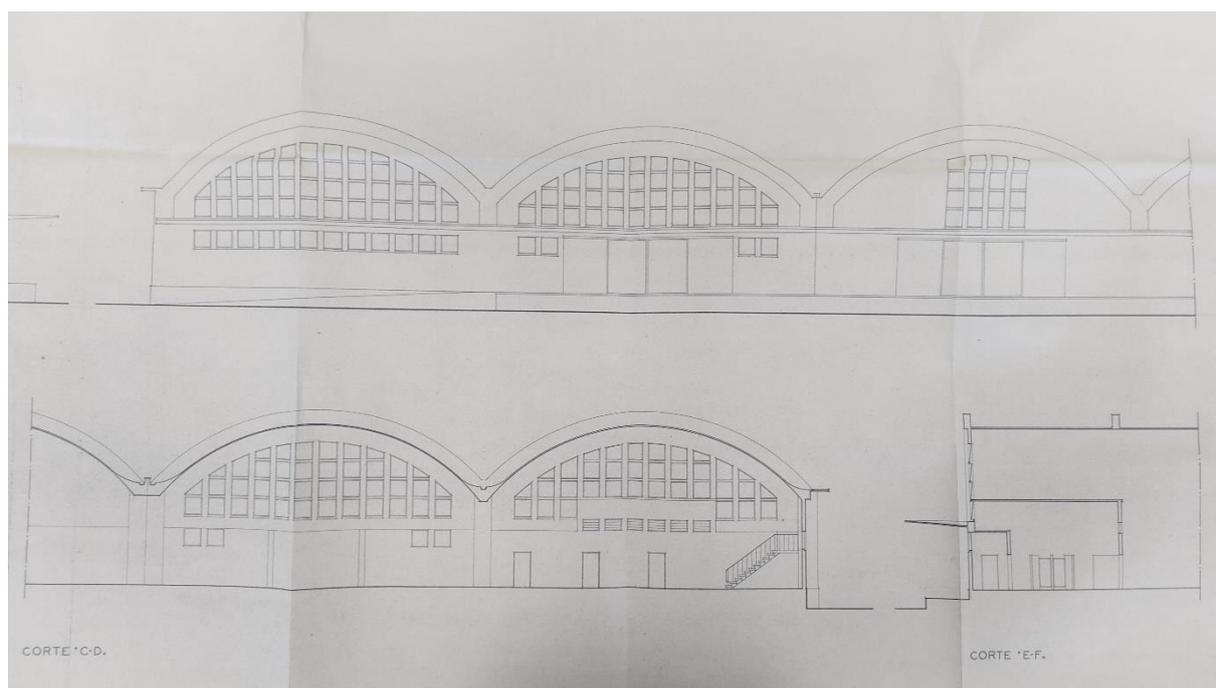
A iluminação dos espaços na fábrica é feita por vão ao nível do pavimento nos dois edifícios, no entanto, a tipografia ainda detém vãos desenhados nas fachadas em arco, que permitem entradas de luz zenital.

Contudo, tipografia e armazém alfandegado apesar de conterem características semelhantes em termos de módulo de construção e materialidade, diferem nas áreas de construção e na orientação. A tipografia fica junto da nova avenida ( a Avenida Alfredo da Silva) e é marcada pelo ritmo da fachada com os seus

sucessivos remates em arcos. Este edifício tem a dimensão de 140 metros x 24 metros estruturado em 8 naves. Por sua vez, o polo do armazém alfandegado do tabaco, composto por 2 naves, tem a dimensão de 35 metros x 160 metros. Este encontra-se na zona mais interior do recinto.

Apesar de não ter sido possível a análise do processo de obra ou de qualquer outra documentação do edifício da fábrica, há ilações que podem ser retiradas. A construção em módulos do complexo e a documentação de época estudada, ajudam nestas conclusões. A fábrica é composta por 4 naves com uma dimensão média de 75 metros x 190 metros. Sendo que na nave paralela à avenida, a cobertura em abóboda de berço é interrompida por um volume que se destaca pela sua geometria retangular e pela evidência de um segundo piso no edifício. No Plano de Conjunto de 1962 (Anexo E11) surge ainda agregado ao edifício, um outro corpo, a central de vapor, de características semelhantes aos módulos já utilizados. Quanto às fachadas, assemelham-se à do armazém alfandegado do tabaco (com vãos regulares ao nível do pavimento). O acesso à fáb-

FIG. 50 Cortes Fábrica



vãos regulares ao nível do pavimento). O acesso à fábrica dá-se pelo topo do edificado, assim como nos outros dois polos, a fábrica eleva-se perante a cota do terreno, encontrando-se também em desnível face à Avenida Alfredo da Silva. A materialidade e a plasticidade da cobertura oferecem ao complexo um sentido de unidade entre os diferentes corpos.

Por último, há ainda que identificar os corpos que rematam o complexo industrial, que no Plano de Conjunto de 1960 são nomeados como escritórios e balneários. A estes acrescentam-se novos corpos no Plano de Conjunto de 1962 (também para estes não foi possível encontrar documentação, ou qualquer outro tipo de informação sobre estes elementos do complexo industrial, tal como aconteceu com o corpo da fábrica). Os edifícios da entrada do complexo distinguem-se dos restantes, que têm usos de produção e armazenamento. As suas menores dimensões inferiores às dos restantes corpos do complexo, e o seu traçado regular exterior distinguem este núcleo e humaniza-o, sendo possível entender que se destina a tarefas mais mundanas.

Segundo relatos de antigos funcionários<sup>25</sup>, era ainda neste núcleo que se realizavam as fiscalizações de saída de turno aos operários. Este controlo era realizado pois o tabaco poderia servir para contrabando. Note-se que estas saídas também eram fortemente vigiadas por funcionários do Estado, dado o elevado lucro que advinha do comércio do tabaco.

## **2.2. O BAIRRO OPERÁRIO DA TABAQUEIRA, ALBARRAQUE**

Como já vimos anteriormente, a mobilização da Tabaqueira do Poço do Bispo para Albarraque não constitui apenas a mobilização da indústria para a periferia, esta corresponde também a um processo de acompanhamento tecnológico que teve “repercussões

implicou não só uma mudança dos hábitos de trabalho, mas também uma “desarticulação das vivências e práticas sociais com os quais se tecera a identidade do bairro operário, anexo à unidade industrial” (Boiça, 2012, p. 41). Este sentimento de rutura com a cidade enfatizou-se devido à quebra de ligação com um meio urbano, onde existiam os diversos equipamentos necessários às pessoas (Boiça, 2012).

Com o início da laboração em Albarraque, em 1962, os operários da Tabaqueira mudam de vida. O novo complexo fabril estava muito longe do anterior e acresce ainda a falta de meios de transporte. Albarraque era uma localidade rural no concelho de Sintra de difícil acesso. Assim, a Tabaqueira providenciou aos seus funcionários transporte diário das instalações de Lisboa para Sintra. Este transporte manteve-se mesmo após o encerramento dos trabalhos da fábrica do Poço do Bispo, em 1963, de modo a suavizar o corte abrupto da ligação dos seus funcionários à cidade de Lisboa e às suas vivências.

Em paralelo, ao planeamento e edificação do complexo fabril da Tabaqueira, foi pretensão da companhia edificar um conjunto habitacional, como já era prática do grupo empresarial CUF, aquando da criação de polos industriais nas periferias da cidade (veja-se o caso do Barreiro). Este bairro viria a colmatar as necessidades de habitação dos operários junto às instalações fabris, bem como, viria a dar resposta às questões sociais levantadas na rutura com Lisboa.

Seguindo a linha das políticas de apoios à habitação, que vigoravam à época de construção, em parceria com a HE-FCP, para a Tabaqueira, em Albarraque fez-se cumprir a Lei n.º 2092 de 9 de abril de 1958 (Anexo D), que possibilitava “o empréstimo efectivos das Casas do Povo” (Fernades, 2013, p. 23). Todavia esta lei também estabelecia que: “Quando as casas ou blocos e a localiza-

ção o justifique, deverá prever-se a instalação dos estabelecimentos comerciais indispensáveis.”. Assim, a Tabaqueira em parceria com a FCP, manda erguer o Bairro Operário da Tabaqueira, o qual contemplaria além dos blocos habitacionais, um conjunto de equipamentos que colmatassem, por um lado, as carências sociais, e por outro, que contribuíssem para a organização quotidiana dos seus operários. Contudo, este processo fez-se de forma faseada e sob a autoria de diferentes entidades e pessoas. Gradualmente decorreu a integração no novo bairro dos operários e das suas famílias. Em primeiro lugar foram apenas deslocizadas 60 famílias das 250 que viriam morar em Albarraque (Boiça, 2012).

O início da laboração no complexo fabril, em 1962, foi acompanhado pelos trabalhos de construção dos primeiros blocos habitacionais do futuro bairro operário da Tabaqueira. Não havendo qualquer tipo de documentação que justifique a escolha da proposta do conjunto habitacional e dos seus equipamentos, para Albarraque, todas as ilações que são retiradas, surgem, com base nos planos para o conjunto urbano, apresentados em alguns processos de obra dos equipamentos públicos. Contribuem, ainda, para as conclusões relativas ao plano de urbanização, as datas de inauguração dos edifícios e os testemunhos vivos de habitantes que inauguraram o bairro<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> No decorrer do trabalho, foram ouvidos diversos funcionários da Tabaqueira que ainda vivem no bairro operário de Albarraque e que inauguraram

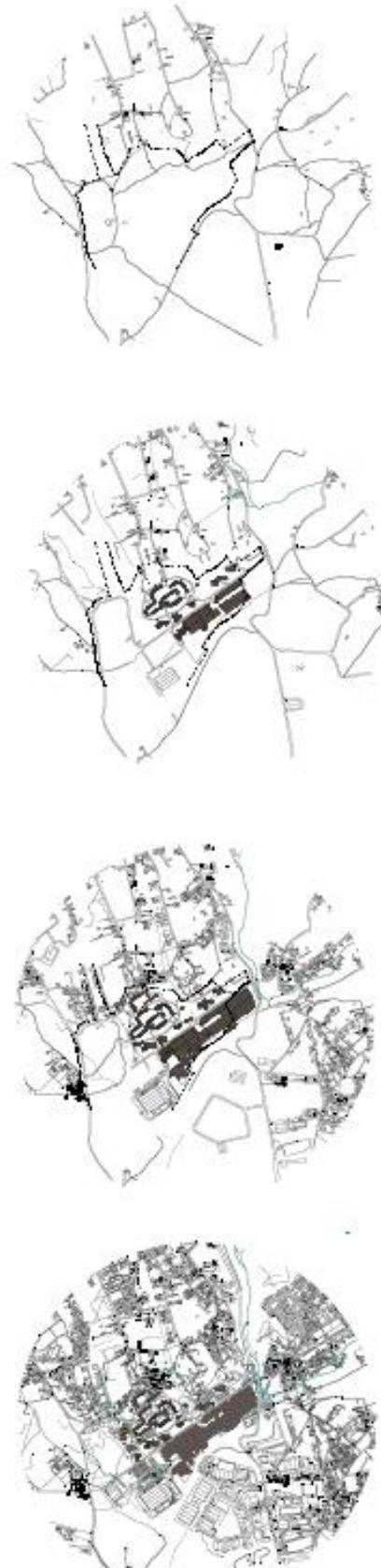


FIG. 52 Evolução Territorial

### **2.2.1. 1960: O primeiro plano para o Bairro**

Nos desenhos obtidos na CMS encontramos dois planos urbanos para o bairro da Tabaqueira, um de 1960 e outro de 1962. O primeiro plano de 1960 é descrito num desenho relativo à fábrica, mas que também apresenta a implantação das habitações. A legenda deste desenho inclui a fábrica, as habitações e os respetivos equipamentos (Legenda: 1. Fábrica, 2. Garagem, 3. Armazém Alfandegado, 4. Tipografia e Armazéns diversos, 5. Balneário, 6. Escritório, 7. Creche, 8. Mercado, 8. Bloco de Operários, 10. Bloco de mestres, 11. Posto médico, 12. Habitação de solteiros, 13. Depósito, Habitação do Engenheiro) (Anexo E).

O plano urbano de 1960 é muito diferente daquilo que foi construído posteriormente em 1962 (1ª fase de construção do bairro) e 1972 (2ª fase de construção do bairro). No plano de 1960 o bairro habitacional está desenhado a norte da fábrica tal como o que conhecemos hoje, mas este tem uma implantação idêntica na cota mais baixa (a que tem o declive mais acentuado) e na cota mais alta. Os volumes das habitações são desenhados na topografia mantendo um paralelismo em planta com o desenho da fábrica. Este plano apresenta oito blocos habitacionais que são implantados em cotas distintas subindo a encosta para Norte. A meio da encosta está desenhado um espaço de permanência (possivelmente uma praça) que apresenta três lados construídos, um bloco habitacional a Sul, outro bloco habitacional a Norte e eventualmente um equipamento a Nascente (a implantação deste edifício não está indicada no desenho).

Não sabemos por que razão o plano de 1960 não foi construído e também não temos indicação da autoria deste plano. O plano de 1962 tem uma área de implantação para os blocos habitacionais superior à do plano de 1960, ambos com uma baixa densidade de ocupação.

<sup>27</sup> O Plano de Urbanização da Unidade Residencial de Nova Oeiras é da autoria do Arquiteto Pedro Falcão e Cunha (ex-aluno de Cristino da Silva) e dos arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio Fontes, sendo desenvolvido também pelo arquiteto Cristino da Silva.

O plano de 1960 assim como os seguintes são contemporâneos do Plano do Bairro Residencial da Nova Oeiras<sup>27</sup>, que foi realizado em 1953, aprovado em 1954 e edificado entre 1958 e 1969.

FIG. 56 Futura localização da Fábrica e do Bairro

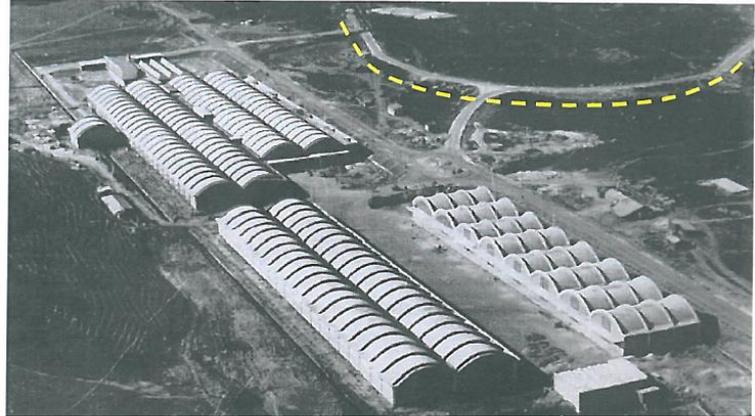
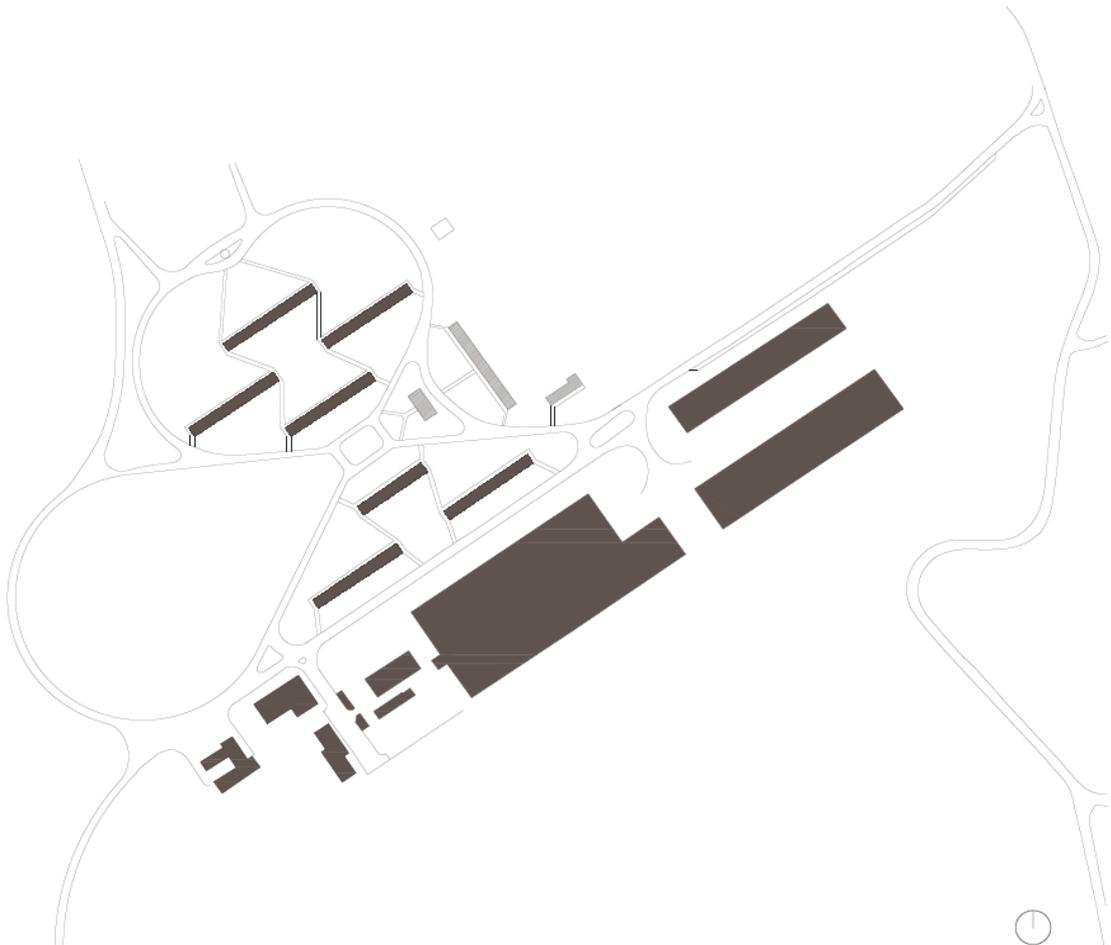


FIG. 58 Plano de Conjunto 1960



### 2.2.2. 1962-1968: Os primeiros anos do Bairro

As habitações do complexo industrial da Tabaqueira situar-se-ia na zona Norte da Av. Alfredo da Silva, que ditava claramente a separação entre os momentos de trabalho e os momentos de vida privada de cada operário. No entanto, o distanciamento entre a zona industrial, e de laboração, e a zona de habitação, e lazer, já faziam parte da adoção do conceito de cidade-jardim e posteriormente, preconizado pelo CIAM.

O conceito de cidade-jardim foi criado e exposto pela primeira vez em 1898, por Ebenezer Howard (1850-1928), na sua obra *To-morrow: A Peaceful Path to Social Reform*. Este desenho urbano foi idealizado para ser concretizado em territórios rurais, abrindo a possibilidade de haver um consenso entre a vida rural e a vida urbana. As perspetivas idealizadas por Ebenezer Howard contribuirão para a formação e divulgação da disciplina de urbanismo, que tem como principal objetivo estabelecer os métodos do projeto da cidade e seus bairros, definindo uma boa forma urbana<sup>28</sup> (Hall, 1995 [1988]).

<sup>28</sup> Howard confiou aos arquitetos Barry Parker (1867-1947) e Raymond Unwin (1863-1940) o plano de Letchworth, nos subúrbios ao norte de Londres (1903) e a Louis de Soissons (1890-1962) o de Welwyn (1919), para a aplicação das suas teorias urbanas. Essas duas cidades-jardins desempenharam o papel de modelos, na Europa e nos Estados Unidos. Após a segunda Guerra Mundial, este modelo ainda era usado como protótipos para a construção de novas cidades na Inglaterra (Hall, 1995 [1988]).

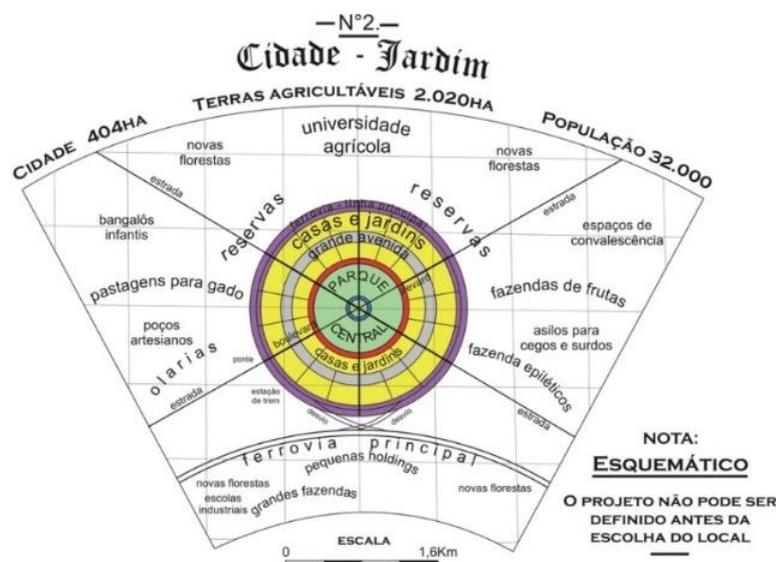
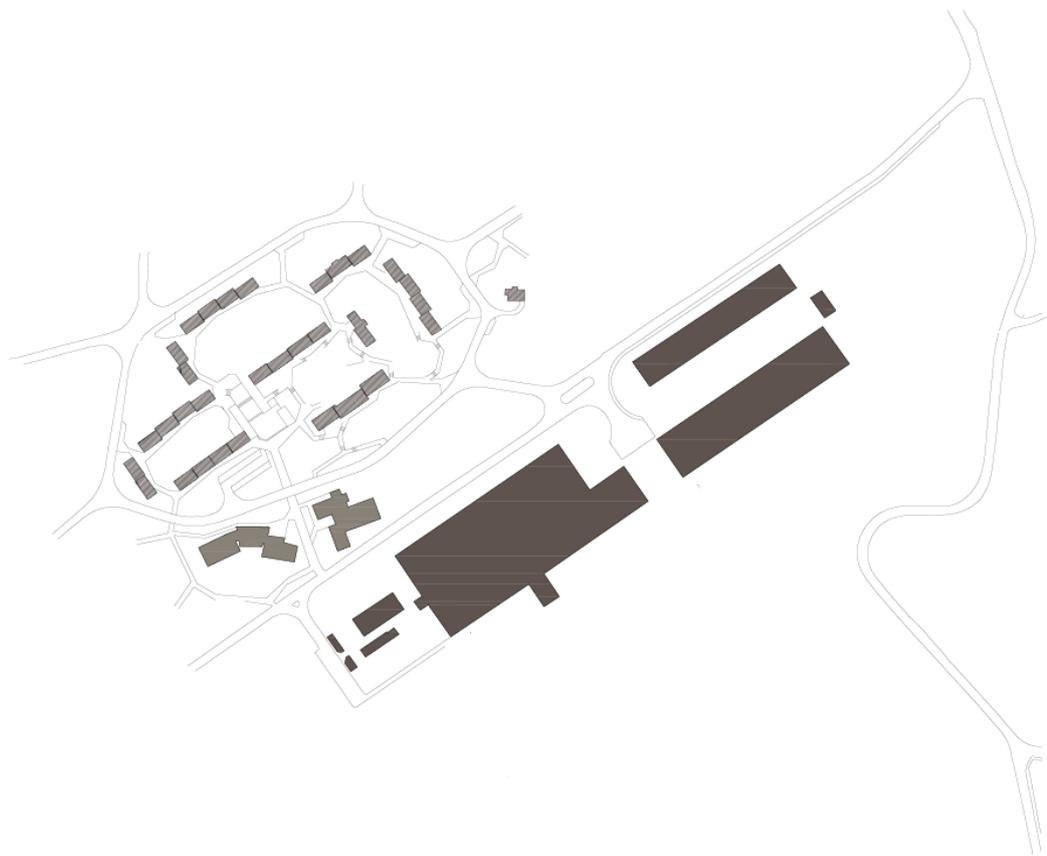


FIG. 61 Cidade Jardim de Howard



FIG. 66 Bairro em 1964

FIG. 64 Plano de Conjunto 1962



Howard pretendia encontrar a fórmula que resolvesse os problemas urbanos da cidade industrial: The problem with which we have now to deal, shortly stated, is this: How to make our Garden City experiment the stepping-stone to a higher and better form of industrial life generally throughout the country (Howard, 1902).

A cidade-jardim, propõe uma comunidade autónoma, cercada por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade. Beneficiando das vantagens do campo, eliminando as desvantagens da grande cidade. A cidade jardim de Howard concebia a cidade como um sistema de cidades conectadas com transportes públicos e ambulância de anéis verdes que têm uma dupla finalidade: a separação entre aglomerações e o recurso económico do campo. Este modelo de cidade marca a tradição da composição urbana baseada na estrutura verde, na descentralização urbana e no reequilíbrio cidade-campo (Hall, 1995 [1988]).

A visão de Howard, na separação das áreas de trabalho, lazer e residencial, foi revalidada pelo CIAM *The Functional City*, de 1933, e resultou no manifesto urbanístico produzido por Le Corbusier, a Carta de Atenas. Este Congresso dos CIAM de 1933 viria a mudar o desenho da cidade.

No Plano de Urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira, denota-se a preocupação de projetar a cidade atendendo às necessidades do Homem, havendo um concílio entre as respostas dadas ao programa proposto e às necessidades do indivíduo. A localização do terreno no qual se definiu construir o complexo industrial da Tabaqueira, enquadrava-se nos conceitos defendidos por ambos as abordagens à cidade (de Howard e do Congresso de 1933).

O Bairro da Tabaqueira foi planeado segundo os conceitos de hierarquização e zonamento de áreas, havendo desde modo, uma evidente separação entre a zona destinada à laboração e a zona residencial e de lazer. Este limite de áreas foi acentuado pela única ligação

rodoviária que foi inicialmente projetada entre o complexo industrial, o bairro e as localidades envolventes.

A hierarquização de vias, além do agrupamento de edifícios, em conformidade com o programa de serviços e de lazer, contribui para uma estruturação do desenho urbano segundo o sistema concêntrico proposto. Desde modo, os percursos desenhados no plano de urbanização do bairro operário da Tabaqueira podem categorizar-se em três tipos de ligações:

- i) Caminho geral, nomeadamente o da rede rodoviária, que faz a ligação do complexo à EN, e o qual se estende e delimita o anel que acolhe o núcleo residencial (correspondente por sua vez à *grande avenida* do plano de Howard);
- ii) Caminhos funcionais, que fazem a ligação entre os pontos de interesse do bairro e os quais se destinam principalmente à circulação pedonal, mas nos quais também é viável a circulação controlada de automóveis;
- iii) Caminhos contemplativos, que se destinam em exclusivo ao uso pedonal e que desvendam os espaços públicos ajardinados, coabitando com a natureza;



FIG. 71

FIG. 69 Caminhos Gerais



FIG. 74

FIG. 75 Caminhos Funcionais





FIG. 76

FIG. 54 Caminhos Contemplativos



A categorização dos percursos permitiu ainda a ordenação e delimitação dos subnúcleos criados com intuito de albergarem edifícios de carácter público, distribuindo-os entre equipamentos de serviços e equipamentos culturais.

Tabela 125 - Edifícios Públicos no Bairro da Tabaqueira (Plano de Urbanização 1962-1968)

<b>Edifícios públicos</b>	<b>Serviços</b> (apoio aos operários no seu quotidiano)	Privado	Despensas Talho Cabeleireiro/ Barbeiro Café
		Profissional	Refeitório Jardim – escola Posto médico
	<b>Culturais</b>		Igreja Centro Cultural

O ordenamento do território através do sistema concêntrico, adotado para o bairro, possibilitou que os edifícios diretamente ligados à vida privada do operário se encontrassem no centro de todo o bairro. Sendo que estes são envolvidos pela área residencial e pelos seus espaços verdes. No anel exterior à zona habitacional encontravam-se os edifícios de apoio à vida profissional do operário, de forma que houvesse uma barreira física entre as residências e o trabalho.

O desenho do núcleo da área residencial, envolvendo parte dos equipamentos públicos, concretizou-se devido à disposição que foi dada às bandas habitacionais e aos seus espaços públicos. A organização das bandas habitacionais cria vazios que sugerem formas regulares, não fosse a topografia do terreno estes poderiam funcionar como praças.

Estes vazios viriam a ser desenhados pelo Plano de Enquadramento Paisagístico do Bairro da Tabaqueira, da responsabilidade de Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020), em 1968 (Caetano, 2003). Pode-se concluir que este previa que cada banda habitacional tivesse o

seu próprio espaço verde, proporcionando um diálogo entre o edificado e a paisagem, que viria a ser estruturante para o sucesso do bairro operário.

A opção por uma paisagem de recriação de bosque, numa área despovoada de arvoredo, como era Albarraque, desencadeia a eleição de uma diversidade de árvores, de folha perene e caduca, e de vegetação rasteira. Entre a seleção de árvores, destaquem-se as árvores de maior porte (que ainda hoje se encontram no bairro), tais como, os plátanos, os pinheiros-manso, os salgueiros-brancos, os eucaliptos, os ulmeiros, as palmeiras e as nogueiras. A diversificação de elementos vegetais, auxiliou no desenho do espaço público. Este desenvolve-se em três momentos:

- i) na separação entre a fábrica e o bairro, que corresponde ao anel exterior, de maior intensidade arbórea e estrutura vegetal;
- ii) num núcleo central que harmonizava o uso do espaço público com os equipamentos públicos;
- iii) na articulação entre as bandas habitacionais e os espaços públicos destas, os quais apresentam variedade da estrutura vegetal, tanto a nível arbóreo como de vegetação rasteira.

Contudo, é de enfatizar, que a adoção, destes últimos espaços, por parte dos moradores, como áreas de prolongamento da sua habitação levou a que fossem plantas árvores de fruto e outra vegetação rasteira, que aparentemente, não se enquadram no plano paisagísticos.

A articulação entre o plano de enquadramento paisagístico e o plano de urbanização do bairro operário é de tal forma evidente, que apesar da regularidade dos espaços públicos na zona residencial, a opção pela irregularidade da fachada (por aparente opção técnica dos estudos de insolação das habitações e da marcação do ritmo dos diferentes blocos habitacionais) evidencia-se

também na opção pela irregularidade dos caminhos pedonais que dão acesso aos blocos habitacionais.

No ano de 1964, são oficialmente inauguradas 240 habitações, no entanto, algumas já tinham sido ocupadas pelos funcionários da fábrica, em 1963. As habitações dividiam-se por 30 blocos habitacionais que estavam inseridos em 9 bandas. Os blocos foram projetados com 2 apartamentos por piso e com uma altura máxima de 4 pisos por edifício. Estes só poderiam ser arrendados por funcionários que tivessem família, conforme normas definidas pelo Estado, visto que estas habitações pertenciam às HE-FCP.

Tabela 13 - Descrição do plano de urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira: áreas de espaços construídos

	<b>Edifícios</b>	<b>Ano de Construção</b>	<b>Projetista/Arquiteto</b>	
HABITAÇÃO 1ª fase	9 Bandas Habitacionais (60 habitações – Piso térreo)	1962 – 1964	Arq. António Moreira Veloso	
	9 Bandas Habitacionais (240 habitações – 4 pisos)	1962 – 1964		
HABITAÇÃO 2ª fase	4 Bandas Habitacionais (112 habitações – Piso térreo)	1968 – 1975(?)		
	4 Bandas Habitacionais (28 habitações – 4 pisos)	1968 – 1975(?)		
	Casa dos Solteiros	1962 – 1964		
	Casa do Diretor	1962 – 1964		(?)
	Refeitório	1962 -1965		Centro de Projectos CUF
	Posto Médico	196? - 1967		Arq. António Moreira Veloso (?)
	Jardim-Escola	1962 - 1965		Arq. António Moreira Veloso (?)
	Igreja	1964 - 1965		Arq. Jorge Viana
	Centro Cultural	1965 - 1969	Centro de Projectos CUF	
	<b>Total de Construção</b>			

Há ainda que distinguir outros dois tipos de habitação projetados para o plano da Tabaqueira: o bloco habitacional para funcionários solteiros e a casa do diretor. Ambas projetadas em conformidade com o restante plano de urbanização.



FIG. 77 Casa dos Solteiros



FIG. 80 Casa do Diretor

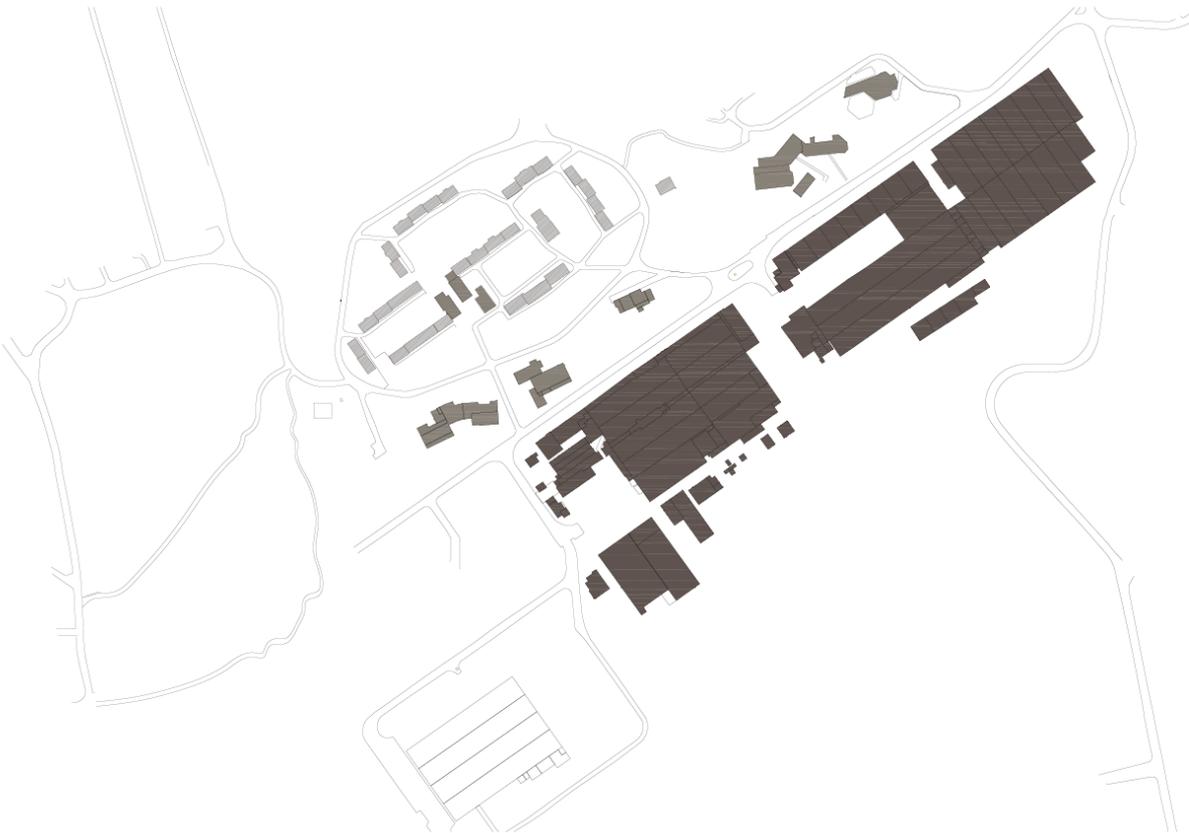
A primeira pretendeu dar resposta à falta de habitação para os operários solteiros, não contemplados nas HE. Esta tipologia foi edificada no núcleo habitacional e era denominada por “casa dos solteiros”, detinha apenas dois pisos e oferecia a hipótese aos seus trabalhadores de alugarem um cómodo para poderem usufruir da vida do bairro. A casa dos solteiros ocupava uma posição de destaque, face à área residencial planeada para operários e quadros médios. Por sua vez, a casa do

diretor, encontrava-se no anel exterior à *grande avenida*, respeitando ainda a visão de cidade-jardim, esta era uma moradia isolada envolta do seu próprio espaço ajardinado. Respeitando o planeamento da cidade moderna onde o espaço de trabalho e o espaço da vida privada deviam estar distanciados, foram projetados para o anel exterior à via de circulação rodoviária um conjunto de edifícios/ equipamentos públicos de apoio ao quotidiano profissional dos operários, mas também de carácter recreativo. Todavia, este conjunto repartia-se em dois núcleos, por ser atravessado por um eixo que fazia o acesso da Av. Alfredo da Silva à via que circunscudia a zona habitacional.

No núcleo a Oeste da Av. Alfredo da Silva foram projetados os equipamentos públicos, que eram benéficos tanto para o quotidiano do operário como para a empresa. Numa área comum aos dois núcleos foram edificados equipamentos como a creche, o refeitório e o posto médico. Os dois primeiros servidos por uma rua, que vazia a ligação entre o bairro e a entrada do complexo fabril. Estes equipamentos foram inaugurados em 1966, em conjunto com os equipamentos comerciais (do centro dos blocos habitacionais), embora já se encontrassem em funcionamento. Segundo o relatório anual de 1965 da Tabaqueira "(...) ficaram concluídos os edifícios do Infantário e Jardim Infantil, do Centro Comercial e do Posto Médico (...)" (Câmara, 1995, p. 134). Todavia, o momento solene de inauguração só se dá, em maio de 1967, com a visita do Presidente da República, Américo Tomás e de outros membros do Conselho, ao Bairro da Tabaqueira.

A Este da Av. Alfredo da Silva, mas em cotas semelhantes à do bairro, desenhar-se-ia a zona de cultura e lazer. Para este núcleo foram projetados a igreja e o centro cultural. A igreja foi inaugurada primeiramente, em dezembro de 1965, e com esta seria projetado um acesso direto à Av. Alfredo da Silva.

FIG. 82 Planta de Conjunto 1968



### 2.2.3. 1968-1975: O Bairro Novo

O centro cultural encontrar-se-ia em pleno funcionamento em 1970, porém, no relatório anual de 1968, mencionava-se que se ultimava a construção do Centro de Recreio e Cultura Manuel de Mello (Câmara, 1995). Também neste relatório, analisado por Câmara, é apresentada, pela primeira vez, a hipótese de expansão do bairro, dado o aumento de produção que requereria mais mão-de-obra:

*“Efetua-se «o estudo de ampliação em 50 por cento, do bairro residencial de Albarraque, estudo que se encontra ultimado, achando-se tudo preparado para se proceder ao concurso de adjudicação” (Câmara, 1995, p. 136).*

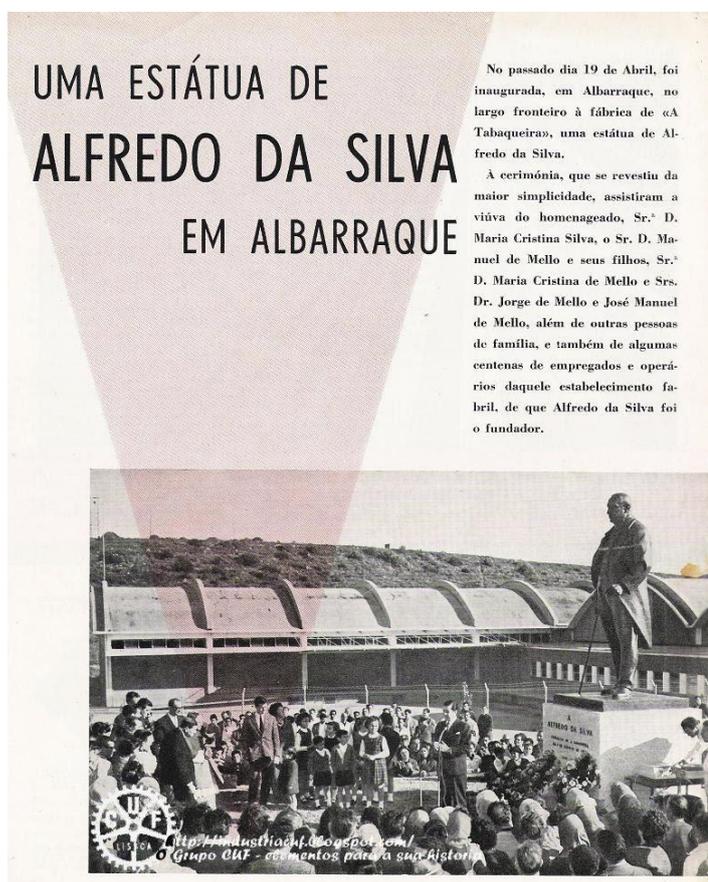


FIG. 84 Inauguração da estátua de Alfredo da Silva, em Albarraque

Em concordância com o plano da cidade-jardim de Howard, o “Bairro Novo”, como foi apelidado pelos habitantes, iria estabelecer-se no anel exterior à *grande via*. Este começou por albergar o programa de

habitação aquando da Casa do Diretor foi projetada para este anel.

O Bairro Novo situar-se-ia a Norte da área residencial edificada na primeira fase e respeitou a mesma lógica de disposição das bandas habitacionais. Os blocos habitacionais, agruparam-se em 4 bandas residenciais, que entre si formaram um vazio regular, que estenderia o espaço público de cada bloco habitacional para o exterior do prédio. Dada a regularidade do terreno, este espaço público funcionaria como praça ajardinada. O traçado exterior das bandas habitacionais mantém-se idêntico, permitindo uma uniformidade de linguagem entre os edifícios projetados nos anos 60 e os projetados nos anos 70. Tal como nos blocos habitacionais da primeira fase, mantem-se os 4 pisos de altura, numa lógica de 2 apartamentos por piso. Para o Bairro Novo foram projetadas 4 bandas habitacionais, o que significava 120 novos apartamentos que pertenciam às HE-FCP.

Não obstante às similaridades, entre a primeira fase e a segunda fase de crescimento do bairro, há que salientar que o enquadramento paisagístico em muito difere do ambiente de bosque desenhado para o Bairro da 1ª fase, dada a diminuta estrutura vegetal que envolve o Bairro Novo. Por sua vez, a lógica de um vazio de forma regular, para cada banda habitacional também é quebrada. A banda habitacional paralela à via rodoviária tem os seus acessos nos blocos habitacionais virados para a *grande avenida*, ficando como espaço público destinado a esta banda o espaço sobranete entre a via e a entrada para os blocos habitacionais.

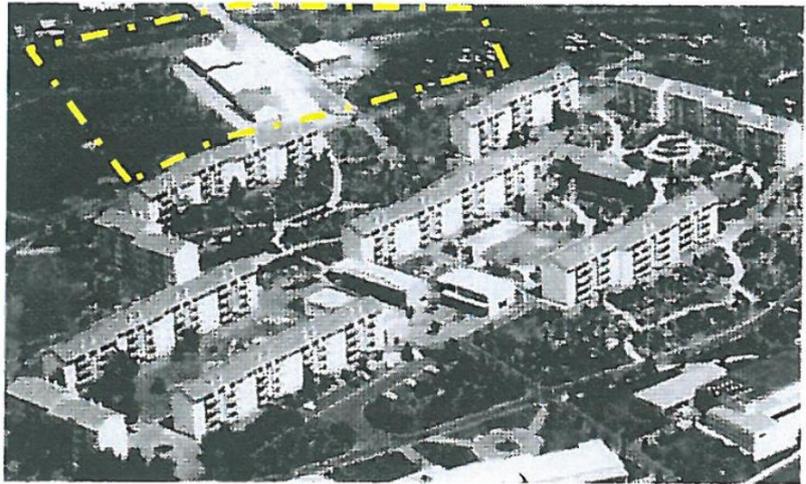
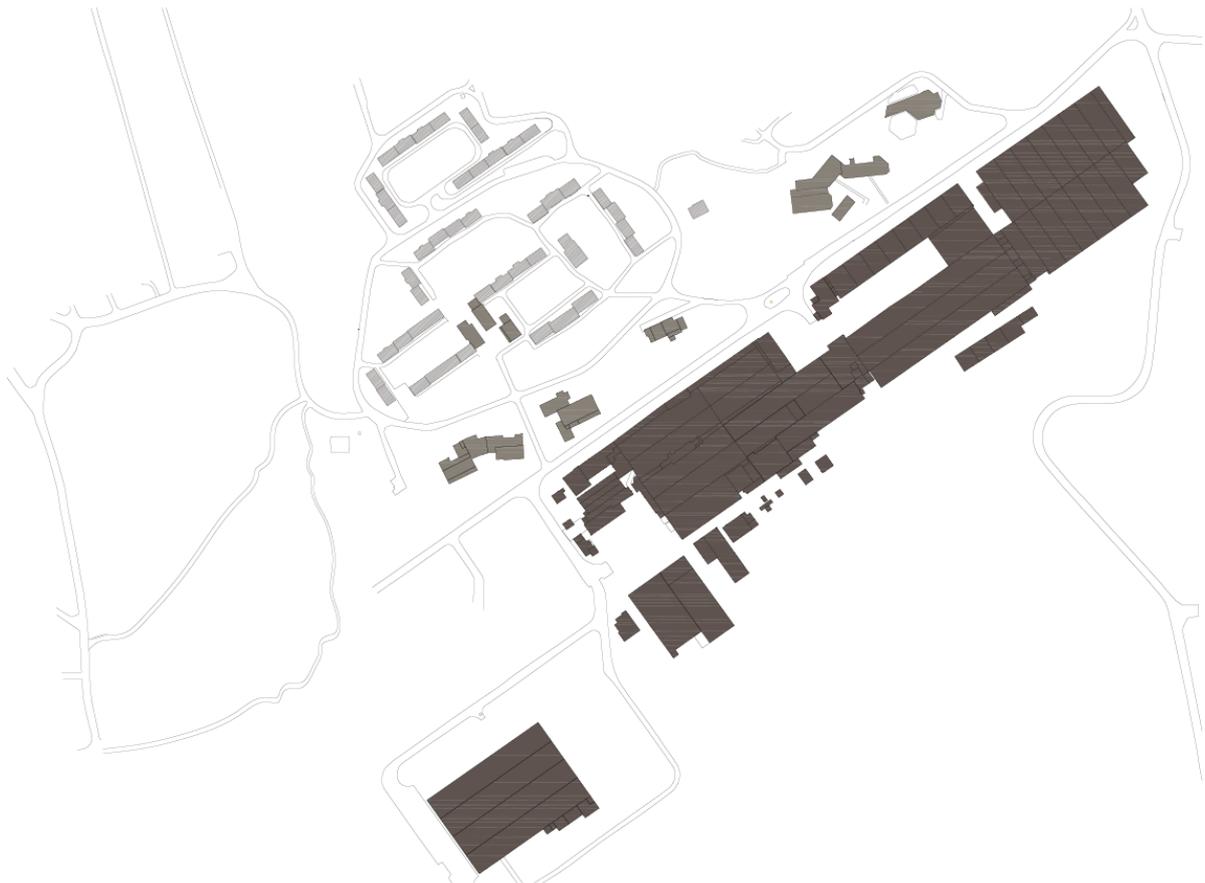


FIG. 85 Identificação do novo Bairro da Taba-

FIG. 87 Planta de Con-  
junto 1974



Quando começaram a ser habitadas, em junho de 1974, as habitações não foram só distribuídas pelos funcionários da Tabaqueira, mas também, por funcionários da empresa Portucel, que se veio a instalar em Albarraque no início da década de 70 (DGPC - Departamento dos Bens Culturais - Divisão do Património Imóvel, 2016)

Simultaneamente ao desenvolvimento habitacional, a zona laboral, também aumentou as suas dimensões em 1970. Foram projetados novos armazéns perante os resultados positivos da produção fabril. Com a edificação destas novas estruturas os limites iniciais do complexo industrial de A Tabaqueira aumentaram.

#### **2.2.4. 1975-2020: Após-nacionalização d'A Tabaqueira**

A nacionalização da indústria do tabaco e a fusão entre a Tabaqueira e a INTAR, acarretam também mudanças para o território. A casa do diretor e a casa dos solteiros foram cedidas às associações que tinham sido criadas no Bairro ao longo dos anos. A casa do diretor transforma-se em Centro Social de Reformados e Idosos de Albarraque. A casa dos solteiros é cedida à Associação de Recreio e Cultura do Bairro da Tabaqueira (ARCBT). A creche passa a ser gerida pela Associação de Jardins Escolas João de Deus, de índole privada. Sob a gerência do Estado, tanto a fábrica como o refeitório mantêm os seus usos, o mesmo não acontece com o centro cultural e recreativo, que ganhou um novo uso, o de escola preparatória, na década de 80. Com a reprivatização da empresa, em 1996, o edifício do centro cultural é demolido para dar lugar aos novos escritórios da PMI, em 2003.

O Bairro da Tabaqueira, apesar da nacionalização e da reprivatização não passa a obsoleto, readapta-se. Opta-se por intervenções mais cirúrgicas e estratégicas.

Em virtude de ter transposto os seus limites o Bairro ganha um posicionamento central numa perspectiva de macro escala. Aliciando, assim, não residentes a usufruírem dos equipamentos públicos que nele estão estabelecidos.

Face ao número de habitantes do bairro e à sua atual centralidade houve a necessidade de se criar uma rede de escolas públicas, que sucumbisse à carência dos aglomerados residênciais que se desenvolveram em torno do próprio bairro. Na primeira década dos anos 2000, são construídas duas novas escolas, uma escola de 1º ciclo e outra de 2º e 3º ciclo, esta última inaugurada no ano 2003. A localização das novas escolas respeitou a ideologia de cidade-jardim imposta nos anos 60, ocupando áreas adjacentes ao espaço pré-existente (espaço que já detinha outros equipamentos públicos e espaços verdes).

Com a privatização, os edifícios de comércio e serviços, tornaram-se obsoletos, apenas um deles foi oportunamente ocupado com uso de carácter público, uma clínica veterinária.

Após a construção das duas escolas as intervenções que se realizaram posteriormente foram singulares e de pequena escala. De modo a melhorar o dia-a-dia dos seus habitantes, bem como de quem usufrui dos equipamentos do Bairro, as intervenções passaram a ter um carácter de resposta a problemas concretos. Assim temos, como primeiras melhorias no Bairro, na década de 10 dos anos 2000, a construção de um telheiro, e de pequenos edifícios de apoio, bem como a delimitação do

espaço do mercado ao ar livre. Posto esta intervenção, foi reorganizado o parque de estacionamento. Mais recentemente, foi dada resposta às questões de mobilidade no espaço público, em concreto, na área do comércio do Bairro, através da construção de rampas que vencem a topografia.



FIG. 90



FIG. 91



### **2.3. AS HABITAÇÕES OPERÁRIAS: O PROJETO DO ARQUITETO ANTÓNIO MOREIRA VELOSO**

Como exposto anteriormente, o Plano de Conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira (1962) foi realizado numa parceria entre a Tabaqueira e o fundo de Habitações Económicas – Federação da Caixa de Previdência, fazendo cumprir a Lei n.º. 2092, de 9 de abril 1958, a qual tinha precedência na Lei n.º. 2007, de 7 de maio 1945 (Anexo D). A estrutura organizativa, iniciada em 1959, pelo Gabinete Técnico de Habitação da HE-FCP, por Nuno Teotónio Pereira, e que mais tarde criara a Rede de Arquitetos Regionais proporcionou uma “permanente ligação às obras e às pessoas ou entidades ligadas às construções das casas, incluindo os futuros utentes individuais” (Pereira, 1996, p. 209), mas também a possibilidade de os arquitetos trabalharem a partir dos seus ateliers (Tavares, Portas, & Fernandes, 2013). Esta relação direta, entre arquiteto-população possibilitava uma resposta concreta a problemas particulares de cada plano de conjunto. No entanto, estes sucumbiram à sistematização e à experiência de outros planos já realizados, tanto a nível central como regional (Pereira, 1996). O modelo de habitação aplicado nas HE-FCP, nos anos 60, era já uma reflexão de um processo que se iniciara no Bairro de Alvalade (1945-1955), o qual teve diversos intervenientes.



*FIG. 92 Bairro em Alvalade (ou Bairro das Estacas), 1949-1955, Lisboa*

Este modelo está patente também num outro projeto a Norte do País, na Unidade Residencial do Ramalde (1952-1960) do arquiteto Fernando Távora (1923-2005) (Tavares, 2013). Estes projetos inovadores no modo de pensar a habitação influenciaram certamente os arquitetos portugueses<sup>29</sup> e a habitação multifamiliar passa a incorporar novos princípios com valores históricos, urbanísticos, paisagísticos e arquitetónicos.

<sup>26</sup>“(…) seguem-se as inúmeras propostas de Ruy d’Athouguia, Bartolomeu da Costa Cabral, Nuno Portas, Vasco Croft, Vítor Figueiredo, Justino Morais, Conceição e Silva, Jorge Viana, e os arquitectos do Norte, Alcino Soutinho, Lixa Filgueiras, Rui Pimentel, Luís Cunha e o saudoso Arnaldo Araújo (como Nuno Teotónio o denomina), entre outros.” (Tavares M. , 2013, p. 10)

FIG. 95 Fotografia aérea, Casas de renda económica, Alvalade

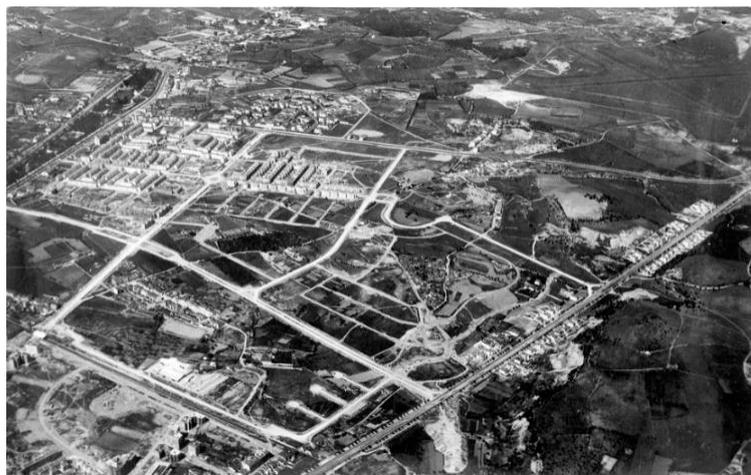


FIG. 93 Bloco I da Unidade Residencial de Ramalde, Porto.



Estas estruturas habitacionais são inovadoras pois englobavam os equipamentos mínimos necessários à vida dos seus habitantes e faziam-se segundo um plano de conjunto correspondendo assim a um desenho urbano que partia primeiramente dos espaços públicos. Isto é as infraestruturas (ruas, praças e largos) eram desenhadas e

construídas numa primeira fase e depois posteriormente surgiam as habitações e os seus equipamentos.

Nuno Portas (2004[1959]), em *Habitação Social: Projectos para a metodologia da sua arquitectura*, considera usual que os projetos de habitação de carácter social, como o Bairro da Tabaqueira fossem resultado de uma padronização, que ao longo dos anos foi imposta, tanto pelos instrumentos legais, como pelo desenrolar do movimento de arquitetura moderna em Portugal.

Tabela 14 - Organização do agrupamento habitacional segundo Nuno Portas (1959) [Adaptação Esquema Metodológico A (Portas,1959 p.94)]

	<b>PLANO FUNCIONAL</b>	<b>PLANO FIGURATIVO</b>	<b>PLANO SOCIOLÓGICO</b>
<b>ORDENAÇÃO ESPAÇO EXTERIOR</b>	Complexo de exigências funcionais: climáticas, higiénicas, viárias;  Parte de uma densidade geral;	Modelação de um critério espacial exterior; Presença do espaço interior na vida exterior;	Participação no grau superior numa noção de vizinhança;  Significação da sua presença na organização da vida social local;  Equilíbrio na expressão binómio "individualidade/coletividade"
<b>CAPACIDADE PROGRAMÁTICA</b>	Grau de concentração (n.º de famílias/ unidade e agrupamento);  Rendimento económico; Capacidade em admitir a evolução das famílias;  Capacidade na receção de equipamento coletivo;	Tratamento da massa de construção;  Forma de ocupação do espaço;	Situação relativa da unidade familiar perante o número total de vizinhos (caracter massivo);  Influência potencial na cooperação entre famílias: equipamento comum;
<b>ESQUEMA DISTRIBUTIVO ACESSOS</b>	Rendimento económico do acesso;  Elasticidade e mecânica distributiva da serventia;	Dominantes de ritmo e de uma poética do movimento urbano;	Resposta à exigência de intimidade de cada fogo;  Resposta à potencialidade de relação entre os utentes;
<b>CONDICIONAMENTO ESPAÇO INTERIOR</b>	Tipos das habitações;  Distribuição das zonas de vida;	Determinantes da forma espacial das células;  Indicação do seu modo de apreensão do exterior- natural ou social	Possibilidade de individualização de cada agregado familiar;  Expressão das relações dos fogos entre si;

Os projetos sociais deviam dar respostas às questões sociológicas, às questões funcionais e às questões figurativas, envolviam assim preocupações com a envolvente e com o território de implantação dos projetos. Estes projetos sociais tinham em consideração aspetos como a ordenamento do território, os programas dos edifícios e os seus destinatários, os acessos ao edificado e ainda o desenho do espaço interior de cada habitação (Tabela 14) seus destinatários, os acessos ao edificado e ainda o desenho do espaço interior de cada habitação (Tabela 14)

A projeção dos blocos habitacionais dever-se-ia enquadrar num dos dois tipos de habitações: unidades unifamiliares ou unidades multifamiliares/multiplanos. Em conformidade com a tipologia adotada, os acessos (escadas) aos fogos tinham variações de desenho (disposição), as quais se adaptavam ao número de pisos de cada bloco habitacional (Tabela 15).

O desenho do interior das habitações foi igualmente pradonizado segundo o plano funcional, figurativo e sociológico. Funcionalmente as residências deviam dar resposta às necessidades físicas e fisiológicas da família, às questões de conforto térmico e às questões de higiene (Portas, 2004 [1959], p. 126).

Tabela 15 - Carácter distributivo dos conjuntos habitacionais e formas típicas do seu agrupamento [adaptação (Portas, 1957, p.123)]

<b>UNIDADES UNIFAMILIARES</b>	Agrupamento de máxima	<b>Acesso privativo</b>	
		ISOLADA	
		GEMINADAS	
		AGRUPADAS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em linha: retilínea, serpentina, endentado, etc.</li> <li>2. Em malha multidirecional</li> <li>3. Em sobreposição</li> </ol>
<b>UNIDADES MULTIFAMILIARES / MULTIPLANOS</b>	Agrupamento clássico	<b>Distribuição dominante vertical</b>	
		1 a 3 FOGOS/UNIDADE	
		ESCADA	
		Unidades Isoladas	
		Unidades justapostas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bandas lineares ou em serpentina</li> <li>2. Encosta em dente de serra ou alternância</li> <li>3. Corpos articulados entre si</li> </ol>
		3 a 5 FOGOS/ UNIDADE	
		ESCADA	
		Coluna de acesso axial (máxima concentração)	com disposição Triangular Quadrangular Em H Radial Em espinha outras
		Coluna de acesso marginal (galeria embrionária)	Distribuição radial Distribuição em tensão Coluna livre Coluna encorpada Coluna articulante
		5 FOGOS/UNIDADE	
		ESCADA	
		Modo de distribuição	Exterior (Acesso aéreo) Interior Servindo um piso Servindo dois pisos Servindo até 3 pisos
		Tratamento social	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reduzido à função de acesso</li> <li>2. Tratada como espaço de encontro ou core</li> <li>3. Dotada de equipamento</li> </ol>
		Inserção	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Longitudinal</li> <li>2. Estelar</li> <li>3. Cruzada ou ramificada</li> </ol>

O desenho do interior das habitações foi igualmente pradonizado segundo o plano funcional, figurativo e sociológico. Funcionalmente as residências deviam dar resposta às necessidades físicas e fisiológicas da família, às questões de conforto térmico e às questões de higiene (Portas, 2004 [1959], p. 126). No plano figurativo, devia-se considerar o “*movimento do lar*”, bem como a possibilidade evolutiva ou de fragmentação da casa

(Portas, 2004 [1959], p. 126). Em relação ao enquadramento sociológico, este deveria atentar ao limite de pessoas/m<sup>2</sup> e à relação entre a saúde mental e o tamanho das divisões da casa por habitante; equacionar a “elasticidade para o evoluir da família”; dar respostas às tarefas domésticas e proporcionar a relação entre a habitação com a natureza e com a vida exterior (Portas, 2004 [1959], p. 126).

Segundo Portas (2004 [1959]), a habitação diferenciava-se em três grandes espaços, que se organizavam a partir da área comum do bloco habitacional, estes espaços são:

- i) a entrada;
- ii) a zona de permanência diurna (ou comum), na qual se encontravam divisões de reunião, comer (cozinha e zona de refeição) e de tarefas domésticas;
- iii) a zona noturna (ou íntima), onde se localizavam os quartos, nos quais se ponderava o uso para trabalho ou para recreio e estudo infantil.

Comumente à zona de permanência diurna e íntima, posicionava-se a divisão dedicada à higiene - a instalação sanitária.

A configuração dos blocos habitacionais, sintetizada por Nuno Portas em 1959, já refletia as mudanças, que os edifícios dedicados à habitação estavam a sofrer com o Movimento de Arquitetura Moderna. As prioridades na habitação tinham mudado, sobretudo na classe operária, veja-se o nos diz Nuno Teotónio Pereira:

*“(...) adoptamos o princípio que as casas, quaisquer que fossem as posses da família, deviam satisfazer as necessidades básicas de uma habitação. Portanto, tendiam a não ser muito diferentes. Interessávamos a associação e agregação dos vários espaços. Não haver aqueles espaços de representação, como a sala de visitas que não fazia sentido, pois interessava muito mais para as condicionantes de área que tínhamos, uma ligação ampla entre o espaço de cozinha e dos trabalhos domésticos com a de união da família, como a sala de estar. Para que todos pudessem estar em*

*conjunto. Enquanto a dona da casa cozinhava o jantar, estava em contacto com os miúdos que estavam na sala... de um modo muito fluido e não forçado. Apesar das diferenças de custos que se tinham de contemplar, o princípio essencial da organização do fogo devia ser comum” (Tavares, Portas, & Fernades, 2013, p. 10).*

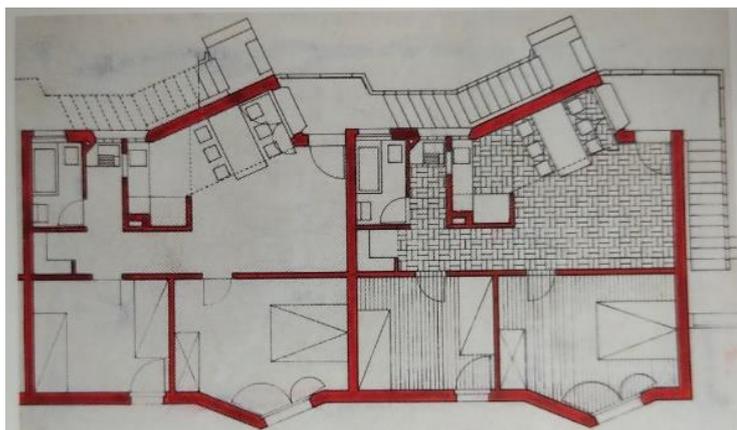
O plano de conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira (1962), em concreto as habitações dos operários e dos encarregados, espelhou as ideias, métodos e experiência aplicados nas HE-FCP. Todavia, apesar da padronização dos conceitos das HE-FCP, a falta de documentação sobre o plano de conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira nos arquivos do IRHU, e de documentação relativa às habitações nos arquivos da CMS, conduziu-nos à identificação dos atuais proprietários dos fogos. Concluiu-se juntos de alguns moradores, que a grande maioria das habitações tinham sido adquiridas ao longo dos anos pelos funcionários da Tabaqueira<sup>30</sup> e que outras pertenciam ao parque habitacional da habitação social da CMS (16 fogos). Deste modo, foi possível aceder, na Divisão de Habitação e Serviços Comunitários, a alguns dos desenhos das habitações (Anexo E), cujo autor é arquiteto António Moreira Veloso.

<sup>30</sup> “Decreto-lei 419, de 1977, permitiu que as *Casas de Renda Económica* fossem adquiridas pelas respectivos locatários” (Lameiro & Rocha, 2019, p. 56).



*FIG. 97 Propostas de projeto para Olivais Sul, Nuno Portas e Costa Cabral*

FIG. 98 Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência\_ Barcelos; NTP 1958-1962



<sup>31</sup> Informação cedida pela Ordem dos Arquitetos (em maio de 2021)

<sup>32</sup> Gabinete de Urbanização Colonial da DSUH/DGOPC (1944-1974) nasceu durante o Estado Novo como tal teve de se adaptar a alterações dos quadros coloniais europeus do fim da Segunda Guerra mundial. O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) é um núcleo de projeto urbano e de arquitectura, inserido no Ministério das Colónias. Depois da revisão constitucional de 1951, passou a Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), alterando novamente a sua designação em 1957 quando entrou em acção a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC), mantendo-se até à revolução de Abril de 1974 que ditou o início da descolonização portuguesa.

<sup>33</sup> Este texto das jornadas foi consultado na base de dados online do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)&Museus de ULisboa e foi-nos enviado por email por Branca Maria do Nascimento Rolão Moriés.de ULisboa e foi-nos enviado por email por Branca Maria do Nascimento Rolão Moriés.

### 2.3.1. O Arquiteto António Moreira Veloso

António J. T. Moreira Veloso (1927-2002) é arquiteto pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e finalizou a licenciatura no ano de 1953.<sup>31</sup>

A obra deste arquiteto não foi divulgada, apenas se sabe que este foi arquiteto do Gabinete de Urbanização Colonial da DSUH/DGOPC (Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar)<sup>32</sup>. Esta informação chega-nos por via duma investigação de Milheiro (2014): *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica*.

Não havendo certezas sobre o início da colaboração de António Moreira Veloso com o Gabinete de Urbanização Colonial registámos primeiramente a data de 1970, data relativa ao documento com maior antiguidade encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, este documento tem a assinatura de Moreira Veloso e prova que este colaborou no GUC. No entanto, após análise de um outro documento (Veloso, 1969), um texto de um encontro de profissionais em Luanda (Comunicações<sup>33</sup> das II Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar, em Luanda), podemos concluir que a relação que o arquiteto mantinha com o Gabinete de Urbanização Colonial fazia-se desde 1969 ou data anterior, o que se pode confirmar pela a afirmação que o mesmo faz nesse

mesmo ano: “Os propósitos desta comunicação são simples, e consistem na enumeração esquemática dos factos que foi possível observar, durante os nossos contactos com o Ultramar e na apresentação dum certo número de sugestões, que se nos afiguram válidas, com base na experiência adquirida, e no estudo das várias soluções já preconizadas por especialistas na matéria para diversas regiões de África” (Velo, 1969, p.84).

Com a presente investigação, acrescenta-se à obra realizada por Moreira Veloso a autoria das habitações do Bairro Operário da Tabaqueira (1º fase: 1962-1964 e 2º fase: (?) -1974) e a sua participação no grupo de arquitetos regionais das HE-FCP. Todavia, com base na análise mais detalhada dos edifícios públicos do Bairro Operário da Tabaqueira, exposta em maior pormenor no decorrer do presente trabalho, podemos concluir que a autoria destes deve-se também ao arquiteto António Moreira Veloso, assim como a autoria do Plano de Conjunto do Bairro do Pessoal de “A Tabaqueira”. Esta ilação deve-se, entre outros fatores, à uniformidade estética e à construção (realizada com os mesmos materiais) dos edifícios tanto públicos, como dos edifícios destinados à habitação. A execução de elaboração do plano urbano de conjunto e posterior realização e concretização dos edifícios era prática comum à época, de tal forma, que o arquiteto Cassiano Branco quando realizou o plano de conjunto para o Bairro Operário da CUF, no Barreiro, assumiu também que era para apresentar o projeto urbano que incluía o projeto das habitações e seus equipamentos, entrando mais tarde em desentendimento com a CUF, devido à não concretização do projeto para as habitações e equipamentos, como já vimos anteriormente<sup>34</sup>.

Apesar do arquiteto Moreira Veloso ter trabalhado em simultâneo para as HE-FCP, com a ampliação do *Bairro do Pessoal de “A Tabaqueira”, entre 1968 e 1974, e*

<sup>34</sup> Assim o Plano urbano do Barreiro é da autoria de Cassiano Branco e os projetos ficaram a cargo do arquiteto Fernando Silva.

para o Gabinete de Urbanização Colonial, estes seus projetos pouco tem em comum, tirando o facto de ambos seguirem um pensamento de habitação-tipo, que poderia expandir-se ou modificar-se, adaptando-se às necessidades de cada família. Esta ideia de habitação-tipo era transversal à época e aplicada em grande parte nas HE realizadas na Metrópole, de tal forma, que a equipa de trabalho que se viria a formar para projetar na Guiné a tentou aplicar nas propostas de habitação colonial.

Segundo a documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino, António Moreira Veloso participou em distintos projetos para territórios diferentes em Africa (Tabela 16). No entanto, o seu estudo centrou-se no território da Guiné, criando um Grupo de Trabalho de Urbanização, por ele liderado. Este procurava arranjar soluções alternativas às impostas pelos militares no território (Milheiro, 2014). Além das preocupações de reordenamento do território, o seu grupo de trabalho desenvolveu uma nova habitação-tipo evolutiva, que procurava contemplar as tradições e etnias da população. Era objetivo dos arquitetos que a população pudesse participar na construção das suas casas, tal como podemos ver no Relatório da Comissão de Serviço efetuada pelo arq.º António Moreira Veloso na Guiné de Março a Maio de 1970 (Tabela 16).

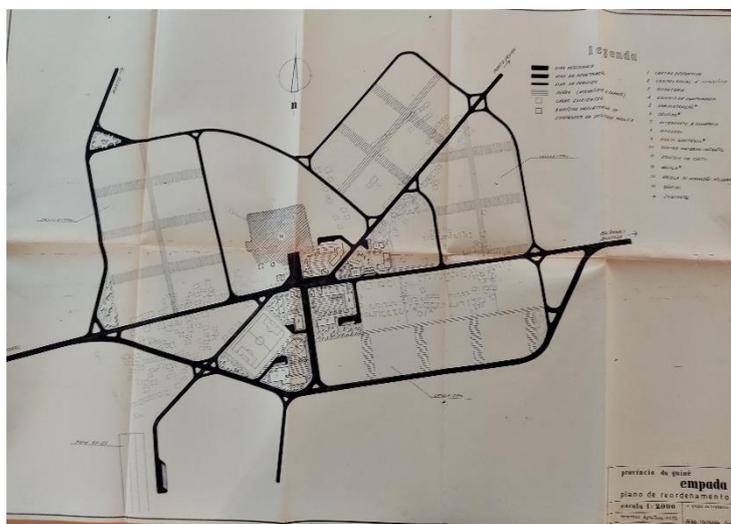


FIG. 100 Plano de reordenamento da Empada, Guiné 1970

Tabela 169- projetos/relatórios de trabalho de António Moreira Veloso presentes no AHU

Ano	Trabalho
1969	Plano Parcelar da Zona Marginal de Moçâmedes (Angola)
1970	Relatórios de Trabalho sobre a comissão de serviço à Guiné, de março a maio de 1970, (visitas às povoações de Sare Bacar, Pirada, Binar, Susana, Bafatá e Contuboele e levantamento das problemáticas do reordenamento urbano) Processo relativo ao anexo do relatório da Comissão de Serviço do arq. Moreira Veloso na Guiné Março a Maio de 1970; Processo relativo ao anexo do relatório da Comissão de Serviço do arq. Moreira Veloso na Guiné Março a Maio de 1970
1970	Plano de Reordenamento de Empada (Guiné)
1971	Relatório de Trabalho sobre a comissão eventual de serviço à Guiné, de fevereiro a março de 1971 (preparação da II Feira Amostras de Bissau; execução dos estudos de reordenamento das povoações de Cuntima, Comoré e Contuboele; Visitas às povoações de Safim, João Landim, Comoré, Prabis e deslocação a Bubaque; problemáticas do Grupo de Trabalho de Urbanização)
1971	Relatórios sobre o Estudo Prévio de Urbanização de Bubaque
1971	Relatório sobre o Plano Director de Bissau de 1971
1972	Processo Relativo ao Porto da Beira: Plano Regulador da Beira (Moçambique)

Apesar do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Urbanização Colonial, no final dos anos 60, início dos anos 70, grande parte dos planos produzidos não se iria realizar devido às colónias portuguesas de encontrarem em guerra e mais tarde passarem a ser países independentes (Milheiro, 2012).

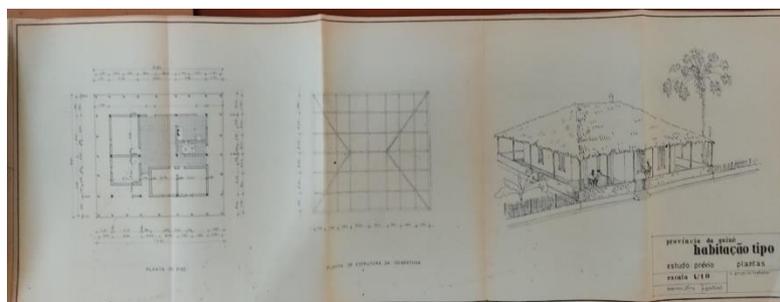


FIG. 101 Habitação Tipo, Estudo Prévio, 1970

### **2.3.2. As habitações operárias do bairro da Tabaqueira**

Como já vimos anteriormente, o programa de Casas Económicas das HE-FCP seguia uma linha de desenho e pensamento do espaço de habitação que correspondia às teorias do Movimento Moderno que foram sintetizadas por Portas (2004[1959]). O arquiteto Moreira Veloso desenhou o bairro operário da Tabaqueira em espaços verdes. Desta forma, optou por uma disposição das bandas habitacionais em quarteirão aberto, permitindo uma permeabilidade entre espaços públicos. No entanto, estes vazios, que correspondem a áreas ajardinadas, transformam-se em espaços privados das bandas habitacionais. Estas áreas ajardinadas conduzem-nos à entrada de cada bloco habitacional. Assim existe uma estreita relação visual entre a área comum de cada bloco e os espaços ajardinados, devido à fachada envidraçada que acompanhada a área de circulação interna dos prédios. Esta ligação criada entre interior e exterior remete o projeto para um ambiente campestre, devido ao enquadramento visual que se mantém com os espaços ajardinados. Por sua vez, a volumetria das bandas habitacionais adotada também contribui para este sentimento de espaço rural, dado que os blocos possuem apenas 4 pisos e uma cobertura tradicional de duas águas.

As bandas habitacionais da primeira fase do Plano de Conjunto do Bairro da Tabaqueira constituem um conjunto de 240 fogos, distribuídos por 9 bandas com 30 blocos habitacionais, nas quais as suas tipologias variam entre:

- i) T2 (156 fogos) com 3 combinações diferentes de células (C3, C6, C7);
- ii) T3 (72 fogos) com 3 tipos de células (C1, C4, C8), sendo que as C1 se destinam ao bloco dos encarregados;

- iii) T4 (12 fogos) com 2 tipos de células (C2, C5), na qual a C2 se destina ao bloco dos encarregados.

Estimando-se uma média de 820 habitantes, entre casais e filhos.<sup>35</sup>

Por sua vez, a segunda fase do plano do Bairro Operário cria mais 112 fogos, distribuídos em 4 bandas habitacionais, que se articulam em 14 blocos habitacionais e diferenciam-se em duas tipologias:

- i) T2 (72 fogos) que formam apenas uma célula (C9);
- ii) T3 (40 fogos) que apenas se conjuga em uma célula (C10);

Estimando-se que o *Bairro Novo* poderia ter cerca de 380 habitantes.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Estimativa nossa, tendo em consideração que só podiam alugar as habitações, casais que tivessem constituído matrimónio e consideramos mais um habitante por quarto.

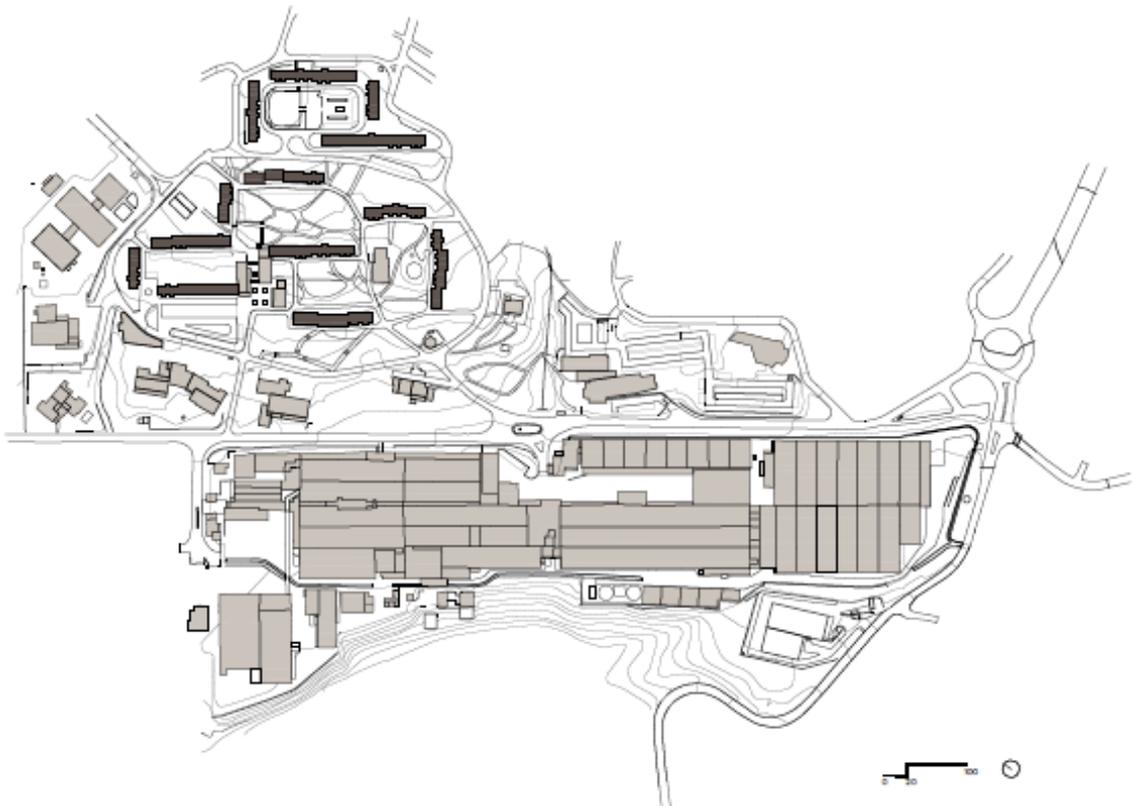


FIG. 102 Planta localização Habitações

Os blocos habitacionais distribuíam-se segundo um esquema de esquerdo/direito, de dois fogos por piso e as tipologias adotadas em cada bloco funcionam em espelho, com eixo de simetria na área comum do prédio, com exceção dos blocos das células C5/C6 e C7/C8 nas quais diferem as tipologias.

Nos blocos operários (bandas C, D, E, G, H, I e J) as células são desenhadas numa lógica de *risco ao meio* distribuindo-se as divisões por ambas as fachadas, de forma que todas disfrutem de iluminação e ventilação natural. A circulação é feita por uma área central, que permite aceder, livremente, aos diferentes cômodos das áreas comuns. A área privada da habitação é acedida por uma antecâmara que separa os quartos da área comum, permitindo maior intimidade. A área comum, cozinha e zona de serviço e sala comum, assim como a privada, ocupa toda a extensão do fogo, da fachada principal à fachada posterior com ventilação transversal. A área de serviço funciona na varanda, onde foi equacionado um tanque de lavagem de roupa. As varandas que estão desenhadas na fachada principal contribuem para o enriquecimento destas fachadas que se relacionam com os espaços verdes exteriores

Tabela 17 Habitação: tipologias e áreas dos fogos

	Célula	Tipologia	Nº fogos Tipologia (x4 pisos)	Cozinha	Sala comum	Quartos	Outros divisões		Total	
							Dispensa Zona de serviço (varanda)	Quarto criada (bloco B)		
1º fase (1962-1964)	Banda B 2,4 fogos	1	T3	4	7.80 m <sup>2</sup>	11.60 m <sup>2</sup>	8,80 + 14,20 23 m <sup>2</sup>	11.90 m <sup>2</sup>	7.40 m <sup>2</sup>	101 m <sup>2</sup>
		2	T4	2	7.80 m <sup>2</sup>	13.90 m <sup>2</sup>	8,85 + 9,80 + 12,50 31,15 m <sup>2</sup>	13,10 m <sup>2</sup>	7,80 m <sup>2</sup>	118 m <sup>2</sup>
	Banda C 2,4 fogos	3	T2	4	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	7,40 + 11,55 18,95 m <sup>2</sup>	5,35 m <sup>2</sup>		65,45 m <sup>2</sup>
		4	T3	2	9.25 m <sup>2</sup>	11.56 m <sup>2</sup>	7,10 + 8,90 + 9,80 16,65 m <sup>2</sup>	6 m <sup>2</sup>		82,85 m <sup>2</sup>
	Banda D 32 fogos	3	T2	4	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	7,40 + 11,55 18,95 m <sup>2</sup>	5,35 m <sup>2</sup>		65,45 m <sup>2</sup>
		4	T3	2	9.25 m <sup>2</sup>	11.56 m <sup>2</sup>	7,10 + 8,90 + 9,80 16,65 m <sup>2</sup>	6 m <sup>2</sup>		82,85 m <sup>2</sup>
		5	T4	1	8.80 m <sup>2</sup>	11.60 m <sup>2</sup>	7,10 + 9,70 + 7,10 + 7,40 32,90 m <sup>2</sup>	5,20 m <sup>2</sup>		95,70 m <sup>2</sup>
		6	T2	1	9.20 m <sup>2</sup>	12.40 m <sup>2</sup>	8,85 + 10,30 19,15 m <sup>2</sup>	7 m <sup>2</sup>		72 m <sup>2</sup>
	Bandas E 32 fogos x 5 bandas	3	T2	4 (20)	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	11,55 + 7,40 18,95 m <sup>2</sup>	5,35 m <sup>2</sup>		65,45 m <sup>2</sup>
		7	T2	2 (10)	7.7 m <sup>2</sup>	8 m <sup>2</sup>	7,40 + 10,60 18 m <sup>2</sup>	6,75 m <sup>2</sup>		59 m <sup>2</sup>
8		T3	2 (10)	7,80 m <sup>2</sup>	8 m <sup>2</sup>	8,85 + 7,40 + 9,70 25,95 m <sup>2</sup>	6,75 m <sup>2</sup>		68 m <sup>2</sup>	
240 fogos										
2º fase (1968-1974)	Banda G 32 fogos	9	T2	4	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	7,6 + 11,60 19,20 m <sup>2</sup>	3,25 m <sup>2</sup>		63,70 m <sup>2</sup>
		10	T3	4	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	9 + 9,6 + 7,7 26,3 m <sup>2</sup>	3,5 m <sup>2</sup>		70 m <sup>2</sup>
	Banda H 2,4 fogos	9	T2	4	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	7,6 + 11,60 19,20 m <sup>2</sup>	3,25 m <sup>2</sup>		63,70 m <sup>2</sup>
		10	T3	2	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	9 + 9,6 + 7,7 26,3 m <sup>2</sup>	3,5 m <sup>2</sup>		70 m <sup>2</sup>
	Banda I 50 fogos	9	T2	6	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	7,6 + 11,60 19,20 m <sup>2</sup>	3,25 m <sup>2</sup>		63,70 m <sup>2</sup>
		10	T3	4	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	9 + 9,6 + 7,7 26,3 m <sup>2</sup>	3,5 m <sup>2</sup>		70 m <sup>2</sup>
	Banda J 16 fogos	9	T2	4	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	7,6 + 11,60 19,20 m <sup>2</sup>	3,25 m <sup>2</sup>		63,70 m <sup>2</sup>
		112 fogos								

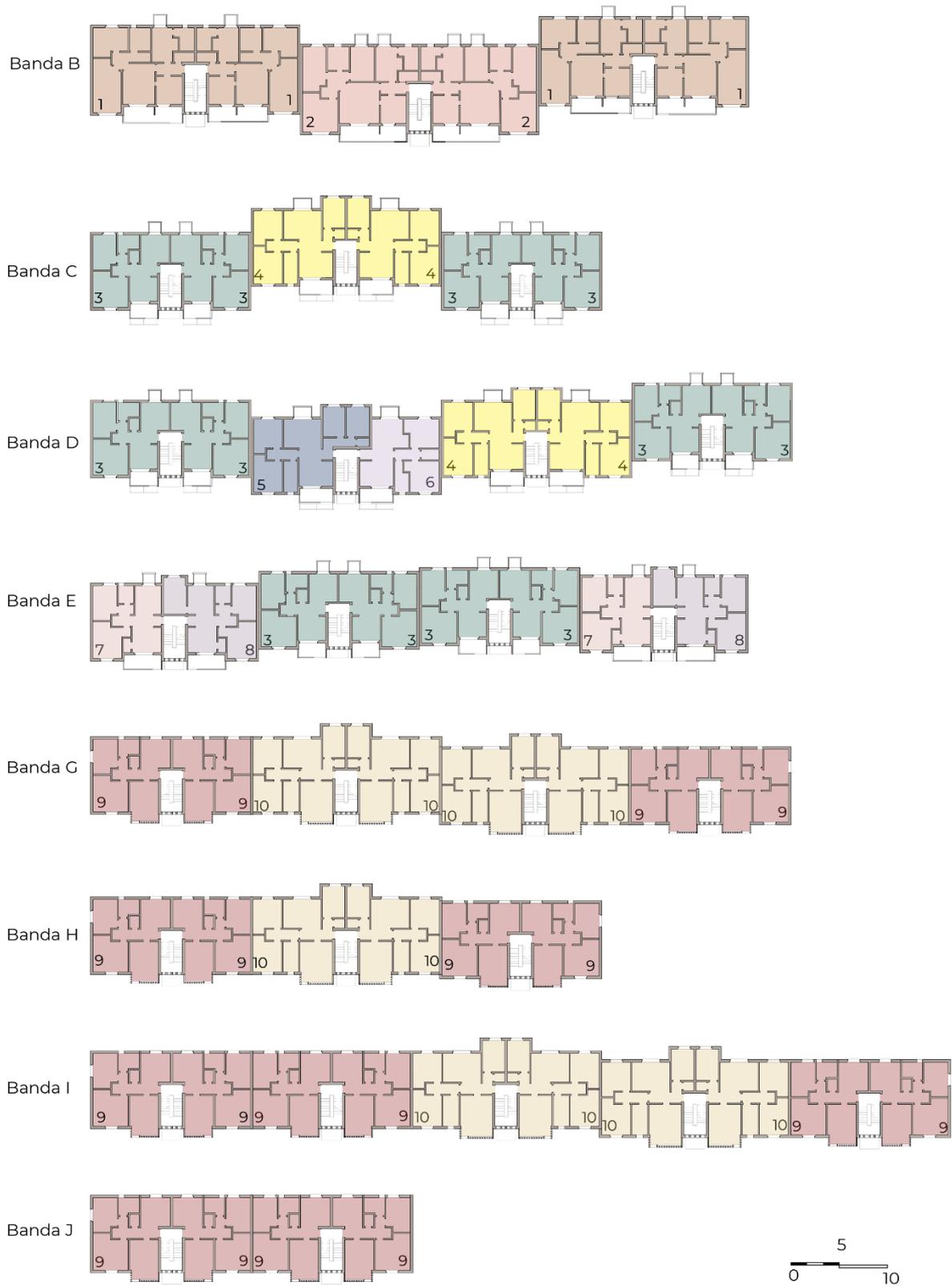


FIG. 103 Tipologias Habitações

A banda habitacional B é constituída por blocos habitacionais destinados aos encarregados e funciona também numa lógica de *risco ao meio*. No entanto, as áreas comuns e privadas usam como eixo de simetria um corredor, seguido de uma antecâmara de distribuição dos quartos. Há ainda uma segregação de espaços, isto é, a zona de entrada da casa, destina-se aos serviços, nomeadamente cozinha, área de serviço (varanda) e cômodos da empregada doméstica. Atravessando o corredor que transpõe esta área, encontramos a zona destinada à família, com a sala comum e respetivos quartos. A sala comum, ao contrário da dos blocos dos operários, está virada para a fachada principal, usufruindo de uma varanda. A varanda nas residências dos encarregados está dividida em dois espaços, separados por uma parede, um espaço destinado à zona de serviços, tal como nos fogos dos operários e o outro espaço como prolongamento da sala comum.

Sendo estas habitações da FCP, enquadram-se num modelo de habitação mínima. O seu desenho, representativo do Movimento Moderno, destinava-se apenas a dar resposta às necessidades básicas de um espaço habitável, num ambiente minimalista. Também os espaços destinados aos arrumos, como despensas e armários, são equacionados nas habitações tirando um proveito bem equacionado do espaço mínimo.

A estrutura dos blocos habitacionais foi edificada em betão armado, com paredes exteriores de alvenaria simples rebocada. Os espaços comuns dos blocos habitacionais - as caixas de escadas, e os patamares de acesso a cada fogo, são de betão à vista. As caixas de es-

cadras são acompanhada por pequenos vãos, que são separados por lâminas de betão vertical e horizontal, demarcando o espaço comum para o exterior dos edifícios. A abertura destes vãos contribui para a ventilação natural dos edifícios.

Podemos afirmar que as questões dos estudos de insolação e ventilação foram tidas em consideração no projeto das habitações, tendo uma expressão direta nas fachadas dos edifícios. Dos estudos de insolação surge o desalinhamento dos blocos habitações, mas também

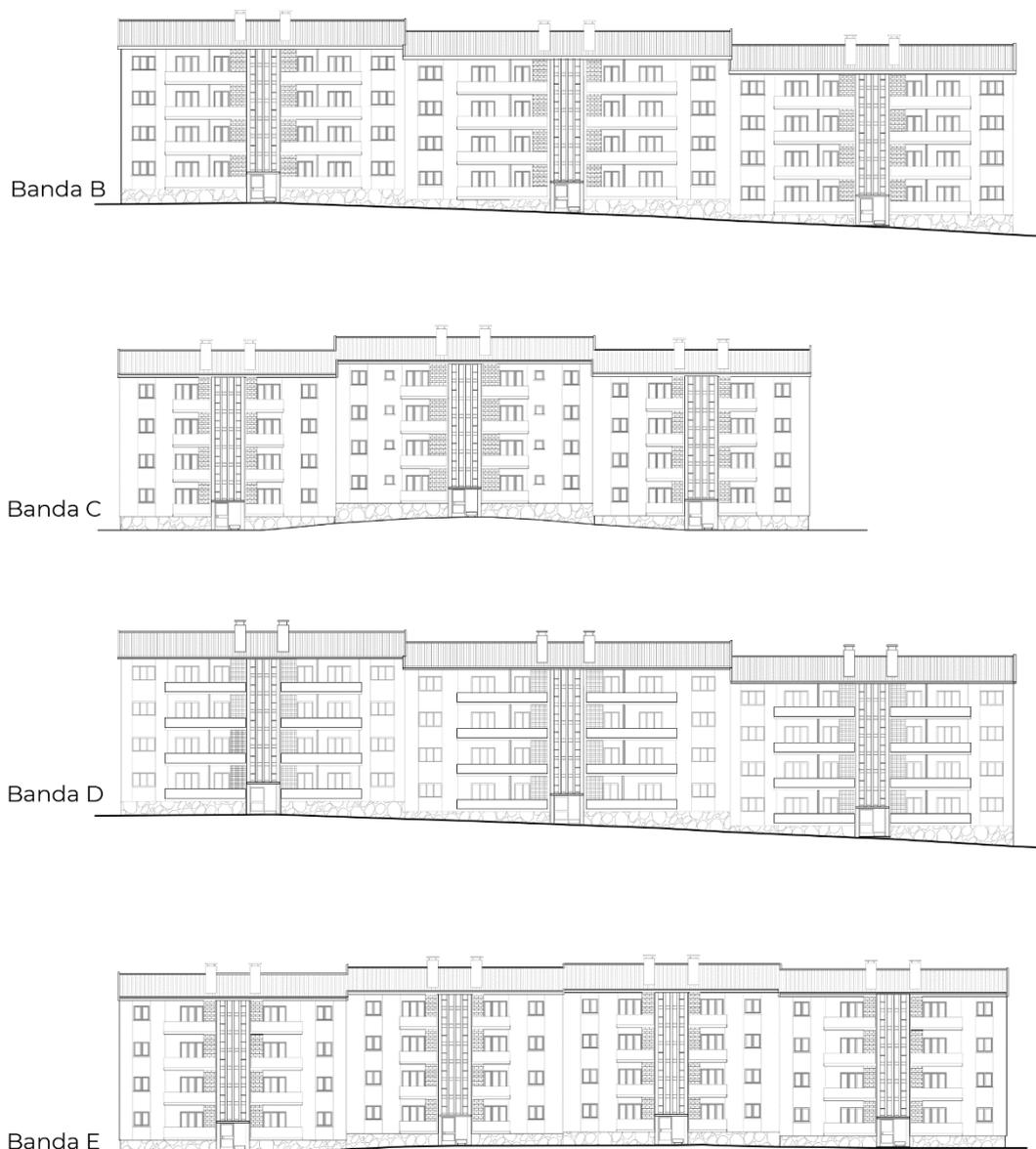


FIG. 104 Alçados



pelo posicionamento dado às bandas habitacionais no plano de conjunto. Por sua vez, a ventilação natural é também equacionada através da resposta dada à questão proveniente dos estudos de insolação para as divisões das habitações. A presença de vãos em todos os cômodos permite, além da entrada de luz, que haja uma ventilação horizontal cruzada em todos os fogos.

As fachadas dos blocos habitacionais além de serem marcadas pelos vãos, são também ritmadas pelas varandas, que como já expusemos anteriormente, tinham na sua maioria uma área dedicada às tarefas domésticas. Para resguardo destas tarefas existe na parede exterior da varanda um painel de tijolos vazados (cobogó) com vazios retangulares na área correspondente ao tanque de lavagem de roupa. Desde modo, a iluminação e ventilação da área era mantida, tal como a privacidade do espaço. No entanto, este desenho apenas se aplica às habitações construídas na primeira fase, visto que, os volumes proeminentes nas fachadas do Bairro Novo deixaram de ser varandas e evoluíram para espaços cerrados contíguos à cozinha. Desta forma, no bairro novo o painel de cobogós transformou-se numa parede envidraçada, de desenho regular, na qual a estrutura forma pequenos vãos e mantém os mesmos princípios de iluminação/ventilação do espaço oferecendo, em simultâneo, privacidade às tarefas domésticas da habitação.

O revestimento exterior em paredes de pedra calcária (no embasamento dos edifícios e em alguns planos de fachada de outros edifícios), evidencia-se como elemento aglutinador e identitário de todos os edifícios do Bairro Operário, projetados pela FCP. Nos edifícios residenciais, este revestimento destaca-se no embasamento dos blocos, demarcando um friso que é diretamente influenciado pela cota a que se encontra o

rés-do-chão de cada bloco habitacional, que por sua vez se adapta à topografia do território.

Tal como observamos, as habitações do Bairro Operário da Tabaqueira tendo sido projetadas segundo os programas de habitação social do Estado Novo, respeitam os parâmetros defendidos e sintetizados por Portas (2004.[1959]) tanto nas questões urbanas, como na organização do interior das habitações. Em suma, as bandas habitacionais correspondem a unidades multifamiliares, em agrupamento do tipo intensivo de distribuição vertical concentrada, nas quais a entrada para as unidades residenciais se efetua por uma coluna de acesso de planta retangular e de dimensão reduzida. O interior das habitações resume-se a uma zona de permanência (onde o espaço de refeição é incorporado na cozinha, passando esta a ser tratada como espaço de permanência - sala comum e espaço de reunião) e a zona de permanência íntima (onde os quartos são distanciados da zona comum através de uma antecâmara que mantém a privacidade necessária a estas divisões).

*FIG. 105*





FIG. 107

FIG. 110

FIG. 111



FIG. 112



FIG. 113

FIG. 114

FIG. 115.

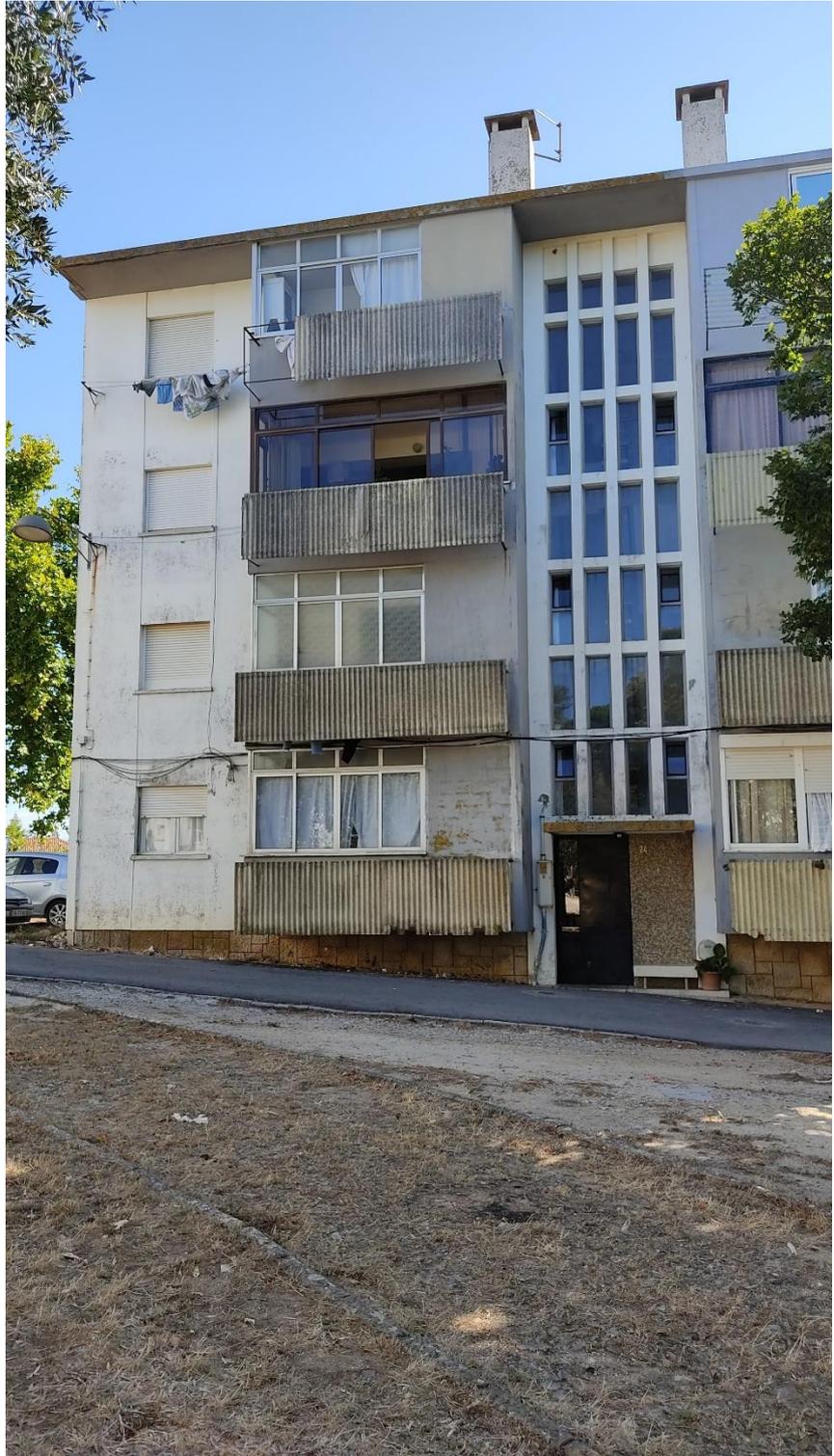


FIG. 116



FIG. 83

FIG. 84

FIG. 85



FIG. 1196

FIG. 120

FIG. 88

## 2.4. OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO BAIRRO OPERÁRIO

Tal como Rossi preconiza os edifícios públicos são fundamentais para enraizar os habitantes nos bairros: *"É lógico supor que o sucesso dos complexos residenciais esteja relacionado com a existência de serviços públicos e de equipamentos coletivos e reconhece-se a importância deste facto."* (Rossi, 1977, p. 92). A singularidade do bairro operário da Tabaqueira analisa-se também na diversidade e localização dos seus edifícios públicos.

O bairro operário da Tabaqueira, quando idealizado já era fruto de uma longa herança de obras e políticas de responsabilidade social criadas dentro da CUF. Estas eram tão vastas como: o apoio à educação e escolarização (tanto dos operários como dos seus descendentes); o direito à saúde (através do acesso a centros de saúde, maternidade e de um hospital); o incentivo à cultura, desporto e lazer (com a criação de salas de espetáculos, grupo desportivo e até de colónia de férias para os filhos dos funcionários). Todo esta obra passava também por

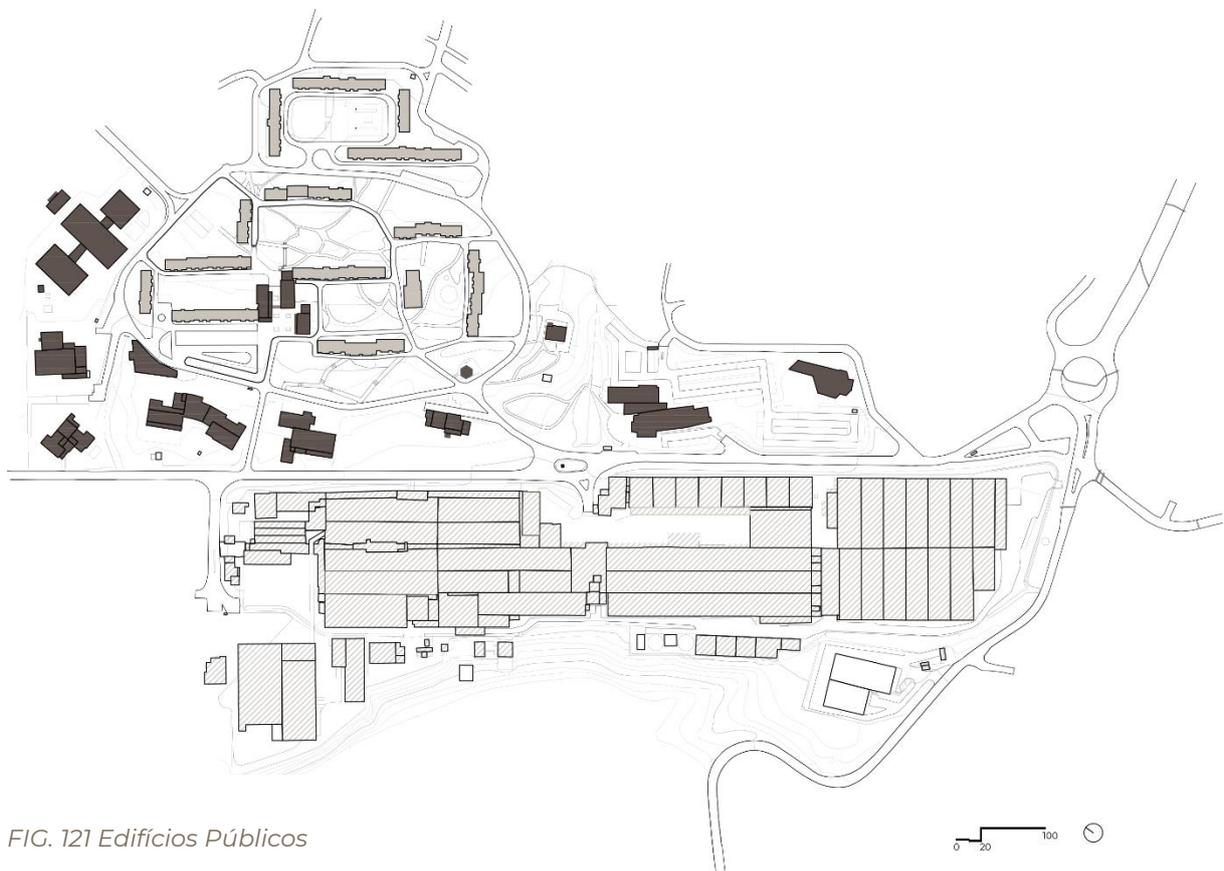


FIG. 121 Edifícios Públicos

ser um incentivo à produção, na medida que, as necessidades sociais dos operários estavam asseguradas pela empresa (Sardica, 2020).

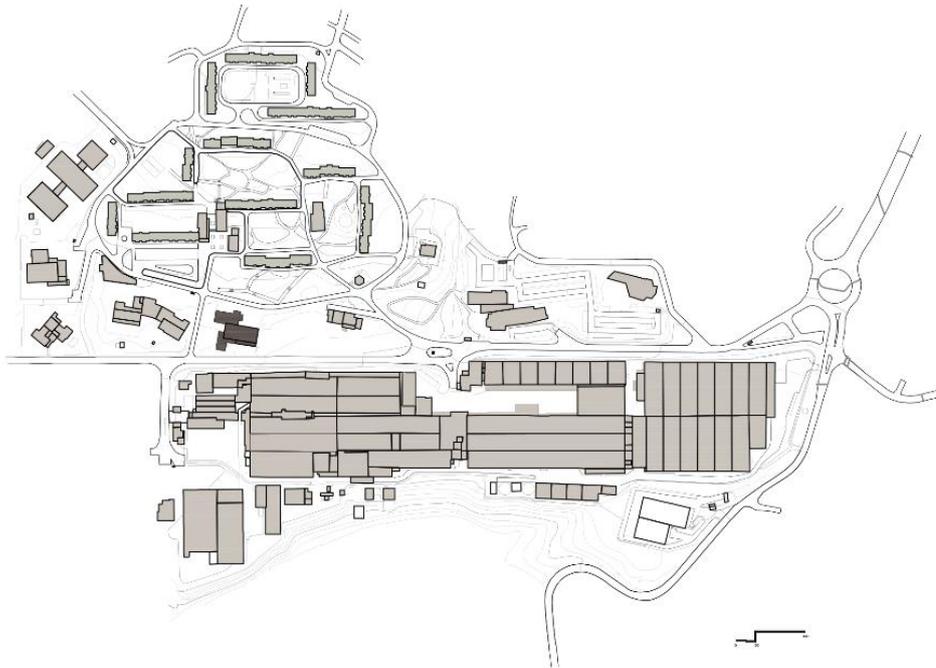
A localização dos edifícios públicos, como já vimos anteriormente, foi definida pelo plano de urbanização do Bairro do Operário da Tabaqueira e ocupou o anel que separava a zona residencial da zona laboral. Esta área era ainda rasgada por um eixo que a subcategorizava, criando dois núcleos. O primeiro núcleo tinha os edifícios que prestavam serviços e eram um contributo direto ao quotidiano dos funcionários (como o refeitório, a creche e o posto médico) e foram os primeiros a serem projetados e inaugurados. O segundo núcleo iria ser desenhado para dar resposta às questões de lazer dos trabalhadores.

O bairro da Tabaqueira é enquadrado no espírito da Carta de Atenas (1933), obedecendo também aos princípios da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1898) e ao esquema da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry<sup>37</sup> (1920). Assim revemos a sua funcionalidade (do tipo “unidade de vizinhança”) no núcleo comercial e na proximidade das escolas e outros equipamentos às habitações.

<sup>37</sup> A unidade de vizinhança é um conceito reconhecido por Perry Clarence Arthur Perry. Foi concebida como uma resposta ao crescimento dos aglomerados urbanos configurando bairros que propiciassem a convivência e os contatos sociais. Perry determinou a escola primária como equipamento central e o delimitador espacial de uma unidade de vizinhança, esta existia em função de uma determinada população: “Perry apresentava duas grandes preocupações: a distribuição dos equipamentos coletivos, em especial os equipamentos escolares, e também a preocupação com o enfraquecimento das relações de vizinhança com o desenvolvimento industrial e urbano das cidades. Aliás, a importância dos equipamentos está bem patente no conceito de Perry, já que é a partir dos equipamentos escolares primários/básicos que se dimensiona toda a unidade de vizinhança, tanto em área como em número de residente” (Louro, 2011, p. 29).

### 2.4.1. Os equipamentos públicos: Refeitório, Posto Médico, Jardim-Escola e Centro Comercial

#### **Refeitório**



Dentro das políticas de responsabilidade social da CUF, e consequentemente da Tabacaria, o refeitório foi um dos primeiros equipamentos a ser equacionado, pois este serviria de apoio ao complexo industrial. Anteriormente à sua construção, e segundo relatos de alguns antigos funcionários, o espaço de refeitório funcionava dentro do próprio complexo industrial. O edifício do refeitório que foi projetado com o propósito de auxiliar a fábrica foi concluído em 1965, quase 3 anos após o início dos trabalhos em Albarraque.

Segundo o processo de obra, disponível no Arquivo da CMS, o refeitório é da autoria do Centro de Projectos da CUF e foi requerido pela Empresa Geral de Fomentos, acionista da Tabacaria, que pertencia também ao grupo empresarial da CUF.

O refeitório diferencia-se dos restantes equipamentos públicos devido à sua implantação isolada face aos demais edifícios do complexo. O refeitório assemelha-se, estética e volumetricamente, com o edifício de

FIG. 122 Planta localização Refeitório

entrada do complexo industrial. Ambos construídos posteriormente ao início de trabalhos da fábrica, e situam-se exatamente em lados opostos à Av. Alfredo da Silva, ambos com fachadas viradas para esta avenida.

Analisado o processo do projeto, conclui-se que o refeitório prima por responder essencialmente à sua funcionalidade e não tanta à estética.

O edifício do refeitório é de traçado regular, cobertura plana e materialidade simples, betão e alvenaria rebocada; e os seus vãos são equacionados em virtude das funcionalidades do seu espaço interior, abrem-se nos espaços de refeição e são reduzidos nos espaços de serviço. Este edifício tem área coberta aproximadamente de 1035 m<sup>2</sup> e explora mais 335m<sup>2</sup> de área com a criação de um meio piso inferior que ajuda vencer o desnível de cotas entre a via circundante à zona residencial e a Av. Alfredo da Silva, perfazendo assim uma área total de 1370 m<sup>2</sup>.

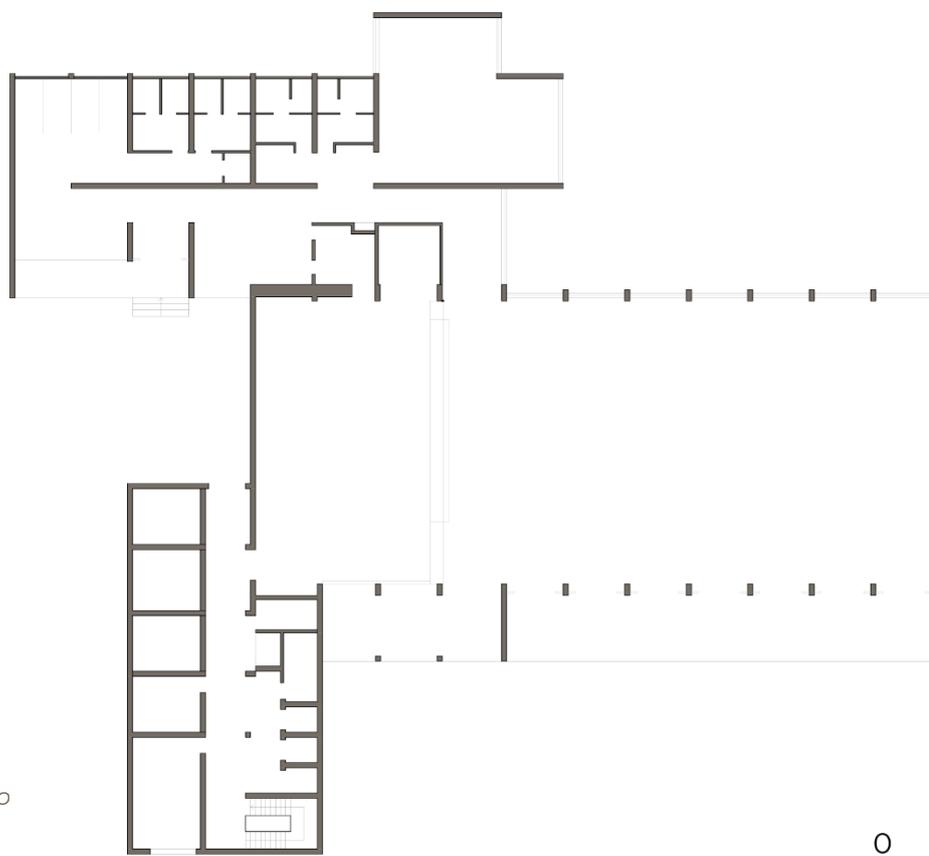


FIG. 123 Refeitório  
Planta cave

O refeitório, como edifício dedicado exclusivamente à preparação, confeção e consumo de alimentos, organizou-se internamente de acordo com as necessidades dos espaços dedicados à alimentação. Deste modo, a cave, que tinha um acesso próprio pela Av. Alfredo da Silva, albergava a zona de receção e conservação de alimentos e tinha distintas divisões de preparação de alimentos.

Ainda neste piso encontravam-se os vestiários para os funcionários do refeitório e outras divisões ligadas à logística. O piso superior estruturava-se em três grandes áreas: a entrada, onde os operários tinham acesso pelo edifício da rua que liga a unidade fabril ao bairro; a cozinha, a qual incluía um espaço de confeção, divisões de conservação e uma zona de sujos e lavagem; e a sala de refeição, que mais tarde se estendeu também para o exterior do edifício (Anexo E2).

Atualmente o refeitório continua em funcionamento servindo tanto os operários fabris como os funcionários dos escritórios da PMI.



FIG. 125



FIG. 126

### Jardim-escola

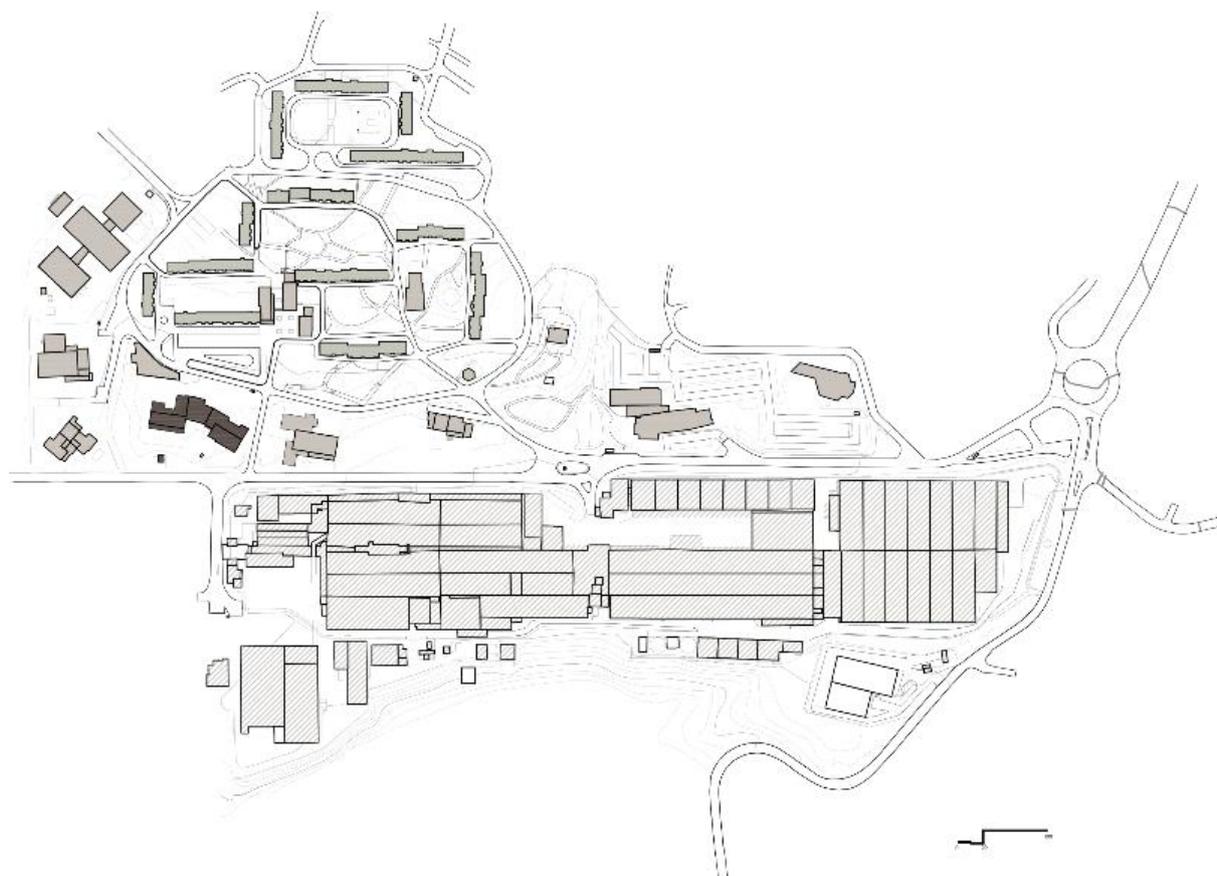


FIG. 127 Planta localização Jardim-Escola

O jardim-escola do bairro da Tabaqueira, tal como as suas habitações, é resultado das políticas de obras públicas, iniciadas pelo Ministro Duarte Pacheco nos anos 40, visto que, estas também apoiavam a edificação de escolas. O sentido de responsabilidade social, que provinha da família CUF, aliado às políticas de obra públicas concretiza o jardim-escola do Bairro Operário da Tabaqueira.

O jardim-escola e o refeitório foram os primeiros equipamentos a serem construídos, pois estes estavam sujeitos às principais necessidades após a zona residencial ser habitada. O jardim-escola foi concluído em 1965 e localiza-se no lado oposto ao refeitório. Os dois equipamentos são separados por um eixo que liga diretamente a entrada do complexo fabril ao centro da zona residencial. Esta ligação permitia aos operários deixar

os seus filhos na escola antes de iniciar a jornada de trabalho, sem fazer qualquer desvio. Uma visão bastante progressista, para os anos 60, dadas as limitações ainda impostas às mulheres em termos de progressão na carreira. De maneira a colmatar as necessidades dos horários dos trabalhadores, a creche abria às 6h45 e fechava às 19h30, por forma a abranger toda a jornada de trabalho da fábrica, horário que se mantém até aos dias de hoje.

O jardim-escola é projetado dentro do plano urbano para o Bairro Operário da Tabaqueira, mas não temos desenhos do mesmo, assim apenas nos é possível observar o exterior do jardim-escola comparando-o com os demais equipamentos públicos e analisar a sua implantação. Assim é observável uma estética da construção semelhante aos demais edifícios públicos do plano. Esta construção reflete-se na utilização de alguns elementos comuns aos edifícios, como: 1) o revestimento em pedra de determinadas secções das fachadas (no embasamento dos edifícios ou na totalidade das fachadas laterais); 2) o uso de parede envidraçada nos espaços de entrada e de circulação; 3) o emprego da platibanda com o intuito de ocultar a cobertura. Face aos demais, o jardim-escola, destaca-se em planta pela utilização de linhas curvas que abraçam um pátio. O jardim-escola possui uma área coberta de 1500m<sup>2</sup>, que se amplia com o recurso a um piso inferior que colmata a incidência do terreno.



FIG. 128

Atualmente, o jardim-escola continua com o mesmo uso. Porém no ano 2000, a Tabaqueira cedeu-o à administração das Escolas João de Deus.



*FIG. 129*

*FIG. 132*



## Posto Médico

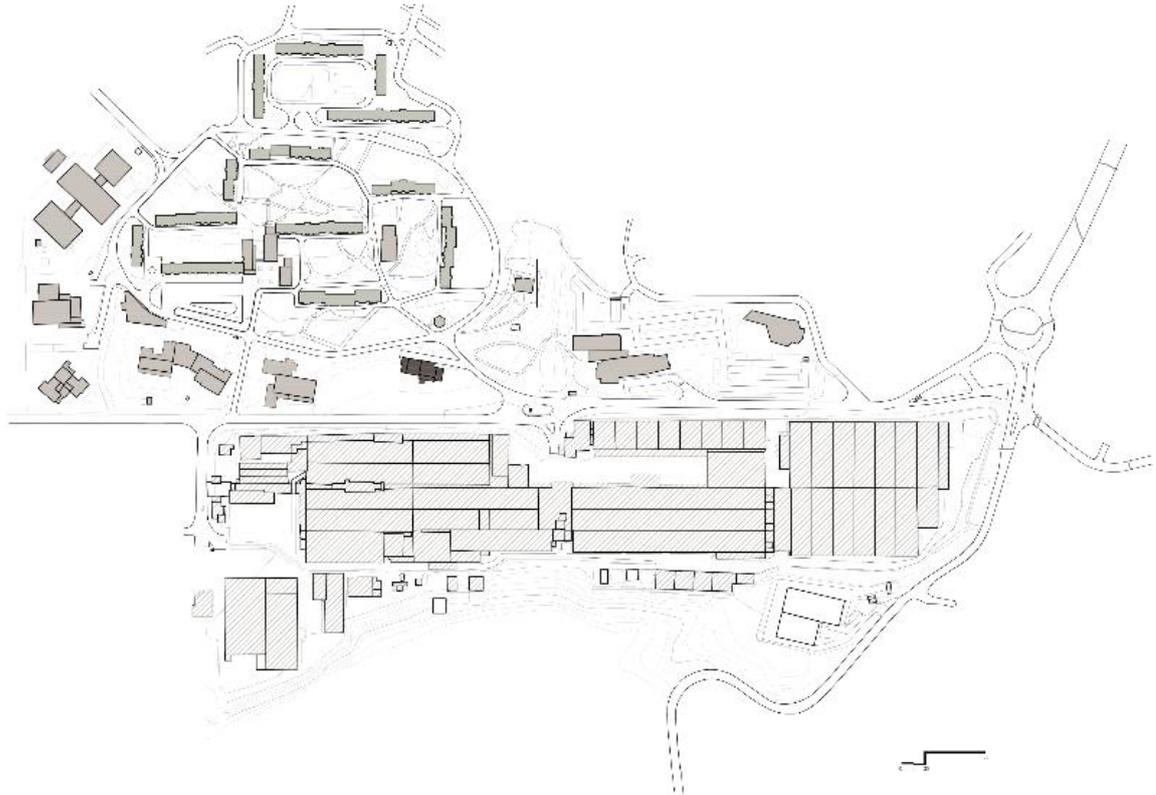


FIG. 133 Planta localização Posto Médico

O Posto Médico<sup>38</sup> em muito se assemelha em termos de linguagem e materialidade aos blocos habitacionais e aos restantes equipamentos públicos apesar do seu uso bem distinto. Visto que, este foi requerido pelo Ministério das Corporações e Previdência Social, levantasse a hipótese de o Arquiteto Moreira Veloso ter também projetado o Posto Médico e os restantes equipamentos públicos. Em maio de 1967, o Posto Médico é inaugurado pelo Presidente da República Américo Tomás e pelo Ministro das Corporações e Previdência Social José Gonçalves de Proença, como podemos comprovar por filme existente nos arquivos da RTP.

O Posto Médico encontra-se estruturado em três pisos. Dois pisos que funcionam acima da cota da entrada principal e um outro abaixo da cota da entrada. Este desenho é característico dos edifícios que se encontram neste núcleo de topografia acidentada (que corresponde à construção do plano da 1ª fase). O piso

<sup>38</sup> A abordagem e descrição do interior deste projeto foi enriquecida com uma compilação de relatos de alguns utentes, bem como, de funcionários mais antigos do Posto Médico. Devido às circunstâncias impostas pela pandemia não nos foi permitido o acesso ao interior do edifício.

térreo do Posto Médico é planificado em três áreas: sala de espera; gabinetes médicos e de enfermagem; e área administrativa e de receção (que se eleva em relação às restantes). O segundo piso por sua vez apenas detém duas áreas, gabinetes médicos e de enfermagem, bem como, sala de espera. O piso -1 é o piso que já teve mais funcionalidades, atualmente é interdito aos utentes e serve de arrumos e arquivo. Porém, este também já foi um espaço de uso público, até meados dos anos 90, funcionou neste piso a farmácia, que detinha um acesso exterior, independente à entrada do posto-médico.

No entanto, há que destacar um elemento que atravessa verticalmente todo o edifício do Posto Médico - as escadas, que apesar de responderem apenas à sua finalidade, ganham peso interiormente dado ao espaço que ocupam. Não obstante, estas servem de mote para a abertura do edifício ao exterior, devido à existência de uma parede envidraçada nesta área de circulação do edifício. Este pormenor no desenho das fachadas, nas áreas de circulação, é comum a todos as obras apoiadas pelo Estado no Bairro da Tabaqueira, com exceção do edifício da Igreja como iremos ver posteriormente.



FIG. 134 Planta esquemática  
Posto Médico



FIG. 135 Posto Médico, 2010



FIG. 136, Inauguração do Posto Médico, 1967

**Despensas/ Centro Comercial**

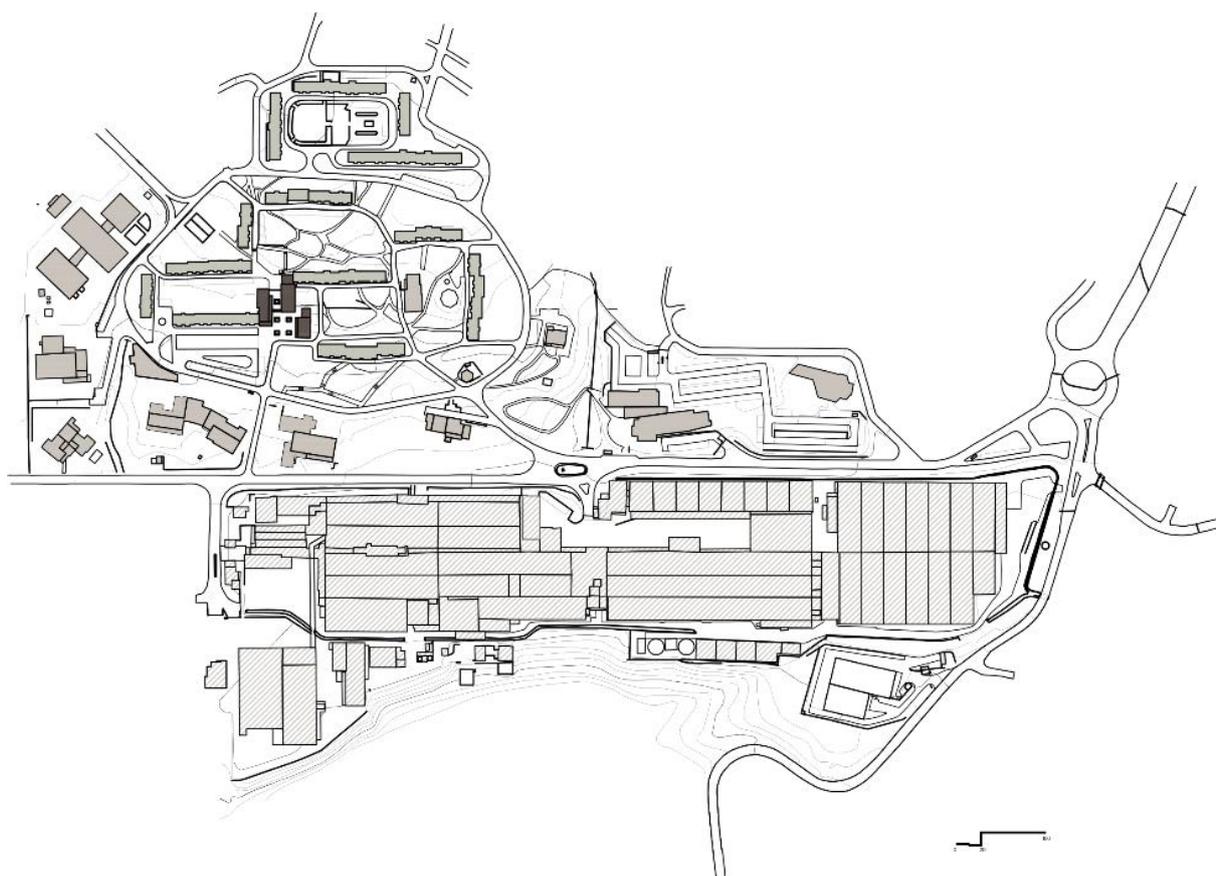


FIG. 137 Planta localização

A despensa, ou como passou mais tarde a ser designado, o centro comercial, pouco se sabe. Tal como a maioria dos edifícios de carácter público que foram projectados no contexto do plano de urbanização, e não pelo Centro de Projectos da CUF, este edifício carece de documentação.

Dada a relevância para a vida em comunidade, o centro comercial, tal como a creche e o refeitório, foi dos primeiros equipamentos a ser inaugurados em 1965. É edificado no centro da área residencial, respondendo à ideologia da cidade-jardim. O centro comercial é constituído por 3 blocos distintos, que assumiam diferentes tipos de comércio ou serviços. Estes encontravam-se interligados por diferentes níveis, que ajudavam a vencer a topografia, mas que também permitiam o acesso aos diferentes pisos dos

edifícios. Os edifícios funcionam em duas cotas. O acesso ao piso inferior faz-se pela zona da praça, e o acesso ao segundo piso faz-se pelo platô.

Segundo residentes mais antigos do bairro, o bloco a Este era destinado à comercialização de bens alimentares e estruturava-se em duas zonas, com entradas diferenciadas. A primeira área com acesso pela praça era destinada à venda de charcutaria e talho (1). A segunda área era destinada à comercialização de mercearias e produtos frescos (2). Contudo, esta área desdobrava-se em dois pisos, sendo que, na área destinada aos clientes, o acesso era feito pelo platô, por sua vez o acesso ao piso inferior realiza-se na fachada oposta ao edifício e destina-se à zona de armazém.

O segundo corpo do centro comercial encontra-se de frente para o bloco anterior e os seus acessos efetuavam-se de forma semelhante aos do bloco do comércio alimentar. Este bloco mais a Norte era destinado à comercialização de utilidades e de serviços. Se por um lado a área destinada aos serviços (cabeleireiro (3) e barbearia (4)) ocupava, em pisos distintos e acessos diferentes, o lado direito do edifício, a área destinada à comercialização de produtos diversos, como artigos de retosaria, faqueiros, serviços de pratos, entre



FIG. 138 Planta esquemática: identificação de áreas comerciais

outros, era apelidada de utilidades (5), e ocupava a galeria mais à direita do edificado. Ainda adjacente a este bloco encontrava-se a sapataria (6).

O bloco Oeste (7), edifício mais central do plano de conjunto, foi destinado a ser o café do Bairro Operário. Esta posição de destaque do café evidencia a vontade em ter um centro do bairro vivido. O próprio desenho do edifício distancia-se dos demais equipamentos públicos. Contrariamente aos restantes que apenas estabelecem a relação com o exterior, nas áreas de circulação, a cafetaria abre-se sobre o exterior, através do desenho de grandes vãos. A relação interior-exterior que se estabelece entre a praça e a sala de refeição dá um sentido de continuidade ao espaço permitindo que o limite físico seja desvanecido.

Interiormente o edifício do café estrutura-se em área de cozinha, balcão e sala de refeição, aumentado esta área através de um mezanino que se situa sobre a zona do balcão, permitindo que apenas a sala de refeição tenha duplo pé-direito. Em concordância com todos os outros edifícios do plano de conjunto, que têm escadas, este também possui uma parede envidraçada sobre a zona de circulação vertical.

Atualmente, o espaço comercial, apesar de ainda ter todos os serviços com os quais foi inaugurado, com exceção das utilidades, e ter ganho um outro, transformou-se. O café, o talho, assim como o cabeleireiro e barbearia mantêm-se nos mesmo espaços. Por sua vez, o comércio de utilidades foi encerrado e a despensa mudou de espaço, passando a ocupar a antiga sapataria (6). Em virtude destas mudanças, o comércio que ocupava mais área, a despensa, ficou desocupado, abrindo espaço ao desrespeito pelo edifício. Contribui, também, para este facto, a mudança de uso do espaço de utilidades. Hoje este espaço é ocupado por uma clínica veterinária que tem um horário muito limitado,

não contribuindo para a revitalização da área, dando assim ao espaço um sentimento de abandono. Este só é quebrado na praça devido à relação do edifício do café com a própria praça.

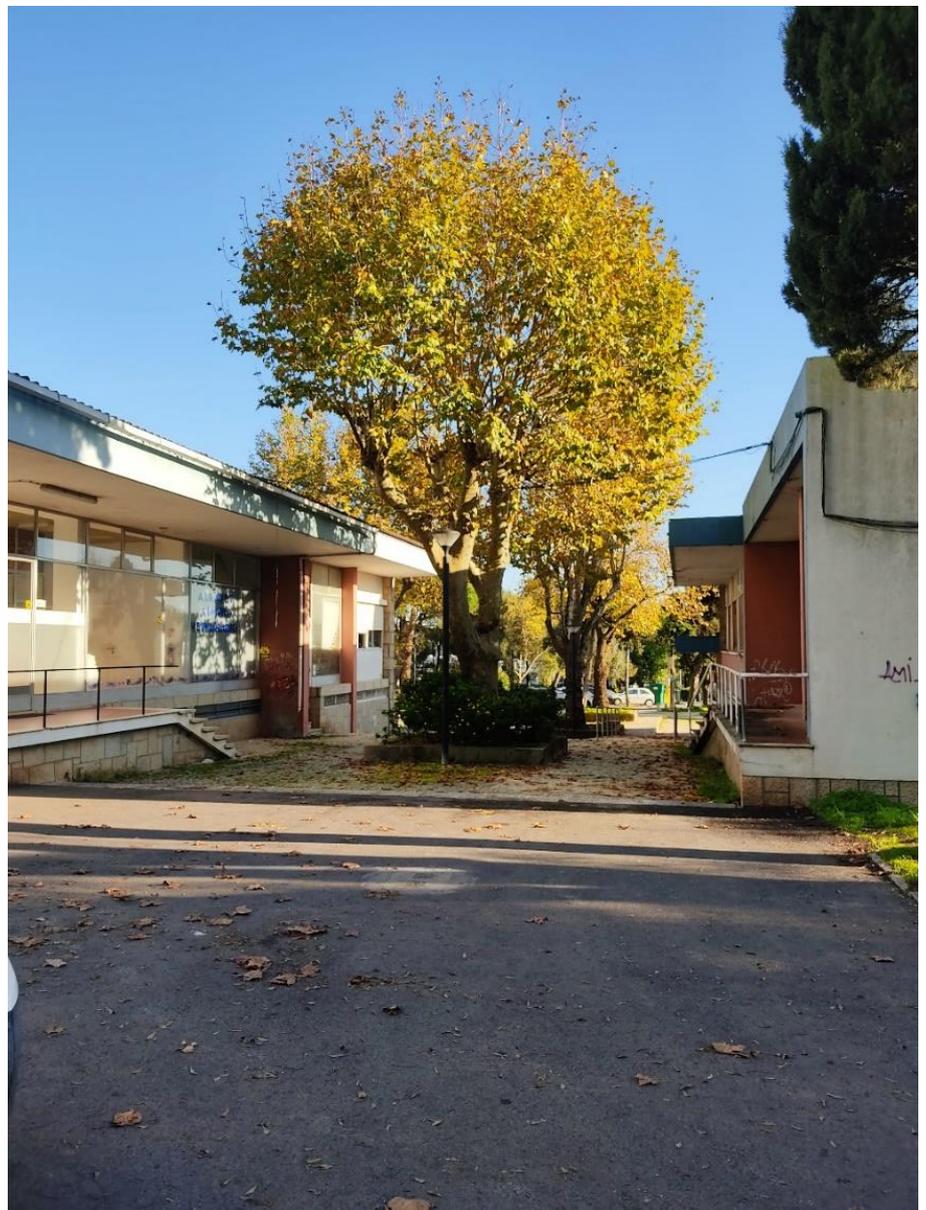


FIG. 139



FIG. 140

FIG. 141





FIG. 142



FIG. 143

FIG. 144



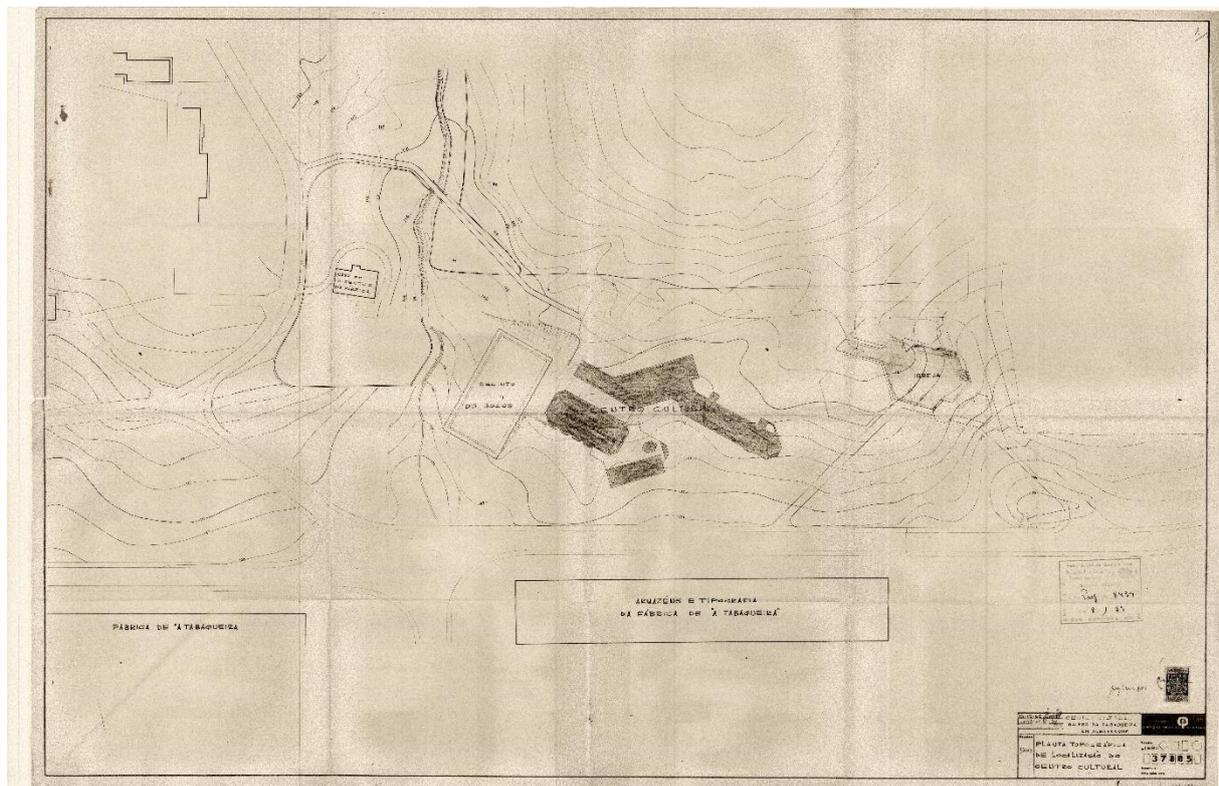


FIG. 145

## 2.4.2. Os equipamentos culturais: Igreja e Centro cultural

Como já vimos anteriormente, os equipamentos culturais foram os últimos a ser projetados e edificados no Bairro Operário da Tabaqueira. Erguidos paralelamente à Av. Alfredo da Silva e com uma maior proximidade com a Estrada Nacional, foram a primeira concretização de equipamentos com abertura às localidades exteriores. Tal como os equipamentos públicos, os equipamentos culturais pretendiam “proporcionar condições de civilidade habitacional” (Cunha, 2012, p. 54) que já eram características da família CUF. As ideologias paternalistas da CUF, no Bairro Operário de Sintra, foram assumidas pela terceira geração da família do fundador, Dr. Jorge de Mello.

FIG. 146 Planta Topográfica de Localização do Centro Cultural. Identificação do edificado adjacente



### Igreja

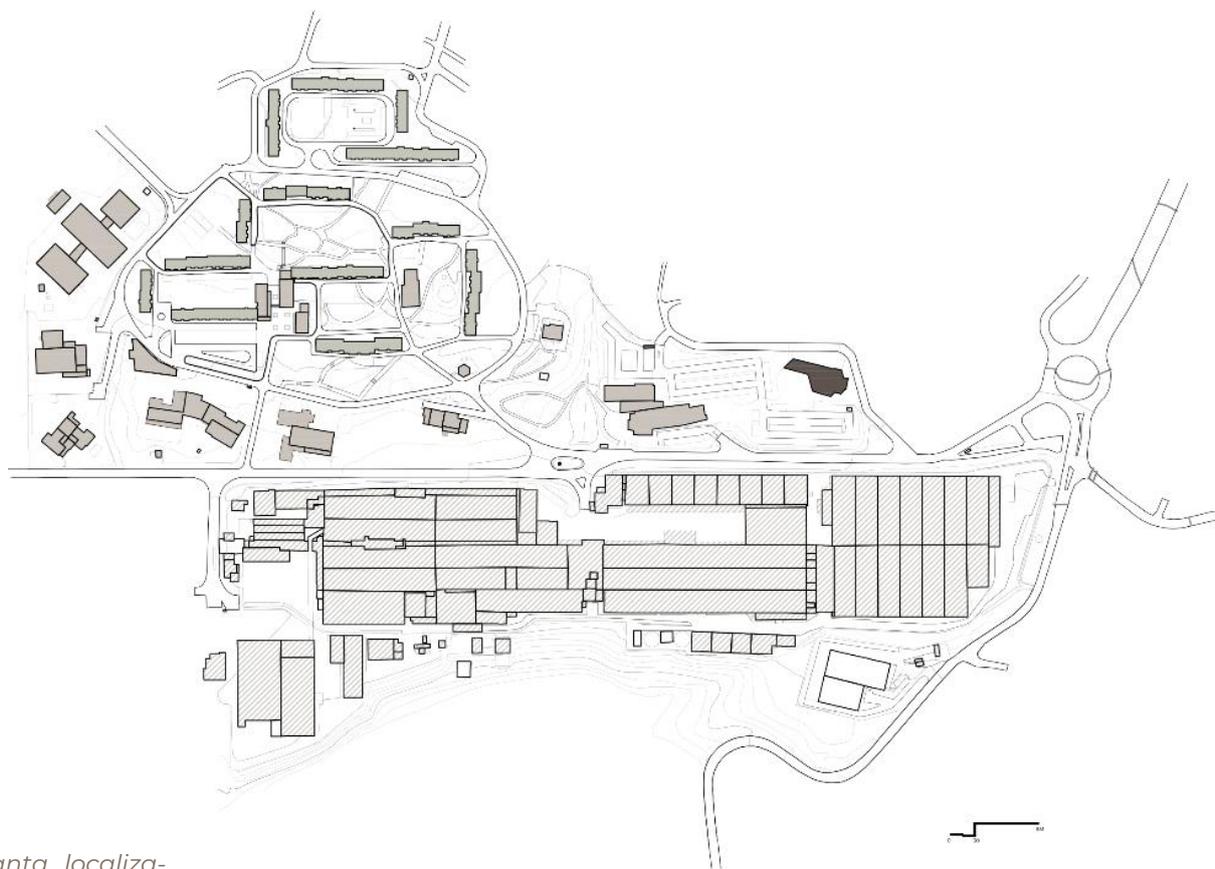


FIG. 148 Planta localização Igreja

A igreja assumiu um papel de destaque no contexto do bairro social devido ao especial empenho do administrador Jorge de Mello, que assumiu pessoalmente o encargo da construção. Em virtude da sua admiração e apreço pela “velha igreja de S. Degolado na Terrugem”, em Sintra, na qual “(...) persistem elementos manuelinos que convivem com azulejos do séc. XVII e uma belíssima torre sineira dos finais de setecentos” (Cunha, 2012, p. 54), Jorge de Mello decide encomendar um projeto que a replique. A encomenda segue a cargo do arquiteto Vasco Regaleira (1897-1968), projetista de traço apreciável no Estado Novo. Todavia, apesar da aprovação de diversas identidades, quando esta proposta chega ao Patriarcado é rejeitada. O Cardeal Cerejeira terá dito: “Copiar cegamente formas artísticas doutras épocas, será fazer obra de arqueologia artística; mas não é seguramente obra viva de arte.” (Cunha, 2012, p. 69). Apesar de não se estar a

dirigir diretamente ao projeto em questão, expressava a sua opinião sobre a necessidade de se fazer “uma arquitetura mais autêntica, verdadeiramente contemporânea” (Cunha, 2012, p. 69).

No início da década de 60, a Igreja Católica atravessava um clima de mudança, o Concílio do Vaticano II (1962-1965) veio afirmar os novos ideais deixados pelo pós-guerra na Europa, trazendo uma maior informalidade à instituição e aproximando-a das pessoas. Esta mudança também se refletiu na arquitetura da própria instituição, aproximando a expressão artística à “revelação do transcendente”. Em Portugal, também a instituição e os arquitetos foram incumbidos destas novas formas de criar, contrariando as propostas do Estado, as propostas de uma arquitetura revivalista. A resposta a este apelo de modernidade deu origem ao Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), que reuniu estudantes e profissionais de arquitetura e de outras artes, como seminaristas e padres (Cunha, 2012). Veja-se o que nos diz Boiça relativamente ao MRAR:

*“Foi na busca de um impulso renovador mais amplo que alguns jovens arquitectos e artistas plásticos nacionais, a par de outros já consagrados, lançaram a criação do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), em 1952, através do qual durante quase todas décadas, procuraram criar uma imagem uma nova imagem artística para a velha Igreja portuguesa” (Boiça, 2012, p. 43)*



FIG. 149 Igreja da Terrugem

<sup>39</sup>Jorge Manuel Teixeira Viana (1924-2010) frequentou a Escola de Belas Artes de Lisboa e diploma-se em 1952. Ainda enquanto estudante, colabora com Carlos Chambers Ramos e Carlos Manuel Oliveira Ramos participando no projeto do Estádio do Restelo. Ingressa no Gabinete de Estudos das HE-FCP, em 1960, onde permanece quatro anos, projetando diversas células habitacionais para o bairro dos Olivais Sul. Nesse mesmo ano, em parceria com os arquitetos António Matos Gomes e Francis Leon estabelece o seu gabinete em Lisboa. Apesar de grande parte da sua obra incidir sobre o programa da habitação, este também se dedica a programas de planeamento urbano e equipamentos públicos, nos quais concilia a relação com as artes plásticas através de parcerias com artistas como Lima de Freitas, estava associado do MRAR, dado também à sua relação com o catolicismo na esfera privada e defensor da modernidade da mesma. Em fases distintas da sua carreira, ajuda a criar os Gabinetes de Planeamento e Recuperação de Clandestinos no Município de Oeiras e anos mais tarde com a experiência adquirida torna-se chefe dos Serviços Municipais de Habitação e Chefe do Gabinete de Recuperação de Clandestinos da Moita. No entanto, é partir de 1983 com a associação à Consulmar, empresa de consultores de estruturas e instalações portuárias, que este se decide às obras de larga escala como o porto de Aveiro, os estaleiros navais de Vila do Conde ou ainda o desenho urbanístico da margem Norte e doca da Figueira da Foz (Milhaireiro, 2009).

Apesar desta nova realidade e dos pareceres dados pelo Patriarcado de Lisboa, o Administrador d'A Tabaqueira decide avançar para licenciamento na CMS, do projeto do arquiteto Vasco Regaleira. A CMS, remete para o Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (SNIP) para receber um parecer da Comissão Diocesana de Arte Sacra (CDAS). Que por sua vez confronta as duas realidades. A arquitetura vernacular saloia de carácter rural da Terrugem com a arquitetura moderna e urbana do complexo fabril em Albarraque. A CDAS conclui que edificar uma igreja com as características propostas iria transmitir uma ideia errada - a separação entre a liturgia e o quotidiano dos seus fiéis, conceito do qual a Igreja se queria afastar, além das questões de ordem estética que pareciam evidentes. Todavia, antes de esta informação ser transmitida à CMS, Jorge de Mello desiste pelo licenciamento do projeto.

Seguindo as novas ideologias da Igreja, foi apresentado ao Administrador d'A Tabaqueira, um conjunto de arquitetos que estavam familiarizadas com o novo movimento, MRAR, tendo este escolhido "um pouco aleatoriamente" o arquiteto Jorge Viana<sup>39</sup> (Cunha, 2012).

O programa para a igreja é cedido pelo SNIP em janeiro de 1964, após mais uma fase de debate do Concílio do Vaticano II. No final de abril do mesmo ano, o arquiteto Jorge Viana apresenta a sua proposta numa reunião do MRAR, assim:

*"o Secretariado das Igrejas propôs que esta nova igreja viesse a ser localizada e projectada de modo a poder futuramente vir a ser sede de nova*

*paróquia”, proposta que, uma vez aceite, foi desenvolvida pelo arquitecto Jorge Viana, tendo uma implantação da igreja que servisse já não apenas o bairro da Tabaqueira, mas toda a futura paróquia de Albarraque.” (Cunha, 2012, p. 74).*

A igreja com a implantação articulada com o futuro Centro Cultural e o projeto aprovado pelas entidades às quais tinha de responder, inicia as obras em abril de 1965. Beneficiando da topografia, a igreja, eleva-se face aos restantes equipamentos públicos, criando também uma ligação com as localidades envolta do bairro, convidando-as a dirigirem-se a este edifício de culto junto à EN.

A igreja da Sagrada Família é desenvolvida sobre uma base geométrica hexagonal que transpõe a forma do edifício. Temos assim um projeto “quase obsessivo – sem chegar a ser excessivo” (Cunha, 2012) em diferentes elementos que vão desde a forma evidente, por exemplo, do pátio, dos puxadores, do candeeiro ou da pia baptismal; até à conjugação da geometria triangular, como são exemplo, o desenho do pavimento, as entradas de luz nas portas ou a rosácea na fachada principal da igreja. Todos estes elementos enriquecem compulsivamente o projeto com a sua forma cuidada. Os elementos arquitectónicos transformaram este edifício, que muito beneficiou da parceria realizada entre o arquiteto e outros artistas. Jorge Viana convidou artistas como Lima de Freitas (artista plástico), para desenhar painéis de azulejos, com cenários litúrgicos em harmonia e conjugação com os seus azulejos de motivos geométricos. Solicita ainda a colaboração das escultoras Maria do Carmo d’Orey e Graça Costa Cabral, para as esculturas da sagrada família. Já o desenho do mobiliário fica ao encargo do próprio arquiteto.



FIG. 151

O piso térreo da igreja estrutura-se em duas grandes áreas, o adro e o espaço interior de culto; que funcionam também como um espaço uno, dado o desenho proposto para o vão da entrada principal, que cria uma relação do adro com o altar. A conexão entre estes dois espaços acontece apenas com um simples movimento de abertura de portas, que permite estender a assembleia de 330 pessoas (180 sentadas e outras 150 de pé) para um número indefinido. Ficando ainda os fiéis protegidos das questões climáticas devido ao alpendre que abraça a entrada para a igreja.

Interiormente a igreja apresenta três zonas que são marcadas interior e exteriormente pela variação das cotas das coberturas. Esta distinção de pé-direito remete para um ambiente de uma igreja de traçado mais tradicional, sendo clara a existência de duas naves laterais e uma nave central na zona da assembleia e do altar-mor.

A poente localiza-se o batistério e o confessionário. Este último articula-se com o limite criado pelo gradeamento do batistério, de modo, a que o momento seja de recato e privacidade como é requerido. Não obstante, a pia batismal é observada por toda a assembleia, visto ser um momento de comunidade.

Em local oposto, na nave nascente encontra-se a área destinada ao coro, o altar do sacrário, e o acesso à sacristia. O local para o coro é caracterizado apenas com a imposição de um órgão. Por sua vez, o altar do sacrário, paralelo ao altar-mor, diferencia-se pela sua elevação através de um degrau, face ao restante pavimento. O acesso à sacristia é efetuado por esta nave. Como cómodo de apoio à celebração, a sacristia, tem uma “passagem discreta” diretamente para o altar e desmultiplica-se noutras pequenas áreas como as instalações sanitárias, um pequeno espaço de arrumos, e permite, ainda, o acesso interior à cave, assim como o acesso direto ao exterior.

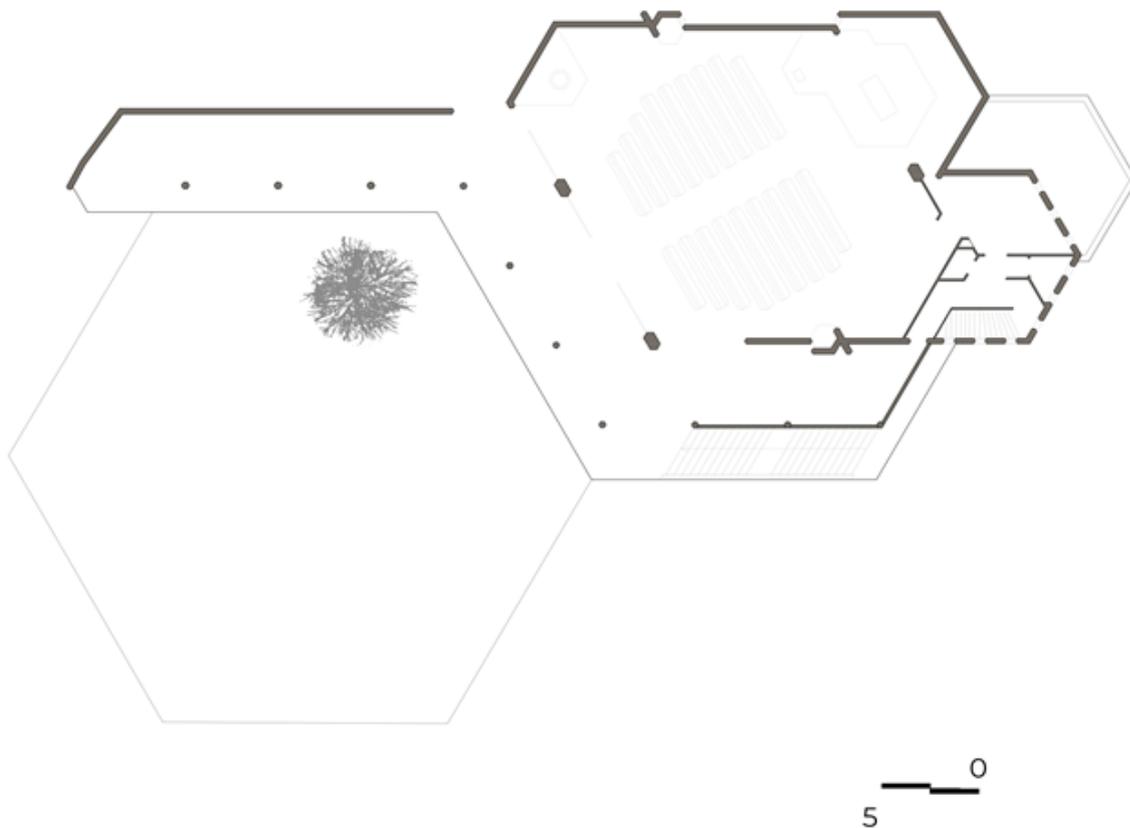


FIG. 152 Planta Piso Térreo

A nave central da igreja ganha imponência em relação às naves laterais, não só devido ao seu pé direito, mas também devido ao destaque que é dado pelo altar-mor, este é elevado em relação à assembleia. Existe, assim, uma categorização das plataformas conforme o momento de solenidade da celebração. A mais elevada é a do altar e do ambão, seguida por duas plataformas/degraus de apoio, e na base desta elevação, a plataforma do altar do sacrário. Nas áreas da assembleia e das naves laterais o pavimento em calçada portuguesa desenhado numa conjugação de formas triangulares, em tons branco e preto, distingue-se dos tons (branco e terra) utilizados no altar.

A monumentalidade interior imposta ao edifício é conseguida pela rosácea da fachada do adro e pelo traçado dos seus vãos. Estes rematam superiormente algumas das paredes exteriores, através duma iluminação concisa e tendenciosa, pois iluminam o templo de forma zenital. Numa outra perspetiva, é dada a dimensão humana aos fiéis que se encontram na assembleia, pois toda a igreja é marcada pelo revestimento de azulejos que atinge uma cota constante, a mesma cota dos vãos de entrada. Esta faixa de azulejos policromados, em tons de azul e verde, com representação de cenas litúrgicas situa-se nas áreas do batistério e do coro. Os painéis de azulejos são pontualmente marcados pela utilização de cores mais quentes para assinalar o altar do sacrário. O restante pé direito da zona da assembleia é marcado pela sobriedade do reboco das paredes pintadas a branco e pelas cofragens demarcadas em betão à vista nos pórticos que se encontram no interior da igreja.



FIG. 153 Altar do Santíssimo adjacente à entrada para a Sacristia

Aproveitando a topografia local, tal como outros edifícios públicos, a igreja desenvolveu um piso inferior que foi destinado essencialmente às questões mais burocráticas. A hipótese da Igreja da Sagrada Família poder vir a assumir uma posição de destaque no território, levou a que o programa desenvolvido pelo arquiteto contemplasse um espaço para o cartório, um salão e uma zona de arrumos. Respondendo a este programa, o piso inferior ocupou apenas metade da área da igreja. O acesso poderia ser interior, realizado pela sacristia, ou por um acesso exterior. As salas projetadas para servir de cartório ou sala de reuniões, encontravam-se à entrada do piso. Quanto ao salão, teria capacidade para 100 pessoas, no entanto, projetava-se que fosse utilizado como área destinada a catequese, na qual se separariam os grupos por biombo. Recuada no interior do piso, estaria outra sala destinada a arrumos.

Com a obra a decorrer sem incidentes, a igreja é inaugurada em dezembro de 1965. Numa cerimónia na qual estiveram presentes não só, membros do Patriarcado de Lisboa, mas também Ministros, Secretários de Estado e ainda os altos quadros da CUF, tendo sido o momento relatado pelo jornal *Novidades* (Cunha, 2012). No entanto, não foi mencionado qualquer tipo de crítica à obra arquitetónica. A crítica a esta obra só surge em 1970, pela revista espanhola do *Movimento Arte Sacro*, nomeando a Igreja da Sagrada Família de Albarraque



FIG. 154 Desenho Preliminar presente no Boletim MRAR (1964)

como uma das 10 melhores igrejas construídas em Portugal sob o MRAR. Apesar do reconhecimento internacional, só no século XXI se reconhecesse a notoriedade desta obra no panorama nacional (Cunha, 2012).

Jorge Viana morre em 2010 e no ano de 2012 é editado o livro: *A Igreja do Bairro da Tabaqueira – uma obra de Jorge Viana*. Em 2013, dá-se início ao processo de classificação da Igreja da Sagrada Família como bem-imóvel de interesse cultural, este fica concluído em 2019 com a distinção da Igreja da Sagrada Família do Bairro da Tabaqueira como Monumento de Interesse Público.

Contudo, apesar desta classificação há que referir que o complexo da igreja sofreu algumas alterações, em relação à obra finalizada nos anos 60. O adro foi fechado, a Noroeste, por uma dependência anexa, construída com o intuito de criar novas salas de catequese, bem como, um espaço dedicado às celebrações fúnebres e uma garagem.

Com a igreja a servir também de residência permanente do pároco, houve a necessidade de se adaptar o programa e os espaços da igreja. Além da dependência anexa que encerrava o pátio a Noroeste, foi fechado o acesso direto da sacristia ao exterior. Foram acrescentados sobre o pátio novos cómodos, passando a sacristia a servir de ligação entre a área privada e a zona dedicada ao culto. Esta área privada foi habitada até meados de 2013 e era composta por um quarto, uma copa e instalações sanitárias. Após o falecimento do padre Manuel Coimbra, as celebrações e grupos de catequese centralizaram-se na sede da paróquia em Rio de Mouro, acabando por atualmente só se realizarem celebrações muito esporadicamente na Igreja da Sagrada Família.

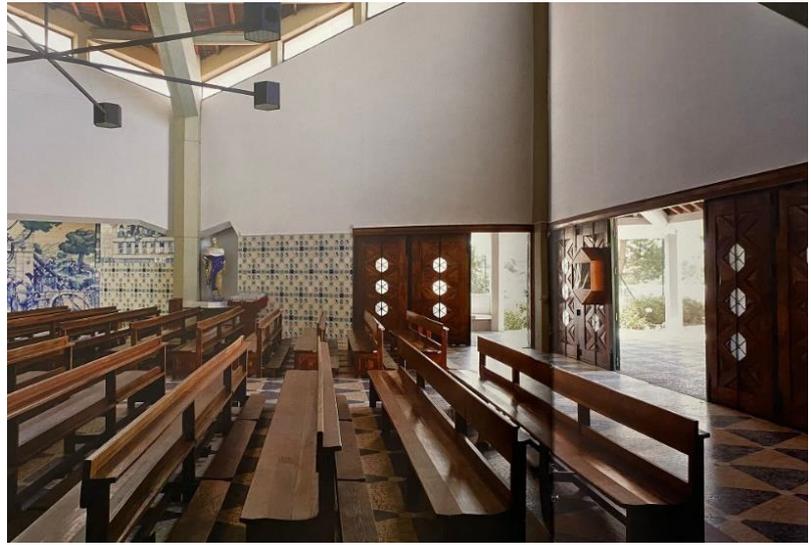


FIG. 156

FIG. 159

FIG. 162



FIG. 164

FIG. 167

### **Centro Cultural**

O Centro Cultural como equipamento público não foi contemplado no plano urbano desenvolvido pela FCP-HE, visto que, poderia ser considerado uma obra de génese não essencial. No entanto, a CUF considerava-o como equipamento fundamental para o desenvolvimento e bem-estar dos seus operários, na medida em que, o Centro Cultural e Recreativo, destinar-se-ia também ao ensino do primeiro e segundo ciclos, além de todas as atividades recreativas.

Se por um lado a igreja teve o patronato do Dr. Jorge de Mello e desenho do arquiteto Jorge Viana, o Centro Cultural fica sob a alçada da CUF e é desenvolvido pela Profabril – Centro de Projectos e Indústrias, antigo Centro de Projectos da CUF.

O projeto fica sob a responsabilidade e autoria do arquiteto Sebastião Guimarães, todavia o anfiteatro é projetado em coautoria com Daciano da Costa, sendo que, o design de interiores e logótipo do Centro de Cultura e Recreio D. Manuel de Mello fica à responsabilidade de António Garcia, designer com quem a Tabaqueira já costumava trabalhar (Matos, 2006). Em virtude da complementaridade de programas entre a igreja e o centro cultural, a implantação destes dois equipamentos é elaborada em conjunto pela Profabil e pelo arquiteto Jorge Viana, “que procuram estruturar um todo orgânico e equilibrado.”(Anexo E) Optou-se por ceder a zona de maior elevação do terreno e de maior proximidade à estrada para Albarraque à igreja, como já vimos anteriormente. Esta proposta conjunta de localização englobava também o arranjo das zonas verdes envolventes. Apesar de estas obras terem aspetos em comum, o projeto do Centro Cultural apenas é submetido à CMS em maio de 1965, um mês após o início da construção da igreja, e só em 1969 se dá como finalizada a obra.

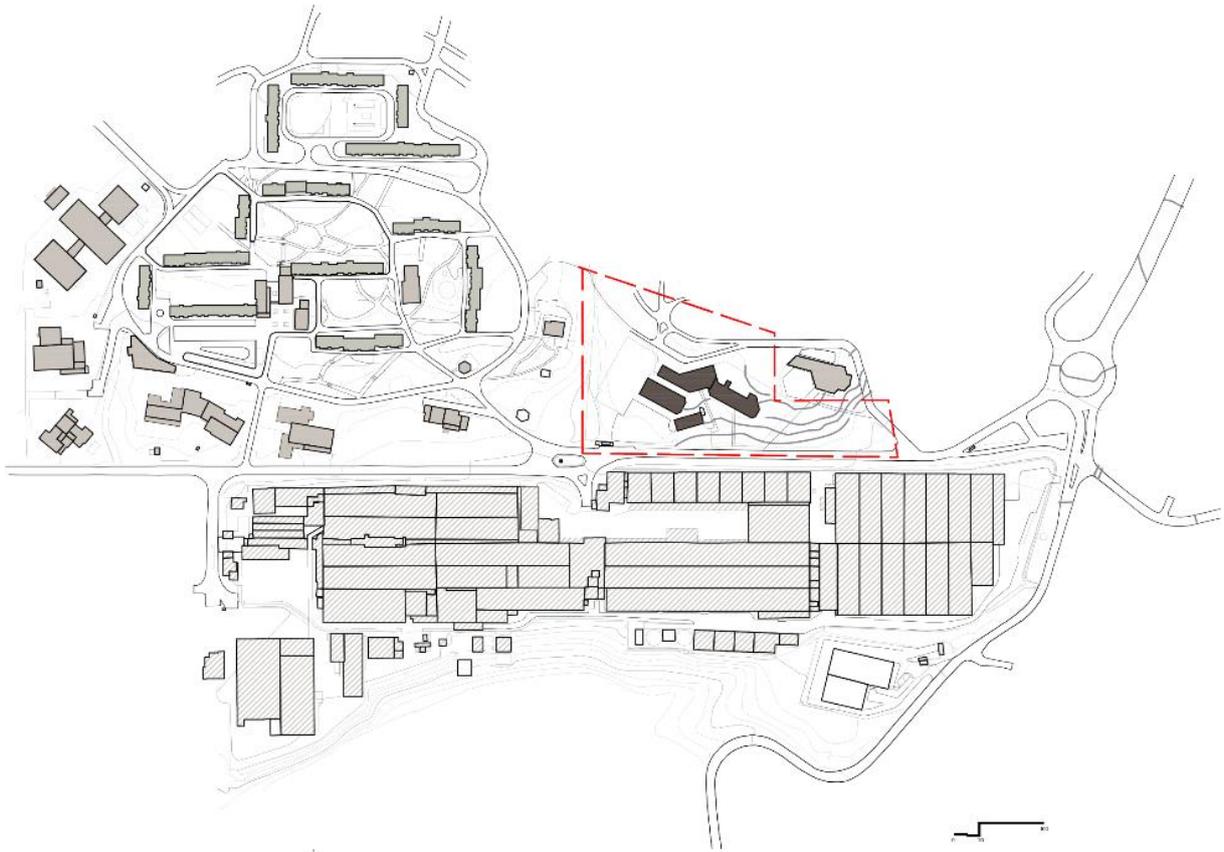


FIG. 170 Planta de localização do Centro Cultural

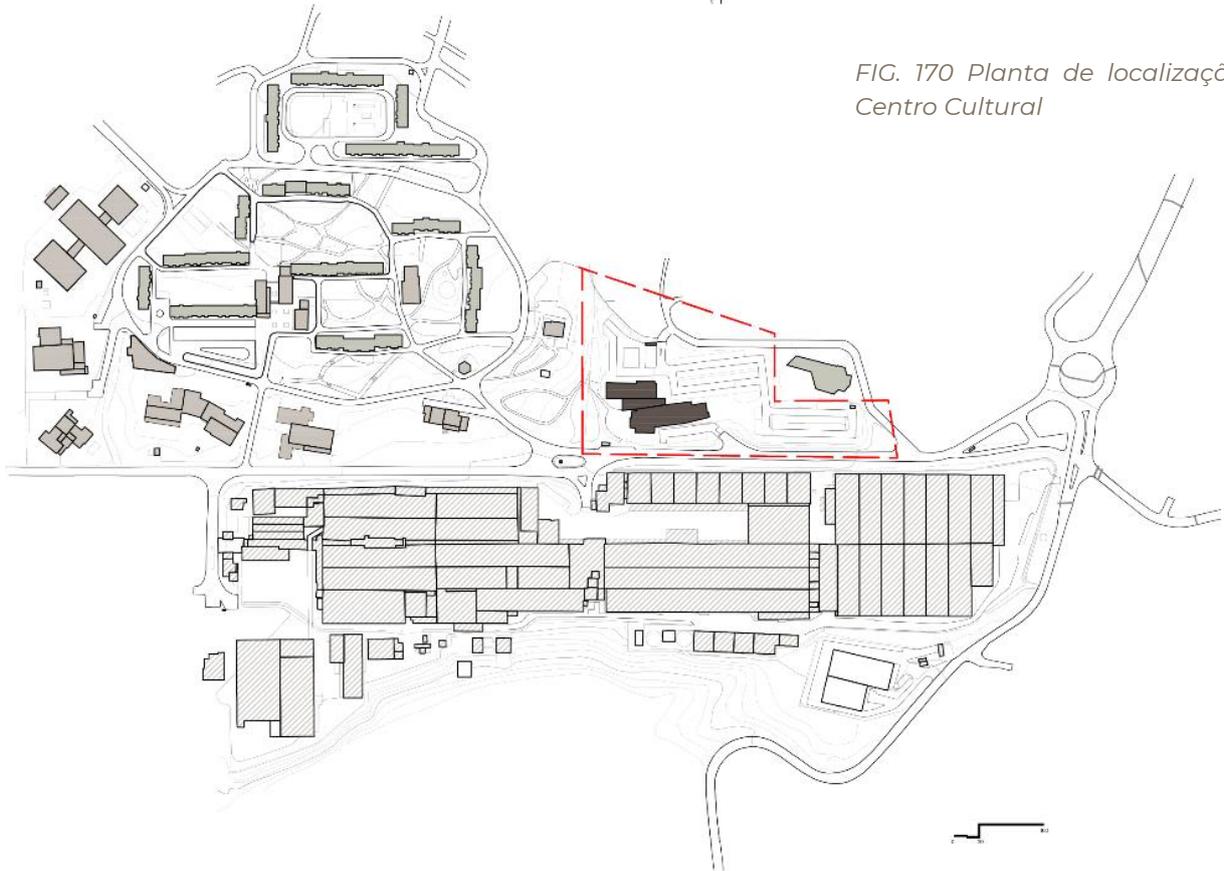


FIG. 169 Demarcação da área do Centro Cultural, demolido em 2000, para construção da Sede da PMI

Apesar de ter sido o último equipamento a ser inaugurado, foi também o que teve uma existência mais curta, em consequência da demolição do edifício no ano de 2001, para dar lugar aos novos escritórios da Tabaqueira, que tinha sido comprada pela PMI em 1996. Apenas nos é permitido descrevê-lo dada a existência do seu processo de obra na CMS, no Arquivo Intermédio. Todavia, as memórias de alguns antigos alunos, que frequentaram o edifício no ano da sua demolição, foram um contributo para uma melhor perceção do espaço.

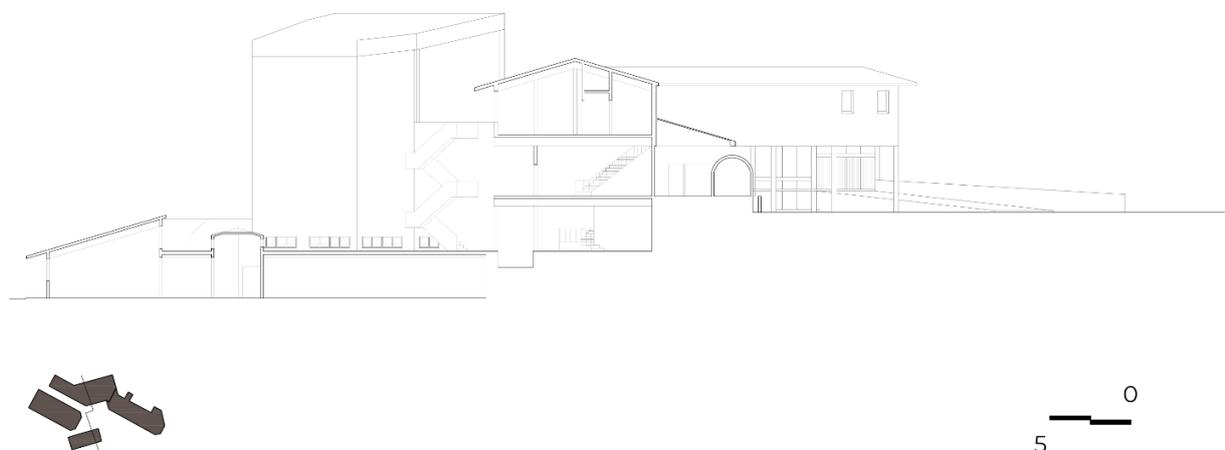


FIG. 171 Corte 2-2' Centro Cultural

O centro cultural estrutura-se em 3 volumes distintos, com programas igualmente distintos. Esta implantação surge da adaptação do Centro Cultural à topografia do território, consentindo, que cada volume se abra para um espaço exterior próprio, possibilitando que o programa interior fosse contíguo com o exterior.

Segundo as memórias descritivas do edifício do centro cultural (Anexo E), o volume mais extenso, situado a Norte, organiza-se em duas alas, a ala central ou Norte e a ala Este. A ala central do Centro Cultural era composta por três pisos. O piso intermédio destinava-se à entrada principal, vestíbulo, sala de exposições, bar, vestuário e instalações sanitárias. No piso superior, encontravam-se gabinetes de trabalho, salas de reunião, secretaria, arquivo e restantes áreas administrativas. Por sua vez, o

piso inferior, era destinado à sala de convívio que dava acesso ao pátio exterior ajardinado. A ala Este, que detinha acesso à ala Norte pelo vestíbulo, era dedicada à biblioteca e a salas de aulas no piso superior. No piso inferior havia também salas de aulas e espaços dedicados a grupos de trabalho, este espaço era aberto para o exterior por intermédio de colunatas.

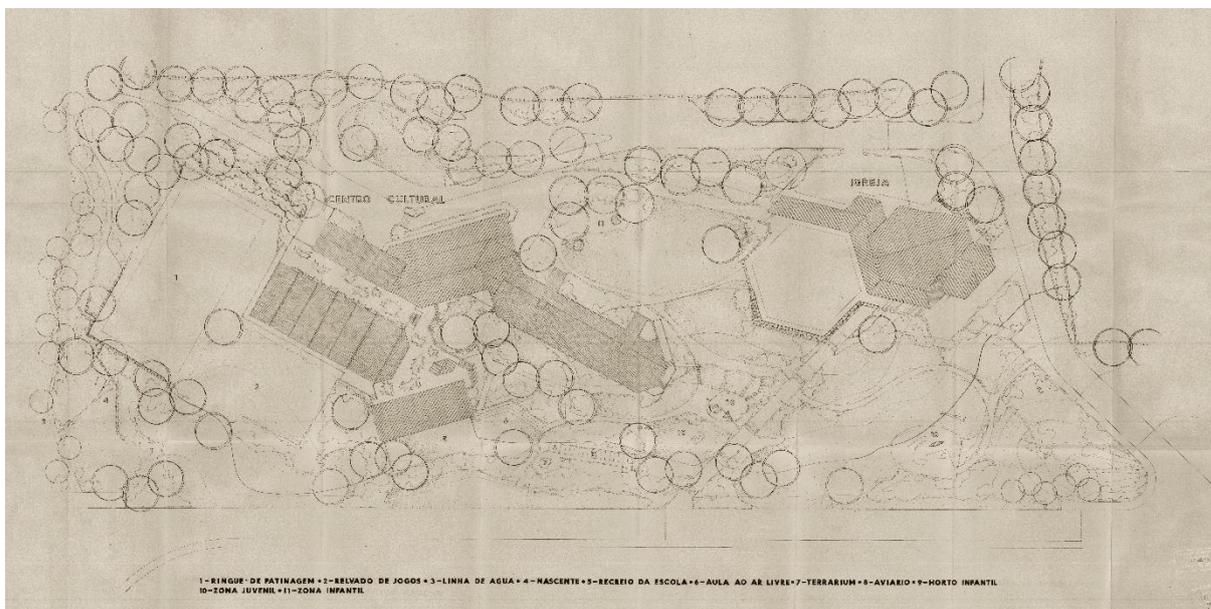
O volume a Sul mantém uma correlação direta entre interior/exterior, traçada pela abertura de grandes vãos. No interior do edifício são projetadas salas de aula que devido ao vínculo interior/exterior criam um espaço que se estende, permitindo ministrar aulas ao ar livre. Todavia, está também contemplado no projeto um espaço exterior que concede a possibilidade de serem dadas aulas ao ar livre, devido à sua configuração em anfiteatro. O espaço interior do volume a Sul possui uma área dedicada ao recreio coberto.

O volume Oeste era destinado à sala de espetáculos, ao ginásio, ao balneário e aos anexos. O edifício desmultiplica-se em 3 pisos. No piso inferior encontravam-se ginásio e balneários, com acesso a um pátio exterior destinado a um espaço de jogos. Os pisos superiores destinavam-se a todas as áreas e cómodos diretamente relacionados com a sala de espetáculos. Esta foi projetada para a realização de espetáculos de teatro, assim como para a projeção de cinema. Tinha capacidade para 308 lugares entre camarins e plateia, sendo que a plateia estava distribuída de forma escalonada, conforme estudo de ângulos de visibilidade (Anexo E4).

*“O escalonamento do pavimento é obtido por meio de uma estrutura de madeira assente sobre uma laje de base de betão armado. Todo o pavimento é revestido de alcatifa, com dupla de acabamento. O esquema de correlação acústica é completado com painéis de madeira colocados no tecto e nas paredes (de tijolo maciço à vista) e ainda com “régua dinamarquesas” que servem de revestimento do fundo da sala” (Memória Descritiva e Justificativa Sala de Espectáculos do Centro Cultural, Anexo E4).*

No piso superior do volume Oeste, efetuava-se o acesso à sala de espetáculos através do *foyer*, que comunicava com a entrada do edifício. Porém, este detinha passagem direta para o exterior, que em caso de emergência providenciava uma rápida evacuação da sala. Ainda com acesso pelo *foyer*, mas numa posição mais elevada, encontravam-se os espaços designados como anexos. Estes espaços correspondiam a pequenos compartimentos que serviam como espaços técnicos, espaços de cabine, espaços de arrumos de cena e de direção do espetáculo. O piso intermédio do edifício destinava-se à zona de bastidores de cena. Encontrava-se neste piso a área de subpalco, o fosso da orquestra e caixa de ponto, camarins e as instalações sanitárias exclusivas a quem frequentava os bastidores, dado haver outras instalações dedicadas ao público no piso de entrada.

FIG. 172 Planta Implantação Igreja e Centro Cultural (1965), identificação dos espaços exteriores.



O conjunto de edifícios que formavam o Centro de Cultura e Recreio D. Manuel de Mello contemplava ainda um desenho de espaço exterior. Este, além de ser pensado em harmonia com a igreja, foi desenhado de forma que os espaços possuíssem diversas atividades e

áreas com público-alvo específicos. As áreas exteriores podem categorizar-se: pela zona desportiva, ringue de patinagem (1), pelo relvado de jogos (2), pela zona mais dedicada às salas de aula com o recreio da escola (5) e pela “aula ao ar livre” (6), pela zona dedicada à natureza com um terrarium (7), pelo aviário (8), pelo horto infantil (9), pelas zonas de convívio que se distinguiam por faixas etárias, entre zona juvenil (10), e pela zona infantil (11).

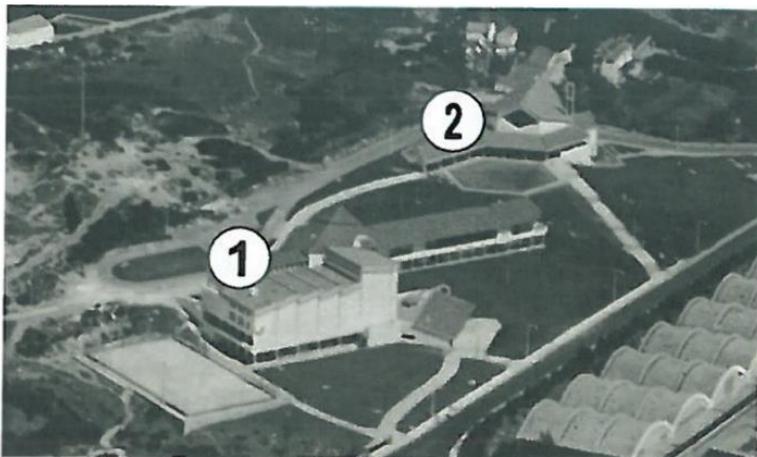


FIG. 173 Fotografia do final da década de 60, início de 70. Centro Cultural (1) e igreja (2)

Segundo a entrevista dada por Antonieta Bello, coordenadora do Centro, em 1973, ao programa televisivo Palco da RTP, o Centro de Cultura e Recreio D. Manuel de Mello possuía diversos tipos de atividades. Que eram tão vastas como: grupo desportivo com diversas modalidades, grupo de columbófila, grupo de aeromodelismo, grupo de teatro, grupo coral, clube de convívio



FIG. 174 Centro Cultural Manuel de Mello

juvenil, clube de disco, além das aulas de primeiro e segundo ciclos.

Todavia, com a privatização da Tabaqueira, todas estas atividades perdem força no Centro Cultural e este passa a ter apenas o exclusivo programa educativo. Deixando de ser Centro de Cultura e Recreio D. Manuel de Mello passa a designar-se Escola Básica de 2º Ciclo de Albarraque, nos anos 90.

Com a reprivatização completa da Tabaqueira em 1999, a PMI adquire também o Centro Cultural, que à época era utilizado como escola pública. A construção dos novos escritórios da empresa em Portugal, determinava o fim do Centro de Cultura e Recreio D. Manuel de Mello.

## 2.5. SÍNTESE

A Tabaqueira fundada em 1927, por Alfredo da Silva, inicia a sua laboração na fábrica do Poço do Bispo, em Lisboa. O crescente aumento da capacidade de produção desta indústria e a variedade de produtos apresentados faz com que se torne líder do negócio em Portugal continental. O aumento de produção, associado à renovação do contrato de exploração pelo Estado, em 1957, conduziu à necessidade de aumentar a capacidade de produção e processamento de tabaco. Desde modo, em 1958 inicia-se a construção do complexo industrial em Albarraque, Sintra, e em 1962 iniciam-se os trabalhos na mesma, determinando-se assim o encerramento da fábrica do Poço do Bispo em 1963.

A descentralização do novo complexo industrial face à cidade de Lisboa, impulsionou a edificação do Bairro Operário da Tabaqueira. Construído sob o predomínio e combinação de um conjunto de fatores influenciados pelas teorias da segunda metade de Novecentos, o bairro operário usufruiu dos instrumentos legais provenientes das práticas de uma arquitetura moderna. Alia a estas as influências urbanísticas históricas da cidade-jardim e da cidade industrial, às quais se acresce ainda a política paternalista da CUF.

O plano de conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira é edificado faseadamente, entre 1962-1972, sob diferentes autorias. Equaciona-se que o plano urbano de conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira seja da autoria do Arquiteto António Moreira Veloso, visto que este foi o autor dos blocos habitacionais e ao qual atribuímos também a autoria dos edifícios públicos, dadas as similaridades de traçado entre estes edifícios. Este plano encontra-se organizado num núcleo comercial e de lazer, seguido da área residencial, envolta da área com equipamentos, e em lugar oposto temos a zona laboral.

Pela linguagem adotada nesta obra, pela valorização de materiais tradicionais

e ainda pelos princípios urbanos, consideramos que o Arquiteto Moreira Veloso em muito contribuiu para o enriquecimento da arquitetura doméstica portuguesa do Movimento Moderno, proporcionando a revelação de uma classe profissional.

Para além dos edifícios prioritários, existe ainda o refeitório, que foi projetado pelo Centro de Projectos da CUF e financiado pelo grupo CUF. Tanto os edifícios de âmbito público como os de índole privada localizam-se nos núcleos mais centrais do bairro, tal como idealizado na cidade-jardim. Na primeira fase foram edificadas 240 habitações com diferentes tipologias. Os fogos foram repartidos entre operários e encarregados, sendo atribuído a estes últimos uma banda habitacional que detinha 24 fogos (incluídos nos 240 fogos). As habitações foram projetadas segundo os critérios de habitação social da época sintetizados pelo arquiteto Nuno Portas.

Posteriormente à edificação dos primeiros equipamentos e do primeiro núcleo residencial são projetados os equipamentos de âmbito cultural do bairro, a igreja e o centro cultural, descentralizados dos demais, no entanto essenciais para a vivência em comunidade. A igreja, projetada pelo arquiteto Jorge Viana, tornou-se numa obra de relevância no panorama da arquitetura religiosa em Portugal, dado a sua singularidade arquitetónica que cumpria com os princípios do MRAR. Por sua vez, o Centro Cultural, com desenho da Profabril (antigo Centro de Projectos da CUF) projeta um edifício de programa multifacetado, que se destinava a albergar entre outros um programa destinado ao ensino preparatório. Apesar de terem autorias distintas, estes dois edifícios (igreja e centro cultural) convergiam para um mesmo espaço público, dado a sua proximidade de localização.

Na década de 1970 dá-se uma nova fase de expansão da área residencial, aumentando o parque habitacional em 112 fogos, todavia estes já não foram de atribuição exclusiva dos operários da Tabaqueira, visto que em

Albarraque se tinham começado a instalar outras unidades industriais. O projeto destas habitações é também assinado pelo arquiteto Moreira Veloso, no entanto, existem diferenças entre a primeira e a segunda fase de construção. Se na primeira fase de construção se destaca um cuidado de alinhamento e desalinhamento entre edificado, e uma aparente preocupação com a possibilidade da expansão do bairro, no novo núcleo interrompem-se as ligações do Bairro Operário da Tabaqueira com as áreas envolventes. Esta nova unidade residencial fecha-se sobre si mesma. Observando atentamente as duas unidades residenciais no plano de 1972 e considerando as sutilezas dos desenhos dos blocos habitacionais da 1ª fase e os desenhos dos blocos da 2ª fase, deixando-mos em aberto a possibilidade de na 2ª fase do Bairro Operário da Tabaqueira a unidade residencial não ter sido projetada pelo arquiteto Moreira Veloso, apesar da sua assinatura constar nos desenhos. Este último projeto pode ter sido feito em coautoria, importa lembrar que Moreira Veloso estava também a projetar para África, tendo estado na Guiné entre Março e Maio de 1970 e ainda entre Fevereiro e Março de 1971.

Com a nacionalização da Tabaqueira as grandes transformações no bairro e nos terrenos envoltos estagnam até a reprivatização da Tabaqueira. A aquisição da Tabaqueira pela PMI, em 1999, acarreta um novo conjunto de transformações no território. O centro cultural/escola preparatória é demolido e dá lugar à nova sede da PMI em Portugal. Novas escolas são edificadas a Este do núcleo central e uma nova área dedicada ao comércio alimentar surge.

O Bairro Operário da Tabaqueira foi fruto de um negócio que quando criado se adivinhava lucroso para o grupo empresarial CUF. Entre rivalidades e empreendedorismo, a Tabaqueira foi crescendo e ajudou a alterar as condições de vida dos operários do tabaco. A mudança para Albarraque, trouxe consigo a certeza de melhores condições de habitação e de vida para os seus

operários, transformando-se o Bairro Operário da Tabaqueira na obra social de Manuel de Mello e de Jorge de Mello. O Bairro Operário da Tabaqueira sobreviveu à nacionalização da empresa e os operários que continuam a residir nas habitações a eles destinadas, encararam o bairro como uma obra a ser preservada. No entanto, a longevidade do Bairro da Tabaqueira, sem o investimento de políticas públicas, acarreta consigo a decadência natural dos elementos construtivos que em parte têm vindo a ser substituídos pelos seus moradores. Estes embora o façam por necessidade, não têm sensibilidade arquitetónica e degradam o projeto original. Não fora o plano de conjunto ser de grande qualidade estas intervenções poderiam ser mais gravosas.

# CAPÍTULO III

## OS ESPAÇOS DO SISTEMA ALIMENTAR DO BAIRRO DA TABAQUEIRA

---

*40 O sistema alimentar é uma realidade complexa e multifacetada, definida como um amplo sistema feito de “atividades, infraestruturas e pessoas envolvidas na alimentação da população global (por exemplo, o cultivo, processamento, distribuição, consumo e tratamento/eliminação dos resíduos alimentares). Inclui a teia de processos através dos quais instituições, organizações e indivíduos transformam os inputs em alimentos e os ingredientes individuais em alimentos que consumimos” (Ferreiro, Salavisa, Bizarro, & Soares, 2020).*

A proposta de PFA de análise ao sistema alimentar, direcionou o presente trabalho para a análise dos espaços do sistema alimentar<sup>40</sup> integrados do Bairro Operário da Tabaqueira e para o entendimento destes na relação o meio envolvente. O enfoque do estudo das estruturas/edifícios de comercialização e de consumo do sistema alimentar deve-se ao impacto destes no planeamento e na vivência do Bairro Operário da Tabaqueira. Optou-se pela análise dos espaços de refeição e consumo em dois momentos particulares: o primeiro, à época do Plano de Urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira e o segundo momento no que concerne à situação atual destes espaços nos dias de hoje no Bairro da Tabaqueira.

O sistema alimentar integra várias fases de operação, nomeadamente a produção, a transformação, a distribuição, a comercialização, o consumo e o descarte (Steel 2008). O presente trabalho foca a sua análise do Bairro da Tabaqueira em 3 fases específicas: Transformação, comercialização e consumo. É objetivo desta análise aferir a evolução que os espaços edificados referentes a estas fases específicas do sistema alimentar evoluíram ao longo do tempo, desde a conceção/implementação do bairro até aos dias de hoje. Neste sentido analisam-se dois tempos específicos. Um primeiro, quando o bairro foi projetado e construído, e um segundo referente à atualidade.

Pretende-se assim contribuir para avançar com novo conhecimento no âmbito da relação entre o sistema alimentar e a forma urbana, conforme já iniciado por Marat-Mendes & Borges (2019) e Marat-Mendes et al (2021) para a Área Metropolitana de Lisboa e para alguns dos seus bairros residenciais.

### **3.1. OS ESPAÇOS DO SISTEMA ALIMENTAR À ÉPOCA DO PLANO DE 1962-1974**

Como já exposto no capítulo anterior, o Plano de Urbanização do Bairro da Tabaqueira incluiu para além das habitações destinadas aos funcionários da unidade fabril, também a construção de equipamentos que tinham como finalidade contribuir para o bem-estar dos trabalhadores residentes na unidade de Albarraque, construída nos anos 60.

Atendendo às necessidades alimentares e seguindo a política paternalista característica da CUF, que determinara necessário a construção de refeitórios e de despensas (supermercados), foi replicado em Albarraque, um conjunto de equipamentos públicos que se destinavam à comercialização de bens alimentares e ao processamento dos mesmos, para além dos espaços de consumo privado (habitação) e público (cantina).

Os equipamentos associados à comercialização do sistema alimentar, como o supermercado, o talho e o café foram de tal forma relevantes para desenvolvimento do bairro, que, assim como o refeitório, foram os primeiros a surgir nos planos de conjunto do Bairro. Dado, a abordagem concêntrica do plano urbano do Bairro, optou-se pela colocação dos equipamentos destinados à comercialização de géneros alimentares no centro do núcleo do Bairro. Evidencia-se assim, por um lado, a importância do sistema alimentar no quotidiano do Bairro e dos seus habitantes, por outro lado, a relação entre o urbanismo/espaço público com o sistema alimentar, indissociáveis.

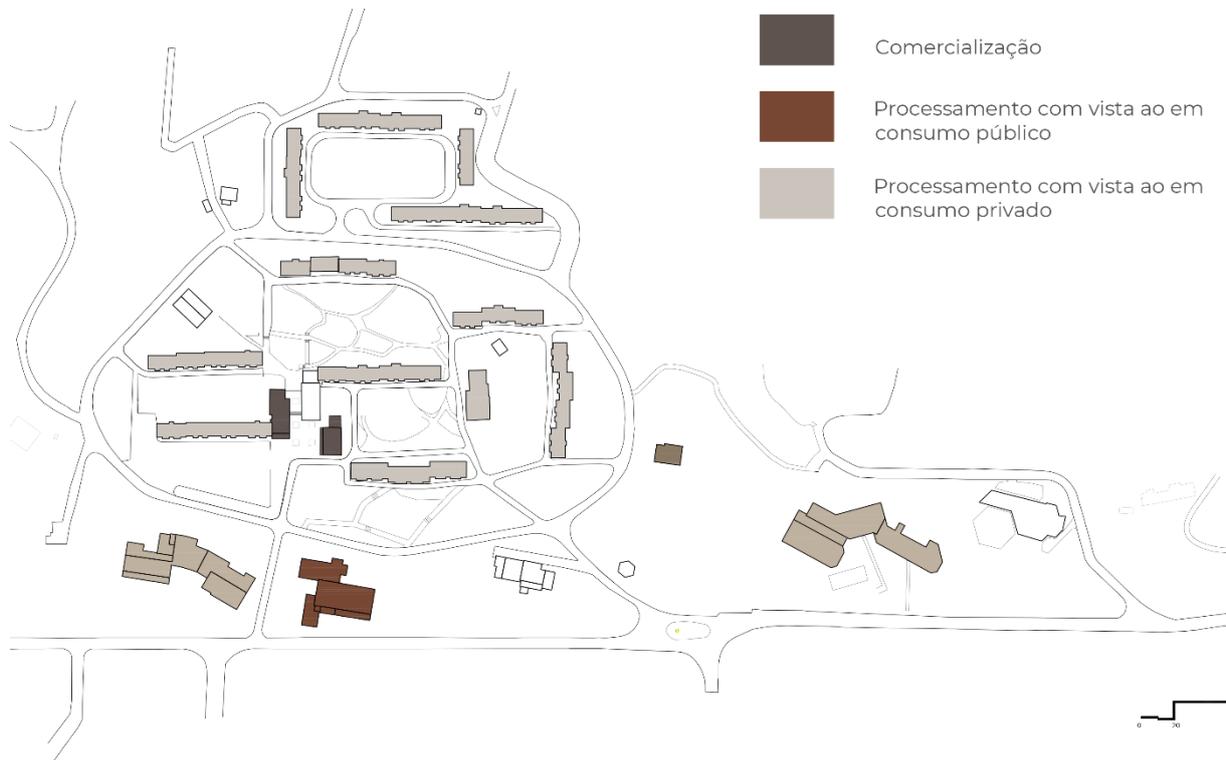


FIG. 176 Identificação dos espaços do Sistema Alimentar, 1974.

A confluência de percursos para o núcleo comercial, tanto percursos pedonais como rodoviários, para além de facilitar o acesso da população residente aos edifícios de comercialização, permitia também uma maior eficácia de abastecimento aos mesmos. Todavia, o acesso simplificado ao comércio possibilitou também uma maior abertura do bairro à comunidade envolvente, Albarraque rural viu no núcleo comercial do Bairro Operário uma oportunidade de consumo de bens alimentares.<sup>41</sup>

O núcleo destinado à comercialização, como já exposto, estava dividido em três blocos, dois dos quais se destinavam à comercialização alimentar e consumo: bloco A e o bloco B. O bloco B desdobrou-se em duas áreas: o talho e o supermercado, de acessos independentes para o espaço público e que mantinham a relação pedonal e visual com o exterior, fazendo do espaço público uma extensão dos equipamentos públicos, permitindo um contato permanente entre espaços. O bloco A projetado para albergar uma área de consumo (café, padaria, outro comércio) é o bloco comercial que

detêm uma maior relação com o espaço público, devido à permeabilidade pedonal traçada, direcionada para o edifício.

Os espaços do sistema alimentar dedicados ao processamento dos alimentos e ao consumo podem-se distinguir em dois grupos: os de índole pública, como o refeitório, e os de natureza privada, como os espaços dedicados à alimentação nas habitações.

O refeitório, edifício público e de apoio à laboração, localizava-se estrategicamente numa área de fácil acesso aos funcionários da unidade fabril nas horas de refeição, contudo foi também pensado para que o seu abastecimento fosse facilitado, dispondo de portas de serviço e de estacionamento específico, é implantado paralelo à Av. Alfredo da Silva. O espaço de preparação e confeção organizava-se distribuído por dois pisos do edifício, dispondo de várias divisões dedicadas às diferentes tarefas. O espaço destinado à sala de refeição ocupava cerca 1/4 da área total edifício (370m<sup>2</sup>), excluindo a sala de refeição dos funcionários e a área exterior que era semelhante. Por sua vez, os espaços dedicados à confeção e armazenamento de alimentos ocupava cerca de 345m<sup>2</sup> dos 1370m<sup>2</sup> da área do refeitório. A relação dos espaços do sistema alimentar com o exterior, no caso do refeitório era mais comedida, dada especificidade programática do edifício. Desde modo, denota-se a preocupação de controlar a entrada de luz natural e a relação com o exterior nos espaços de processamento e armazenamento dos alimentos, para salvaguarda dos mesmos. Contrapondo o controlo de vãos nas áreas de preparação, a sala de refeição estende-se para o exterior do edifício através da abertura de vãos de largas dimensões. Estes permitiam ao operário manter um contato visual com o exterior aquando do momento da sua refeição.

Há ainda a mencionar dois outros edifícios que apesar de não estarem diretamente ligados ao processamento ou consumo alimentar, faziam parte integrante deste sistema, a creche/jardim-escola e o centro cultural (utilizado enquanto escola primária). Segundo conseguimos apurar, embora fossem edifícios que estavam diariamente ocupados com crianças e jovens, estes não disponham de espaços dedicados à preparação de alimentos, apenas estavam contempladas zonas/salas que poderiam ser utilizadas para consumir refeições.

Se os edifícios públicos complementares ao sistema alimentar detinham uma forte relevância no contexto do bairro e no complexo industrial e ocupavam apenas uma área de cerca de 1910 m<sup>2</sup> (menos de 1%) dos cerca de 250 mil m<sup>2</sup> construídos, o espaço dedicado à alimentação (cozinhas), nas 352 habitações construídas no Bairro Operário da Tabaqueira, também tinha pouca expressão (2960 m<sup>2</sup>, 1,15%). Todavia, estas áreas quando integradas no contexto de cada fogo ganham a sua expressão, não só pelo espaço físico que ocupam, mas também pelo tempo dedicado por cada família e dona de casa a este espaço.

*O espaço consagrado à alimentação, desde o momento da confeção ao momento da refeição foi fortemente debatido ao longo do século XX, tendo sido um dos espaços da habitação que mais evoluiu nos últimos anos, visto que, se adaptou às novas realidades do quotidiano das famílias (Coelho, 2018), (Portas, 2004 [1959]). Desde modo, a sala de jantar que durante séculos tinha sido uma divisão estanque e que se encontrava maioritariamente em casas de classes sociais mais elevadas (Coelho, 2018), passou a ser uma ascensão das habitações de carácter social como era o Bairro Operário da Tabaqueira. Consequentemente a sala comum passa a arti-*

cular-se com um espaço dedicado às refeições, como observado nas diferentes plantas dos blocos operários. No entanto, no Bairro Operário da Tabaqueira, a relação que Coelho (2018) estabeleceu entre a sala de jantar e o exterior é quebrada com o uso da sala comum como sala de refeição, dado que este espaço perde relevância para a cozinha (no caso particular as residências operárias). Aqui a cozinha não tem um comodo específico visto que deixou de existir a sala de jantar.

Tabela 18 – Áreas dedicadas aos espaços de refeição nas habitações

		Célula	Tipologia	Cozinha	Sala comum	Total
1º fase (1962-1964)	<b>Banda B</b> 24 fogos	1	T3	7.80 m <sup>2</sup>	11.60 m <sup>2</sup>	101 m <sup>2</sup>
		2	T4	7.80 m <sup>2</sup>	13.90 m <sup>2</sup>	118 m <sup>2</sup>
	<b>Banda C</b> 24 fogos	3	T2	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	65.45 m <sup>2</sup>
		4	T3	9.25 m <sup>2</sup>	11.56 m <sup>2</sup>	82.85 m <sup>2</sup>
	<b>Banda D</b> 32 fogos	3	T2	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	65.45 m <sup>2</sup>
		4	T3	9.25 m <sup>2</sup>	11.56 m <sup>2</sup>	82.85 m <sup>2</sup>
		5	T4	8.80 m <sup>2</sup>	11.60 m <sup>2</sup>	95.70 m <sup>2</sup>
	<b>Bandas E</b> 32 fogos x 5 bandas	3	T2	7.32 m <sup>2</sup>	9.1 m <sup>2</sup>	65.45 m <sup>2</sup>
		7	T2	7.7 m <sup>2</sup>	8 m <sup>2</sup>	59 m <sup>2</sup>
		8	T3	7,80 m <sup>2</sup>	8 m <sup>2</sup>	68 m <sup>2</sup>
2º fase (1968-1974)	<b>Banda G</b> 32 fogos	9	T2	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	63.70 m <sup>2</sup>
		10	T3	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	70 m <sup>2</sup>
	<b>Banda H</b> 24 fogos	9	T2	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	63.70 m <sup>2</sup>
		10	T3	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	70 m <sup>2</sup>
	<b>Banda I</b> 50 fogos	9	T2	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	63.70 m <sup>2</sup>
		10	T3	10.72 m <sup>2</sup>	11.87 m <sup>2</sup>	70 m <sup>2</sup>
	<b>Banda J</b> 16 fogos	9	T2	9.53 m <sup>2</sup>	9.2 m <sup>2</sup>	63.70 m <sup>2</sup>

A cozinha, nas habitações operárias do Bairro da Tabaqueira, ganha uma posição de destaque face às restantes divisões da casa. Esta deixa de ser observada não só como uma divisão de uso exclusivo da mulher e de preparação de refeições, mas também como uma divisão social da casa, devido à sua permeabilidade física e visual com restantes espaços sociais da casa. Desta forma, agrega-se o momento de preparação da refeição com o momento de partilha da refeição em família, característica das habitações de carácter social (Portas, 2004 [1959]). O espaço de preparação alimentar nas habitações, foi também a área que melhor estabeleceu a relação entre interior e espaço público, devido à forte relação visual que foi traçada entre ambos. Enfatiza-se mais uma vez a relação que se estabeleceu no Bairro entre os espaços do sistema alimentar e o exterior.



FIG. 178 Identificação dos espaços de refeição nas habitações

A relação estabelecida entre os equipamentos públicos ou espaços privados dedicados ao sistema alimentar e ao Bairro enquanto espaço urbano é indissociável. Este vínculo de permeabilidade visual e física, que os diferentes autores (arquitecto Moreira Velosa e Centro de Projectos CUF) criaram entre o espaço público e o interior dos edifícios, marca uma firme relação entre as questões alimentares e o espaço exterior. Este foi também um contributo que beneficiou o sentimento de comunidade desenvolvido no Bairro Operário da Tabaqueira, que ainda é perceptível nos dias de hoje, apesar das transformações ocorridas no bairro desde a Revolução de 25 de abril de 1974 e da posterior nacionalização da Tabaqueira.

### **3.2. OS ESPAÇOS DO SISTEMA ALIMENTAR NO BAIRRO DA TABAQUEIRA NA ATUALIDADE**

O sistema alimentar adaptou-se naturalmente às transformações do território e às alterações da forma de consumo da sociedade, que ocorreram após a queda do regime ditatorial em Portugal. Não obstante, a modernização dos espaços de comercialização do bairro da Tabaqueira, a partir dos anos 80 a procura por espaços comerciais que estivessem concentrados num único local (os grandes centros comerciais dentro de edifícios) levou a que os espaços comerciais de pequenos bairros, como o que estudámos, se transformassem em locais antiquados. Pelo surgimento destas megaestruturas centrais dá-se a descentralização das áreas comerciais tradicionais enfatizada pela multiplicação de acessibilidades e aumento dos mercados consumidores. Desta forma, a consolidação do papel dos centros comerciais torna-se uma evidência para as sociedades.

Apesar do desenvolvimento de grandes superfícies comerciais alimentares nas áreas limítrofes ao bairro, na década de 90 e início dos anos 2000, assistiu-se: à edificação de novos equipamentos de ensino público (Escola Básica de Albarraque (3) e Escola Básica e Secundária Alfredo da Silva (4), nos terrenos envolventes aos blocos habitacionais; à construção de múltiplos armazéns, que albergam diversificadas empresas; e à mudança da sede da Tabaqueira de Lisboa para Albarraque, que não permitiu a estagnação do bairro, nem dos seus equipamentos relacionados com o sistema alimentar, dada a constante circulação de pessoas em horário laboral.

É neste período que os equipamentos dedicados à comercialização alimentar se reorganizam. O supermercado abandona o edifício que lhe tinha sido destinado e passa a ocupar a dependência anexa ao edifício das utilidades (antiga sapataria), diminuindo claramente a sua área comercial. Consumando a redução de área dedicada ao supermercado, surge a ocupação esporádica do espaço público por vendedores ambulantes de produtos hortícolas, traduzindo-se na construção de

FIG. 180 Espaços do Sistema Alimentar em 2021



uma área coberta, o mercado, dedicado à comercialização de produtos frescos.

No início dos anos 2000, dá-se o aumento das áreas dedicadas ao consumo e processamento de alimento com a inauguração de dois novos estabelecimentos de ensino. Apesar da autonomia das escolas nas propostas de refeições através de cantinas e bares, a procura por locais de consumo exteriores a estas, impulsionou o consumo alimentar em espaços anteriormente existentes, tais como o café do centro comercial ou ainda do café/snack-bar que foi criado na antiga Casa dos Solteiros.

Como já abordado anteriormente, a nacionalização da Tabaqueira, que ocorreu em 1975, a cedência dos edifícios da Casa dos Solteiros (6), bem como da Casa do Director (5) às associações recreativas e de apoio social, fundadas pelos operários, permitiu a transformação de espaços dedicados ao consumo existentes em locais privados para locais de consumo público. Se por um lado, a Casa dos Solteiros se transformou em sede da Associação de Recreio e Cultura do Bairro da Tabaqueira, a qual passou a deter um café/snack-bar; por outro lado, a Casa do Director, de residência particular, converteu-se num centro de dia para idosos - o Centro Social de Reformados e Idosos de Albarraque, o qual, além de preparar e servir refeições aos seus utentes, presta cuidados diários e leva refeições às casas dos utentes que não se possam deslocar às instalações.

Salienta-se ainda que a realidade atual do sistema alimentar não se faz só das mudanças introduzidas no bairro nas últimas três décadas, esta faz-se ainda por edifícios públicos construídos à data do plano de urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira (1962-1964). Estes edifícios são o refeitório que mantém a sua função, o Café e a padaria do centro comercial.

Apesar das mudanças introduzidas ao longo do tempo nos espaços de distribuição, comércio, processamento/consumo e de consumo do sistema alimentar do Bairro Operário da Tabaqueira, é evidente que este se encontra consolidado. Reflexo desta consolidação foi a resposta dada pelos espaços do sistema alimentar nos confinamentos ocorridos durante a pandemia de SARS-Cov-2.



*FIG. 183 Merceria*



*FIG. 184 Café Central*



FIG. 185 Talho



FIG. 187 Mercado

As restrições de circulação impostas pelo Estado português, de modo a controlar a propagação do vírus, levaram à alteração do quotidiano da generalidade da população e por consequência, a uma aparente alteração dos hábitos de consumo alimentar. Uma maior ponderação sobre os locais de comercialização a frequentar e a proximidade dos mesmos aos núcleos residenciais evidenciou que os planos de conjuntos urbanos que contemplaram espaços dedicados ao sistema alimentar, principalmente de comercialização e distribuição, como parte integrante da vivência que estavam a projetar, ofereceram uma resposta mais eficiente e rápida aos seus residentes.

O mote "fique em casa" divulgado mundialmente como forma de contenção do vírus da Covid-19, conduziu à suspensão da ocupação e vivência dos espaços públicos como nunca antes retratado. Por norma, a nova realidade imposta só era quebrada pela necessidade de acesso a bens essenciais tais como a alimentação. Desde modo, espaços como mercados ao ar livre, destinados ao comércio alimentar, bem como supermercados e locais de processamento alimentar continuaram em funcionamento.

Abrangidos por esta realidade foram os comerciantes do Bairro da Tabaqueira, que nos relataram que durante os confinamentos, a procura por géneros alimentares tinha aumentado por parte dos residentes do bairro e dos residentes das áreas residências envolventes., o pode ter contribuído para a dinamização do comércio alimentar em tempos de confinamento. Na atualidade, um dos aspetos que pode ter influenciado a procurar pelo comércio alimentar do bairro da Tabaqueira é sua relação de permeabilidade com a envolvente, ou seja o acesso pedonal conectado a alguns nú-

cleos residenciais envoltos. A topografia pouco acidentada a Noroeste do Bairro da Tabaqueira e a proximidade à EN, e por consequência aos bairros e localidades que esta cruza pode ter influenciado a escolha pelo Bairro da Tabaqueira como local de aquisição alimentar. Visto que, a opção por superfícies comerciais de maior dimensão implica uma maior deslocação, que por norma acontece através de transportes públicos ou carro; equaciona-se também que a proximidade entre os locais de abastecimento de diferentes géneros alimentares (mercearias, padaria, talho e peixaria e produtos hortícolas frescos) se realize num percurso inferior a 250 metros colmatando as necessidades alimentares essenciais.

O ato de abastecimento de bens alimentares passou a ser um dos poucos momentos aceitáveis para estarmos em espaço público. Desde modo, a relação aprazível desenhada no plano de conjunto do Bairro Operário da Tabaqueira, entre os espaços do sistema alimentar e o espaço público poderá ter influenciado na escolha por estes locais de abastecimento. O facto de os espaços comerciais do Bairro da Tabaqueira terem uma permanente relação visual com o exterior, e de estarem envoltos numa massa arbórea, contrariando o encerramento sobre o seu próprio espaço, característica dos espaços de comercialização alimentar, em muito contribui para a preferência das pessoas por este território.

Ao fim de mais de meio século de existência do Bairro da Tabaqueira é perceptível que a vivência em pequenas comunidades periféricas à cidade, e nas quais os serviços básicos de apoio aos seus residentes foram garantidos desde o início, pode ser uma opção alternativa aos grandes centros urbanos e à grande comercialização alimentar.

Conforme verificado da análise ao Bairro da Tabaqueira, são vários os espaços urbanos edificados que se encontram associados a diversas fases do sistema alimentar. As alterações socioeconómicas verificadas no

Bairro, desde a sua implementação, nomeadamente a desativação da fábrica, levaram também a alterações no uso do próprio bairro. No entanto, foi a presença dos equipamentos alimentares (comércio) e cantina que permitiram aos residentes do bairro acautelar a manutenção das suas atividades básicas, como o acesso aos alimentos. Esta situação foi mais notória durante o período de isolamento provocado pela pandemia SARS COVID 19. Este trabalho confirma ainda a importância que o sistema alimentar tem no planeamento urbano (Marat-Mendes, 2021b).

### 3.3. SÍNTESE

A rede complexa do sistema alimentar não é uma nova realidade, nem pode ser considerada uma preocupação recente. Assim como a relação dos espaços alimentares com o espaço público não pode ser considerada uma inquietação da atualidade. Nas diferentes abordagens à cidade que se desenvolveram em torno da indústria, a preocupação por redes de circulação e áreas de comercialização é notória. O plano de urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira faz a tradução das teorias defendidas nos séculos XIX e XX para a realidade de Albarraque nos anos 60 do século XX.

Considerados os espaços dedicados ao sistema alimentar essenciais para a vivência do bairro, os edifícios de comercialização de diversos géneros alimentares e o refeitório foram os primeiros equipamentos a serem inaugurados, em paralelo com a ocupação das habitações. Além da sua centralidade face à área residencial, foi também equacionada a facilidade de acesso à rede viária, visto que esta era o único meio de veículo para o abastecimento dos edifícios no sistema alimentar.

Observamos uma preocupação na relação visual ou pedonal, entre os espaços do sistema alimentar e o espaço público. A ligação que é estabelecida entre os diferentes espaços alimentares do bairro (áreas de comercialização, espaços de consumo, cozinhas e salas de refeição) e o espaço público está bem conectada, visto que a permanente ocupação e permeabilidade entre os locais de consumo, sejam privados ou públicos, e os espaços de comercialização unem-se nos espaços de circulação.

As mudanças impostas pelo tempo alteraram a rede do sistema alimentar do Bairro da Tabaqueira tal como foi projetado. Se por um lado, se abandonaram

edifícios pensados para zonas de comercialização alimentar, por outro criaram-se locais de comercialização ao ar livre. A rede alimentar completou-se ainda com o surgimento de novos locais de consumo, novos locais de processamento alimentar/consumo (refeitórios escolares). Surgiu ainda uma cadeia de distribuição de refeições de apoio aos idosos. No entanto, a procura pelos espaços do sistema alimentar dava-se quase em exclusivo pelos habitantes do Bairro da Tabaqueira. Até há bem pouco tempo eram os outros equipamentos (igreja, centro cultural, ...) que atraíam pessoas vindas de fora do bairro.

A pandemia de Sars-Cov2 trouxe uma nova realidade aos espaços de comercialização alimentar. Com esta a procura pelos espaços de comercialização aumentou no bairro da Tabaqueira, não só por parte dos residentes, mas também por indivíduos oriundos de localidades circundantes. A abertura dos locais de abastecimento para o espaço público e a variedade da oferta, contrastava com a realidade de confinamento e tornou possível o distanciamento social imposto.

Em virtude do que observamos durante a pandemia devemos estar mais conscientes da necessária proximidade do sistema alimentar com os locais de residência. Visto que, a escolha por espaços de comercialização próximos das áreas residenciais e com abertura ao espaço público aumentou, mini cidades, como o Bairro da Tabaqueira, que quando projetados tiveram em consideração todos os aspetos que contribuem para o bem estar do ser humano, incluindo uma rede alimentar diversificada e de pronta resposta, podem e devem ser uma alternativa à massificação das cidades, mas também ao isolamento dos meios rurais.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A presente dissertação tem como objetivo estudar a evolução morfológica de um bairro operário construído entre 1962 e 1972 - o Bairro Operário da Tabaqueira, em Albarraque, Sintra. É analisado o bairro no território onde se implanta procurando compreender a edificação de um conjunto urbano, que se cria com a mobilização da indústria do tabaco para o concelho de Sintra. Identificam-se as fases de construção dos blocos habitacionais, assim como os equipamentos e serviços projetados para o complexo e descreve-se o processo de construção do bairro.

O objetivo inicialmente proposto tem como principal finalidade a análise do projeto urbanístico do Bairro Operário da Tabaqueira. Este trabalho só foi possível concretizar-se após a descoberta dos desenhos originais do projeto, bem como de algumas partes do processo de obra do projeto do Bairro Operário da Tabaqueira, nos arquivos da Câmara Municipal de Sintra. As fontes coevas descobertas neste Arquivo e no Arquivo Histórico Ultramarino são de extrema importância pois permitem reconstituir todo o plano do Bairro Operário da Tabaqueira, assim como contextualizar a obra do arquiteto António Moreira Veloso.

Metodologicamente o trabalho faz-se pela análise das fontes primárias e pela sua compreensão e tradução através de desenhos realizados por vectorização no CAD. Estes desenhos não pretendem substituir os originais, que fazem parte integrante da dissertação, são antes um modo de sintetização e compreensão do projeto. Procura-se, assim, uma metodologia de investigação numa perspetiva singular, que faz da história um instrumento de projeto. O levantamento fotográfico do Bairro Operário da Tabaqueira, a investigação bibliográfica, a recolha dos desenhos dos projetos para o bairro e as suas memórias descritivas permitem refletir sobre o

tema da habitação numa época que muito contribui para a produção de um território, onde os valores de uma nova modernidade revelam um modo de fazer cidade.

Para um melhor entendimento do caso de estudo, procura-se perceber e contextualizar o surgimento d'A Tabaqueira no tempo e no espaço. Desde modo, houve a necessidade de entender a ocupação da indústria na cidade e a influência que esta teve na criação de políticas de apoio à habitação, assim como, a relação filantrópica da CUF com os seus operários e a dimensão tanto territorial como empresarial.

O bairro operário da Tabaqueira corresponde a um projeto faseado, construído primeiramente em 1962 e posteriormente entre 1972-1974. Este é edificado sob os instrumentos legais de apoio à habitação social do Estado Português, aliados às políticas paternalistas da CUF e a uma arquitetura moderna. A construção do bairro e a sua ocupação gera, assim, uma nova centralidade na periferia de Lisboa, devido aos serviços e equipamentos que projeta. Ao consolidar as unidades residenciais e os respetivos equipamentos públicos, este projeto urbano torna-se útil a um território mais alargado do que o delineado pelo próprio bairro.

Considera-se o bairro da Tabaqueira bem-sucedido e enquadrado no espírito da Carta de Atenas (1933), obedecendo também aos princípios da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1898) e ao esquema da Unidade de Vizinhaça de Clarence Perry (1920). Este conjunto suburbano nitidamente moderno conjuga as necessidades funcionais com a qualidade de vida do campo, por via da construção de equipamento e de amplos espaços verdes onde se habitava em blocos, respeitando as questões de higiene. Tal como Rossi (1977 [1966]) preconizou os edifícios de serviços públicos e os equipamentos coletivos são essenciais para o sucesso de um conjunto residencial.

Os espaços verdes da unidade residencial de 1962 são da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Sabemos que este arquiteto tem uma obra vasta e notável, todavia este seu projeto para o bairro operário da Tabaqueira é menos conhecido e divulgado. Ribeiro Telles defendia as qualidades do urbanismo moderno, onde os espaços públicos se caracterizam por serem amplos e por qualificarem o sítio. Para este arquiteto as zonas verdes deveriam ter percursos hierarquizados com relvado e arborização, separando os carros dos peões; os blocos de habitação deveriam estar bem afastados permitindo que as famílias tivessem privacidade, e deveriam ter comércio localizado em zona central para uso fácil dos seus habitantes e vizinhos. Todos estes conceitos são visíveis no bairro da Tabaqueira. A hierarquização dos percursos e dos espaços contíguos aos mesmos desenha

um plano de conjunto urbano hierarquizado e com zonas delimitadas de serviço e equipamentos culturais. A diversidade de equipamentos ajuda a colmatar as necessidades sociais e quotidianas dos moradores que são deslocados para esta periferia.

É, assim, possível verificar que o desenho urbano do bairro operário da Tabaqueira valoriza as pessoas, colocando como prioridades os benefícios coletivos que muitas vezes não são considerados em projetos de cariz social. Os arquitetos deste projeto aumentam assim a potencialidade de o lugar ter sucesso, promovendo ambientes de qualidade que melhoram a vida daqueles que lá habitam. O projeto construiu-se como um lugar de convivência e de proximidade, que ainda hoje desempenha a sua função principal de socialização nos espaços verdes que o enquadram.

Segundo imagens do arquivo da RTP, da visita de Américo Tomás ao bairro da Tabaqueira, em 1967, podemos concluir que o plano de enquadramento paisagístico estava finalizado nesta data. Desde modo, levanta-

se a questão, se o Projeto de Enquadramento Paisagístico do arquiteto Ribeiro Telles terá sido realizado num trabalho de conjunto com o Plano de Urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira, do arquiteto Moreira Veloso? Acreditamos que sim. Embora tenhamos conseguido confirmar a autoria do projeto paisagístico, não conseguimos encontrar os desenhos do plano de Ribeiro Telles, em tempo útil, no Arquivo do Forte de Sacavém. Os planos paisagísticos da habitação da 1ª e 2ª fase são distintos, o da 1ª fase tem nitidamente o cunho de Ribeiro Telles, o plano da 2ª fase é bem diferente. Terá sido o arquiteto Moreira Veloso a desenhar os espaços verdes do plano de 1972-1974? Os espaços públicos do plano geral são representativos de dois momentos históricos, os da 1ª fase têm similaridades com o Plano da Nova Oeiras nomeadamente na organicidade dos percursos, enquanto os espaços públicos da 2ª fase são mais rígidos. Os espaços públicos da 2ª unidade residencial fazem-se em volta de um grande vazio, que está estruturado a duas cotas distintas, sendo a mais alta um parque de estacionamento e a mais baixa um espaço verde com arborização semelhante à do plano da 1ª fase.

De igual forma, não foi possível encontrar os desenhos de alguns dos edifícios públicos do Plano de Urbanização do Bairro Operário da Tabaqueira, todavia dadas as características estéticas e formais destes edifícios, concluímos que os mesmos são da autoria do arquiteto Moreira Veloso.

Relativamente às unidades residenciais, apesar de a assinatura de Veloso constar nos desenhos da 1ª fase e da 2ª fase, alguns detalhes das habitações construídas em 1962-1964 e em 1972-1974 sugerem uma possibilidade de coautoria, isto porque os desenhos da 1ª fase são mais ricos nos pormenores. Sentimos pouco investimento no desenho das habitações da 2ª fase, estas são idênticas às primeiras. Acresce que neste período o arquiteto estava também a projetar para África, tendo

estado na Guiné entre Março e Maio de 1970 e ainda entre Fevereiro e Março de 1971.

Na análise ao Bairro da Tabaqueira foram identificadas 3 fases específicas do sistema alimentar: Transformação, comercialização e consumo. Verificámos a evolução que os espaços edificados referentes a estas fases específicas do sistema alimentar tiveram ao longo do tempo, desde a conceção/implementação do bairro até aos dias de hoje. Neste sentido analisam-se dois tempos específicos: um primeiro, quando o bairro foi projetado e construído, e um segundo referente à atualidade.

A pandemia de Sars-Cov2 trouxe uma nova realidade aos espaços de comercialização alimentar. A procura pelos espaços de comercialização aumentou no bairro da Tabaqueira, não só por parte dos residentes, mas também por indivíduos provenientes de localidades envolventes. Em virtude do que observámos durante a pandemia devemos estar mais conscientes da necessária proximidade do sistema alimentar com os locais de residência. Embora os anos 80 sejam marcados por uma preferência pelas megaestruturas centrais (os grandes centros comerciais construídos em torres ou na base de edifícios de grande porte), a centralidade outrora concebida pelo bairro da Tabaqueira, com as respostas oferecidas pelos seus equipamentos e serviços quer aos habitantes do bairro, quer a pessoas de fora, nomeadamente, o comércio alimentar, impediu a total desocupação e declínio do bairro. Confirmamos assim a importância que o sistema alimentar tem no planeamento urbano.

Numa investigação futura sobre o bairro operário da Tabaqueira poder-se-ia quantificar a qualidade dos projetos de habitação na perspetiva dos seus residentes. A importância da avaliação funcional e comportamental da pós-ocupação é indiscutível. O respeito pelo projeto do arquiteto muito dirá sobre a satisfação dos

seus habitantes. Descrevemos aqui os aspetos formais e funcionais do projeto, mas estão por analisar nas habitações as relações aos efeitos das características estéticas, funcionais e técnicas (as características físico-espaciais) em virtude dos diferentes moradores. Este tipo de avaliação implica um cuidado acrescido, pois quando se avalia por esta via colocam-se dificuldades ao lidar com os aspetos íntimos e singulares dos residentes. Ainda ponderámos realizar inquéritos aos moradores, mas o contexto relativo ao período em que esta investigação se realizou (durante os confinamentos impostos pela pandemia de SARS-Cov-2) não permitiu este tipo de análise.

Com o projeto apresentado destaca-se mais uma das características dos arquitetos modernistas - o saber fazer uma arquitetura indiferenciada da classe social a quem se destina. Neste espírito de construir e desenhar para pobres e ricos da mesma maneira perspectiva-se o valor do plano urbanístico e a procura por uma paisagem imaginada, onde a Natureza imperará. Por tudo o que se disse, o projeto residencial da Tabaqueira trata-se de uma obra cheia de ensinamentos materializados numa consistente arquitetura e num plano urbano inovador. Pela apreciação desta obra, consideramos o arquiteto António Moreira Veloso um homem de vanguarda, com ideais éticos modernos de grande preocupação pelas necessidades habitacionais, com vista a uma arquitetura que se adequasse aos requisitos sociais.

# BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

---

- Abrantes, A. E. (1938). *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.
- Almeida, A. N. (1993). *A fábrica e a família : famílias operárias do Barreiro*. Câmara Municipal do Barreiro.
- Barata, A. (2005). Rescrever a cidade: Lisboa, do Terramoto à actualidade. Lisboa em 1900. O eixo de crescimento da cidade para Norte: Avenidas Novas e Almirante Reis. Resano Garcia e Plano Geral de Melhoramentos de 1903. O eixo de desenvolvimento ribeirinho. Lisboa: Centro Cultural de Belém (Inédito). Participou como oradora nos Cursos Livres Arquitecturas utópicas (2003-04) e Rescrever a cidade: Do terramoto à actualidade (2005), realizados pelo Centro Cultural de Belém.
- Bell, S., Fox-Kämper, R., Keshavarz, N., Benson, M., Caputo, S., Noori, S. & Voigt, A. (2016). *Urban Allotment Gardens in Europe*. (London, Routledge).
- Benevolo, L. (1987 [1963]). *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença (2ª Edição).
- Benevolo, L. (1994). *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença.
- Benevolo, L. (2001). (1977) *História da arquitectura moderna*. Trad. Ana M. Goldberger. S. Paulo: Editora Perpectiva.
- Boiça, J. (2012). Enquadramento e contexto da obra: a textura histórica dos anos 1960. Em J. M. Fernandes, & J. Ribeiro, *A igreja do Bairro da Tabaqueira - Uma obra de Jorge Viana* (pp. 26-74). Adictologia Unipessoal.
- Braña, C. (2005). Indústria e arquitectura moderna em Espanha, 1925-1965. Em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (pp. 36-59). Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Caetano, J. O. (2003). *A Utopia e os Pés na Terra: Gonçalo Ribeiro Telles*. Instituto Português de Museus.
- Caldas, J. V. (2010). O bairro novo da CUF no quadro do urbanismo e da arquitectura operária promovida pela Companhia no Barreiro. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do colóquio internacional Industrialização em*

- Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (pp. 311-324). EDIUAL.
- Câmara, J. S. (1995). *História da Tabaqueira*. Bertrand Editores.
- Carmona, R. (2010). O Barreiro operário. Anos 30/50. Um retrato social. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (pp. 231-248). EDIUAL.
- CML - Câmara Municipal de Lisboa (2018). *A Fábrica de Tabacos da Rua de Xabregas*. <https://toponimialisboa.wordpress.com/2018/02/06/a-fabrica-de-tabacos-da-rua-de-xabregas/>
- Coelho, C. D. (2018). Organizing the city around the dining room. *Quaderns n.271: About Buildings & Food*, pp. 62-74.
- Costa, T. N. (2011). Património Industrial Português da época do Movimento Moderno: das experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas. [Dissertação de Mestrado, FCTUC-Departamento de Arquitectura].
- Cunha, J. A. (2012). A Igreja da Sagrada Família, Bairro da Tabaqueira em Albarraque: percurso histórico e arquitectónico dos seus primeiros anos. Em J. M. Fernandes, & J. S. Ribeiro (coord.), *A Igreja do Bairro da Tabaqueira - Uma obra de Jorge Viana* (pp. 63-89). Adictologia Unipessoal.
- Custódio, J. (2005). A Indústria portuguesa na época do Movimento Moderno (1925-1965). em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (pp. 14-35). Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Custódio, J. & Folgado, D. (1999). *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Livros Horizonte.
- Daveau, S. (1998). *Portugal Geográfico*. Edições João Sá da Costa Lda.
- DGPC - Departamento dos Bens Culturais - Divisão do Património Imóvel, M. e. (11 de abril de 2016). Proposta de classificação da Igreja da Sagrada Família, ou Igreja do Bairro da Tabaqueira, incluindo o património integrado, Albarraque, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.

(Processo n.º DPIMI/2013/11-11/3/CL/650 - CS 111977), Informação n.º 895/DBC/DPIMI/UCC/2016. Lisboa. Obtido em janeiro de 2018, de [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_imovel/classificacao\\_do\\_patrimonio/despachosdeberturaearquivamento/2016/sagradafamilia/er\\_i.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeberturaearquivamento/2016/sagradafamilia/er_i.pdf)

Dias, A. (2018). The shape of food – an analysis of urban agricultural shapes in Lisbon’s Greater Area. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, ISCTE-IUL.]

Faria, C. V. (2010). Industrialização - Urbanização: que relações? o caso (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro (1957). Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (pp. 347-364). EDIUAL.

Faria, M. F. (2004). *Alfredo da Silva. Biografia*. Bertrand Editora.

Faria, M. F. & Mendes, J. A. (2010). *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro*. EDIUAL.

Farinha, L. (2017). A Noite Sangrenta: crime e castigo. Em *Violência política no século XX* (pp. 252-261). Instituto de História Contemporânea.

Ferreira, R. H. (2003) Raul Hestnes Ferreira: Projectos 1959-2002. Porto, Ed. ASA.

Ferreiro, M., Salavisa, I., Bizarro, S., & Soares, M. (2020). O sistema alimentar em Portugal: Transições para a sustentabilidade e políticas públicas. *Cidades, Comunidades e Territórios*, pp. 177 -195.

Folgado, D. (2005). O lugar da indústria no território. em *A arquitetura da indústria, 1925-1965* (pp. 80-89). Fundação DOCOMOMO Ibérico.

Folgado, D. (2010). Novas indústrias, novas formas. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (pp. 325-346). Universidade Autónoma de Lisboa.

Folgado, D. (2012). *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*. Livros Horizonte.

- Figueira, J. & Milheiro, A. (2005). O fim da fábrica, o início da ruína. em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (pp. 91-93). Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Guimarães, C. (2005). Arquitectura e Indústria modernas (1925-1965). em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (p. 5). Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Hall, P. (1995 [1988]). *Cidades Do Amanhã: Uma História Do Planeamento e Projetos Urbanos No Século XX*. São Paulo: Perspectiva S/A, Editora.
- Henriques, S. (2015). Microcidades operárias no contexto da Revolução Industrial: caso singular da Companhia União Fabril (C.U.F.) Barreiro, Portugal. [Dissertação de Mestrado, ULL-FAA].
- Howard, E. (1902). *Garden Cities of To-morrow*. London, S. Sonnenschein & co., Ltd.
- Lameira, G. & Rocha, L. (2018) *Barrios residenciales en las áreas de expansión de Oporto: la nueva modernidad (1950-1970)*. In II Congreso Internacional ISUF-H Zaragoza 2018. Ciudad y Formas urbanas. Perspectivas transversales. Volume 10. Formas urbanas en el proyecto moderno y contemporáneo. Zaragoza, Espana: Prensas de la Universidad. Universidad Zaragoza, 67-78.
- Lameira, G. & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*. Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura.
- Leal, J. C. (2008). *A sanitização do imaginário urbano e o crescimento de Lisboa na segunda metade do século XIX*, Arte & Poder, Lisboa: IHA, pp. 119-135.
- Louro, A. (2011). O Uso do tempo associado à mobilidade das famílias como elemento diferenciador na configuração de uma comunidade sustentável [Dissertação de Mestrado, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território].
- Marat-Mendes, T. & Sampayo, M. G. T. (2010). *Étienne de Groër: The different scales of the urban intervention in Lisbon*

- territory*. In 1st International Meeting European Architectural History Network. European Architectural History Network (pp.1-13).
- Marat-Mendes, T., Borges, J. (2019) The role of food on re-imagining the sustainable city: from the neighbourhood to the region. Em Juvara, M. and Ledwon, S. (ed.) *Proceedings of the 55th ISOCARP World Planning Congress. Beyond the Metropolis*. International Society of City and Regional Planners: Jakarta, Indonésia. (pp.605-623).
- Marat-Mendes, T., Borges, J., Dias, A., Lopes, R. (2021) Planning for a Sustainable Food System. The potential role of urban agriculture Lisbon Metropolitan Area, *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability* 1 (pp. 356-386).
- Marat-Mendes, T., Isidoro, I., Catela, J., Pereira, M., Borges, J. C., Lopes, S. S., Henriques, C. (2021) Drivers of change: how the food system of the Lisbon Metropolitan Area is being shaped by activities, initiatives and citizens needs towards a sustainable transition. *CIDADES, Comunidades e Territórios*. (pp. 41-62).
- Matos, A. S. (2006). *Zeitgeist: O Espírito do Tempo*. António Garcia – Design e Arquitectura nas décadas de 50-70 do século XX. [Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes].
- Milheiro, A. V. (2009). *Habitar em colectivo: Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*. Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL.
- Milheiro, A. V. (2009). Jorge Viana: O Arquitecto da Casa-Máquina. *Jornal dos Arquitectos n.º235*. Obtido de *Jornal Arquitectos*:  
<http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/235/mais%20velhos/>
- Milheiro, A. V. (2012). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 4, núm. 2, 215-232.
- Milheiro, A. V. (2014). Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa. *Arquitetura*,

*cidade e projeto: uma construção coletiva. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo.*

- Mónica, M. (1992). Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social, Vol. XVII*, 461-479. Obtido de <https://silo.tips/download/negocios-e-politica-os-tabacos>
- Mónica, M. (2018). *Os Ricos. Da revolução de 1820 até hoje. A Esfera dos Livros.*
- Mumford, E. (2000). *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960.* Massachusetts Institute of Technology.
- Neves, J. (2007). Grande Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da década de 1882 à 1ª Guerra Mundial. [Dissertação de Doutoramento UTL-ISEG]. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/525>
- Neves, P. (2010). Gerir o crescimento empresarial - A evolução da estrutura organizativa da CUF... Em *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (pp. 37-57). EDIUAL.
- Pereira, N. T. (1994). Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário. *Análise Social. Volume XXIX*, 509-524.
- Pereira, N. T. (1996). *Escritos (1947-1996, selecção).* FAUP.
- Pinto, A. L. (2021). *Arte, Arquitetura e Urbanismo na Obra da CUF no Barreiro (1907-1975).* Princípia.
- Portas, N. (2004 [1959]). *Habitação Social: Projectos para a metodologia da sua arquitectura.*
- Quintiliano, B. (2020). A Tabaqueira: Reabilitação da antiga fábrica de tabaco em Marvila. [Dissertação de Mestrado, UP-FA].
- Reis, J. (1987) A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, XXIII (96), pp. 207-227.
- Rossi, A. (1977). A arquitectura da cidade. Edições 70.
- Santos, F. P. (1981). A fundação de «A Voz do Operário» - do «abstencionalismo político» à participação no «congresso possibilista» de 1889. *Análise Social, Vol. XVII*, 681-693.

- Sardica, J. M. (2020). Alfredo da Silva e a CUF - Liderança, Empreendedorismo e Compromisso. Príncípia Editora.
- Serrão, J. (1990). *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Á. F. (2021). Emergência e expansão do grupo empresarial CUF (1865-1975). Em Á. F. Silva, *O Arquivo Histórico CUF - Alfredo da Silva: Um passado com futuro* (pp. 65-81). Príncípia Editora.
- Silva, A. R. (2014). A cidade-jardim de Ebenezer Howard: um estudo de sua influência para a circulação de ideias e modelos no urbanismo do século XX. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia.
- Simal, J. (2005). *A arquitectura da indústria e a organização territorial em Espanha, 1925-1965*. Em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (pp. 6-13). Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Steel, C. (2008). *Hungry city: how food shapes our lives*, London: Chatto & Windus.
- Tavares, M. (2013). Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência. Em N. Portas, *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980* (pp. 21-45). CML-IHRU.
- Tavares, M. & Duarte, J. M. (2018). O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes. Em R. C. Agarez, *Habitação : Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018* (pp. 197-234). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Tavares, M., Portas, N. & Fernandes, J. M. (2013). Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência. Em N. Portas, *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980* (p. 158). CML, IRHU.
- Teixeira, M. C. (1992). "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940". *Análise Social*, 27(115), pp. 65-89.
- Tostões, A. (2005). Em direcção a uma estética industrial: zeitwill ou vontade de modernidade. Em *A arquitectura da indústria, 1925-1965* (pp. 60-71). Fundação DOCOMOMO Ibérico.

Vidal, V. (2005). Indústria: cidade e território; a geografia da indústria. em *A arquitetura da indústria, 1925-1965* (pp. 72-79). Fundação DOCOMOMO Ibérico.

*Vanessa André Alves*

# ANEXOS

**ANEXO A**

Cronologia

	INTERNACIONAL	NACIONAL	CUF
1850		1852 Criação do Ministério das Obras Publicas. Comércio e Industrial	
		1853 Reinado de D. Pedro V (1853-1861)	
		1856 Primeira Viagem de Comboio Lisboa – Carregado	1859 CUF inicia na Fábrica das Fontainhas, a produção de sabão
1860	1867 Frank Lloyd Wright (1867-1959)	1861 Reinado de D. Luís I	1865 Aprovação dos estatutos da CUF - Fundação da Companhia União Fabril
		1871 Nascimento Alfredo da Silva	1878 A CUF conquista o 1º prémio na Exposição Universal de Paris
1880	1882 Étienne de Gröer (1882-1952)		
	1887 Le Corbusier (1887-1965)	1888 Exposição das Indústrias Fabris, Av. Liberdade	

1890	População Lisboa: 436.000 habitantes	1889 Reinado de D. Carlos I	1890 Inquérito Industrial	1893 Alfredo da Silva assume cargo de administrador-gerente da Aliança Fabril
1900				1898 Alfredo da Silva funde CAF à CUF, dando origem à nova CUF – Companhia União Fabril
1910				1906 A CUF instala uma despensa em Lisboa
			1908 1 fevereiro Regicídio: Morte de D. Carlos I e do seu filho Luís Filipe. D. Manuel II assume a Coroa	1907 Inicia-se a construção das primeiras fábricas da CUF Barreiro
				1908 Inauguração da primeira unidade fabril do Barreiro (É edificado o 1º Bairro Operário e Despensa na CUF)
			1910 5 outubro Proclamação da República	
			1911 Manuel de Arriaga 1º Presidente da República. Instituição do Escudo como moeda oficial. Finalização do novo	

**1920**

População Lisboa:  
484.000 habitantes

1914-1918 I Guerra Mundial	levantamento de Lisboa à escala 1/1000 (coord. Silva Pinto). Morte Eng. Ressano Garcia.	
1919 Fundação da Bauhaus		
	1922-2016 Arquiteto Nuno Teotónio Pereira	
	1925 Projecto do Cinema Capitólio (arqto. Cristino da Silva), inaugurado em 1931	
	1926 Revolução de 28 maio – Ditadura Militar	
1928 Fundação CIAM	1927-2002 Arquiteto António Moreira Veloso.	1927 O Grupo CUF adquire a Tabaqueira
		1928 Início da produção de A Tabaqueira na fábrica do Poço do Bispo, Lisboa Edificação da zona norte do bairro de Santa Bárbara, o Bairro Operário da Companhia União Fabril

<b>1930</b>	População Lisboa: 594.000 habitantes	1933 Estado Novo	1934 Criação do Centro de Projetos da CUF
	1936 Guerra Civil Espanhola	1937 Projetos de bairros de habitação económica na Ajuda (arqto. Paulino Montês).	
<b>1940</b>	População Lisboa: 694.000 habitantes	1938-48 Duarte Pacheco, Presidente da Câmara de Lisboa e Ministro das Obras Públicas	
		1939-1945 II Guerra Mundial	
		1940 Exposição do Mundo Português	1940 Entra em funcionamento a Caixa de Providência da CUF e Empresas
		1942 Morte do industrial Alfredo da Silva Inauguração do Aeroporto de Lisboa. Duarte Pacheco determina o estudo da nova rede de transportes urbanos de Lisboa.	1942 Manuel de Mello assume administração de A Tabaqueira É instituída a Companhia de Seguros Império, Hospital da CUF e o primeiro refeitório do complexo fabril
	1945-1991 Guerra Fria	1948 I Congresso de Arquitetura Portuguesa.	1948 Tabaqueira atinge o limite de produção máximo
		Plano Geral do Metropolitano de Lisboa. Aprovação do PGUEL que aplica pela primeira vez os princípios da limitação do desenvolvimento	

1960	População Lisboa* Lisboa*		1962 inauguração Bairro da Tabaqueira com Refeitório, Centro comercial e Creche (Laboração de 660 entre operários,
1950	População Lisboa: 783.000 habitantes	urbano e de zonamento funcional da cidade	1953 Criação do Serviço- Estudos e Projectos na CUF, no sentido de responder a diversas necessidades de assistência às fábricas
		1954 A Câmara Municipal Lisboa cria o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU).	1954 A CUF, constitui, com o objetivo de desenvolver o comércio entre o Ultramar e a Metrópole, a COMFABRIL – Companhia Fabril e comercial do Ultramar
		1955-60 Planos de Olivais Norte e Sul.	1957 Novo contrato dos Tabacos. Tabaqueira: aumento de produção impõe a decisão de novas instalações. A CUF inaugura o terceiro refeitório no Barreiro
		1958 Lei n.º 2092	
		1959 Plano Director de Urbanização de Lisboa. Inauguração oficial da rede do Metropolitano, compreendendo 11 estações	

**1970**

População Lisboa:  
760.000 habitantes

1965

1 janeiro: liberalização do fabrico, comercialização e venda tabacos.

administrativos e técnicos)

1965

Fica concluída no Bairro Residencial de Albarraque o Infantário e o Jardim de Infância, Centro Comercial e Posto Médico

1966

Inauguração da ponte Salazar, atual ponte 25 de Abril (projeto United States Steel Export Company)

1966

Morre Manuel de Mello. José Manuel de Mello assume a presidência do Concelho de Administração do Grupo CUF e a gestão de A Tabaqueira

1968

Estudo de ampliação Bairro Residencial de Albarraque

1971-72

Plano para o Alto do Restelo (arqtos. Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas

1970

Inaugurado o Centro de Recreio e Cultural em Albarraque

1974

Revolução de Abril.

1975

13 de Maio, Decreto-Lei nº 228ª/75 nacionaliza a industria do tabaco. A 25 de Setembro, o Decreto-Lei nº 532/75 nacionaliza a CUF

1977

O complexo fabril da CUF passa a QUIMIGAL, adquirida pelo Grupo Mello em 1997.

1980	População Lisboa: 801.000 habitantes	1986	Acidente Nuclear Chernobyl	1988	Incêndio do Chiado e plano de reconstrução (arqto. Álvaro Siza Vieira).	1989	A QUIMIGAL passa a QUIMIPARQUE.
		1989	Queda do muro de Berlin				
		1992	Arquiteto Siza Vieira recebe o Prémio Pritzker pelo projeto de renovação na zona do Chiado			1996	PMI e Jorge de Mello compram a Tabaqueira
1990	População Lisboa: 659.000 habitantes			1998	Exposição Mundial de Lisboa ( <i>master-plan</i> do arqto. Vassalo Rosa) Inauguração da ponte Vasco da Gama		
2000	População Lisboa: 564.000 habitantes	2001	11 setembro: Ataque Torres Gémeas – NY			2000	Jorge de Mello vende as ações que detinha à PMI
		2002	Entrada em vigor do Euro				
				2007	Inauguração do túnel do Marquês, Lisboa		
2010	População Lisboa: 547.000 habitantes	2011	Arquiteto Souto Moura recebe o Prémio Pritzker pelo projeto do Estádio Municipal de Braga	2011	Entrada da <i>troika</i> em Portugal		
				2017	Incêndio Pedrogão Grande		

**2020**

População Lisboa:  
510.000 habitantes

2020  
OMS declara SARs-  
CoV2 uma Pandemia

2020  
Portugal entra em  
Estado de  
Emergência

2020  
Inauguração do  
novo Hospital CUF  
Tejo em Alcântara

## ANEXO B

Localização das empresas CUF em Portugal Continental, 1974

Ano	Unidade
1898	Alfredo da Silva promove a fusão entre a Companhia União Fabril e a Aliança Fabril, originando a nova CUF
1898	Fontainhas Lisboa
1906	Despensa Lisboa
1907-	
1909	Inicia-se a construção das fábricas no Barreiro
1908	Inaugurada a unidade fabril da CUF no Barreiro
1908	CUF edifica o primeiro bairro operário no Barreiro
1911	Adquisição fabrica de sabão no Freixo- Porto
1914	Produção oleaginosa Angola
1915	Fabrica de óleos nas Fontainhas
1920	Administração dos elevadores de Vila Nova de Gaia
1919	Fabrica do Rato- Constituição da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes Lda.
1921	A CUF adquire a Casa Totta, Lisboa
1922	A CUF constitui a Companhia de Navegação Sociedade Geral
1927	Funda-se a Tabaqueira – Poço do Bispo
1938	Concessão dos estaleiros da Rocha Conde de Óbidos, Lisboa
1942	Seguros Império, Sede Lisboa
1945	Hospital CUF, Av. Infante Santos, Lisboa
1948	Constituída a União Fabril do Azoto, em Alferrarede, Abrantes
1953	Criado o Serviço- Estudo e Projectos no Barreiro para responder as necessidades de assistência
1956	CUF constitui a Sonadel, em Vila Franca de Xira
1956	CUF constitui a Companhia Têxtil do Púngué, Cidade da Beira, Moçambique
1959	Criação do Centro de Projetos, que fazia a ligação com os Projetos das Fábricas do Barreiro e com os Centros de Estudos dos vários sectores
1959	Centro de Investigação
1960	Novas instalações para a produção de amoníaco petroquímico, ureia e adubos nitro-amoníacos no Lavradio
1961	Caima Pulp, fábrica de celulose, inicia produção em Constância
1962	Inauguração das novas instalações da Tabaqueira, em Albarraque
1963	O Centro de Projectos da CUF torna-se uma empresa autónoma. Denominando-se Profabril - Centro de Projectos Industriais, SARL.
1964	Inaugurada a fábrica de cerveja CUF, Leça do Balio, Maia
1968	Entra em laboração a segunda fábrica de ácido nítrico, em Alverca
1971	Posição maioritária no capital dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
1974	Entra em funcionamento a fabrica de ácido nítrico, Estarreja





## ANEXO C

O plano urbano de Sintra 1948, de Étienne de Gröer

Em 1948, De Gröer traça o Plano de Urbano para Sintra. No entanto, é limitado no território ao que ao que aos dias de hoje é consideramos a zona histórica. de Sintra. Limitando a zona industrial a ser planeada a Norte da linha férrea. Não havendo qualquer plano de urbanização, ou indicação de usos de solo para o território onde se edifica a fábrica da Tabaqueira, em Albarraque Sintra.



Plano de Urbanização de Sintra (1948) Etiénne De Gröer. Divisão de Cultura- Arquivo Municipal Câmara Municipal de Sintra



Localização do plano De Gröer para Sintra, face a localização do caso de estudo, Bairro da Tabaqueira

**ANEXO D**

Legislação

Anexo D1 Lei n.º. 2005, de 14 de março 1945

Quarta-feira 14 de Março de 1945

I Série — Número 54



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTES NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . .	130\$
A 1.ª série . . .	90\$	" . . . . .	45\$
A 2.ª série . . .	80\$	" . . . . .	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	" . . . . .	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2850 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

**AVISO**

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

**SUMÁRIO**

Ministério da Economia:

Lei n.º 2:005 — Promulga as bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Lei n.º 2:005

Em nome da Nação, a Assembléa Nacional decreta e ou promulga a lei seguinte:

**PARTE I**

Do estabelecimento de novas indústrias

**BASE I**

O Governo promoverá os estudos necessários acerca da viabilidade técnica e económica dos empreendimentos industriais de maior interesse para a economia nacional, com a cooperação dos organismos corporativos, dos de coordenação económica e das entidades privadas, sem prejuízo dos estudos que estas desejem fazer sob a orientação do Governo.

**BASE II**

Para efeito do disposto na base anterior, pode o Ministério da Economia:

- a) Contratar técnicos nacionais e estrangeiros ou requisitá-los aos serviços do Estado;
- b) Adquirir material de ensaios e promover a realização, dentro ou fora do País, de missões de estudo, análises e quaisquer outros trabalhos necessários.

As despesas serão custeadas pelo Estado, ou em regime de comparticipação deste e dos respectivos organismos corporativos, de coordenação económica e entidades privadas.

**BASE III**

O Estado participará no capital das empresas, directamente ou por intermédio das suas instituições de crédito, quando for indispensável para assegurar o êxito do empreendimento. Esta participação não excederá normalmente a dos particulares, e, quando directa, deverá ser transferida para entidades privadas portuguesas, logo que a situação da indústria e a defesa dos interesses gerais o permitam.

**BASE IV**

O Governo auxiliará a instalação de novas indústrias pelas formas seguintes:

- a) Concessão de créditos, incluindo a subscrição de obrigações, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, até ao valor do capital realizado;
- b) Isenção de direitos de importação sobre máquinas, utensílios e outros materiais necessários à sua instalação, desde que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade ou dentro dos prazos previstos para a montagem;
- c) Isenção de impostos do Estado e dos corpos administrativos, salvo o imposto do selo, pelo período de seis anos, a contar do começo da exploração;
- d) Concessão de exclusivo por período não superior a dez anos, nos termos da lei n.º 1:956;
- e) Outras vantagens ou benefícios determinados pela natureza especial de cada empreendimento.

O disposto nas alíneas a), b) e c) é aplicável somente às indústrias-base e outras de reconhecida importância para a economia nacional que vierem a instalar-se ou se encontrem na fase de instalação, devendo a respectiva decisão ser tomada em Conselho de Ministros.

**BASE V**

O Governo assegurará, por meio da organização e de providências adequadas, a defesa das actividades económicas contra a concorrência ilegítima.

Os preços não deverão, porém, exceder os dos produtos similares estrangeiros, salvo o caso de *dumping* ou de irremovíveis condições de inferioridade, tais como o custo das matérias primas e a exiguidade dos mercados.

**PARTE II**

Da reorganização das indústrias existentes

**BASE VI**

O Governo promoverá, pelo Ministério da Economia, a reorganização das indústrias de manifesto valor económico que se encontrem em alguma das condições seguintes:

- a) Dispersão e reduzida capacidade dos estabelecimentos de que resultem más condições de exploração;

b) Insuficiência, decrepitude ou inadaptação de aparelhagem;

c) Incapacidade de abastecimento do mercado em quantidade ou qualidade dentro dos tipos de fabricação corrente;

d) Excesso de equipamento para as necessidades do mercado.

A reorganização visa o aperfeiçoamento das actividades industriais, com o fim de satisfazer as necessidades do mercado nacional em qualidade, quantidade e preço, as exigências dos mercados externos quanto às mercadorias de exportação e, de modo especial, a baixa de preço dos produtos para melhoria das condições de vida, designadamente do trabalhador.

#### BASE VII

A reorganização será feita, consoante os casos, pelas formas seguintes:

a) Concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica;

b) Substituição de material antiquado e de fraco rendimento económico por outro de tipo moderno e tènicamente perfeito;

c) Ampliação de instalações para realizar os ciclos fabris mais vantajosos e integração de indústrias nos casos de reconhecida conveniência;

d) Expropriação de instalações excessivas;

e) Substituição de construções impróprias por outras com as devidas condições de salubridade;

f) Subordinação a regras de normalização de produtos e de coordenação de fabrico;

g) Adopção de métodos de organização científica do trabalho.

#### BASE VIII

A concentração será adequada à natureza e condições das várias indústrias, tendo em atenção a experiência económica e, nos limites do possível, as conveniências regionais, mas deverá sempre determinar-se para cada indústria o mínimo tolerável de produção por fábrica.

#### BASE IX

A concentração industrial pode ser realizada por acôrdo entre os industriais interessados, de harmonia com o plano de reorganização formulado pela respectiva comissão e aprovado pelo Governo, ou por decisão deste, tomada em Conselho de Ministros, precedendo tentativa de acôrdo.

Nesta hipótese, poderá o Governo adoptar as providências constantes das bases seguintes, ou autorizar, independentemente das normas de condicionamento industrial, a instalação de novos estabelecimentos de capacidade adequada e equipamento técnico perfeito, com os auxílios previstos na base XVI.

O Governo só deve impor a concentração quando reconhecer a insuficiência das restantes formas de reorganização para realizar os objectivos da lei, salvaguardando, nos limites do possível, a concorrência.

#### BASE X

A participação dos industriais no capital das novas empresas será proporcional ao valor dos estabelecimentos concentrados e assim preenchida:

1.º Pelo valor dos terrenos, máquinas, edificios e outras instalações que venham a ser utilizados nos novos estabelecimentos;

2.º Pelo valor de rendimento dos estabelecimentos concentrados, calculado sobre a produção média dos

últimos anos, tendo em consideração os períodos anormais e de modo que o total não exceda 20 por cento do valor do estabelecimento;

3.º Pelo valor em dinheiro ou produtos dos industriais com estabelecimentos abrangidos na concentração.

A parte não coberta por algum ou alguns fica sujeita a rateio pelos outros.

Se o capital não fôr totalmente realizado pela forma indicada nos números precedentes, poderá a parte restante ser subscrita por terceiros, com preferência dos industriais de ramos afins.

#### BASE XI

As empresas que não quiserem entrar para as concentrações determinadas para cada ramo industrial e as expropriadas por excesso de capacidade cessam a laboração logo que as novas empresas estejam aptas a satisfazer as necessidades dos mercados, ou depois de notificadas.

As empresas que se recusarem a dar cumprimento ao disposto nas alíneas b), c), e) e f) da base VII ficam sujeitas à cominação fixada na base XIII da lei n.º 1:956, de 17 de Maio de 1937.

#### BASE XII

As empresas que cessarem a laboração por efeito da concentração industrial ou de expropriação por excesso de capacidade têm direito a uma indemnização igual ao valor que resultar da avaliação dos elementos seguintes:

a) Material não utilizado de fábricas que se concentraram;

b) Material das fábricas não integradas na concentração;

c) Material e valor comercial de fábricas expropriadas por excesso de capacidade.

Na avaliação das máquinas e outros pertences que forem aproveitáveis ter-se-á em conta o custo presumível, o valor técnico e a idade.

As máquinas e pertences que não forem aproveitáveis e que não possam exportar-se avaliar-se-ão pelo material que contenham.

Os terrenos e edificios só serão avaliados se vierem a ser utilizados para os novos estabelecimentos.

#### BASE XIII

As empresas resultantes da concentração ou as que subsistirem depois de efectuadas as expropriações, na parte que a cada uma competir, pagarão a referida indemnização em obrigações emitidas pelo organismo corporativo ou de coordenação económica da respectiva indústria e, na sua falta, pelo serviço de amortizações, que funcionará junto da Direcção Geral da Indústria. As obrigações serão de 1.000\$ cada uma, amortizáveis em prazo não excedente a vinte anos, com a taxa máxima de juro de 4,5 por cento.

O Governo, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, auxiliará a colocação das obrigações.

#### BASE XIV

Em execução do disposto na base anterior será criado, para cada ramo industrial, um Fundo de amortização, constituído pelo produto de uma taxa, fixada pelo Ministro da Economia, sobre o valor da mercadoria fabricada, a cobrar das empresas pelos ditos organismos ou, na sua falta, pelo serviço de amortizações.

**BASE XV**

O pessoal das fábricas que cessarem a laboração por efeito da reorganização industrial será dividido em três grupos:

Os inválidos terão direito a pensões de reforma ou invalidez, pagas pelas respectivas caixas de previdência, e, na falta ou insuficiência dessas pensões, ser-lhes-á prestada assistência adequada; os indispensáveis ao trabalho serão admitidos nas empresas reorganizadas; e os demais serão colocados nas indústrias a que se refere a primeira parte desta lei, devendo ser-lhes atribuído um subsídio temporário de desemprego, obtido por contribuição das empresas.

**BASE XVI**

O Governo, quando fôr econômica e socialmente aconselhável, poderá auxiliar a instalação de empresas ou a sua reorganização pelas formas seguintes:

a) Concessão de créditos, incluindo a subscrição de obrigações, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito e até ao valor do capital realizado;

b) Isenção dos direitos de importação sobre as máquinas, utensílios e outros materiais necessários, desde que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade ou dentro dos prazos previstos para a montagem;

c) Isenção da sisa e do selo de traspasse para as alterações derivadas da reorganização;

d) Isenção de contribuição industrial para os novos estabelecimentos, durante o período de organização e montagem;

e) Vantagens ou benefícios determinados pela natureza especial do empreendimento.

As decisões respeitantes às alíneas a) e b) serão tomadas em Conselho de Ministros.

**BASE XVII**

Para efeito do disposto nas bases anteriores, uma comissão nomeada em portaria pelo Ministro da Economia procederá ao estudo da reorganização de cada ramo industrial. Esta comissão será composta por: uma individualidade de reconhecida competência, que servirá de presidente; um ou dois engenheiros dos serviços do Estado ou estrangeiros a eles; um representante do respectivo organismo de coordenação econômica; representantes dos industriais, em número igual à soma dos dois precedentemente indicados, escolhidos pela assembleia geral ou conselho geral dos organismos corporativos, se os houver, e, na sua falta, pelo Ministro da Economia, de entre os propostos pelos industriais.

Serão agregados à comissão: um representante do Ministério das Colônias, outro do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social e, quanto às indústrias consideradas de interesse para a defesa nacional pelos Ministérios da Guerra e da Marinha, um representante de cada um deles. A todos será dado conhecimento dos trabalhos da comissão, podendo tomar parte nas reuniões conjuntas, com função de consulta e informação.

A comissão pode, ainda, quando o entender necessário, utilizar o trabalho de peritos nacionais ou estrangeiros.

**BASE XVIII**

Os vencimentos ou gratificações dos membros das comissões, a remuneração do trabalho dos peritos, as despesas de deslocação, no País ou estrangeiro, de expediente e outras legítimas serão pagos por conta das verbas inscritas para esse fim no orçamento do Ministério da Economia ou em regime de participação do

Estado com os organismos corporativos e de coordenação econômica ou com os interessados quando não estejam organizados.

**BASE XIX**

Os estudos das comissões destinados a servir de base à reorganização de cada ramo industrial compreenderão nomeadamente o seguinte:

a) Inventário das instalações e cadastro do pessoal, cujo quadro se considera encerrado até à reorganização da indústria, para efeito da aplicação das garantias e benefícios estabelecidos nesta lei;

b) Determinação do valor dos estabelecimentos e do seu valor de rendimento, com possibilidade de recurso para a entidade e nos termos que vierem a ser estatuídos;

c) Classificação dos materiais e máquinas em aproveitáveis e inúteis, bem como sua avaliação;

d) Forma de agrupamento das empresas existentes, se fôr de aconselhar a concentração, e conveniência da integração industrial, em casos especiais;

e) Número, situação e apetrechamento dos novos estabelecimentos, tendo em atenção o horário de trabalho;

f) Quadro mínimo do pessoal técnico superior, quando necessário;

g) Distribuição do pessoal existente pelos três grupos a que se refere a base xv, conforme o grau de capacidade e aptidões, por forma a evitar quanto possível o prejuízo da sua deslocação, quando necessária;

h) Tabela de salários mínimos, formas de assistência, pensões de reforma e invalidez e subsídios de desemprego;

i) Plano de ensino dos aprendizes;

j) Localização e organização dos laboratórios;

k) Possibilidade de aproveitamento de matérias primas do continente, ilhas adjacentes e colônias;

l) Bases da normalização dos produtos e dos ensaios a que devem satisfazer;

m) Tipos de fabrico de cada estabelecimento e, quando necessário, os seus contingentes de produção, em coordenação com as indústrias das colônias;

n) Custo do estabelecimento das novas fábricas e suas ampliações, capital necessário e estudo econômico da exploração, tendo em conta todos os encargos;

o) Base de preços para os produtos fabricados.

**BASE XX**

A reorganização de cada ramo industrial será determinada por decreto baseado no relatório da respectiva comissão e dele devem constar as condições a que fica sujeita e os benefícios a conceder de entre os mencionados na base xvi.

Os trabalhos de reorganização industrial serão sempre orientados e assistidos pelos serviços competentes do Ministério da Economia.

**BASE XXI**

As comissões, enquanto durarem os seus trabalhos, serão ouvidas sobre os pedidos pendentes, ou que sejam apresentados, para montagem de novas instalações ou ampliação das existentes.

**PARTE III****Disposições comuns****BASE XXII**

É facultado às empresas exploradoras de indústrias de interesse nacional, reconhecido pelo Governo em de-

creto-lei, o direito de expropriação por utilidade pública dos imóveis indispensáveis à sua conveniente instalação e acesso, nos termos da lei.

BASE XXIII

O reconhecimento do direito de expropriação referido na base anterior e o seu efectivo exercício para construção ou alargamento de instalações de quaisquer indústrias e constituição de novas unidades fabris ficarão dependentes de prévio inquérito, com citação individual dos proprietários de imóveis directamente afectados ou vizinhos e ainda de outros interessados, nomeadamente as autarquias, grémios da lavoura e associações de proprietários.

BASE XXIV

As empresas de cada ramo industrial devem manter um ou mais laboratórios destinados ao estudo e aplicação dos métodos de adaptação do trabalho humano às técnicas industriais, ao ensaio de matérias primas, produtos acabados, processo de fabrico e a outras investigações de interesse para a indústria. Aos referidos laboratórios compete verificar a observância às especificações e regras de normalização que vierem a ser fixadas.

BASE XXV

Os novos estabelecimentos ficam obrigados a prever a renovação da mão de obra especializada, admitindo para isso periodicamente aprendizes, aos quais será ministrada educação profissional e moral, segundo os princípios consagrados na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional.

BASE XXVI

O Governo, na criação de novas indústrias ou na reorganização das existentes, terá sempre em conta as exigências da defesa nacional, adoptando para este efeito as providências necessárias.

BASE XXVII

Dos actos e decisões da Administração, em execução desta lei, haverá recurso para o contencioso administrativo, nos termos gerais de direito.

BASE XXVIII

O Governo promoverá o desenvolvimento das indústrias na metrópole e nas colónias, em obediência ao pensamento de coordenação e unidade que deve orientar as suas recíprocas relações económicas.

BASE XXIX

É autorizado o Governo a promover a revisão dos alvarás concedidos, quando forem de aplicar os preceitos das bases III e IV da presente lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Março de 1945.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz*—*Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*—*João Pinto da Costa Leite*—*Fernando dos Santos Costa*—*Américo Deus Rodrigues Tomaz*—*Augusto Cancela de Abreu*—*Marcelo José das Neves Alves Caetano*—*José Caeiro da Mata*—*Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Segunda-feira 7 de Maio de 1945

I Série — Número 98



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do <i>Diário do Governo</i> , deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anuenciam-se gratuitamente.	<b>ASSINATURAS</b>		O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.		
	As 3 séries . . . . .	Ano 240\$		Semestre . . . . .	130\$
	A 1.ª série . . . . .	90\$		" . . . . .	46\$
	A 2.ª série . . . . .	80\$		" . . . . .	43\$
	A 3.ª série . . . . .	80\$	" . . . . .	43\$	
	Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio				

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
Direcção Geral das Alfândegas

## AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

## Decreto-lei n.º 34:575

Considerando o que foi exposto pelo Ministério da Economia;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aplicável na Ilha da Madeira o disposto no artigo 1.º e seu § único do decreto-lei n.º 31:567, de 11 de Outubro de 1941.

Art. 2.º As forragens que, nos termos do referido decreto-lei, forem isentas de direitos de importação serão entregues ao técnico delegado da Direcção Geral dos Serviços Pecuários na Ilha da Madeira, que providenciará no sentido de serem arrecadadas em recinto reservado, cuja escolha será feita de acordo com a Direcção da Alfândega do Funchal, só podendo as referidas forragens ser utilizadas no resguardo e alimentação do referido gado até ser abatido.

Art. 3.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Maio de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

Declaração ao decreto n.º 34:553, que regula a competência e organização dos tribunais de execução das penas.

### Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.º 34:575 — Torna aplicável na Ilha da Madeira o disposto no artigo 1.º e seu § único do decreto-lei n.º 31:567, que isenta de pagamento de direitos de importação as forragens que sobrem da alimentação do gado bovino originário das colónias portuguesas.

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Lei n.º 2:007 — Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

### Declaração

Declara-se, para os devidos efeitos, que o original, arquivado nesta Secretaria, do decreto n.º 34:553, publicado pelo Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, no *Diário do Governo* n.º 93, 1.ª série, de 30 de Abril findo, contém, além daquelas com que saiu no referido *Diário do Governo*, a assinatura do Sr. Ministro das Finanças, Doutor João Pinto da Costa Leite.

Secretaria da Presidência do Conselho, 5 de Maio de 1945. — O Chefe da Secretaria, Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

### Lei n.º 2:007

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

### BASE I

Consideram-se casas de renda económica as que se constroem nos centros urbanos ou industriais ao abrigo da presente lei e obedecem, cumulativamente, ao seguinte:

1.º Serem edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas, especialmente constituídas para os fins dêste diploma ou nêle integradas, por organismos corpora-

tivos ou de coordenação económica, instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas industriais e outras entidades idóneas de direito privado;

2.º Oferecerem boas condições de higiene, solidez e duração, de harmonia com os regulamentos de construção civil e os regulamentos especiais que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações deve publicar para esse efeito;

3.º Terem acesso directo a cada fogo;

4.º Possuírem sistemas de distribuição de água e de esgotos, ligados às redes públicas dos centros urbanos ou a redes privativas;

5.º Terem o máximo de rés-do-chão e três pisos, com o mínimo de três divisões para as habitações de 2.ª classe e de cinco para as de 1.ª classe, além de cozinha, despensa, casa de banho e retrete. Em casos especiais e em percentagem a determinar, aqueles mínimos poderão ser reduzidos respectivamente a duas e quatro divisões;

6.º Não excederem as rendas-base mensais estes limites:

a) Habitações de 1.ª classe:

Em moradia independente . . . . .	500\$00
Em casa de vários fogos . . . . .	400\$00

b) Habitações de 2.ª classe:

Em moradia independente . . . . .	300\$00
Em casa de vários fogos . . . . .	240\$00

§ único. No caso de variação apreciável do custo de construção ou de vida, relativamente aos números-índices à data da presente lei, poderá o Ministro das Finanças, ouvido o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, alterar por despacho estes limites de renda.

#### BASE II

O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvido o do Interior, poderá autorizar a construção de casas de renda económica em agrupamentos ou blocos convenientemente localizados, com boas condições de salubridade.

Cada bloco ou agrupamento deverá dispor de amplo logradouro comum, com arruamento ou arruamentos de serviço, e, excepcionalmente, quando a localização o justificar, deverão ainda prever-se os estabelecimentos comerciais indispensáveis aos respectivos moradores.

#### BASE III

As sociedades cooperativas ou anónimas referidas na base I, n.º 1.º, deverão requerer a aprovação dos seus estatutos ao Ministro das Finanças. A aprovação será concedida por alvará.

§ 1.º Do título de constituição ou modificação das sociedades deverá sempre constar que aos seus accionistas ou sócios não podem ser distribuídos dividendos ou quaisquer lucros que excedam 5 por cento ou a taxa de desconto do Banco de Portugal acrescida de 1,5 por cento, quando superior àquele limite.

§ 2.º A modificação ou extinção voluntária destas sociedades não produzirá quaisquer efeitos enquanto as respectivas deliberações não forem homologadas por despacho do Ministro das Finanças.

#### BASE IV

As casas de renda económica só podem ter os destinos seguintes:

a) As construídas por sociedades cooperativas: arrendamento e venda a prazo ou a prestações, aos sócios;

b) As construídas por sociedades anónimas ou outras entidades idóneas de direito privado: arrendamento, ou venda dentro de um ano da data do certificado definitivo a que se refere a base XVIII;

c) As construídas por organismos corporativos ou de coordenação económica: arrendamento a empregados e assalariados próprios ou das respectivas actividades coordenadas, enquanto estiverem ao seu serviço;

d) As construídas por instituições de previdência social: arrendamento aos nelas inscritos ou a outras entidades;

e) As construídas por empresas concessionárias de serviços públicos e empresas industriais: arrendamento aos respectivos empregados e assalariados, enquanto estiverem ao seu serviço.

§ único. Nos casos das alíneas c) e d) as construções carecem de autorização prévia do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, que poderá subordiná-la às condições que julgar convenientes.

#### BASE V

As vendas a que se referem as alíneas a) e b) da base anterior só poderão ser feitas ao preço máximo de 20 vezes a respectiva renda-base anual:

a) As pessoas que satisfaçam as condições exigidas pela base XXII, quando as casas se encontrem devolutas;

b) Aos arrendatários, no decurso do contrato de arrendamento.

§ 1.º Os arrendatários de moradias independentes terão o direito de as comprar nos termos previstos nesta base em qualquer altura do arrendamento.

§ 2.º No caso de venda a prestações, aplicar-se-ão as tabelas de juros e amortização aprovadas pelo Ministro das Finanças.

§ 3.º No caso previsto no parágrafo anterior poderá aplicar-se a doutrina dos artigos 36.º a 39.º do decreto-lei n.º 23:052, de 23 de Setembro de 1933, com as modificações exigidas pela presente lei.

#### BASE VI

As câmaras municipais deverão prever nos seus planos de urbanização zonas destinadas à construção de casas de renda económica. A respectiva urbanização fica a seu cargo; e naqueles planos serão sempre incluídos locais para edificações de carácter religioso, cultural e assistencial, tendo em conta, quanto possível, a facilidade de transportes.

§ único. São extensivas às expropriações de terrenos destinados à construção de casas de renda económica as disposições do decreto n.º 23:052, de 23 de Setembro de 1933, e legislação complementar, ficando, porém, sempre assegurado o recurso aos tribunais.

#### BASE VII

As câmaras municipais abrirão concurso público para adjudicação dos lotes de terreno urbanizado que se destinem à construção de casas de renda económica.

§ 1.º O concurso será anunciado com a antecedência de, pelo menos, dois meses, e das suas condições constará o preço de venda por metro quadrado de terreno, a planta geral do arranjo previsto, as classes e tipos das casas a construir e a documentação que os concorrentes devam apresentar, a qual incluirá sempre:

Anteprojecto das construções;  
Bases económicas da obra;  
Rendas-base para cada classe e tipo de construção.  
§ 2.º O concurso será documental e para efeitos da adjudicação ter-se-á em conta:

1.º A organização social e económica do empreendimento, designadamente os limites propostos para as rendas-base;

2.º A idoneidade moral e financeira do concorrente;

3.º As características técnicas do anteprojecto.

§ 3.º A apreciação das propostas e a adjudicação serão feitas pela câmara municipal, com a assistência e o parecer de um delegado da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. No caso de discordância entre a câmara e o delegado, será o assunto submetido à apreciação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que decidirá.

§ 4.º Quando as casas de renda económica hajam de ser construídas em terrenos já pertencentes a entidades para tal fim autorizadas, os documentos a que se refere o § 1.º desta base deverão ser apresentados, com o pedido de licença de construção, à respectiva câmara municipal. Neste caso, o encargo da urbanização dos terrenos cabe às entidades proprietárias.

#### BASE VIII

Em casos excepcionais, designadamente quando ficarem desertos os concursos ou nenhum concorrente merecer a adjudicação, poderão as próprias câmaras, mediante prévio acôrdo do Ministro do Interior, ouvido o das Obras Públicas e Comunicações, proceder à construção de casas de renda económica.

Os respectivos projectos deverão ser submetidos à apreciação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, competindo a este a fiscalização da obra e a vistoria final a que se refere a base XVIII.

§ único. As casas de renda económica a que se refere esta base destinam-se de preferência a ser vendidas às entidades mencionadas no n.º 1.º da base I ou a arrendamento ou venda a prazo ou a prestações, directamente a qualquer pessoa nas condições da presente lei, precedendo neste caso autorização especial do Ministro do Interior.

#### BASE IX

São isentas de sisa as primeiras transmissões de terrenos destinados à construção de casas de renda económica, e bem assim as primeiras transmissões das casas às pessoas ou entidades mencionadas na base V e seus parágrafos.

#### BASE X

As casas de renda económica serão isentas de contribuição predial por quinze anos.

§ único. Se durante este período a casa fôr adquirida pelo respectivo morador, o benefício da isenção só subsiste continuando ela a ser habitada pelo adquirente ou seus herdeiros e, no caso de ausência forçada daquele, por novo locatário ou adquirente nas condições exigidas por esta lei, o que será comprovado perante o Ministro das Finanças.

#### BASE XI

A obrigação de renda económica para as casas construídas ao abrigo desta lei com a menção das rendas-base constitui ónus real, não podendo ser concedida a licença de habitação de que trata a base XVIII sem se mostrar feito o registo daquele ónus.

#### BASE XII

As casas de renda económica construídas em terrenos adquiridos nos termos e para os fins desta lei só poderão ser habitadas por famílias nas condições previstas na base XXII, cumprindo às câmaras municipais respectivas, em caso de transgressão, promover sumariamente a desocupação delas.

#### BASE XIII

As sociedades anónimas ou cooperativas que se constituírem para os fins da presente lei serão isentas:

1.º De impostos do sêlo, sobre doações e sucessões e sisa, nos actos necessários à sua constituição, dissolução e liquidação;

2.º De contribuição industrial;

3.º De quaisquer impostos, contribuições ou taxas sobre o dividendo ou rendimento das suas acções e obrigações.

#### BASE XIV

Para fomentar a construção de casas de renda económica poderá a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência conceder empréstimos às entidades construtoras.

§ 1.º A taxa de juro dos empréstimos a que se refere esta base não será superior a 4 por cento ao ano e o prazo de amortização não excederá vinte e cinco anos.

§ 2.º O pedido de concessão de empréstimo será acompanhado de parecer favorável do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

#### BASE XV

Os projectos das casas de renda económica serão submetidos à aprovação das câmaras municipais dos respectivos concelhos, que a poderão negar quando aqueles não obedecerem às características estabelecidas nesta lei ou a sua execução seja incompatível com o plano de urbanização da área destinada à construção que se prevê. A aprovação carece de homologação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

§ único. Da aprovação de cada projecto será passado certificado gratuito e isento de imposto do sêlo, que servirá de licença para a construção, e do qual constará o prazo para execução da obra, prorrogável a pedido dos interessados, por motivos atendíveis e por período não superior ao inicialmente fixado.

#### BASE XVI

Compete às câmaras municipais fiscalizar a construção das casas de renda económica dentro dos respectivos concelhos.

§ 1.º Se a construção não estiver concluída dentro dos prazos do § único da base anterior, a entidade responsável pagará a sisa relativa ao terreno, se este tiver sido adquirido nos termos e para os fins da presente lei, e incorrerá em multa até dez vezes o valor da mesma sisa. Além disso, operar-se-á a transmissão do terreno para a câmara municipal, se o desejar, ou, caso contrário, para o anterior proprietário ou seus herdeiros, mediante o pagamento do preço inicial e do valor das construções já feitas.

§ 2.º Esta disposição não se aplica às empresas mencionadas na alínea e) da base IV quando o terreno não tiver sido adquirido para o fim especial da construção de casas de renda económica.

#### BASE XVII

As casas de renda económica construídas em terrenos adquiridos nos termos e para os fins desta lei não poderão ser dado destino diferente do de habitação. No caso de o ser por facto imputável ao proprietário, perderá este as casas, que reverterão a favor da respectiva câmara municipal, sem direito a indemnização, continuando aquelas sob o regime jurídico estabelecido nesta lei; e se o fôr por facto imputável ao inquilino, ficará este sujeito ao despejo imediato.

§ único. A aplicação destas sanções será feita pela câmara municipal, mediante notificação ao responsável,

que poderá interpor recurso no prazo de dez dias para os tribunais ordinários.

#### BASE XVIII

Concluída a construção de uma casa de renda económica, procederá a câmara municipal, com a assistência de um delegado da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, à respectiva vistoria. A licença de habitação, passada em impresso especial e visada pelos técnicos da câmara e por aquele delegado, constituirá o certificado definitivo da classificação de casa de renda económica, para os efeitos da presente lei. Tanto a vistoria como o certificado serão isentos de quaisquer taxas ou impostos.

§ 1.º Do certificado constará sempre a respectiva renda-base, estabelecida inicialmente.

§ 2.º Se houver motivos que o justifiquem e mediante autorização da câmara municipal, dada sob parecer favorável do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, poderá o senhorio alterar a renda-base até ao limite fixado no n.º 6.º da base I, fazendo-se o correspondente averbamento no certificado.

#### BASE XIX

As casas de renda económica devem ser inscritas na respectiva matriz logo após a sua conclusão, averbando-se a data em que termina a isenção a que se refere o corpo da base X. O rendimento colectável será calculado sobre as respectivas rendas-base, fixando-se em 10 por cento a percentagem para despesas de conservação.

#### BASE XX

As casas de renda económica ficam, para todos os efeitos, abrangidas pelas disposições em vigor nos concelhos respectivos sobre conservação de prédios.

§ único. As licenças das obras serão concedidas gratuitamente durante o período em que a casa estiver isenta de contribuição predial.

#### BASE XXI

O arrendamento das casas de renda económica será sempre feito por escrito, visado pela secção de finanças do concelho ou bairro respectivo, por intermédio da câmara municipal da localidade.

§ 1.º Os contratos de arrendamento serão feitos pelo prazo de um ano, renovável nos termos das disposições em vigor.

§ 2.º A renda contratual nunca excederá a respectiva renda-base.

§ 3.º É proibida a antecipação de renda.

§ 4.º O senhorio pode aumentar a renda contratual até ao limite da renda-base, ou até ao limite fixado no n.º 6.º da base I, se tiver obtido a autorização a que se refere o § 2.º da base XVIII.

Quando pretenda exercer este direito, deve o senhorio avisar o arrendatário, por carta registada com aviso de recepção, sessenta dias, pelo menos, antes do termo do contrato ou de qualquer período de renovação.

Se o arrendatário não quiser sujeitar-se ao aumento, deve pôr imediatamente escritos e entregar a casa despejada no fim do período em curso; se o aumento for aceite, terá o senhorio de o fazer averbar no contrato, nos termos exigidos para o averbamento inicial.

§ 5.º Se o inquilino deixar de pagar as rendas de três meses, poderá o senhorio requerer à câmara municipal que promova o seu despejo, nos termos da presente lei.

#### BASE XXII

Não poderá tomar de arrendamento, por si ou por interposta pessoa, uma casa de renda económica quem

tiver rendimentos superiores a seis vezes a respectiva renda, podendo contudo manter-se na mesma casa enquanto o rendimento total não exceder em 20 por cento aquele limite.

§ 1.º Considera-se rendimento total do inquilino o conjunto dos salários ou vencimentos de carácter permanente, e bem assim quaisquer proventos de bens próprios dos membros do respectivo agregado familiar.

§ 2.º Para a fiscalização do disposto nesta base devem os inquilinos das casas de renda económica declarar, na ocasião do contrato e, posteriormente, em Janeiro de cada ano, a soma dos seus rendimentos, nos termos do parágrafo anterior. As declarações serão feitas aos proprietários das casas, que as transmitirão às câmaras.

§ 3.º As secções de finanças devem prestar às câmaras municipais a máxima colaboração na fiscalização a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º São excluídas do disposto nesta base as casas construídas ao abrigo da alínea e) da base IV.

#### BASE XXIII

Logo que se verifique serem os rendimentos do inquilino superiores aos limites fixados na base anterior, será o mesmo avisado para desocupar a casa no prazo de seis meses e, se o não fizer, a câmara municipal interessada promoverá o despejo.

#### BASE XXIV

É proibida a sublocação total ou parcial das casas de renda económica, sob pena de multa igual à renda de um ano e também de despejo em caso de reincidência.

#### BASE XXV

As câmaras municipais organizarão o cadastro das casas de renda económica construídas nos seus concelhos, por meio de fichas de modelo único, aprovado pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 1.º Para actualização do cadastro serão feitas a cada casa, pelo menos, duas vistorias gratuitas por ano.

§ 2.º De cada vistoria será lavrado auto, anotando-se as respectivas conclusões na ficha do prédio vistoriado.

#### BASE XXVI

Quando se verificar que uma casa de renda económica deixou de ter as características impostas por esta lei, será lavrado auto para efeitos de procedimento.

§ 1.º O senhorio ou inquilino culpado da falta será notificado pela câmara municipal a fim de repor a casa de harmonia com o projecto aprovado.

Quando se verificar, porém, que as alterações beneficiam a casa e cabem nas condições estabelecidas na base I, podem aquelas ser legalizadas pelas câmaras, com o acôrdo do Serviço de Construção de Casas Económicas, incorrendo sempre o responsável na multa por execução de obras sem licença e ficando obrigado a apresentar projecto discriminado das alterações, para juntar ao processo.

§ 2.º O não cumprimento do disposto na primeira parte do parágrafo anterior importará para o inquilino despejo e para o senhorio a multa de 1.000\$ a 5.000\$, que se elevará ao dobro em caso de reincidência, competindo à respectiva câmara municipal fazer restituir a casa às características desta lei, por conta do responsável.

#### BASE XXVII

Quando se verificar que a renda efectivamente cobrada é superior à renda-base, será o senhorio multado

em importância igual ao dôbro do excesso cobrado, mas nunca inferior a 6.000\$; em caso de reincidência, a propriedade da casa reverterá para a câmara municipal, sem prejuízo do regime jurídico estabelecido nesta lei.

**BASE XXVIII**

Das deliberações da câmara municipal, nos casos previstos nas bases XXIII e XXVII e das que ordenarem despejo e impuserem multas nos termos do § 2.º da base XXVI, cabe recurso para os tribunais ordinários, no prazo de dez dias a contar da notificação.

Nos demais casos a que se refere a base XXVI cabe recurso, em igual prazo, para o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que resolverá em definitivo.

**BASE XXIX**

Os despejos promovidos ao abrigo da presente lei serão executados por simples mandado da autoridade administrativa, com intervenção da força pública em caso de necessidade.

**BASE XXX**

As multas aplicadas nos termos deste diploma constituem receita das câmaras municipais, excepto as que

resultem de transgressão das bases XXIV e XXVII, as quais reverterem a favor do Fundo de casas económicas.

**BASE XXXI**

O Governo poderá consignar nos alvarás de concessão de novas instalações industriais a obrigação de construir, em certa proporção e gradualmente, casas de renda económica para os respectivos operários enquanto estiverem ao seu serviço.

**BASE XXXII**

Os Ministros do Interior, das Finanças e das Obras Públicas e Comunicações e o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social resolverão por despacho, dentro da respectiva competência, os casos de dúvida e omissão suscitados pela aplicação da presente lei e aprovarão, mediante portaria, os regulamentos necessários à sua execução.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Maio de 1945.—  
ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

ANEXO D3

Lei n.º 2092, de 9 de abril 1958

9 DE ABRIL DE 1958

213

**Lei n.º 2092**

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

**CAPITULO I**

Da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação

**BASE I**

1. Sem prejuízo da aplicação dos seus capitais pelas demais formas previstas na lei, as caixas sindicais de previdência e as caixas de reforma ou de previdência, bem como as associações de socorros mútuos e as Casas do Povo e suas Federações devem cooperar no fomento da habitação, nos termos previstos na presente lei.

2. A afectação dos capitais das caixas referidas no número anterior ao fomento da habitação far-se-á nos termos seguintes:

a) Construção de casas económicas ou de prédios em regime de propriedade horizontal e de casas de renda económica;

b) Construção ou aquisição de prédios de renda livre;

c) Concessão de empréstimos aos beneficiários para construção, benfeitorias e obras de conservação das suas próprias habitações;

d) Concessão, às entidades patronais contribuintes, de empréstimos para a construção de habitações destinadas aos empregados e assalariados ao seu serviço;

e) Concessão, às Casas do Povo e suas Federações, de empréstimos para a construção de habitações destinadas, quer aos sócios efectivos e outros beneficiários dos fundos de previdência das Casas do Povo, quer às pessoas que sejam equiparadas aos sócios efectivos nos termos do § 1.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 41 286, de 23 de Setembro de 1957.

3. Os capitais das associações de socorros mútuos poderão ser aplicados sob qualquer das formas previstas nas alíneas a) e b) do número anterior.

4. Os capitais das Casas do Povo e suas Federações e os empréstimos por elas contraídos, nos termos da alínea e) do n.º 2 desta base, poderão ser aplicados sob as formas previstas nas alíneas a) e c) do mesmo número.

5. O limite máximo dos capitais globalmente aplicados pelas instituições de previdência nos termos do n.º 2 ou 3 desta base será de 50 por cento do total, sem prejuízo do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946.

**CAPITULO II**

Das casas económicas e dos prédios em regime de propriedade horizontal

**BASE II**

1. As casas económicas a que se refere a base I é aplicável a legislação em vigor sobre casas económicas.

2. A mesma legislação, salvo no que for exclusivamente próprio de moradias, é aplicável aos prédios em regime de propriedade horizontal, também referidos na base I.

**CAPITULO III**

Das casas de renda económica

**BASE III**

1. As casas de renda económica a que se refere a base I regular-se-ão pelo disposto no presente capítulo e na base XVII deste diploma e pelo preceituado nas bases VI, XX, XXIV e XXIX da Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945, e nos artigos 6.º a 9.º e § 3.º do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946.

2. Quando as casas forem dispostas em agrupamentos ou blocos e a localização o justifique, deverá prever-se a instalação dos estabelecimentos comerciais indispensáveis.

3. As casas de renda económica já construídas pelas instituições de previdência na data da publicação do presente diploma, é extensivo o regime estabelecido neste capítulo.

**BASE IV**

As rendas serão fixadas por deliberação das instituições proprietárias, sujeita a homologação do Ministro das Corporações e Previdência Social, que poderá ouvir o Conselho Superior da Previdência Social.

**BASE V**

Na fixação das rendas, deverá especialmente considerar-se o custo global das edificações do respectivo programa de construção, a rentabilidade dos capitais investidos, a capacidade económica da generalidade dos pretendentes, o nível das rendas na localidade, bem como o interesse social em obter, por via de compensação de encargos, os ajustamentos exigidos pelas circunstâncias particulares dos diversos casos.

**BASE VI**

1. A actualização das rendas é permitida:

a) Quando se registre variação apreciável do custo da construção ou do custo de vida;

b) Quando se verifique sensível melhoria na situação económica do agregado familiar do inquilino.

2. As rendas não poderão ser modificadas antes de decorridos cinco anos sobre o início do arrendamento ou da última actualização.

3. No caso previsto na alínea a) do n.º 1 desta base, o critério a seguir fundamentar-se-á nos índices publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e atenderá também à situação económica do agregado familiar.

4. A actualização das rendas fica sujeita à homologação do Ministro das Corporações e Previdência Social, que poderá ouvir o Conselho Superior da Previdência Social.

5. Quando a instituição proprietária pretenda exercer o direito previsto no n.º 1 desta base, deve avisar o arrendatário, por carta registada com aviso de recepção, pelo menos noventa dias antes do termo do contrato ou de qualquer período de renovação.

Se o arrendatário não quiser sujeitar-se ao aumento, deve pôr escritos imediatamente e entregar a casa despejada no fim do período em curso; se o aumento for aceite, terá a instituição de o fazer averbar no contrato.

**BASE VII**

1. Gozam de preferência na atribuição das habitações os beneficiários ou sócios cujos agregados familiares tenham rendimentos não inferiores a três vezes e meia nem superiores a seis vezes a renda a pagar, ou ao produto da renda pelo número de pessoas do agregado quando este seja composto de mais de seis pessoas.

2. Constituem rendimento do agregado familiar os vencimentos ou salários, abonos, subvenções ou suplementos do chefe de família e dos demais componentes do agregado, e bem assim quaisquer outros rendimentos de carácter não eventual, exceptuado unicamente o abono de família.

3. Para os efeitos do disposto nesta base, entende-se por agregado familiar o conjunto das pessoas ligadas

entre si por qualquer grau de parentesco, vivendo habitualmente em comunhão de mesa e habitação com o chefe da família.

#### BASE VIII

1. As casas de renda económica podem ser transformadas em prédios em regime de propriedade horizontal, desde que os arrendatários o requeira e estejam nas condições previstas na legislação sobre casas económicas.

2. A transformação de regime prevista no número anterior pode operar-se separadamente em relação a cada inquilino.

### CAPÍTULO IV

#### Dos prédios de renda livre

##### BASE IX

1. A construção ou aquisição de prédios de renda livre depende de autorização do Ministro das Corporações e Previdência Social, que poderá ouvir o Conselho Superior da Previdência Social.

2. A autorização prevista no número anterior só poderá ser concedida na medida em que, por via de compensação de encargos, o investimento se destine ao fomento da construção de casas económicas, de prédios em regime de propriedade horizontal e de casas de renda económica.

3. Os prédios de renda livre estão sujeitos à legislação geral do inquilinato.

### CAPÍTULO V

#### Dos empréstimos em geral

##### BASE X

1. Os empréstimos previstos na base I serão concedidos de harmonia com as regras que forem estabelecidas pelas instituições interessadas e aprovadas pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, ouvido o Conselho Superior da Previdência Social.

2. Os empréstimos previstos no número anterior poderão atingir o equivalente a 70 por cento do custo provável das construções, mas com o limite máximo, por habitação, dos custos relativos às casas económicas das classes e tipos mais adequados aos rendimentos e agregados familiares dos pretendentes ou, no caso de empréstimos às entidades patronais, dos presumíveis beneficiários.

3. Os empréstimos só podem ser concedidos se os interessados possuírem terrenos em condições apropriadas.

##### BASE XI

1. Os empréstimos serão amortizados no prazo máximo de vinte e cinco anos, excepto quando concedidos às entidades patronais contribuintes, caso em que o prazo não poderá exceder vinte anos.

2. Os empréstimos vencem o juro líquido de 4 por cento ao ano e serão amortizados, acrescidos dos respectivos juros e demais encargos previstos neste diploma, em prestações iguais.

3. O mutuário pode ser autorizado a antecipar a amortização, total ou parcialmente.

##### BASE XII

1. Os créditos provenientes dos empréstimos gozam de privilégio imobiliário, com preferência a quaisquer outros.

2. As entidades mutuantes podem exigir outras garantias como condição para a abertura dos créditos.

##### BASE XIII

1. A concessão dos empréstimos será precedida da apresentação às instituições mutuantes dos projectos de construção ou beneficiação, para que elas os apreciem e possam verificar a conformidade dos pedidos com o disposto no n.º 2 da base x. Os projectos, depois de aprovados nos termos da lei, devem ser presentes às mesmas instituições, às quais incumbe a marcação dos prazos para a execução das obras.

2. As instituições mutuantes podem fornecer aos interessados, quando estes o solicitem, projectos para as construções ou benfeitorias pretendidas e prestar-lhes a assistência técnica compatível com as possibilidades dos seus serviços.

##### BASE XIV

As instituições credoras podem promover, à custa dos mutuários, as obras necessárias à conservação das casas, se aqueles, depois de avisados, as não efectivarem.

##### BASE XV

As casas construídas mediante a concessão de empréstimos são inalienáveis e impenhoráveis durante o período normal da amortização, salvo para execução das dívidas provenientes dos mesmos empréstimos e da respectiva contribuição predial.

##### BASE XVI

No caso de expropriação do imóvel, a entidade expropriante responde pela integral e imediata liquidação do empréstimo, sem prejuízo da indemnização devida ao mutuário.

##### BASE XVII

1. A inscrição do prédio na matriz será feita dentro dos quinze dias seguintes à passagem da licença de habitação, de cujo certificado deverá sempre constar ter sido a casa construída ao abrigo desta lei.

Do registo devem constar os averbamentos das datas em que terminam a isenção da contribuição predial, nos termos da base xxx, e a amortização do empréstimo, para efeitos do disposto na base xv.

2. A descrição do prédio e a inscrição do respectivo direito no registo predial serão feitas officiosamente, com base nas informações que a secção de finanças deverá fornecer à conservatória competente, nos quinze dias subsequentes à inscrição na matriz.

Do registo constará a indicação do regime especial a que o prédio fica sujeito, nos termos do presente diploma.

### CAPÍTULO VI

#### Dos empréstimos aos beneficiários ou sócios e seus equiparados

##### BASE XVIII

1. Dos empréstimos a conceder pelas instituições de previdência, nos termos da alínea c) do n.º 2 da base i, e pelas Casas do Povo e suas Federações, nos termos da alínea e) do n.º 2 da base i e do n.º 4 da mesma base, só podem beneficiar os interessados que reúnam as seguintes condições:

- a) Contem, pelo menos, um ano de inscrição;
- b) Sejam chefes de família;
- c) Tenham idade não superior a 40 anos;
- d) Sejam aprovados em exame médico;
- e) Tenham bom comportamento moral, profissional e civil;
- f) Gozem de estabilidade de emprego.

2. Quando se destine à construção, o empréstimo não poderá ser concedido se o pretendente possuir habitação própria em condições adequadas ao alojamento do agregado familiar.

3. O limite fixado na alínea c) do n.º 1 desta base poderá ser ampliado para 45 ou 55 anos, conforme se trate de empréstimos para construção ou de empréstimos para benfeitorias e obras de conservação, desde que o prazo da amortização não exceda o número de anos que falem ao mutuário para atingir a idade de 65 anos ou, tratando-se de beneficiários de caixas sindicais de previdência ou de caixas de reforma ou previdência, a idade de reforma por velhice estabelecida nos respectivos estatutos.

#### BASE XIX

1. As caixas sindicais de previdência e caixas de reforma ou previdência poderão ser atribuídas, pelo Fundo Nacional do Abono de Família, participações reembolsáveis, destinadas a atenuar os encargos resultantes dos empréstimos concedidos aos beneficiários que, em função dos seus rendimentos, se proponham construir as suas habitações, quando estas não sejam de custo superior ao das casas económicas das classes *a* e *A*.

2. As participações previstas no número anterior serão atribuídas com juro inferior a 4 por cento ao ano e por força dos saldos anuais que se verifiquem no Fundo, depois de assegurada a sua função específica de compensação de abono de família entre os resultados das gerências da modalidade de abono de família das caixas sindicais de previdência, das caixas de reforma ou previdência e das caixas de abono de família.

#### BASE XX

1. A morte e a invalidez permanente e absoluta do mutuário extinguem o débito relativo às prestações vencidas.

2. No cálculo das prestações mensais, tomar-se-ão em conta os encargos da cobertura dos riscos previstos nesta base.

#### BASE XXI

1. No decurso do período normal de amortização, a casa só pode ser destinada a habitação do agregado familiar do mutuário, salvo se, por circunstâncias ponderosas, este tiver de mudar de residência.

2. O beneficiário a quem sejam facultados empréstimos destinados à construção não poderá aproveitar da concessão de novos créditos para o mesmo fim, nem ser admitido a concurso para a atribuição de casas económicas ou casas de renda económica construídas com capitais do Estado ou das instituições referidas na base *x*.

3. Do disposto no número anterior exceptua-se o caso de perda do prédio, podendo então ser facultado novo empréstimo, mas limitado à importância correspondente à diferença entre o valor recebido pela perda do prédio e o custo provável da nova construção.

### CAPÍTULO VII

#### Dos empréstimos às entidades patronais

#### BASE XXII

As rendas das casas construídas pelas entidades patronais contribuintes, ao abrigo das disposições do presente diploma, serão estabelecidas por acordo com as instituições mutantes, homologado pelo Ministro das

Corporações e Previdência Social, que poderá ouvir o Conselho Superior da Previdência Social.

#### BASE XXIII

1. A transferência da exploração envolve sempre a sub-rogação em todas as obrigações provenientes do empréstimo.

2. Se a transferência da exploração for parcial, a sub-rogação prevista no número anterior dar-se-á apenas na parte respeitante às habitações afectas ao pessoal empregado na parte transferida.

#### BASE XXIV

1. Sempre que pelas instituições de previdência seja facultada a abertura de créditos nos termos desta lei e a precariedade das condições locais de alojamento o imponha, pode, por despacho do Ministro das Corporações e Previdência Social, ser determinada às empresas de reconhecida capacidade económica a construção de habitações destinadas aos seus trabalhadores.

2. O uso da faculdade prevista nesta base será sempre precedido de inquérito habitacional em que participará, para efeitos da parte final do número anterior, um delegado do Ministério da Economia.

### CAPÍTULO VIII

#### Dos empréstimos às Casas do Povo e suas Federações e da acção destes organismos no fomento da habitação

#### BASE XXV

Os empréstimos previstos na alínea *e*) do n.º 2 da base *x* serão concedidos por intermédio da Junta Central das Casas do Povo e servir-lhes-á de garantia o Fundo Comum das Casas do Povo, sem prejuízo do disposto na base *xii*.

#### BASE XXVI

A construção pelas Casas do Povo ou suas Federações de moradias em regime de propriedade resolúvel ou de arrendamento, a aceitação de empréstimos das instituições de previdência ou a concessão de créditos aos sócios efectivos ou equiparados que se proponham construir ou beneficiar as suas próprias casas, nos termos do disposto na base *x*, carecem de concordância prévia da Junta Central das Casas do Povo, à qual incumbe aprovar os programas anuais de construção e velar pela execução, na parte aplicável, dos preceitos desta lei e seus regulamentos.

#### BASE XXVII

1. A construção das habitações destinadas aos sócios efectivos das Casas do Povo ou seus equiparados, em qualquer das modalidades previstas nesta lei, poderá beneficiar do auxílio financeiro do Fundo Nacional do Abono de Família, por meio de subsídios ou de empréstimos sem juro.

2. O auxílio financeiro previsto no número anterior será atribuído por força dos saldos anuais que se verifiquem no Fundo, depois de assegurada a sua função específica de compensação de abono de família entre os resultados das gerências da modalidade de abono de família das caixas sindicais de previdência, das caixas de reforma ou previdência e das caixas de abono de família.

3. Os empréstimos ou subsídios a que esta base se refere não poderão exceder, em cada ano, 50 por cento do saldo do Fundo nesse mesmo ano.

**CAPÍTULO IX**

**Dos terrenos para construção**

**BASE XXVIII**

1. As câmaras municipais são obrigadas a reservar nos seus planos de urbanização as zonas necessárias para a construção de habitações económicas nos termos desta lei.

2. Nas vendas de terrenos para edificação de habitações, as câmaras municipais destinarão anualmente às construções aludidas no número anterior, dentro das zonas reservadas nos termos do mesmo número, os lotes necessários à execução dos programas aprovados pelo Governo.

3. Os preços dos terrenos destinados aos fins previstos nesta base não poderão exceder os estabelecidos para casas económicas ou, tratando-se de casas de renda económica ou de habitações construídas no regime de empréstimos, os preços médios da sua aquisição, acrescidos dos encargos de urbanização das áreas directamente afectadas à construção.

4. As instituições interessadas poderão requerer, por via administrativa, a anulação dos actos preparatórios da alienação de terrenos com inobservância do disposto nesta base.

**BASE XXIX**

1. As instituições de previdência, as Casas do Povo e suas Federações e as empresas aludidas na base XXIV que não disponham de terrenos próprios poderão beneficiar da declaração de utilidade pública e promover as expropriações dos terrenos necessários à construção de habitações nos termos desta lei, de harmonia com a legislação em vigor.

2. As instituições de previdência, as Casas do Povo e as suas Federações poderão ceder terrenos aos respectivos beneficiários para a construção das suas próprias habitações, de harmonia com os programas aprovados. Estas cedências serão feitas pelo preço de aquisição, acrescido dos encargos imputáveis.

3. Se as expropriações tiverem de abranger áreas necessárias à construção de arruamentos, as parcelas para este efeito serão cedidas aos municípios pelo preço de custo e com pagamento nas condições superiormente fixadas.

**CAPÍTULO X**

**Das isenções fiscais**

**BASE XXX**

1. As casas de renda económica construídas ao abrigo da presente lei e todas as casas construídas mediante empréstimos previstos neste diploma gozam de isenção de contribuição predial por quinze anos, a contar da data em que forem consideradas em condições de habitabilidade.

2. São isentas de sisa as transmissões dos terrenos destinados à construção de casas de renda económica

e bem assim a primeira transmissão das habitações referidas na base VIII.

3. Os juros dos capitais mutuados nos termos desta lei são isentos do imposto sobre a aplicação de capitais.

4. As vistorias às casas construídas ao abrigo desta lei, bem como as licenças de habitação e respectivos certificados, são isentos de quaisquer taxas ou impostos.

5. Pela escritura de constituição dos empréstimos não é devido imposto do selo e os emolumentos dos notários são reduzidos a metade dos previstos na respectiva tabela.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Abril de 1958.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar.

**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**

**Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar**

**Comissão Executiva**

**Missão para o estudo da atracção das grandes cidades e do bem-estar rural no ultramar português**

**Orçamento de receita e despesa para 1958**

**Receita**

**CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo 1.º «Dotação em conta da verba inscrita no orçamento geral da província de Angola, nos termos do artigo 42.º, alínea b), n.º 4), do Decreto n.º 41 388, de 22 de Novembro de 1957, para 1958»	120.000\$00
Artigo 2.º «Dotação em conta da verba inscrita no orçamento geral da província de Moçambique, nos termos do artigo 68.º, alínea c), do Decreto n.º 41 388, de 22 de Novembro de 1957, para 1958»	250.000\$00
Artigo 3.º «Dotação em conta da verba inscrita no capítulo 13.º, artigo 119.º, n.º 1), do orçamento do Ministério do Ultramar para 1958»	30.000\$00
	400.000\$00

**Despesa**

**CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	219.400\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	34.000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	146.600\$00
	400.000\$00

O Chefe da Missão para o Estudo da Atracção das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural no Ultramar Português, José Diogo Sampayo d'Orey.

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 31 de Março de 1958.— O Presidente, J. Carrington Simões da Costa.

Aprovado.— Em 1 de Abril de 1958.— Pelo Ministro do Ultramar, Carlos Krus Abecasis, Subsecretário de Estado do Ultramar.

## ANEXO E

### Catologação dos Processos de Obra Albarraque, Câmara Municipal de Sintra

#### ANEXO E1: Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco

##### ANEXO E1.1 Catalogação Processo de Obra Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco

Tabela 1 - Processo de Obra Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco

Tipo documento	Nome da Peça/ Assunto	Escala	Data	Fonte	
Pedido deferimento	Construção dos edifícios para Tipografia e Armazéns Diversos	-	7 novembro 1960	Arquivo Intermediário C.M. Sintra	
Memória descritiva	Tipografia e Armazém de Diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco	-	novembro 1960	Processo IZ789/1960	
Desenhos	Planta geral de localização	Centro de <del>Projecção</del> CUF	1/2000	novembro 1960	Arquivo Intermediário C.M.S.
	Tipografia e armazém de diversos - planta ao nível do pavimento		1/200		
	Tipografia e armazém de diversos - planta ao nível das janelas		1/200		
	Tipografia e armazém de diversos - plantas		1/100		
	Tipografia e armazém de diversos - Alçados e Cortes		1/100		
	Tipografia e armazém de diversos - Alçados		1/100		
	Armazém alfandegado do tabaco - Planta ao nível do pavimento		1/200		
	Armazém alfandegado do tabaco - Planta ao nível das janelas		1/200		
	Armazém alfandegado do tabaco - alçados		1/200		
	Armazém alfandegado do tabaco - alçado do topo e corte transversal		1/200		
	Tipografia e armazém de diversos - planta de fundações e estrutura da cobertura		1/200		
	Tipografia e armazém de diversos - abóboda da cobertura		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - pórtico 1		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - pórtico 2		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - pórtico 3		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - pórtico 4, 5, e 6		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - Pormenor de betão armado dos anexos e cais		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - Planta de fundação e estruturas da cobertura		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - abóboda da cobertura		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - pórtico 1		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - pórtico 2		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - pórtico 3		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - pórtico 4, 5 e 6		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - planta de rede de água		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - instalação de bocas de incêndios interiores		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - planta da rede de esgotos de águas negras		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - pormenores da rede de esgotos de águas negras		1/20		
	Armazém alfandegado de tabaco - instalação de bocas de incêndios interiores		1/20		
	Tipografia, armazém de diversos e armazém alfandegado do tabaco - pormenores da rede de abastecimentos de águas a bocas de incêndio		1/20		
	Tipografia, armazém de diversos - Planta de cobertura. Águas pluviais		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - planta da cobertura. Águas pluviais		1/20		
	Tipografia e armazém de diversos - planta de esgoto de águas pluviais ao nível do pavimento		1/20		
	Armazém alfandegado do tabaco - planta de esgoto de águas pluviais ao nível do pavimento		1/20		
Tipografia, armazém de diversos e armazém alfandegado do tabaco - pormenores do esgoto de águas pluviais		1/20			
Tipografia, armazém de diversos e armazém alfandegado de tabaco - raios e soleira da porta de depósitos de produto inflamáveis		1/20			
Tipografia, armazém de diversos e armazém alfandegado do tabaco - janelas exteriores - pormenor		1/20			

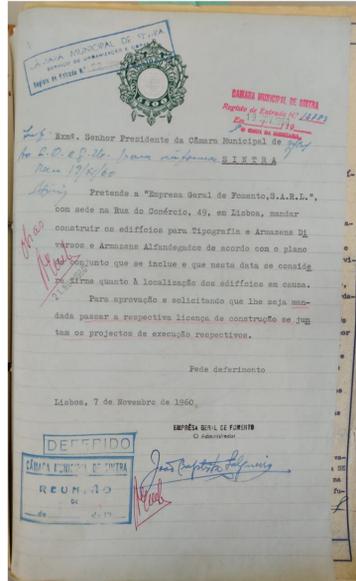
ANEXO E1.2 Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco  
Desenhos

*Legendas Anexo E 1.2*

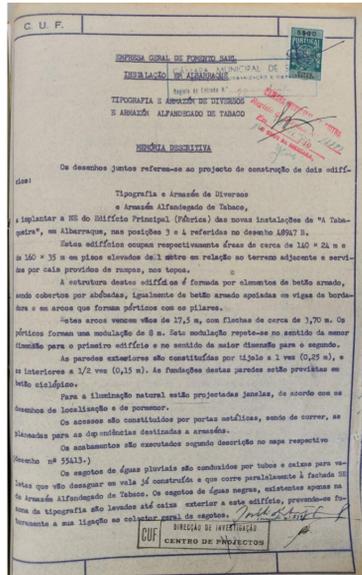
---

<i>E1.2.1 a E1.2.4</i>	Memória descritiva Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco, 1960
<i>E1.2.5</i>	Plano de Conjunto a Tabaqueira, Albarraque, 1960
<i>E1.2.6</i>	Planta nível pavimento: Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco, 1960
<i>E1.2.7</i>	Alçados e Cortes: Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco, 1960
<i>E1.2.8</i>	Alçados: Tipografia e Armazém de diversos

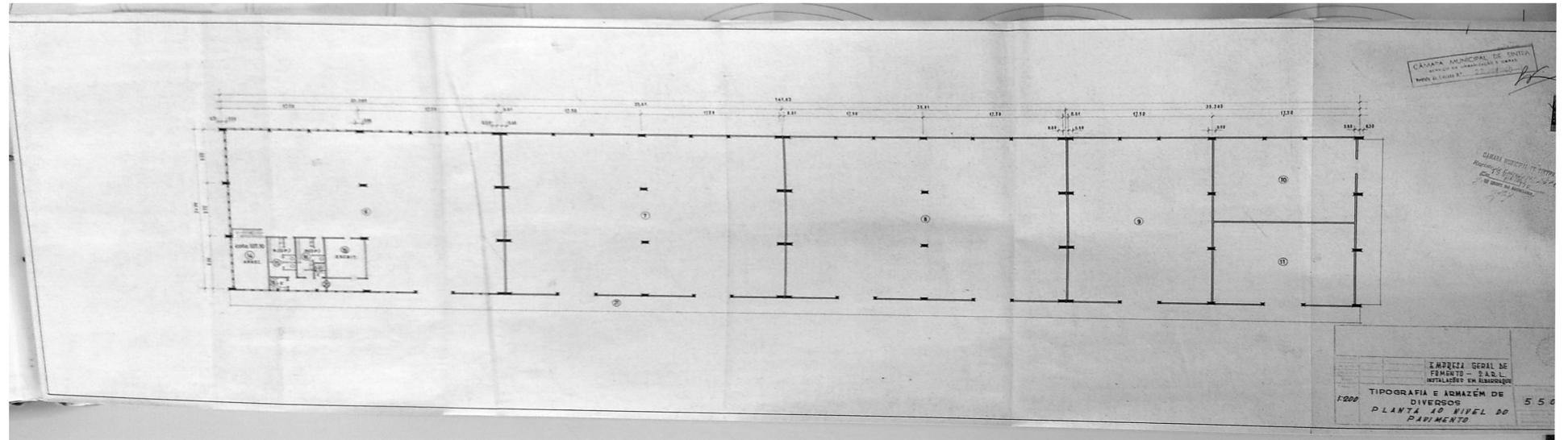
ANEXO E1.2: Tipografia, Armazém de Diversos e Armazém Alfandegado de Tabaco



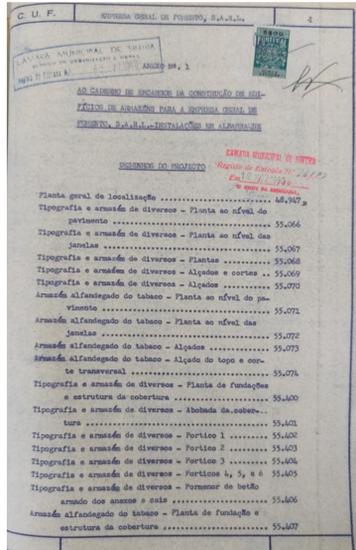
E1.2.1



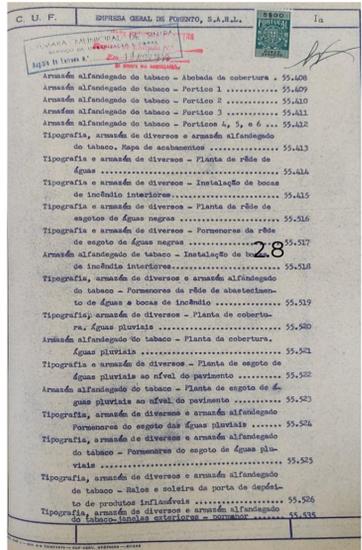
E1.2.2



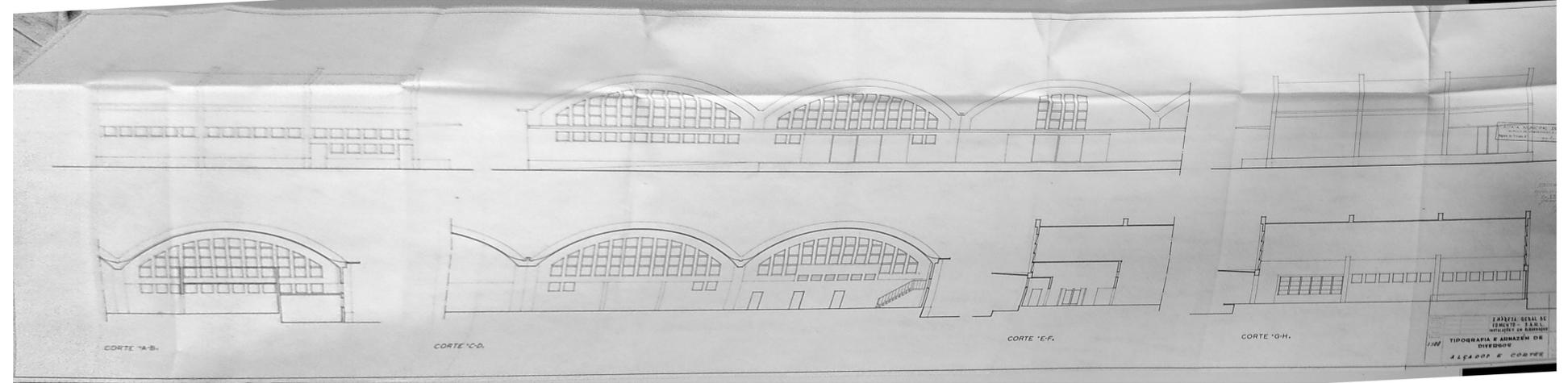
E1.2.6



E1.2.3



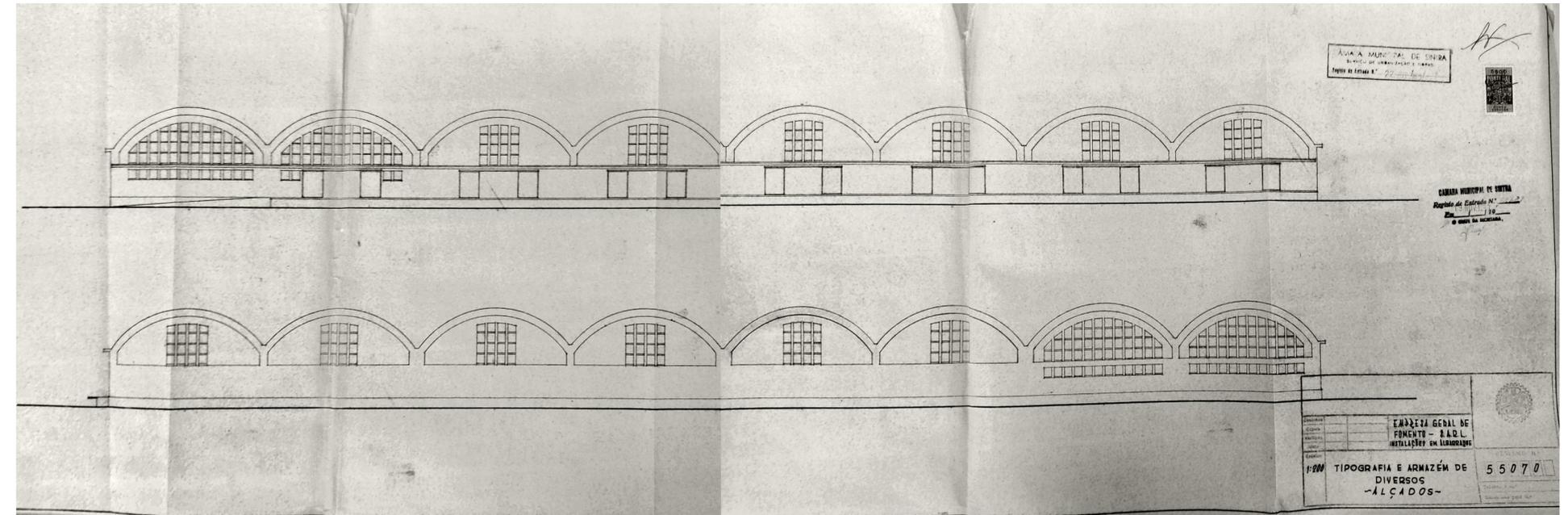
E1.2.4



E1.2.7



E1.2.5



E1.2.8

ANEXO E2.1 Refeitório

ANEXO E2.1 Catalogação Processo de Obra Refeitório

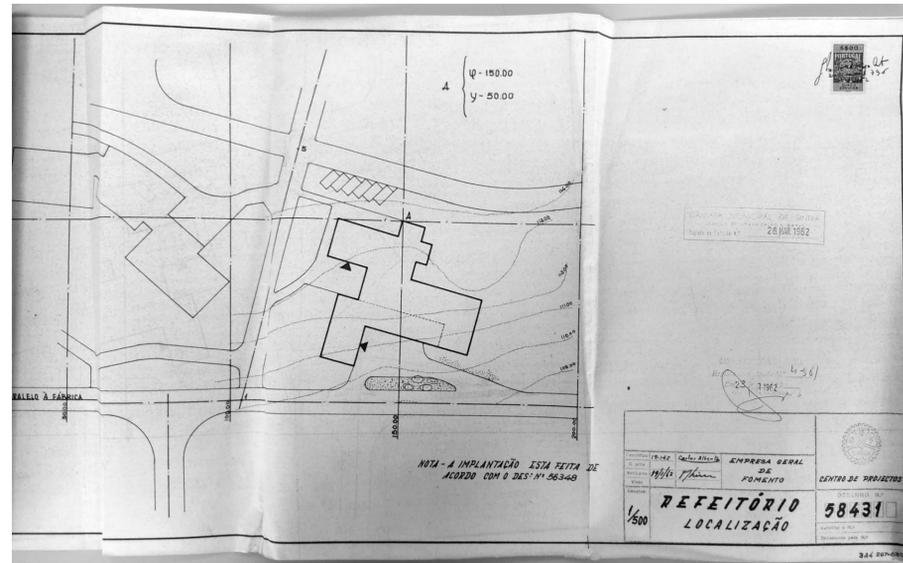
Tabela 2 - Catalogação Processo de Obra Refeitório

	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>
	Pedido deferimento	Construção de refeitório para pessoal da Nova Fábrica de Albarraque	Empresa Geral de Fomento	12 março 1962	Arquivo Intermédio C.M. Sintra Processo 4561/62
		Memória descritiva?			
REFEITÓRIO	Desenho	Refeitório localização	Centro de Projectos CUF	1/500	março 1962
		Refeitório planta cave		1/100	
		Refeitório – planta de rés-do-chão		1/100	
		Refeitório – planta de cobertura		1/100	
		Refeitório – Cortes		1/100	
		Refeitório – Alçados		1/100	
		Refeitório – Planta de fundações		1/100	
		Refeitório – localização estruturas do 1º piso		1/100	
		Refeitório – localização estruturas do 2º piso		1/100	
		Refeitório – estruturas pórticos I-II		1/20	
		Refeitório – vigas		1/20	
		Refeitório – estudo de estabilidade betão armado de um refeitório		1/100	
		Outros desenhos		1/100	
				1/20	

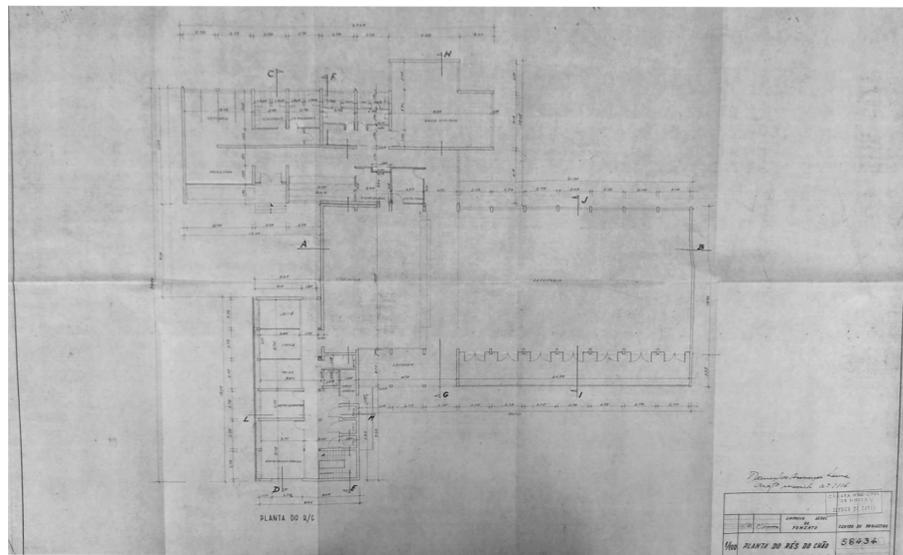
ANEXO E2.2 Desenhos

Legendas Anexo E2.2 - Refeitório

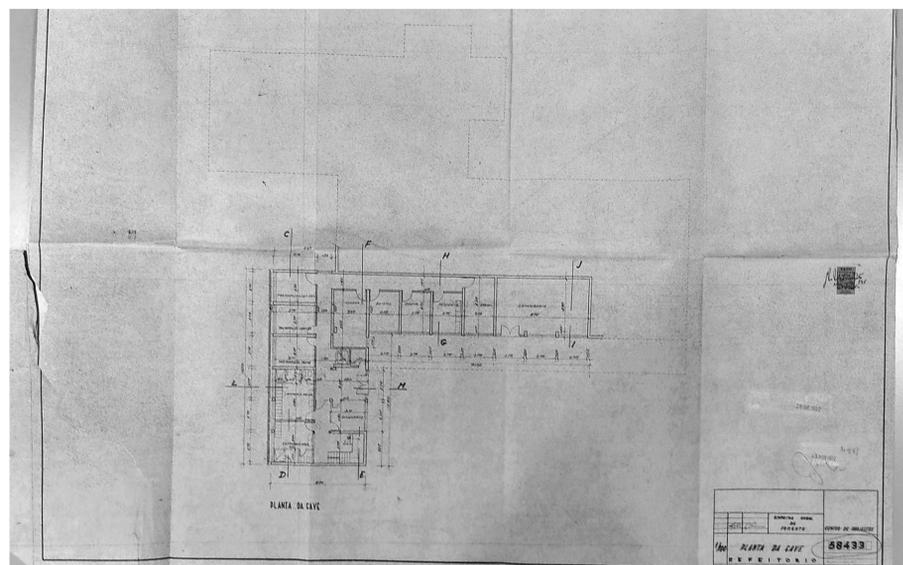
E2.1	Planta de localização
E2.2	Planta R/C
E2.3	Planta Cave
E2.4	Alçados
E2.5	Cortes



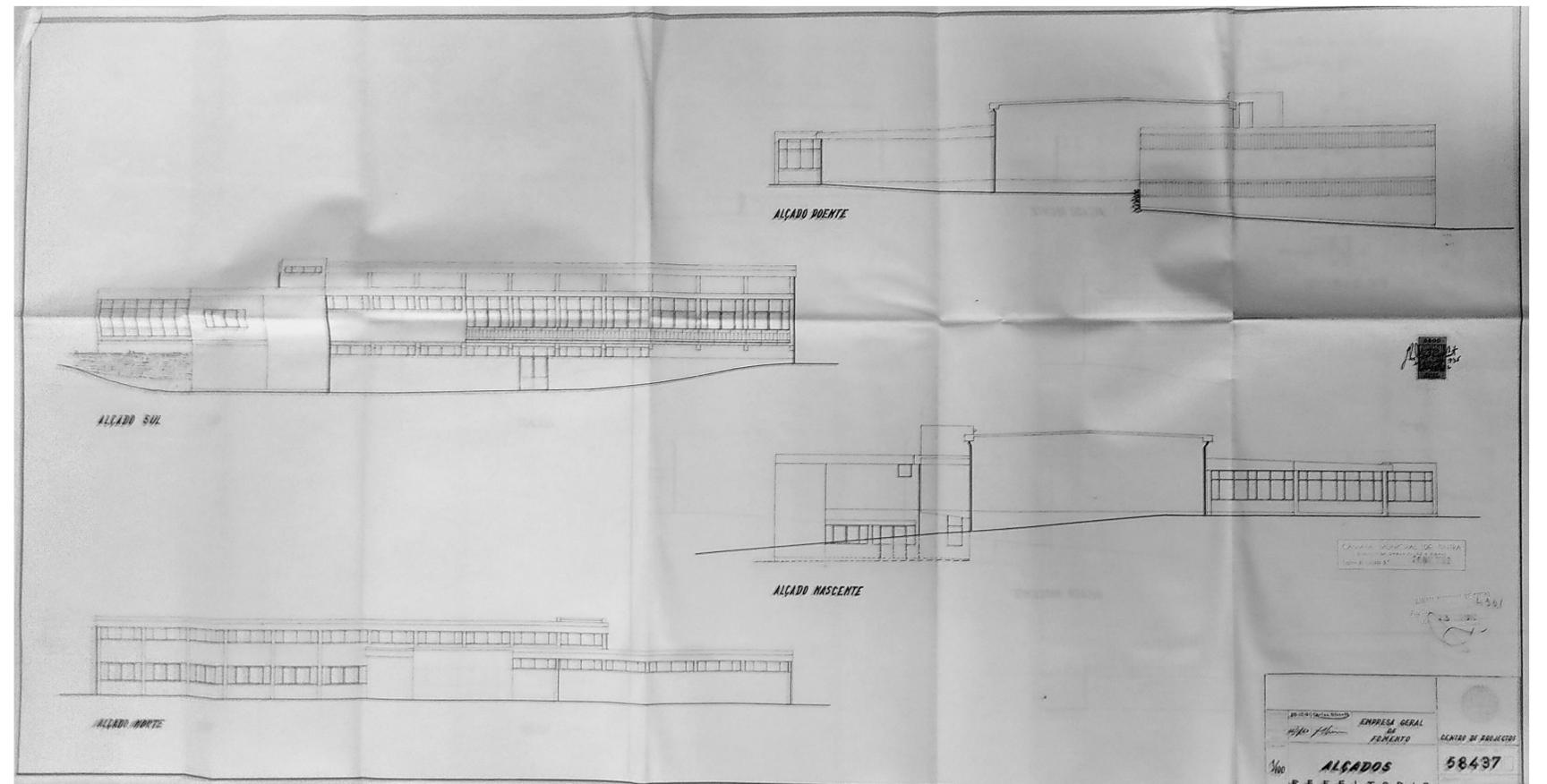
E.2.2.1



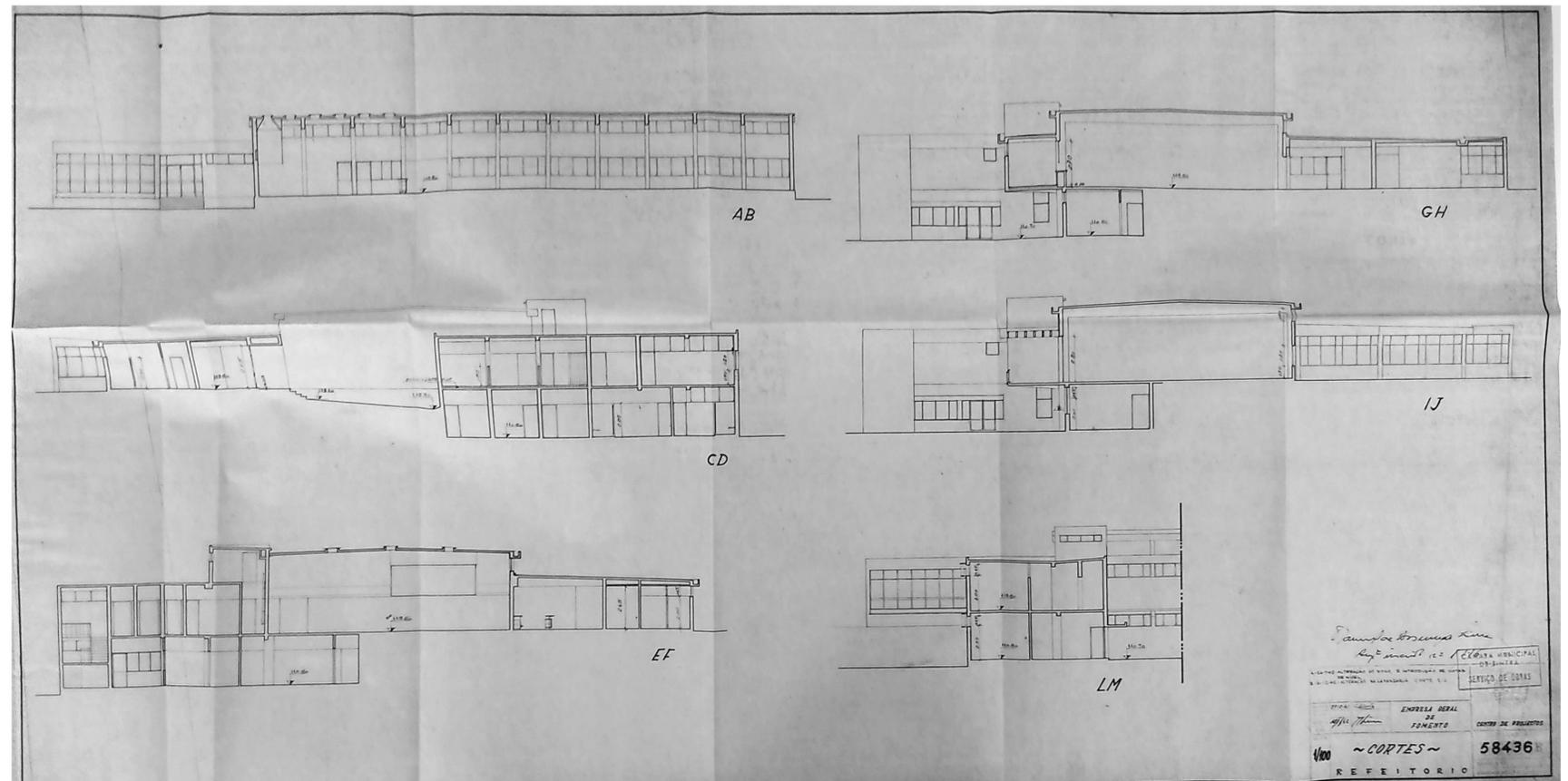
E.2.2.2



E.2.2.3



E.2.2.4



E.2.2.5

ANEXO E3.1 Igreja

ANEXO E3.1 Catalogação Processo de Obra Igreja

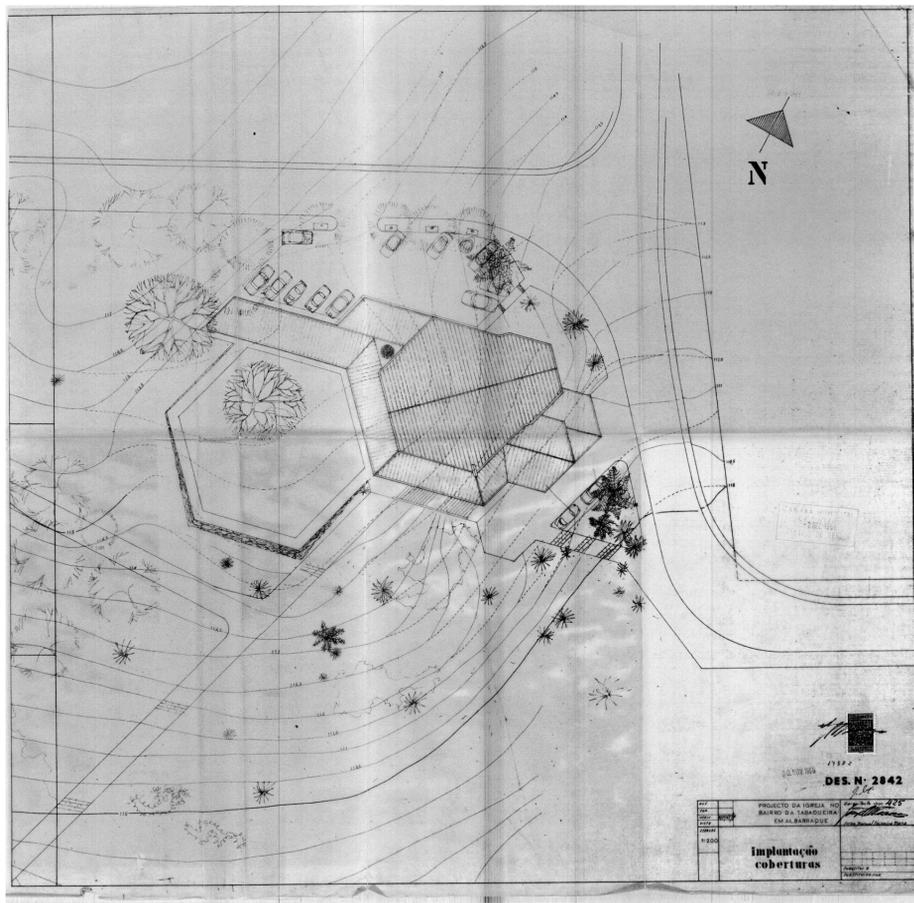
Tabela 21 - Catalogação Processo de Obra Igreja

	Tipo documento	Nome da Peça/ Assunto	Arquiteto	Escala	Data	Fonte	
	Pedido de deferimento	Construção de uma Igreja honorários <u>Arquitecto</u> Jorge Manuel Teixeira Viana	A Tabaqueira S.A.R.L.		18 dezembro 1964	Arquivo Intermédio C.M.S. Processo 6/1965	
	Memória descritiva e justificativa	<u>Projecto</u> de uma a construir no Bairro de "A Tabaqueira" em Albarraque	<u>Arquitecto</u> Jorge Viana	-	dezembro 1964	Arquivo Intermédio C.M. S. Processo 6/1965	
IGREJA	Desenho	<u>Projecto</u> da Igreja no Bairro da Tabaqueira em Albarraque – implantação cobertura	<u>Arquitecto</u> Jorge Viana		1/200		
		Planta de R/C			1/100		
		Planta cave					
		Corte AB				1/100	
		Corte CD					
		Alçado N				1/100	
		Alçado SE					
		Alçado SO			1/100		
		Alçado S					
	Memória Descritiva	<u>Projecto</u> de Estabilidade		-		Arquivo Intermédio C.M.S. Processo 6/1965	
		Outros desenhos					

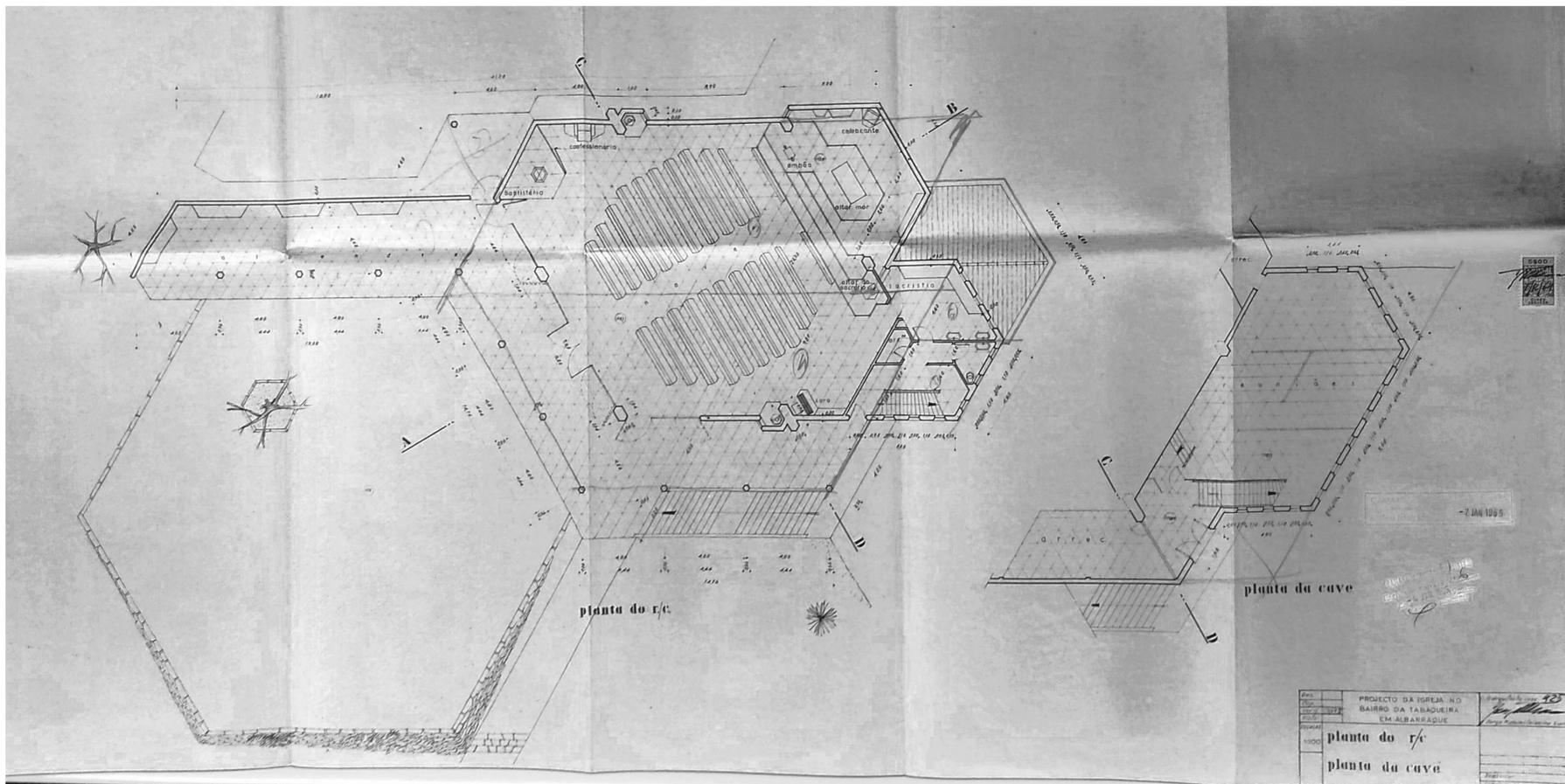
ANEXO E3.2 Desenhos

*Legendas Anexo E3.2 - Igreja*

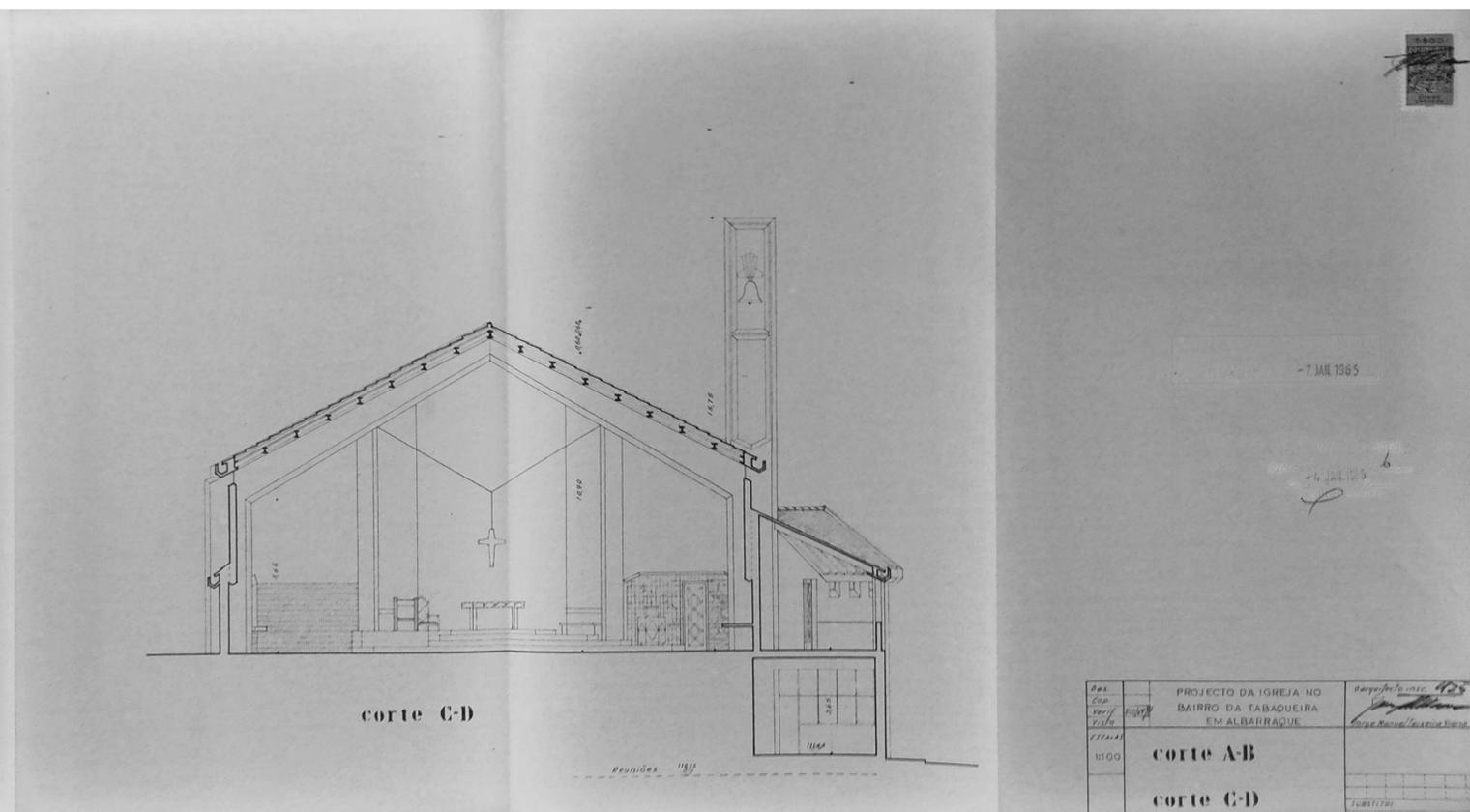
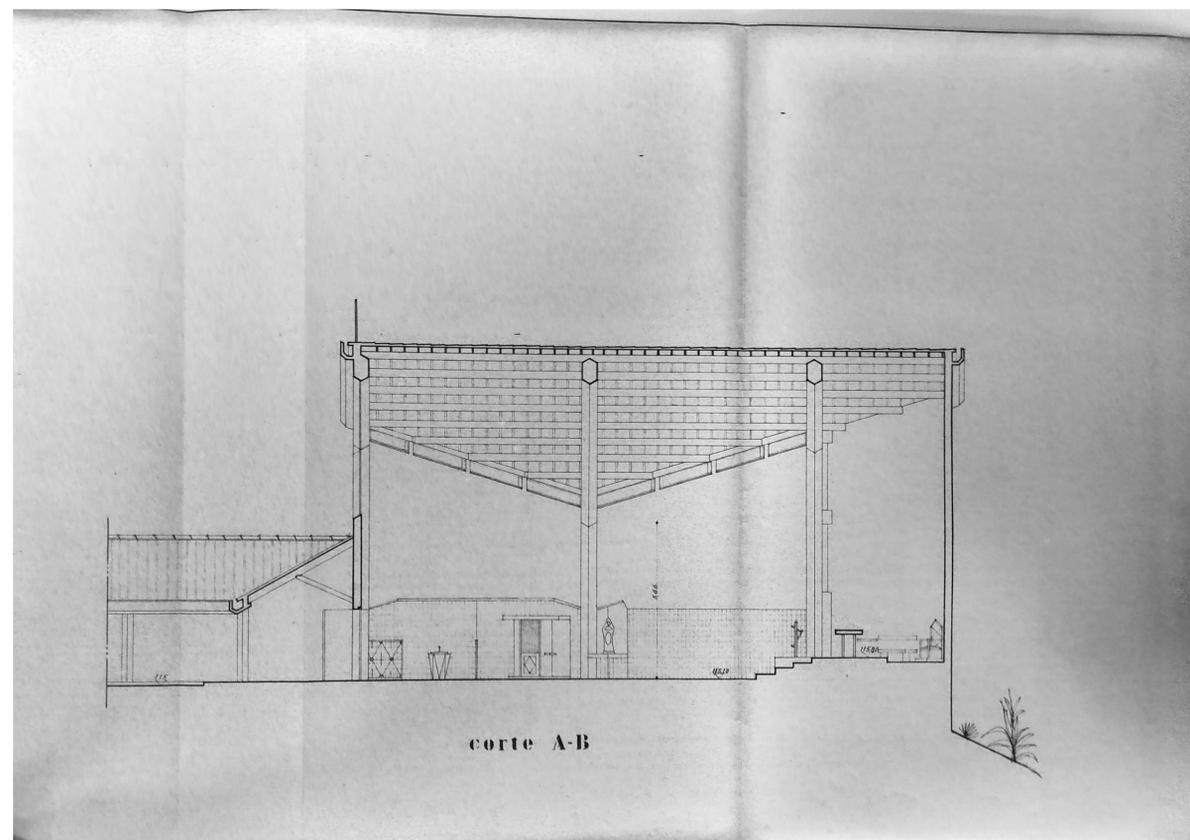
E3.2.1	Implantação coberturas
E3.2.2	Planta R/C e planta Cave
E3.2.3	Cortes AB e CD
E3.2.4 a E3.2.11	Memória descritiva
E3.2.12	Alçados N e SE
E3.2.13	Alçados SO e S



E.3.2.1



E.3.2.2



E.3.2.3

ANEXO E 3.2: Igreja

PROPOSTA DE SUA IGREJA, A COMISSÃO DO BAIRRO DO TABAQUEIRA EM ALBARAQUE

II - OBJETIVOS

O problema de localização foi estudado em conjunto com o Professor-Chefe do Projeto Arquitetónico S.A.B.N. porque, ao longo da obra, a construção de edifícios de habitação social, com o equipamento social, tem de relacionar-se com o equipamento social, tendo em vista a sua localização.

Por outro lado, tendo a Igreja, segundo o programa, de ser um edifício de carácter religioso e cultural, foi necessário que ela pudesse estabelecer um contacto com o equipamento social e com o equipamento cultural.

De facto, tendo em vista a localização, a Igreja, para além de ser um edifício de carácter religioso e cultural, tem de ser um edifício de carácter social e cultural, tendo em vista a sua localização.

Tudo o equipamento, incluindo a paróquia, a escola, o centro cultural, o centro social, etc., ficam assim dispostos em torno de um eixo longitudinal principal e secundário a partir do qual se estabelece o contacto com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.4

II - OBJETIVOS

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.5

tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.6

tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.7

tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.8

tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.9

tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.10

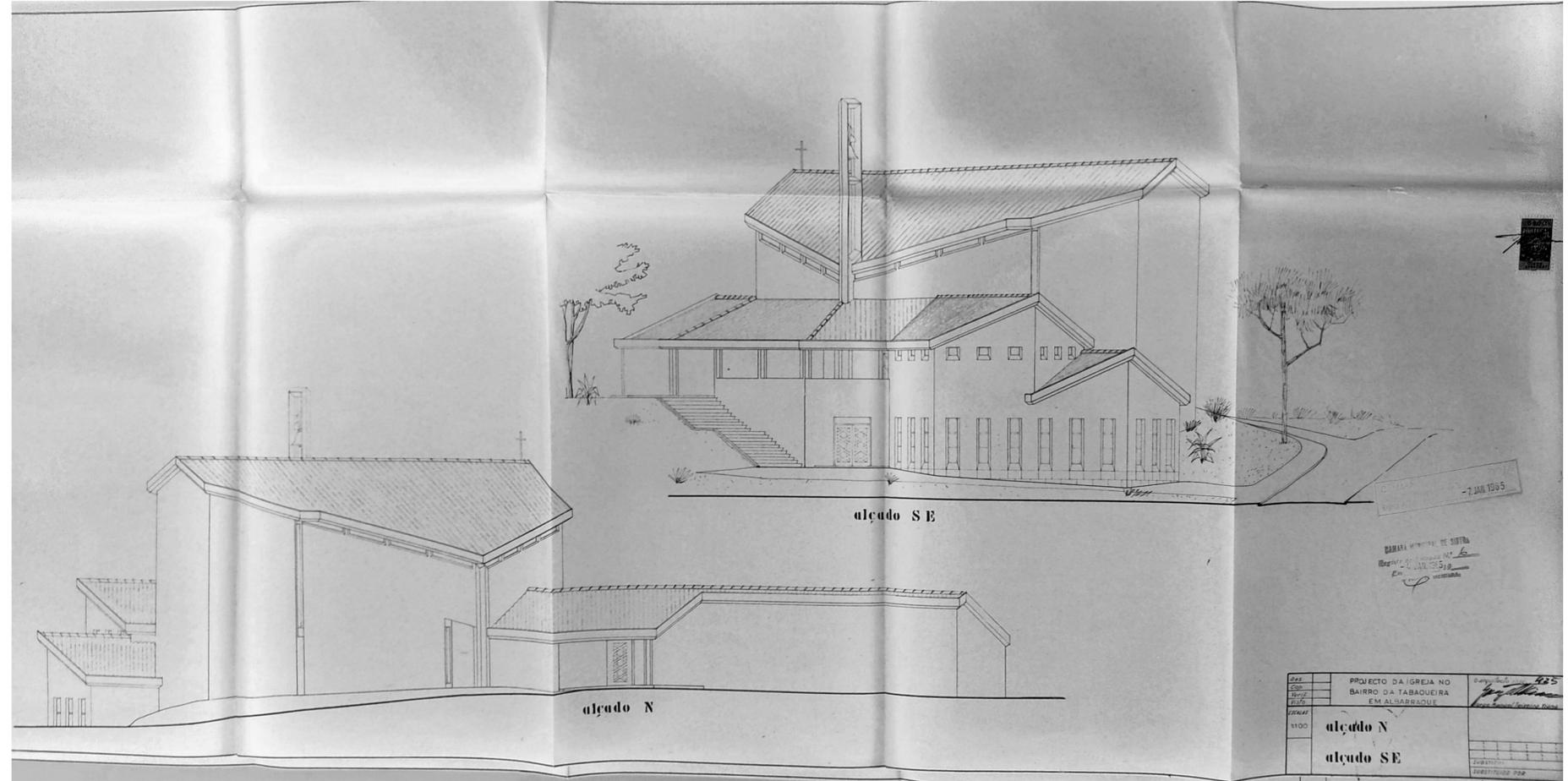
tem a sua relação com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

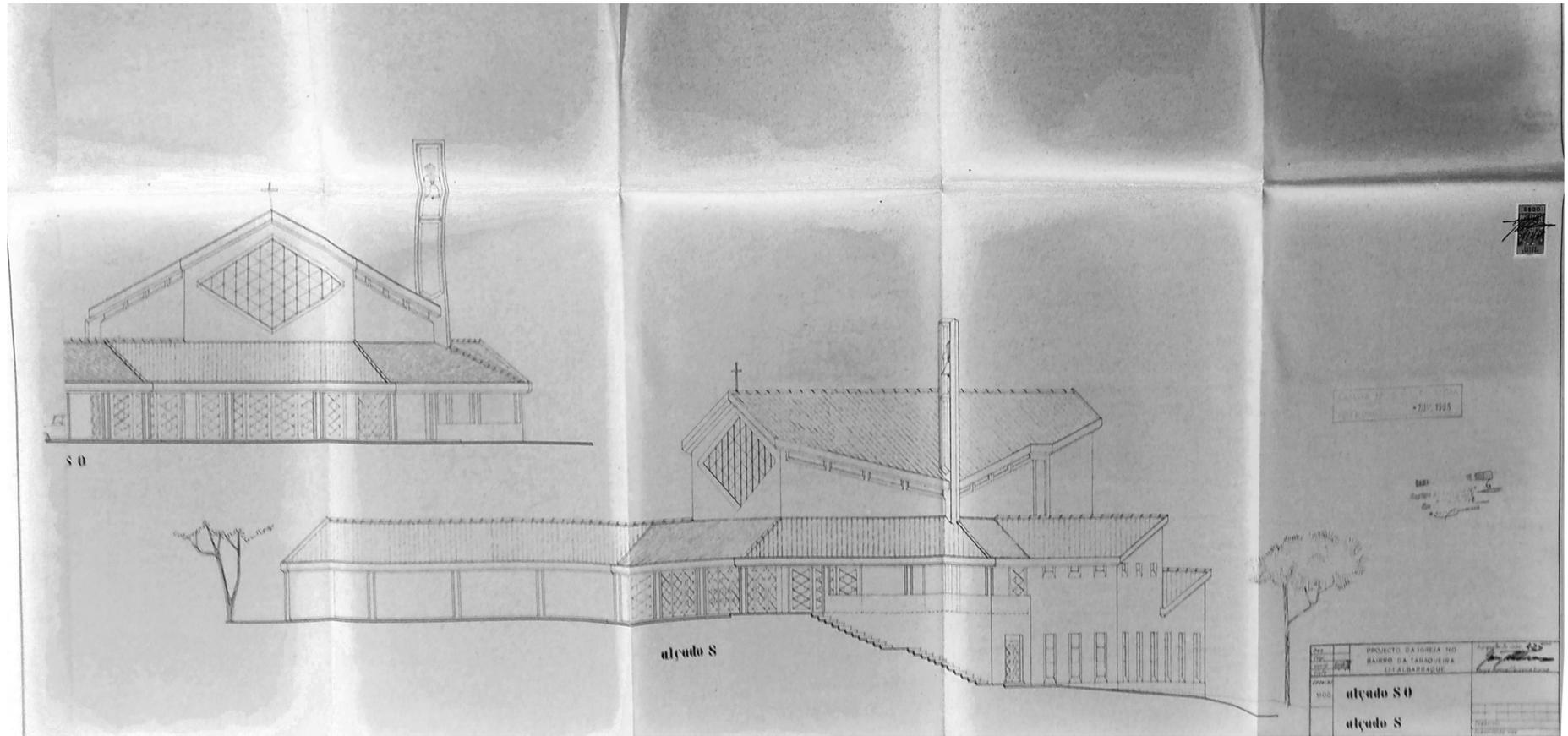
Respostas ao programa a partir da forma estrutural, que se concretiza em edifícios que se relacionam com o equipamento social e cultural.

De que modo a Igreja, tendo em vista a sua localização, se relaciona com o equipamento social e cultural.

E. 3.2.11



E. 3.2.12



E. 3.2.13

ANEXO E4 Centro Cultural

Anexo E4.1 Catalogação Processo de Obra Centro Cultural

Tabela 22 - Catalogação Processo de Obra Centro Cultural

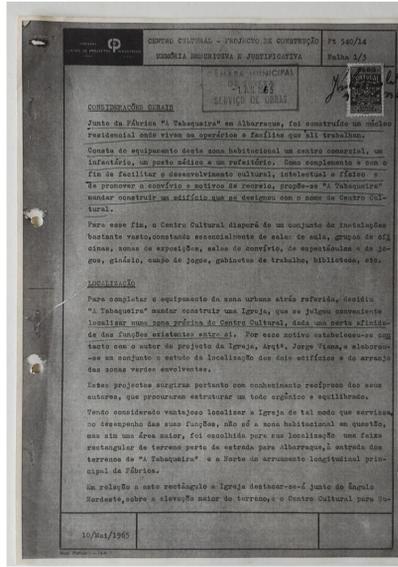
	Tipo documento	Nome da Peça/ Assunto		Escala	Data	Fonte
CENTRO CULTURAL	Memória Descritiva e justificativa	Centro Cultural – <u>Projecto</u> de Construção Considerações Gerais, Localização, Solução, Acessos, Processos Construtivos	PROFABRIL Centro de Projectos Industriais S.A.R.L.	-	10 maio 1965	Arquivo Intermédio C.M. Processo 6431/65
	–					
	Desenho	A tabaqueira Albarraque Igreja e Centro Cultural – Arranjo da zona envolvente	Centro de Projectos Industriais	1/200	março 1965	Arquivo Intermédio C.M. Sintra Processo 6431/65 <a href="#">volume 2</a>
	Desenho	Centro Cultural Bairro da Tabaqueira em Albarraque – Planta Topográfica de localização do Centro Cultural	Centro de Projectos Industriais	1/500	1968	<a href="#">Volume 2</a>
	Memória descritiva justificativa	Sala de espetáculo do centro cultural	PROFABRIL Centro de Projectos Industriais S.A.R.L.	-	1969	<a href="#">Volume 2</a>

ANEXO E4.2 Desenhos

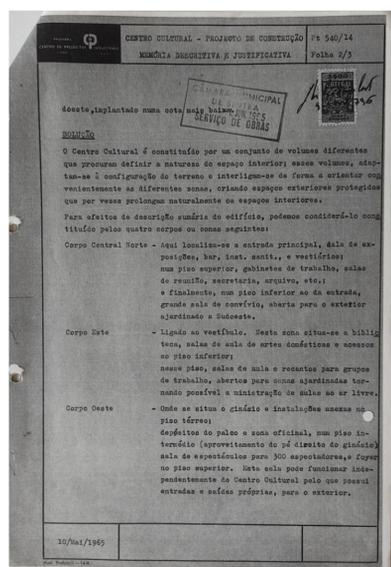
*Legendas Anexo E4.2 – Centro Cultural*

E4.1 a E4.3	Memória descritiva – Centro Cultural
E4.4 a E4.9	Memória descritiva – Sala de espetáculos
E4.10	Planta topográfica de localização
E4.11	Planta igreja e centro cultural, arranjo da zona envolvente
E4.12	Alçados: Norte e Poente
E4.13	Alçados: Sul e Nascente
E4.14	Cortes
E4.15	Planta do 1º Piso
E4.16	Planta do 2º Piso
E4.17	Planta do 3º Piso
E4.18	Planta do 4º Piso

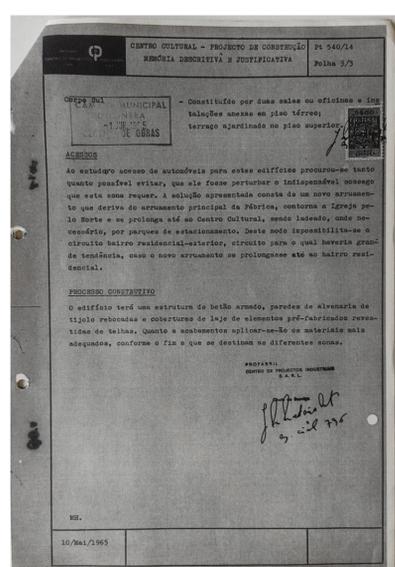
ANEXO E 4.2: Centro Cultural



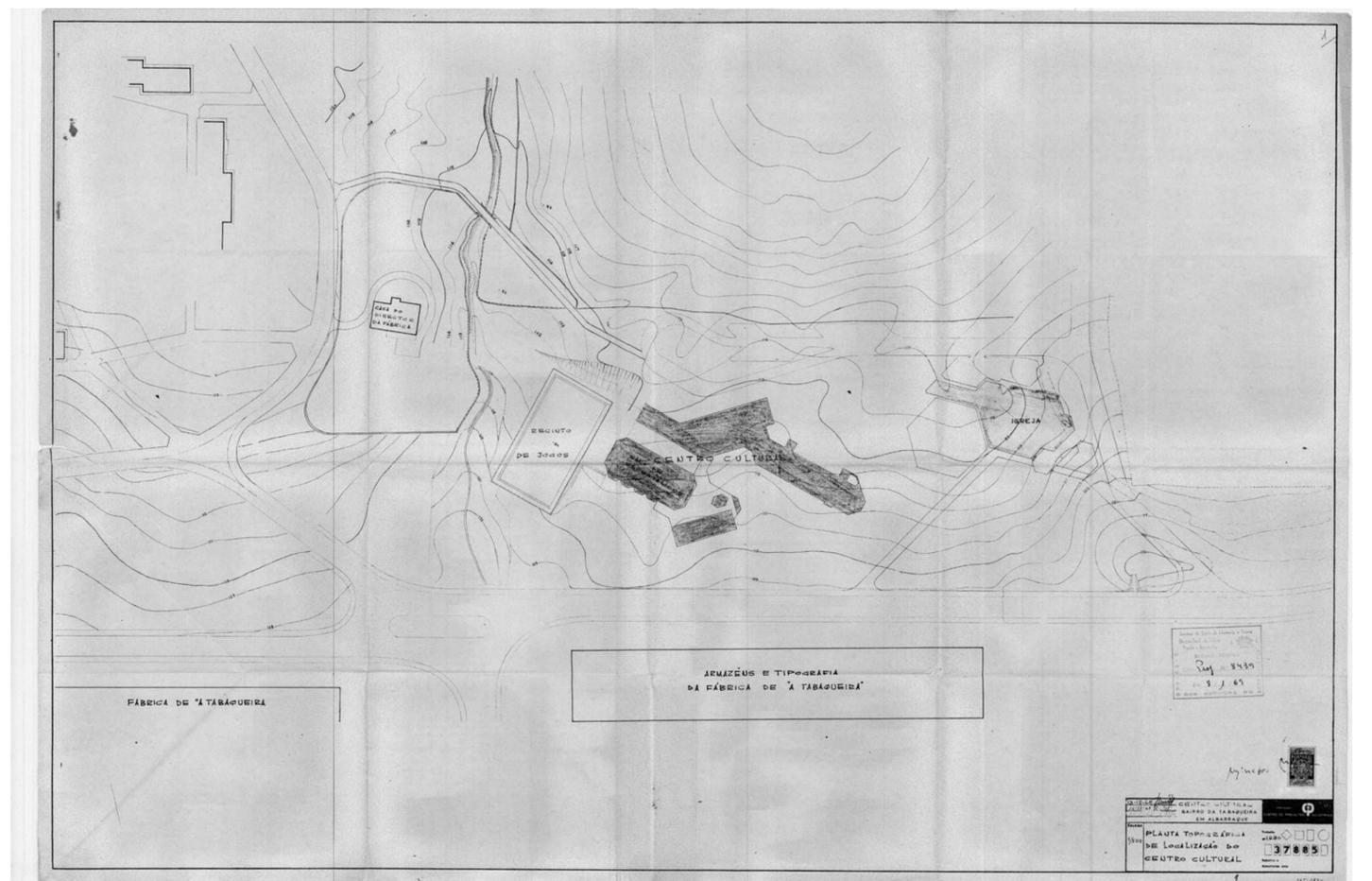
E. 4.21



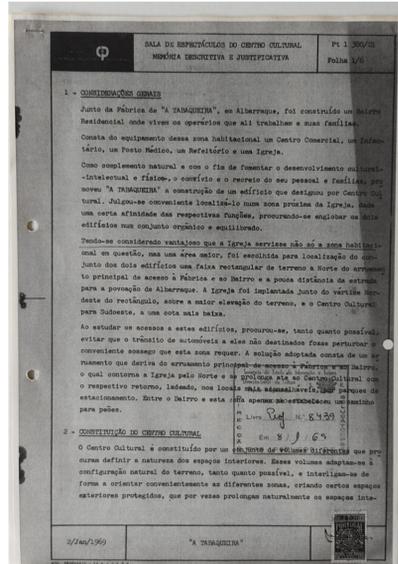
E. 4.22



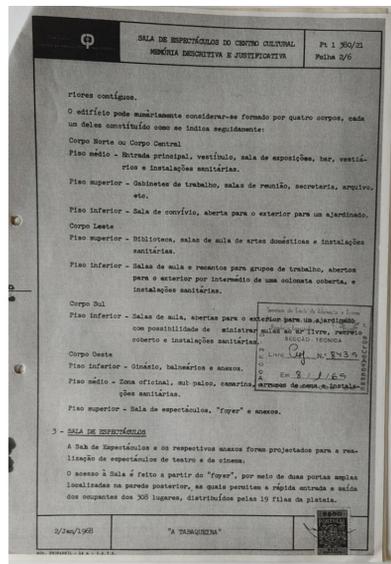
E. 4.23



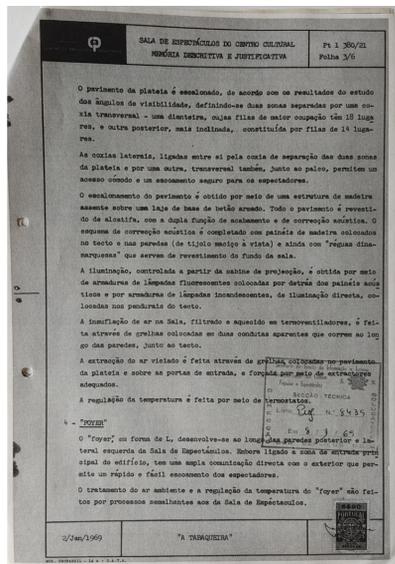
E. 4.210



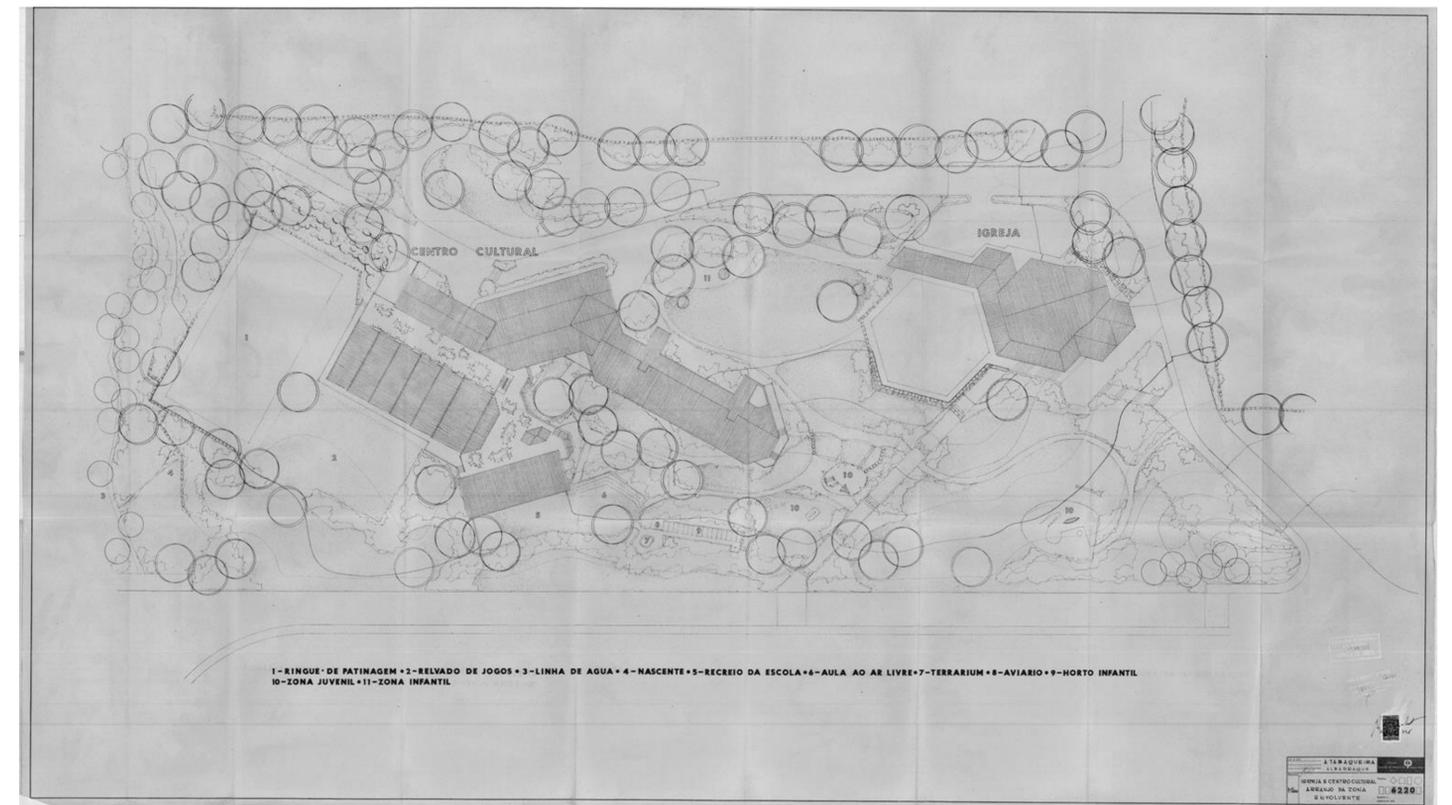
E. 4.24



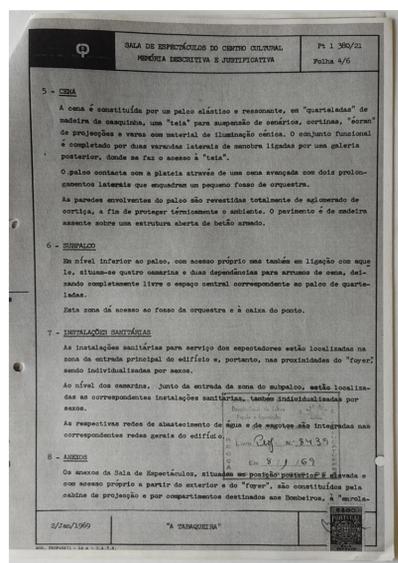
E. 4.25



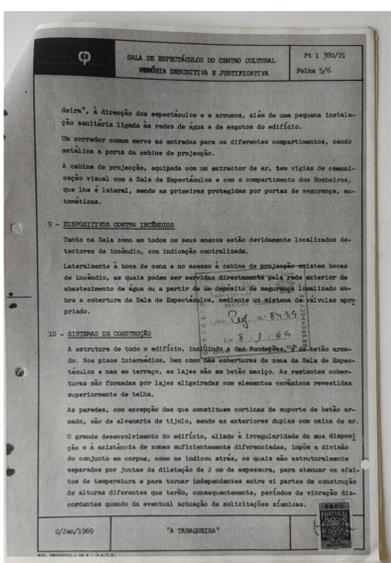
E. 4.26



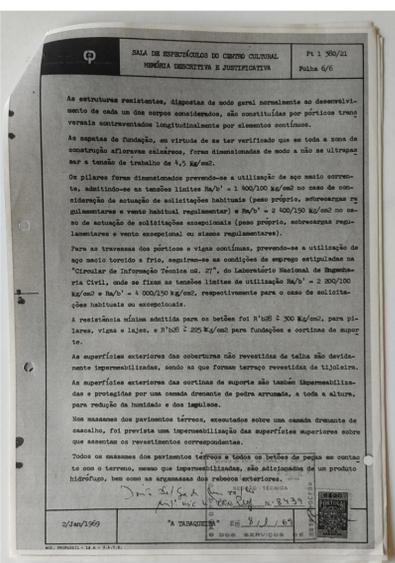
E. 4.211



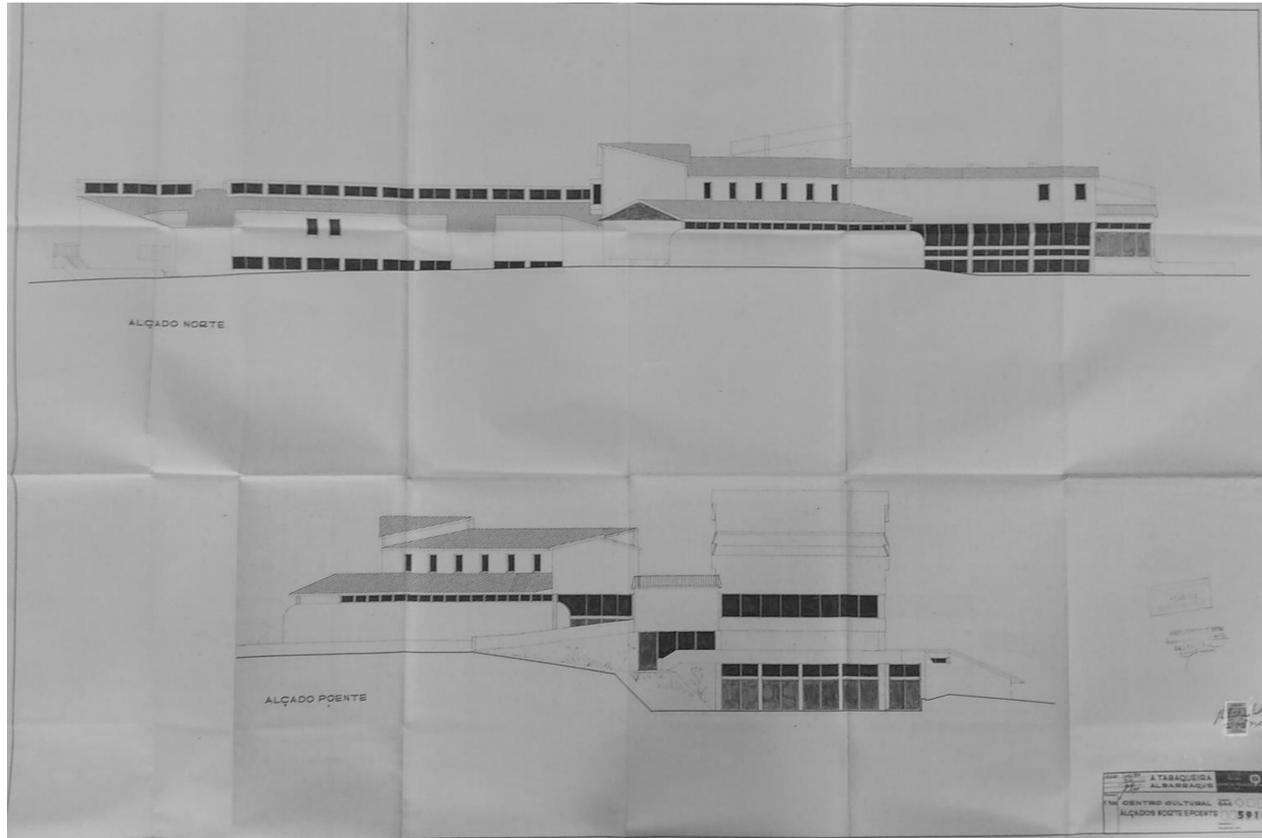
E. 4.27



E. 4.28



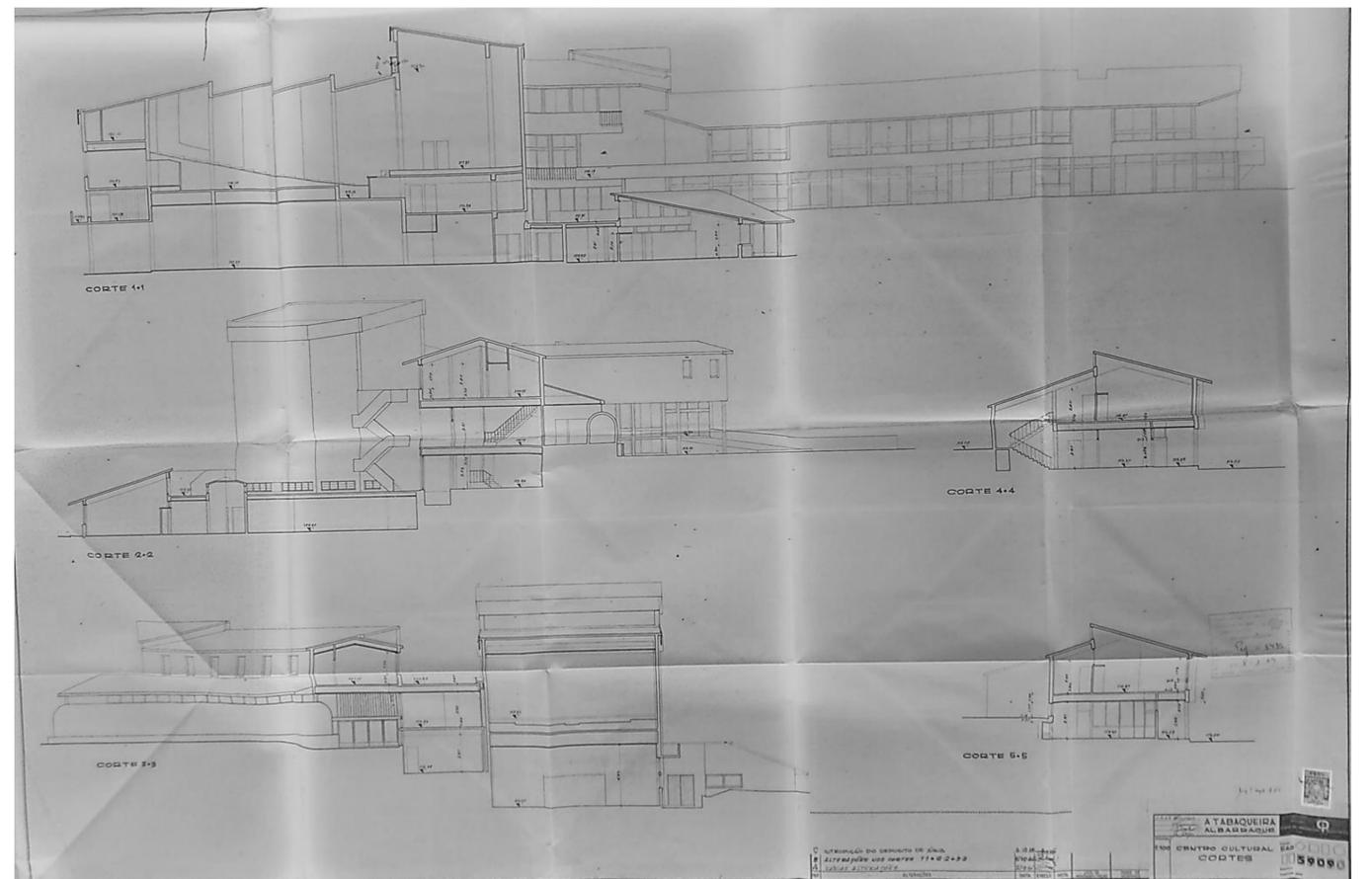
E. 4.29



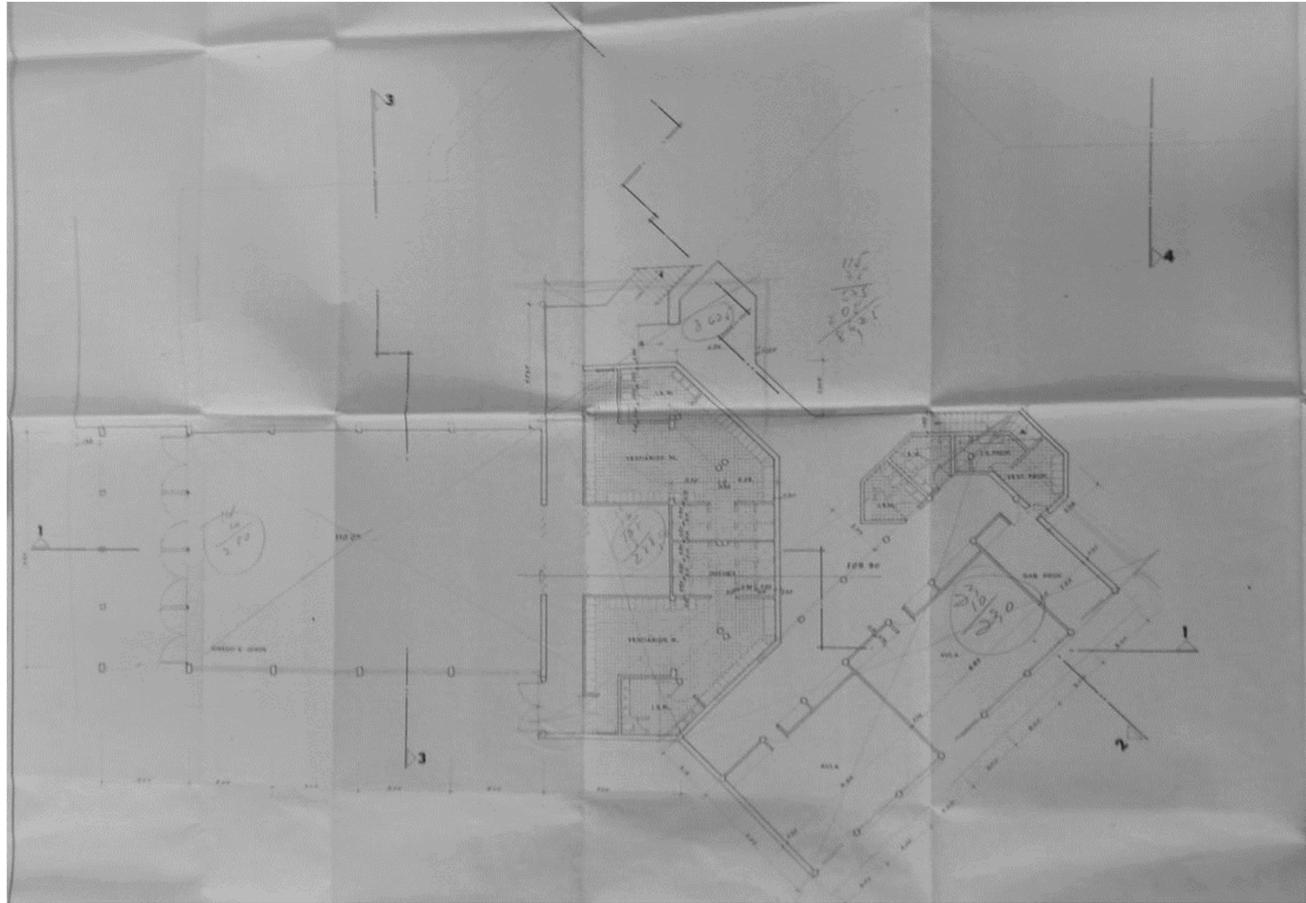
E. 4.2.12



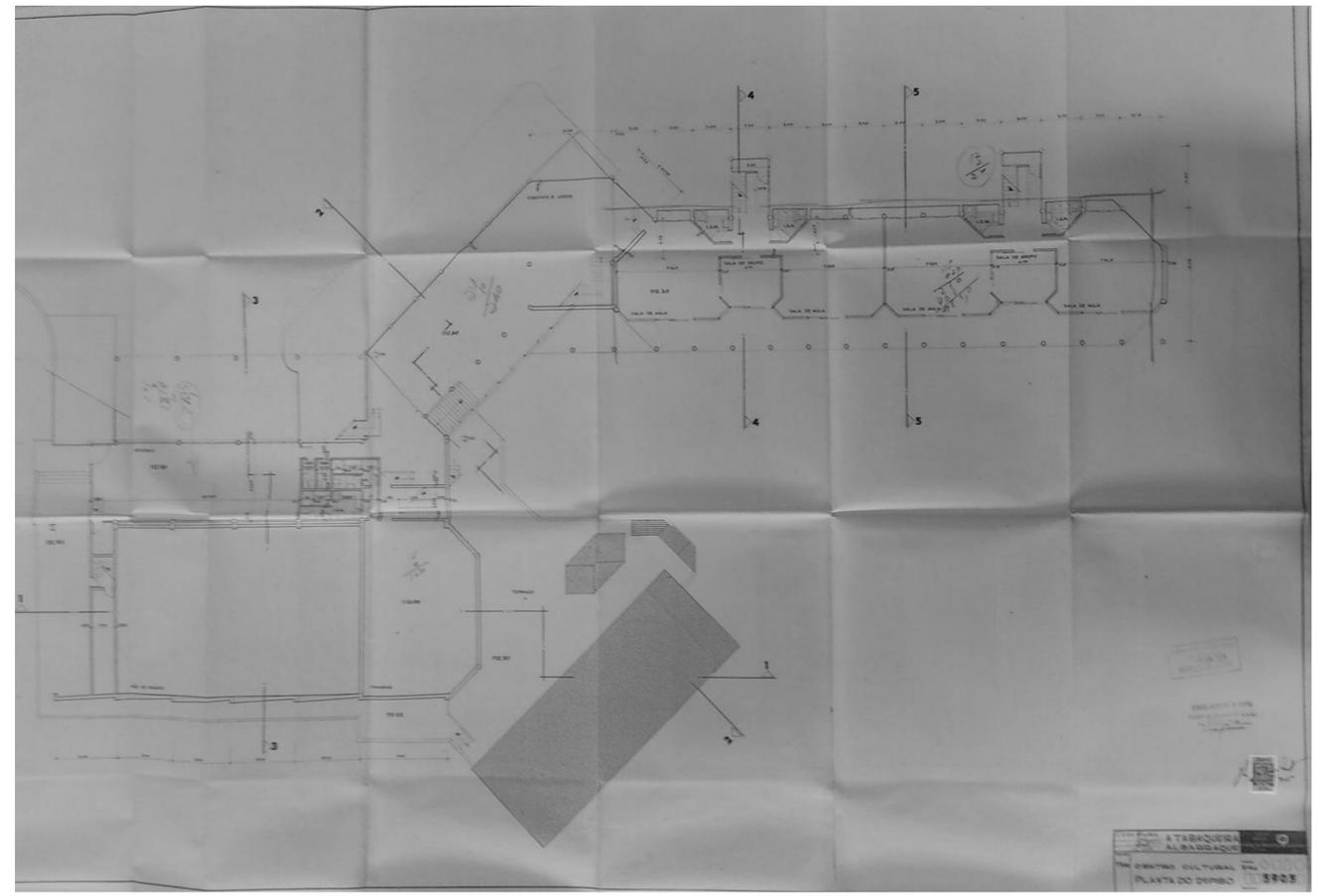
E. 4.2.13



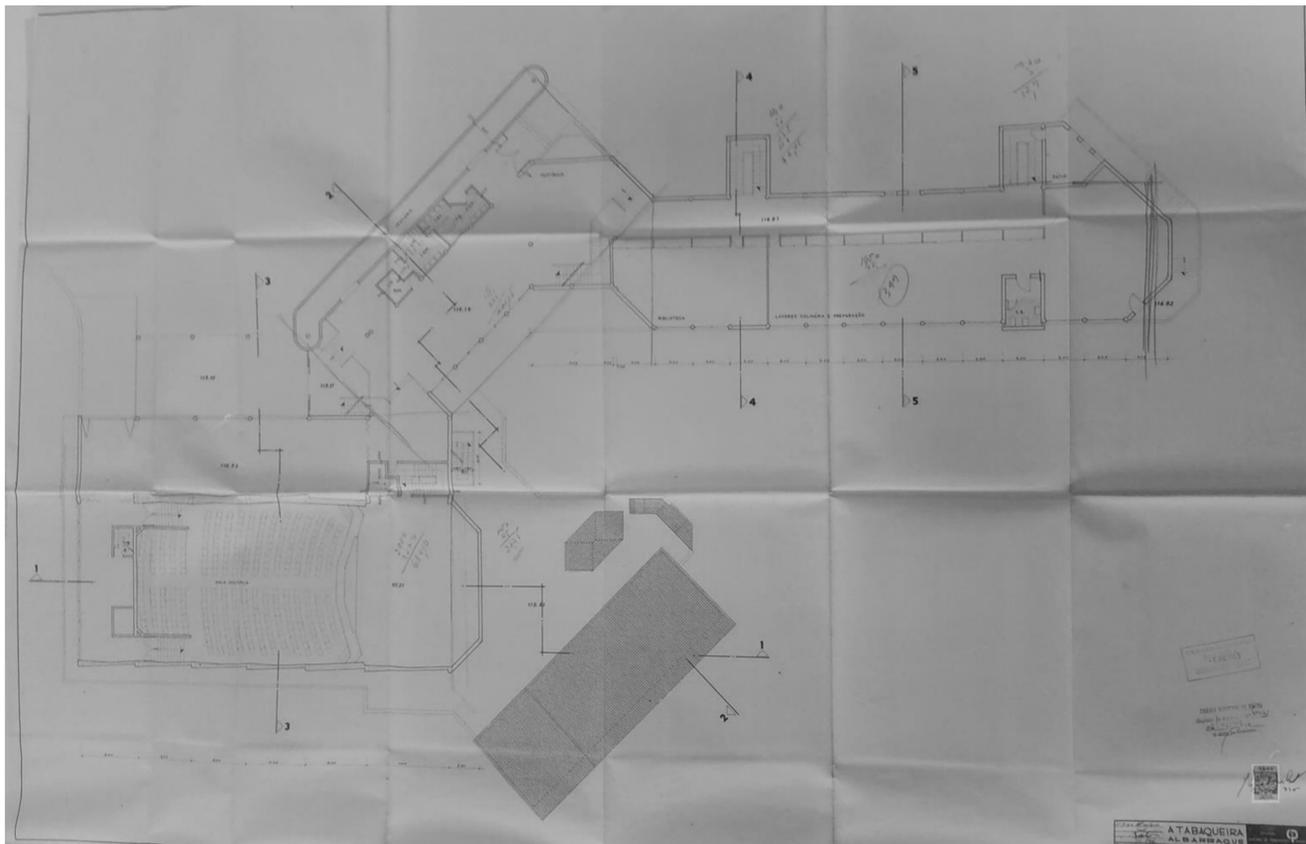
E. 4.2.14



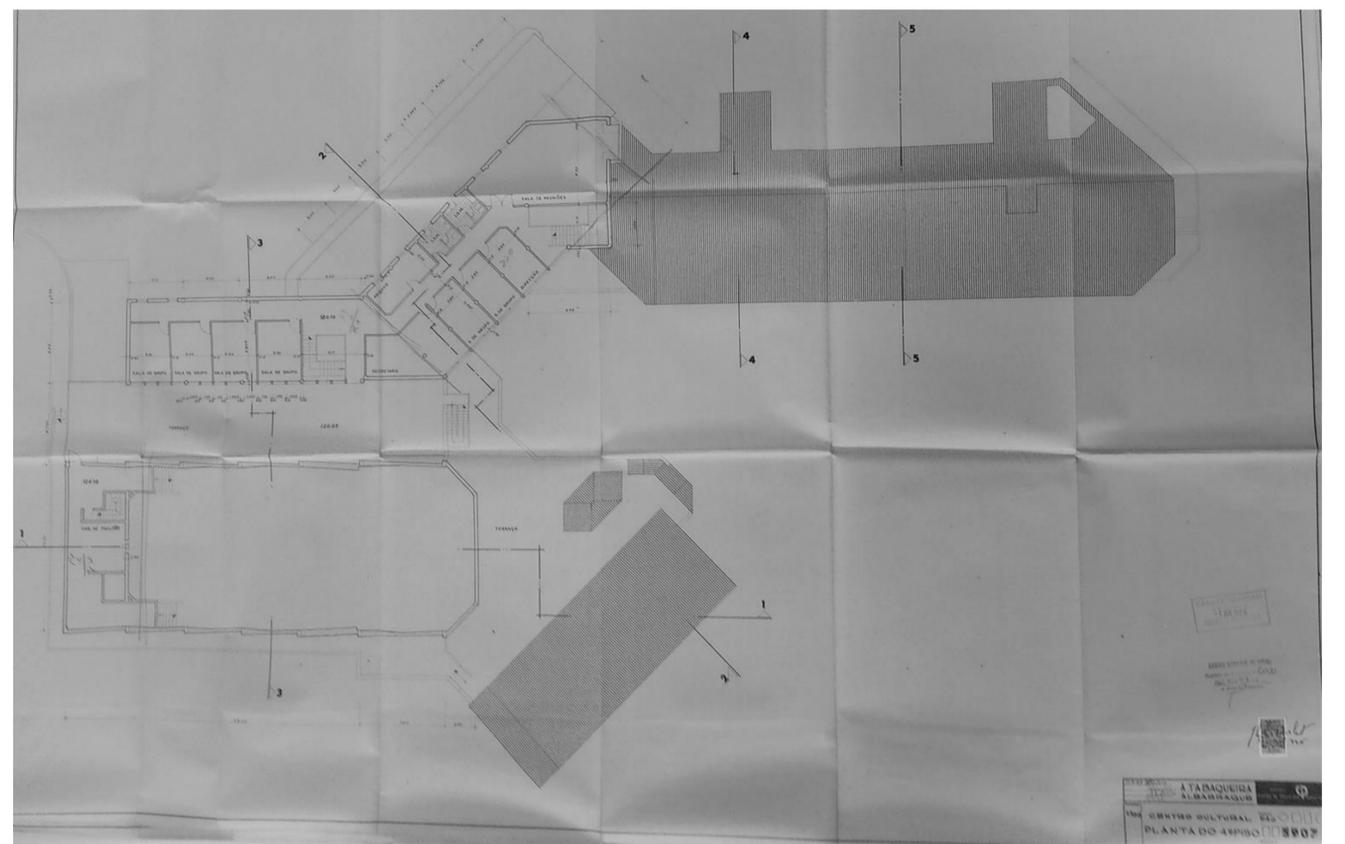
E. 4.2.15



E. 4.2.16



E. 4.2.17



E. 4.2.18

ANEXO E5 Habitação – Bloco B

ANEXO E5.1 Catalogação Processo de Obra Habitação – Bloco B

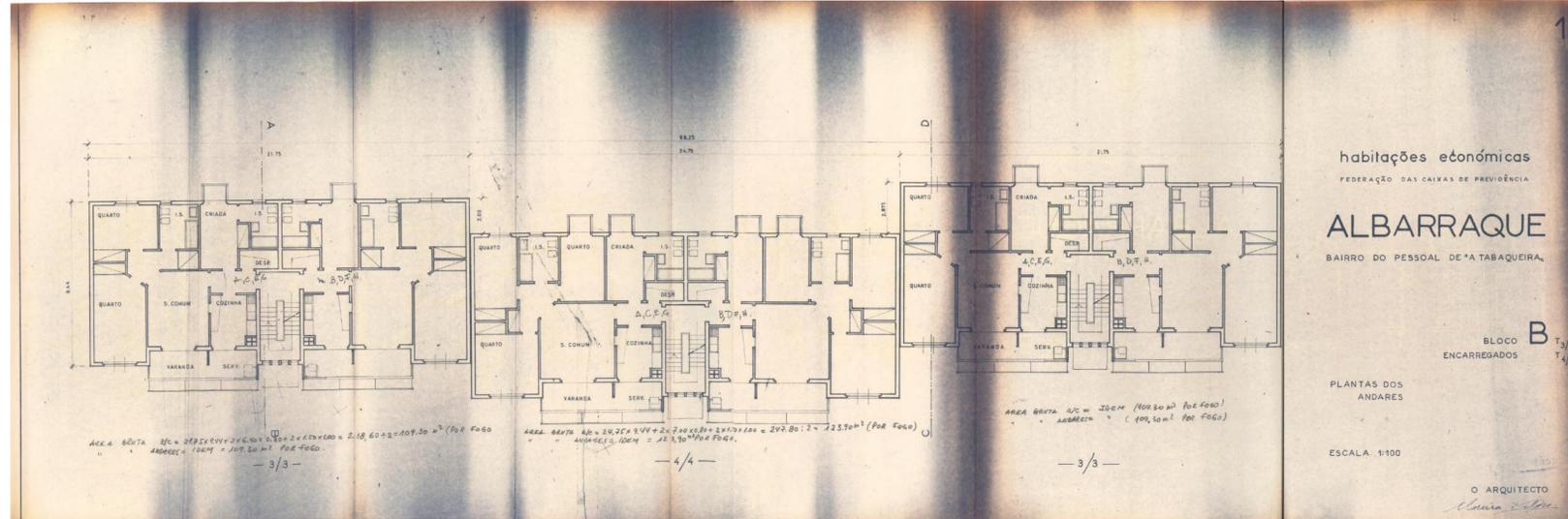
Tabela 23 - Catalogação Processo de Obra Habitação – Bloco B

	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	
HABITAÇÃO Bloco B	Bloco Encarregados - lotes 28, 29 e 30	Planta dos andares T3/3; T 4/4	Arquiteto Moreira Veloso	1/100	1962	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários – Dossier 2 - s/ catalogação
		Planta T 3/3		1/50		
		Alçado Principal		1/100		
		Alçado Posterior		1/100		
		Alçado e Corte		1/100		

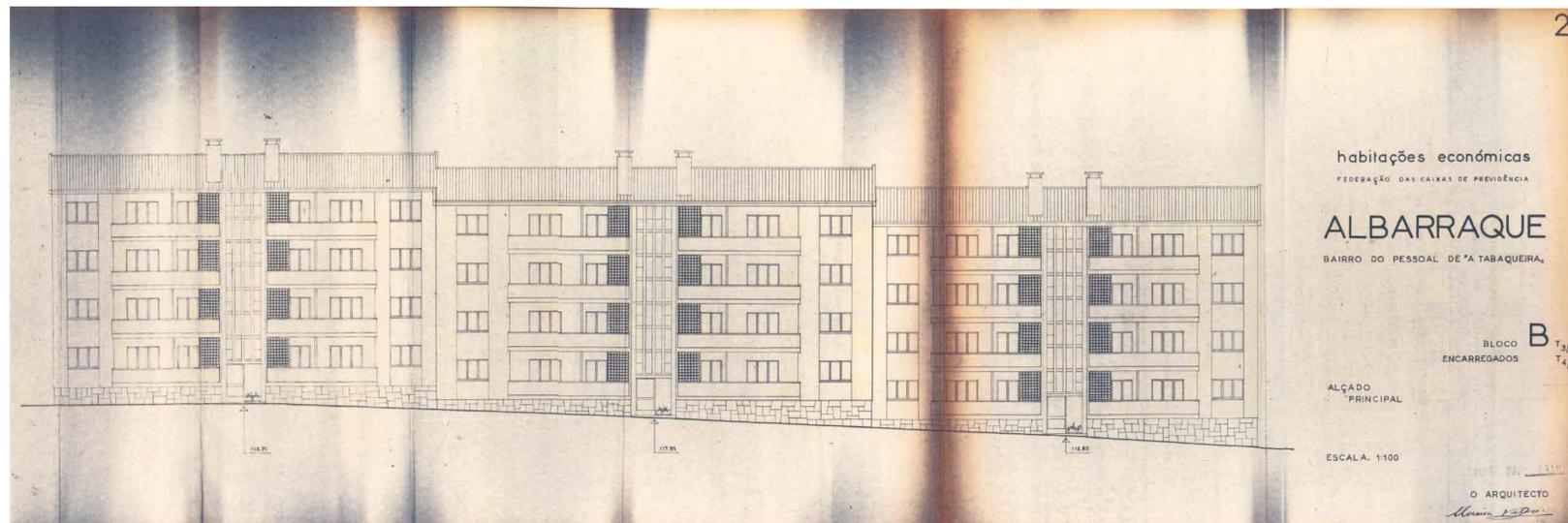
ANEXO E5.2: Desenhos

*Legendas Anexo E5.2 – Habitação Bloco B*

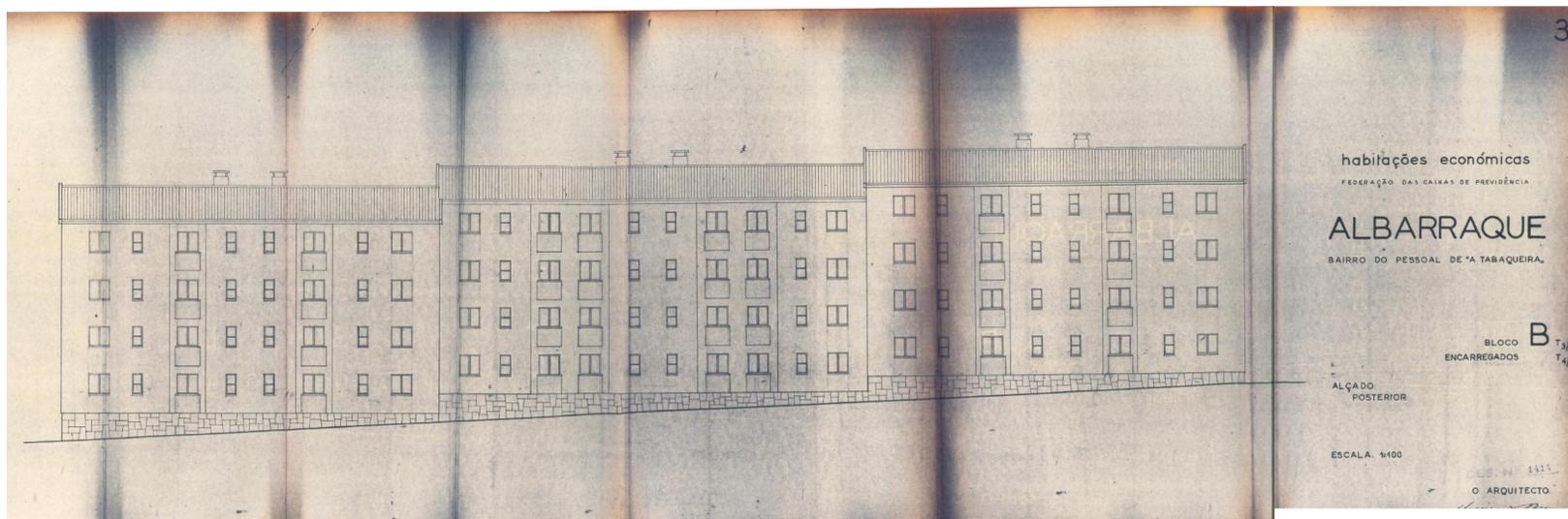
<i>E5.1</i>	Plantas dos andares
<i>E5.2</i>	Alçado principal
<i>E5.3</i>	Alçado posterior
<i>E5.4</i>	Alçado e Cortes



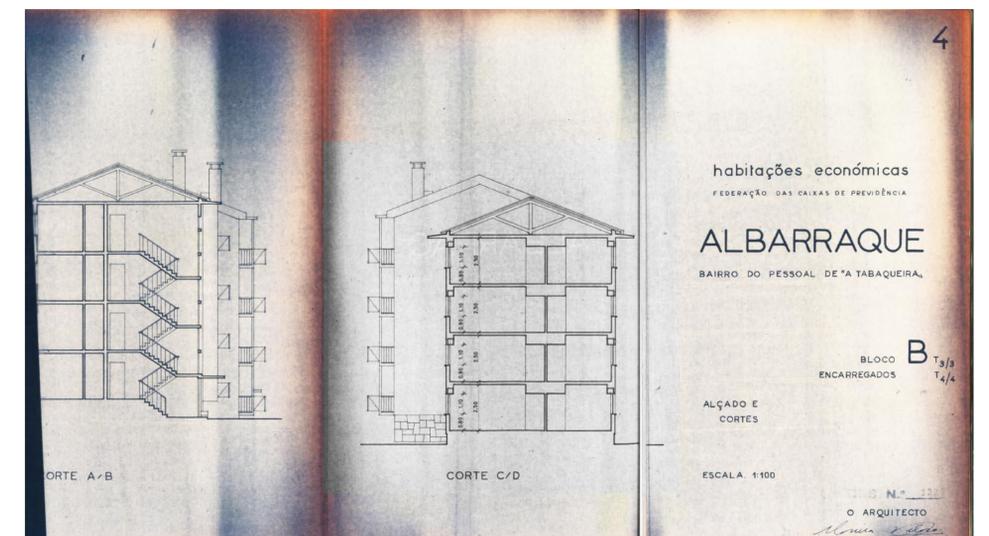
E. 5.21



E. 5.22



E. 5.23



E. 5.24

ANEXO E6 – Habitação Bloco C

ANEXO E6.1 Catalogação Processo de Obra Habitação

Tabela 24 - Catalogação Processo de Obra Habitação – Bloco C

	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Arquiteto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>
HABITAÇÃO Bloco C	Bloco Operários – lotes 21 a 23	Planta dos andares T2/2; T 3/3	Arquiteto Moreira Veloso	1/100	1962	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários – Dossier 3 - s/ catalogação
		Alçado Principal		1/100		
		Alçado Posterior		1/100		
		Alçado e Corte		1/100		
		Planta de Cobertura		1/100		

ANEXO E6.2

*Legendas Anexo E6.2 – Habitação Bloco C*

E6.1	Plantas dos andares
E6.2	Alçado principal



ANEXO E7 Habitação Bloco D

ANEXO E7.1 Catalogação Processo de Obra Habitação

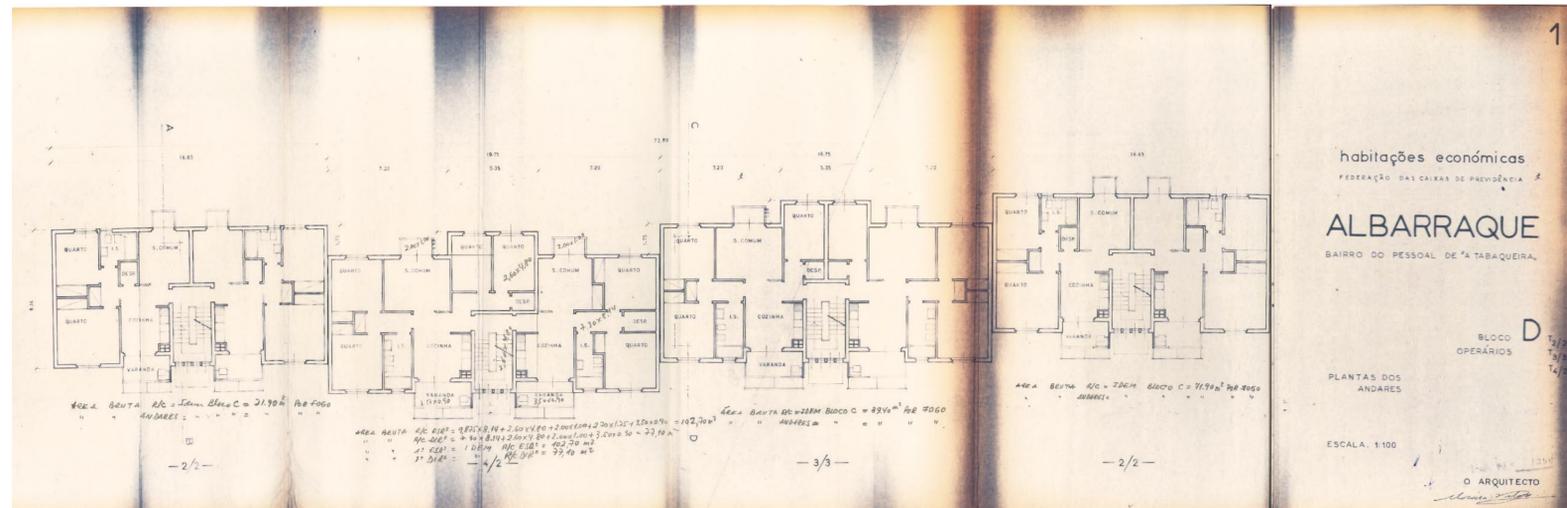
Tabela 25 - Catalogação Processo de Obra Habitação – Bloco D

	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	
HABITAÇÃO Bloco D	Bloco Operários - lotes 17 a 20	Planta dos andares T2/2; T 3/3; T 4/2	Arquiteto Moreira Veloso	1/100	1962	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários - Dossier 3 - s/ catalogação
		Planta T 4/2		1/50		
		Alçado Principal		1/100		
		Alçado Posterior		1/100		
		Alçado e Corte		1/100		

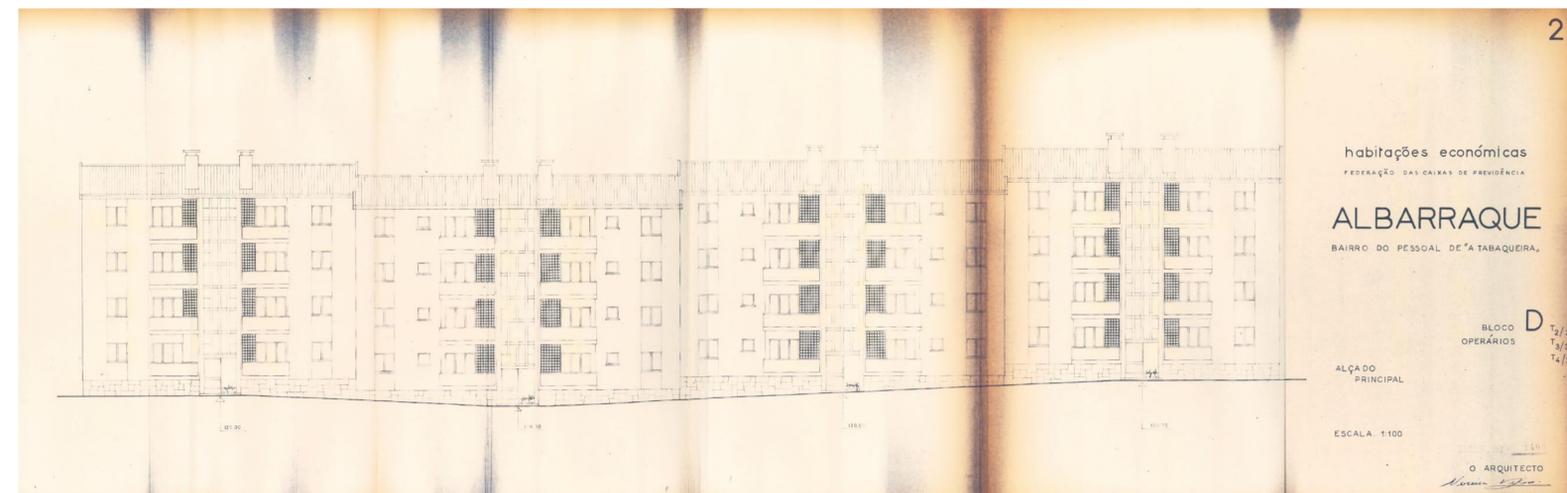
ANEXO E7.2 Desenhos

Legendas Anexo E7.2 – Habitação Bloco D

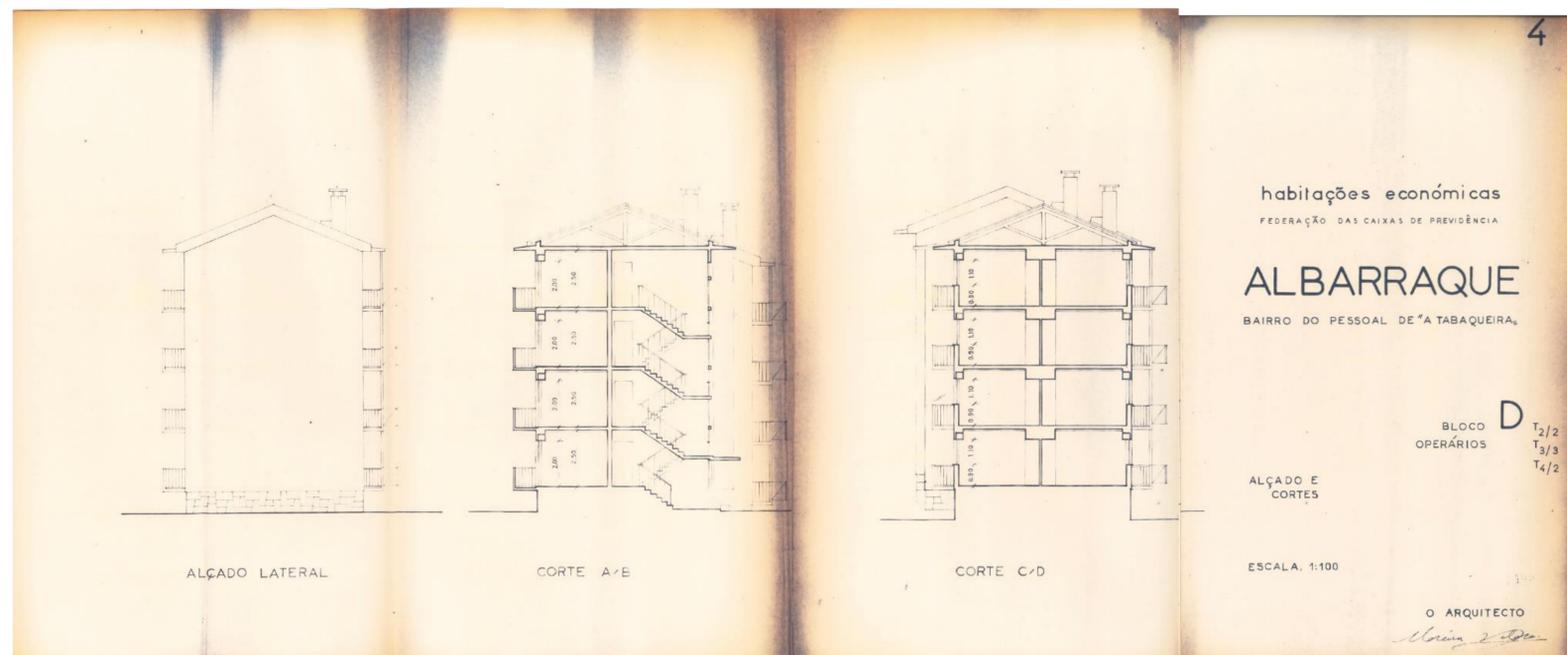
E7.1	Plantas dos andares
E7.2	Alçado principal
E7.3	Alçado e Cortes



E. 7.2.1



E. 7.2.2



E. 7.2.3

ANEXO E8 Habitação Bloco E

ANEXO E8.1 Catalogação Processo de Obra Habitação

Tabela 26 - Catalogação Processo de Obra Habitação – Bloco E

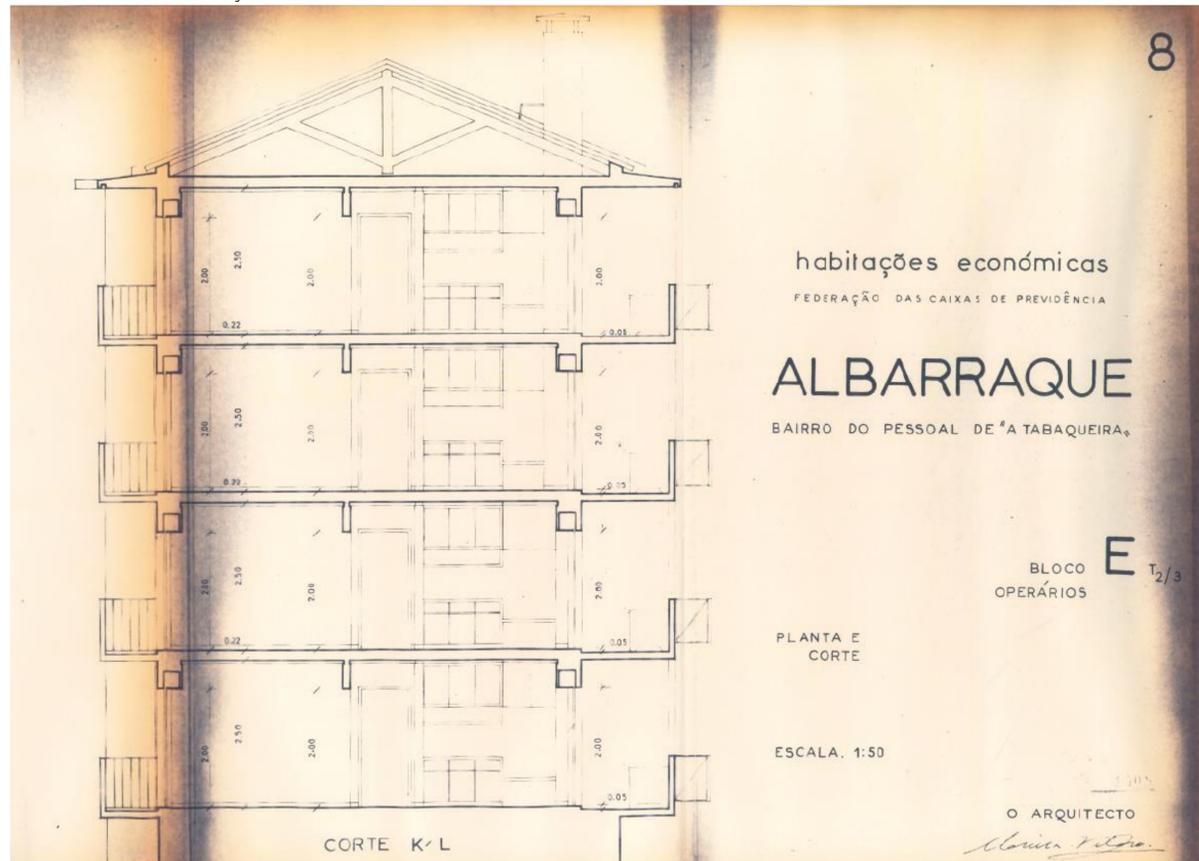
	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	
HABITAÇÃO Bloco E	Bloco Operários - lotes 1 a 16 e 24 a 27	Planta dos andares T2/2; T 2/3	Arquiteto Moreira Veloso	1/100	1962	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários - Dossier 3 - s/ catalogação
		Alçado Principal		1/100		
		Alçado Posterior		1/100		
		Planta e corte		1/50		
		Alçado e Corte		1/100		

ANEXO E8.2 Desenhos

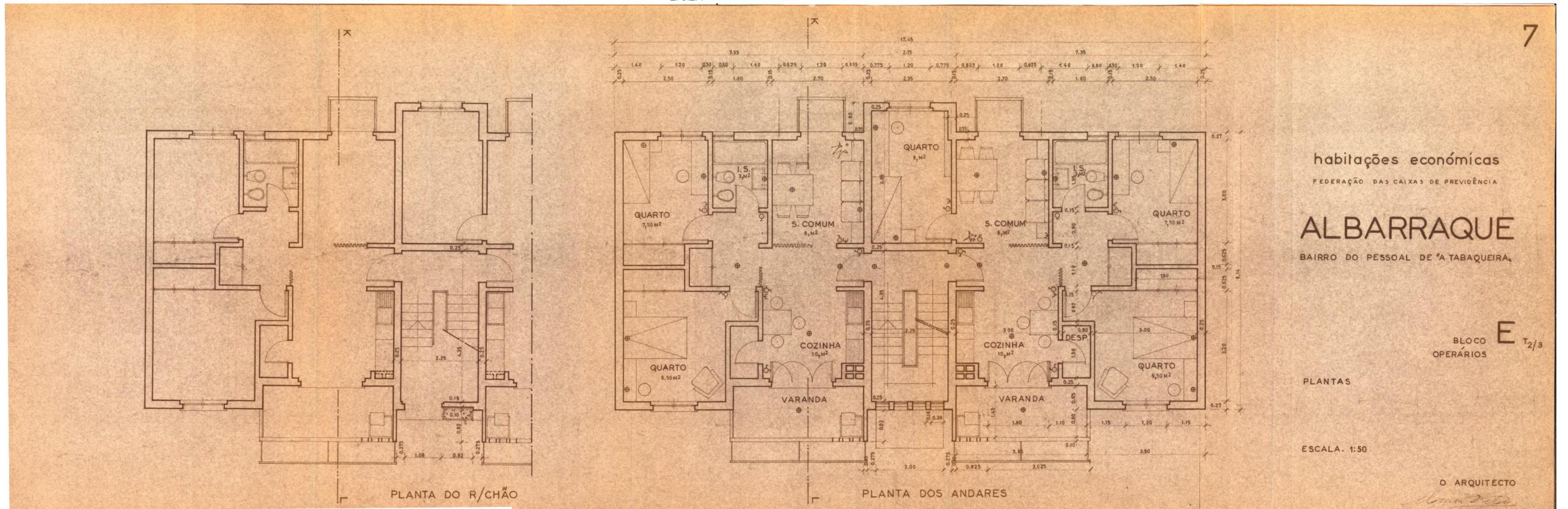
Legendas Anexo E8.2 – Habitação Bloco E

E8.1	Plantas dos andares
E8.2	Alçado principal
E8.3	Alçado posterior
E8.4	Planta e Corte
E8.5	Plantas





E. 8.2.4



E. 8.2.5

ANEXO E9 Habitação Bloco GHIJ

ANEXO E9.1 Catalogação Processo de Obra Habitação

Tabela 27 - Catalogação Processo de Obra Habitação – Blocos GHIJ

	<b>Tipo documento</b>	<b>Nome da Peça/ Assunto</b>	<b>Arquiteto</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>
HABITAÇÃO Bloco GHIJ	Bloco Operários - lotes 33 a 46	Planta dos andares T2/2	Arquiteto Moreira Veloso	1/50	?	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários – Dossier 1 - s/ catalogação
		Alçado Posterior J T2/2		1/100		
		Alçado Posterior I T2/2 e T3/3		1/100		
		Planta de cobertura e corte GHI T3/3		1/50		
		Plantas GHIJ T2/2		1/50		
		Planta dos andares GHI T3/3		1/50		
		Planta de cobertura e corte GHIJ T2/2		1/50		
		Alçado posterior G T2/2 e T3/3		1/100		
		Alçado principal G T2/2 e T3/3		1/100		

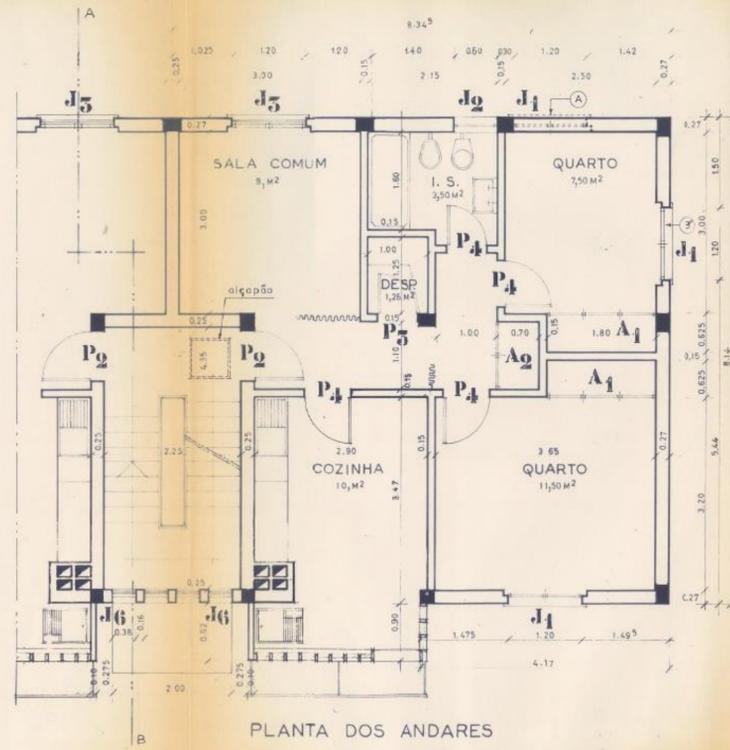
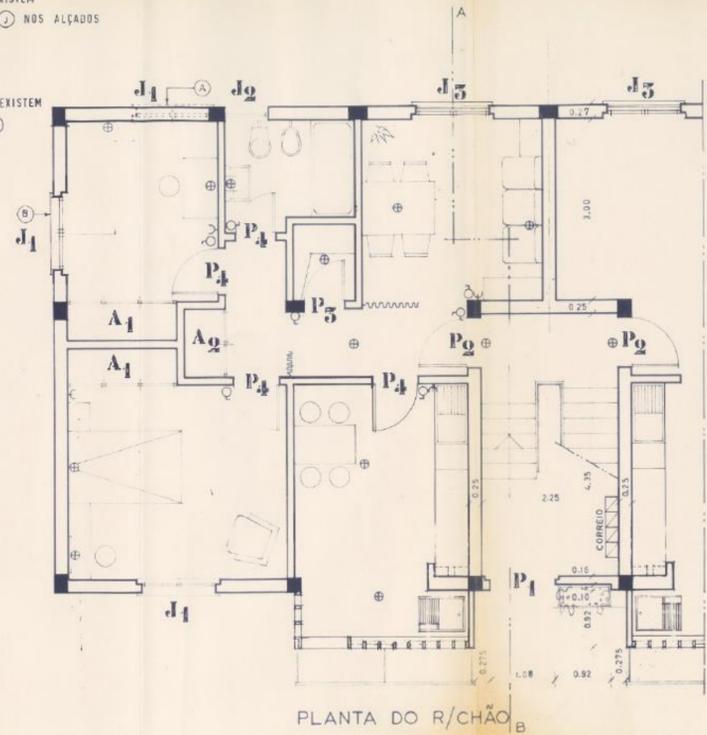
ANEXO E9.2 Desenhos

Legendas Anexo E9.2 – Habitação Bloco GHIJ

E9.1	Plantas GHIJ T2/2
E9.2	Plantas GHI T3/3
E9.3	Alçado principal (nascente) G T2/2 e T3/3
E9.4	Alçado posterior (poente) G T2/2 e T3/3
E9.5	Alçado posterior (norte) I T2/2 e T3/3
E9.6	Alçado posterior (nascente) J T2/2
E9.7	Planta e corte GHI T3/3

Ⓐ - ESTAS JANELAS SÓ EXISTEM NOS BLOCOS Ⓒ E Ⓓ NOS ALÇADOS NASCENTE E POENTE

Ⓑ - ESTAS JANELAS NÃO EXISTEM NOS BLOCOS Ⓒ E Ⓓ NO ALÇADO NORTE



habitações económicas

FEDERAÇÃO DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA

# ALBARRAQUE

BAIRRO DO PESSOAL DE "A TABAQUEIRA"

• 2ª FASE •

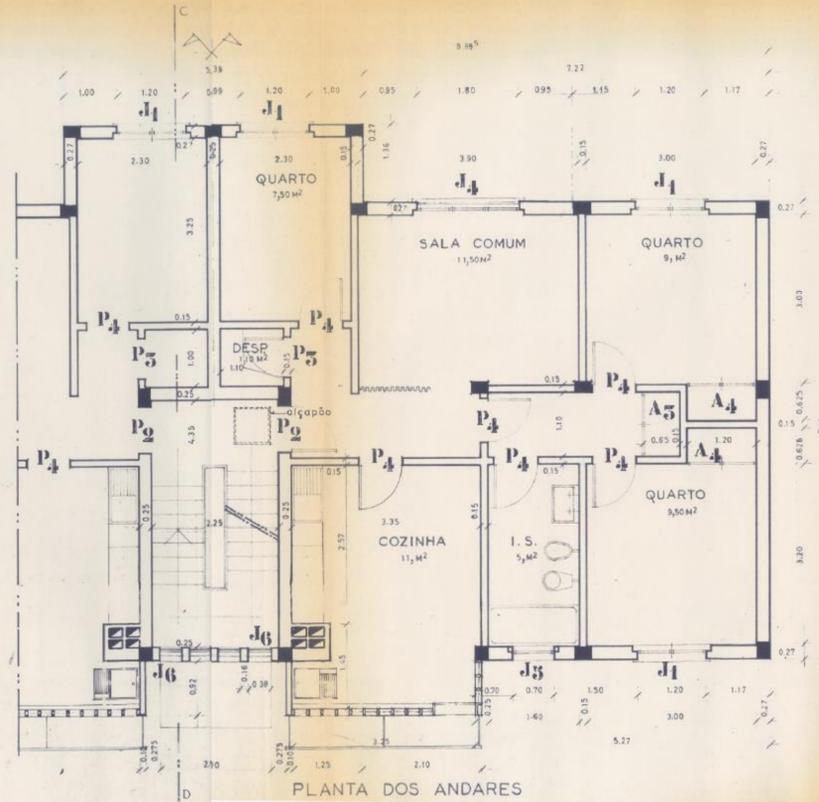
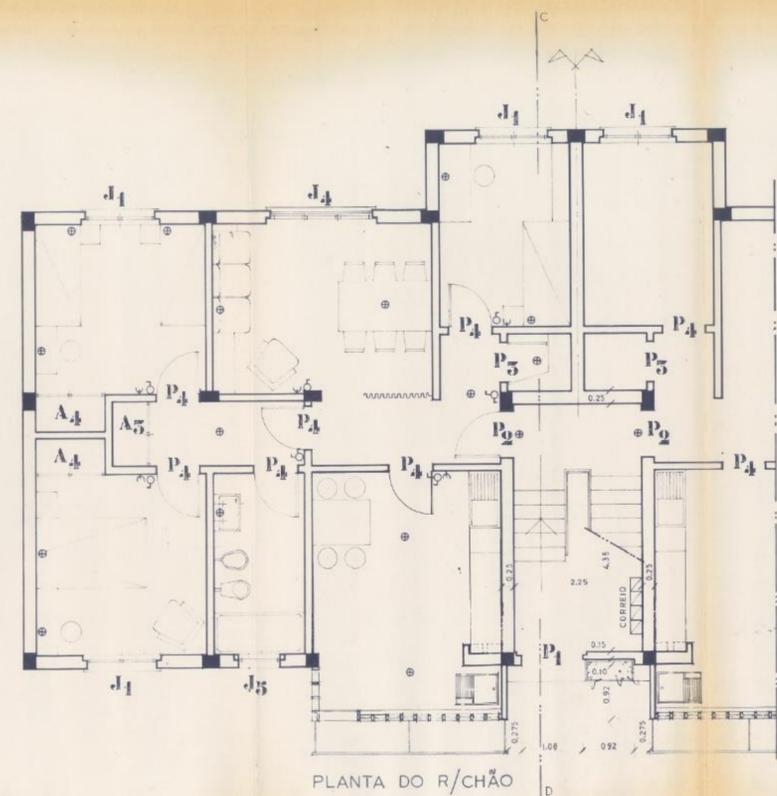
BLOCOS GHJ T<sub>2/2</sub>

PLANTAS

ESCALA: 1:50

O ARQUITECTO

E.9.21



habitações económicas

FEDERAÇÃO DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA

# ALBARRAQUE

BAIRRO DO PESSOAL DE "A TABAQUEIRA"

• 2ª FASE •

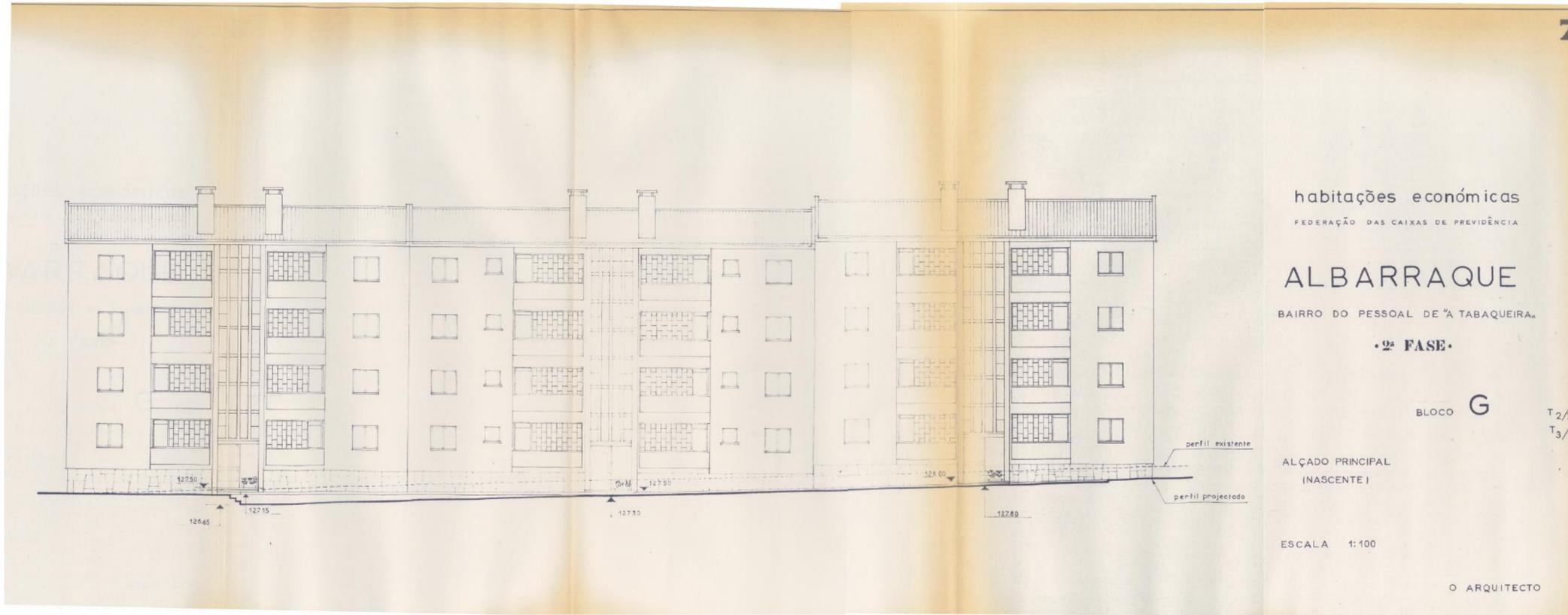
BLOCOS GHI T<sub>3/3</sub>

PLANTAS

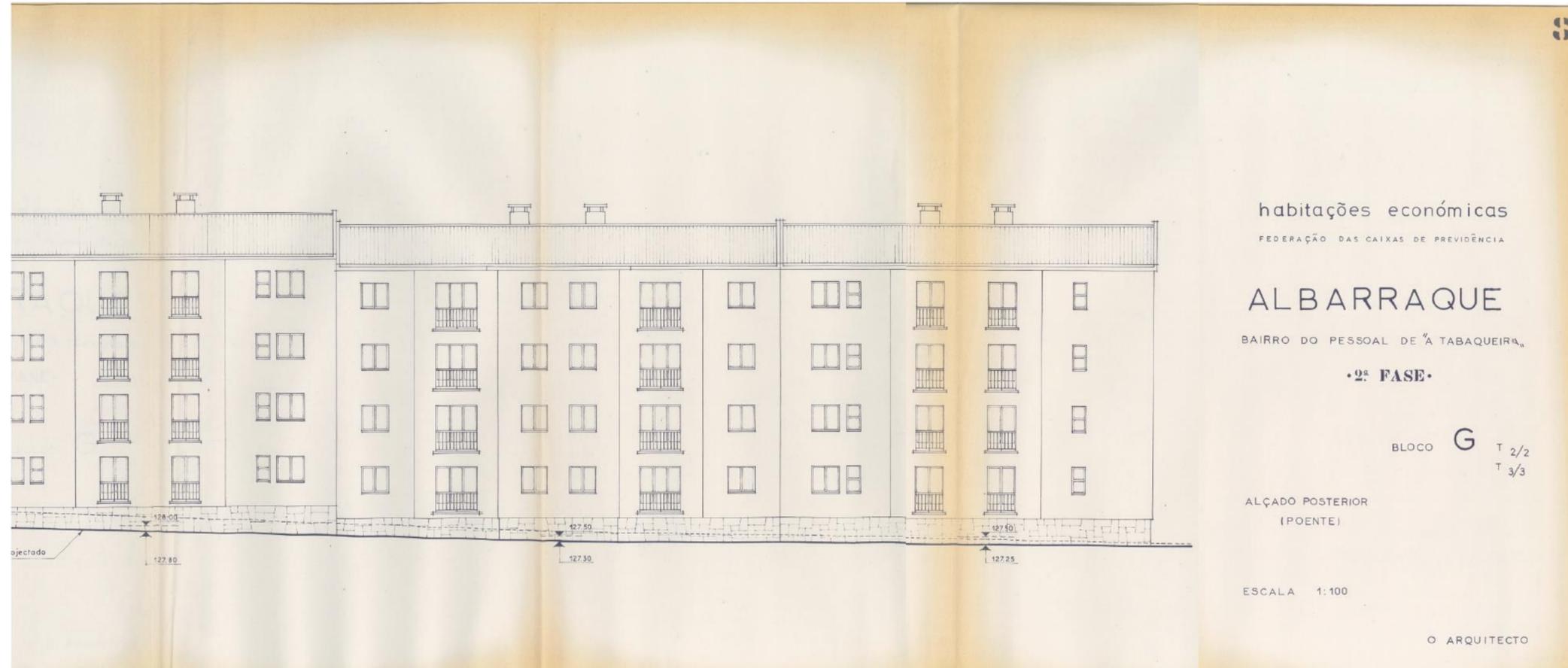
ESCALA: 1:50

O ARQUITECTO

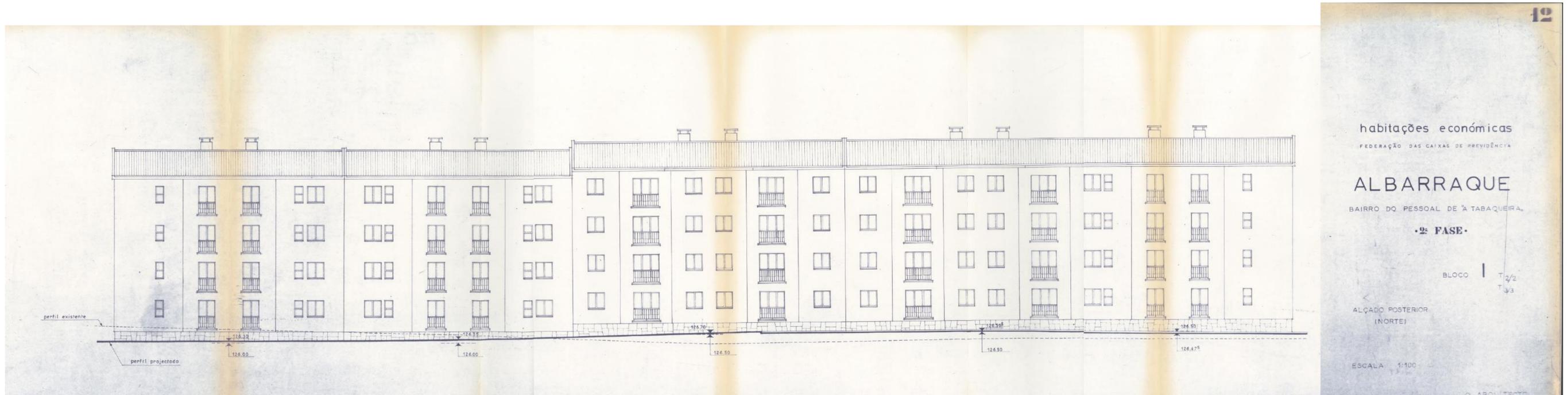
E.9.22



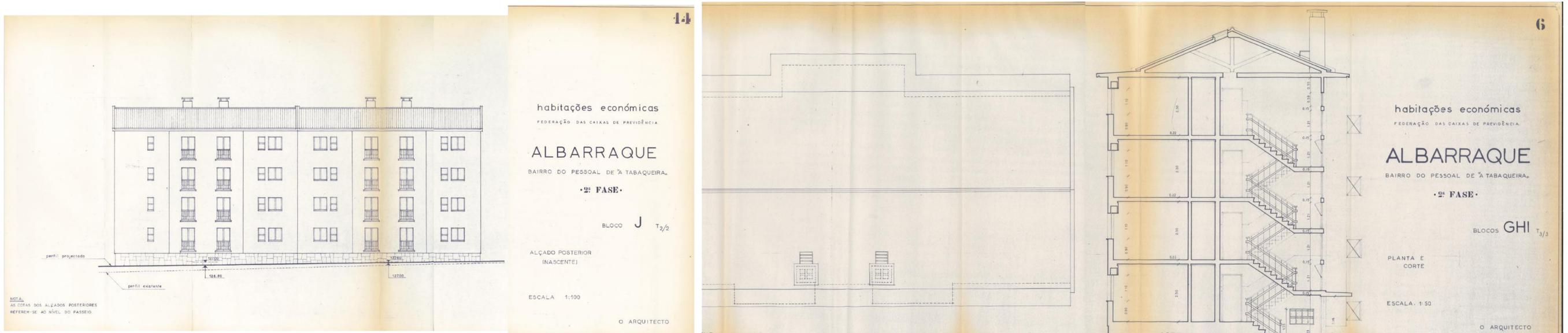
E.9.23



E.9.24



E.9.2.5



E.9.2.6

E.9.2.7

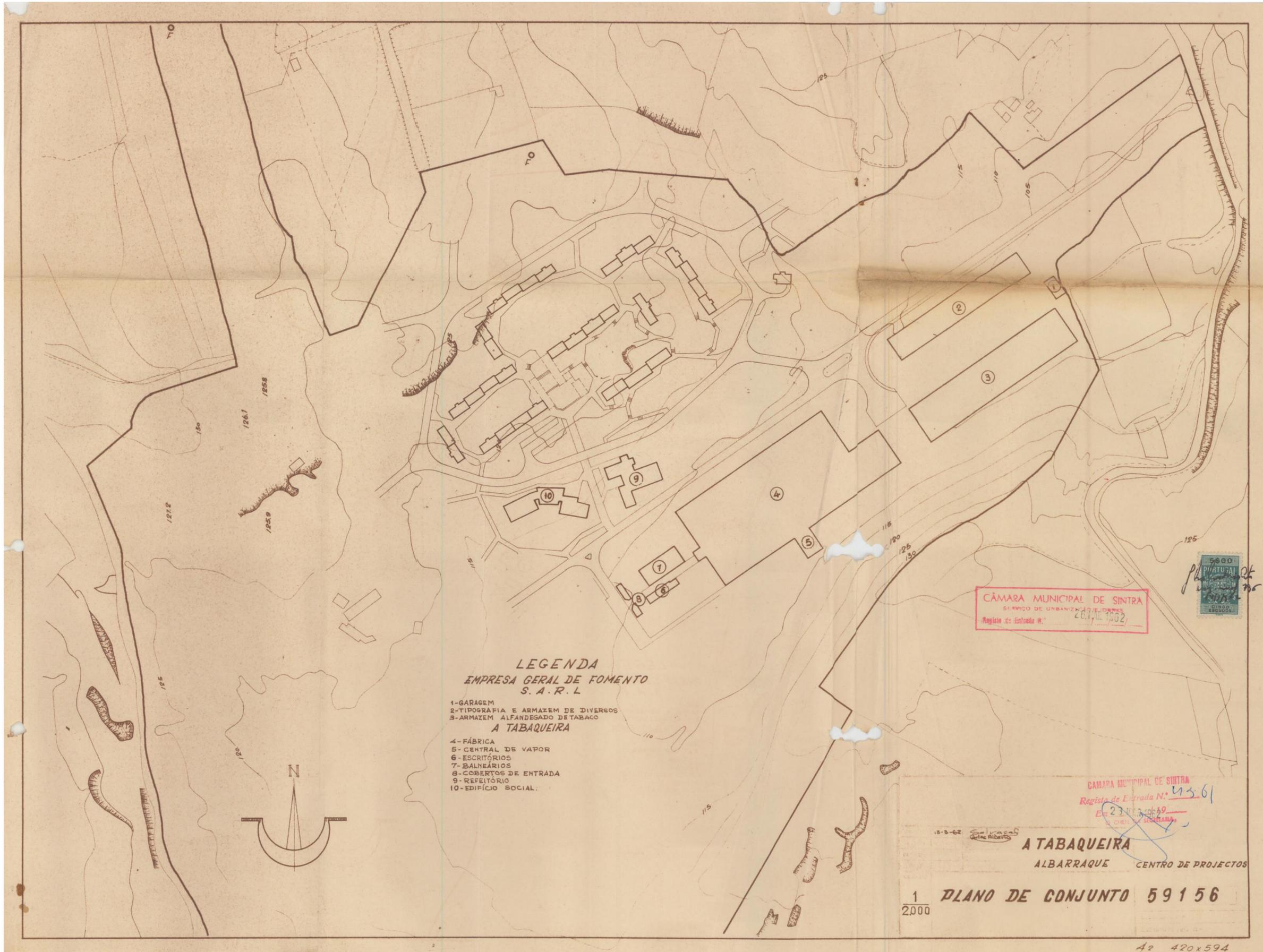
ANEXO E10 Plano de conjunto 1960

Processo de Obra Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de  
Tabaco - CMS



ANEXO E11 Plano de conjunto 1962

Processo de Obra Tipografia, Armazém de diversos e Armazém Alfandegado de  
Tabaco - CMS



**LEGENDA**  
**EMPRESA GERAL DE FOMENTO**  
**S. A. R. L.**

- 1-GARAGEM
- 2-TIPOGRAFIA E ARMAZEM DE DIVERSOS
- 3-ARMAZEM ALFANDEGADO DE TABACO
- A TABAQUEIRA**
- 4-FÁBRICA
- 5-CENTRAL DE VAPOR
- 6-ESCRITÓRIOS
- 7-BALNEÁRIOS
- 8-COBERTOS DE ENTRADA
- 9-REFEITÓRIO
- 10-EDIFÍCIO SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA  
 SERVIÇO DE URBANIZAÇÃO DE OBRAS  
 Registo de Entrada N.º 461, III, 1962

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA  
 Registo de Entrada N.º 4561  
 Em 23 de Maio de 1962  
 CHEFE DO SERVIÇO

**A TABAQUEIRA**  
 ALBARRAQUE CENTRO DE PROJECTOS

1/2000 **PLANO DE CONJUNTO 59156**

## ANEXO F

Enunciado PFA

**ISCTE**  **Instituto Universitário de Lisboa**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

### **MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA – MIA Ano Letivo - 2020-2021**

**Projeto Final de Arquitetura – Estúdio 5**

**Docente responsável** – Professora Doutora Teresa Marat-Mendes

**Equipa Docente** – Professora Doutora Teresa Marat-Mendes, Professora Doutora Mafalda Teixeira de Sampaio e Doutora Patrícia Bento d’Almeida

**Dados gerais da UC** – Unidade curricular anual e obrigatória, 45 Créditos

**Departamento** - Arquitetura e Urbanismo

**Requisitos** -Ter concluído a unidade curricular de Projeto de Arquitetura II

### **Estúdio 5 – Projeto Final de Arquitetura**

#### **DESIGNING FOR SUSTAINABILITY**



1 2

Fig 1. Designing for Survival - Capa da revista Architectural Design, julho 1972, nº42 editado por Colin Moorcraft.  
Fig 2. Rethink 2025 - Rethink: 2025 – Design for life after Covid-19, Concurso promovido pelo Royal Institute of British Architects e a Revista RIBA (<https://www.riba.org.uk/rethink2025>) no primeiro semestre de 2020.

## **Estúdio 5 – PFA**

### **DESIGNING FOR SUSTAINABILITY**

O Estúdio 5 de PFA é um laboratório de Projeto Final de Arquitetura dedicado à prática do projeto e da investigação do espaço físico das cidades, nas suas mais variadas escalas: o espaço do habitar, o bairro, o município, a cidade e a sua região.

A atividade desenvolvida no Estúdio 5, encontra-se articulada com aquela desenvolvida no Projeto SPLACH – Spatial Planning for Change (POCI-01-0145-FEDER-016431), procurando articular a atividade do ensino com a investigação em curso no âmbito da Sustentabilidade Urbana. As temáticas em análise centram-se: no estudo de formas urbanas, no metabolismo urbano e no entendimento dos vários sistemas que concorrem para o funcionamento do sistema urbano, nomeadamente o sistema alimentar, a saúde, a habitação, a mobilidade, entre outros, e o seu respectivo impacto espacial e territorial.

É objetivo do Estúdio 5 promover no estudante de Arquitetura uma prática de investigação integrada com a própria atividade projetual e do desenho urbano, contribuindo para: i) uma mais eficaz identificação dos problemas urbanos a resolver; ii) uma investigação rigorosa e criteriosa dos problemas em análise; e iii) o desenvolvimento de soluções criativas/propostas de arquitetura e de desenho urbano que visem contribuir para a resolução dos problemas identificados.

O tema central do Estúdio 5, 'Designing for Sustainability', prende-se com o objetivo central do exercício a desenvolver em PFA: **Promover soluções urbanas criativas e cientificamente fundamentadas, capazes de dar resposta a problemas concretos da cidade de hoje, proporcionando uma cidade futura mais sustentável.**

#### **Contextualização e Tema:**

A articulação da questão da Sustentabilidade com a Arquitetura não é uma matéria recente. As décadas de 60 e 70 do séc. XX proporcionaram um primeiro alerta mundial sobre a problemática do eminente esgotamento dos recursos não renováveis, colocando em causa o metabolismo social e urbano que assegurava o paradigma de crescimento urbano ilimitado com base nos recursos existentes. No âmbito da Arquitetura foram várias as reflexões praticadas acerca do impacto do esgotamento dos recursos na evolução das próprias cidades, do seu desenho urbano, e do espaço do habitar, exigindo um planeamento urbano mais adequado às circunstâncias impostas. Um marco importante dessa reflexão encontra-se publicado na revista *Architectural Design* nº 42, de julho de 1972, editado pelo Arquiteto Colin Moorcroft (ver figura 1). Um dos tópicos centrais dessa reflexão prende-se com as implicações do esgotamento dos recursos no funcionamento do sistema alimentar que opera nas cidades e nas suas regiões, e na urgente necessidade de o desenho urbano ser equacionado como parte da solução dessas problemáticas para uma maior sustentabilidade do planeta e dos espaços que habitamos. O desenho urbano é então refletido como uma área de investigação necessária e complementar à própria tecnologia, que necessitaria de ser chamado urgentemente a responder aos problemas sociais e ambientais identificados. As décadas de 60 e 70 viriam a corresponder a um período de desenvolvimento da disciplina de desenho urbano, para a qual recebeu inúmeros contributos internacionais e hoje reconhecidos, incluindo Kevin Lynch, Leon Krier e Rob Krier, Aldo Rossi, Kisho Kurokawa, Giancarlo de Carlo, Aldo Van Eyck, Luz Valente Pereira, Nuno Portas, entre muitos outros.

Em dezembro de 2019, o mundo é alertado pela existência de um novo vírus, usualmente designado por COVID 19 (SARS-CoV 2), com gênese em Wuhan, na China, mas que rapidamente se espalhou à escala planetária. Várias foram as implicações deste vírus na saúde das populações, na economia dos diversos países, mas também na mobilidade e na vida das pessoas, nas suas casas, bairros, nas cidades, nos países e nas regiões, direta ou indiretamente afetadas por este vírus, que hoje ainda está

ativo e que tem provocado um crescente número de mortos e infetados. O confinamento forçado das populações às suas casas, bairros e cidades, foi uma das primeiras soluções encontradas pelas autoridades governamentais e de saúde para conter o alastramento deste vírus. Contudo, para que isso fosse efetivado, foi necessário garantir também o abastecimento alimentar dessas populações, impondo novas dinâmicas urbanas e reorganizações do espaço físico das cidades e do próprio espaço do habitar. Muito rapidamente, as famílias e as empresas tiveram que reorganizar as suas vidas em função das novas e emergentes necessidades, dinamizando a telescola, o teletrabalho, o abastecimento alimentar porta a porta e a prática de desporto em espaços livres. Novas prioridades colocaram-se no âmbito das atividades das famílias, das empresas e das diversas autoridades municipais e governamentais.

No âmbito da Arquitetura, estas transformações voltaram a colocar-nos hoje perante questões relacionadas com a cidade e a sustentabilidade, muito similares àquelas que há meio século conduziram Colin Moorcroft em 1972 a apelar por soluções capazes de contribuir para a sobrevivência da sociedade. Testemunho disso é o recente concurso de idéias, promovido pela revista do Royal Institute of British Architects (RIBA), no âmbito da temática "A better world: Rethink 2025 - Design for life after Covid-19" (ver figura 2), de maio de 2020. Os resultados deste concurso foram publicados na edição de agosto da Revista RIBA. Destacamos aqui em particular três dos trabalhos/propostas de projeto selecionadas, por incluírem escalas de atuação com interesse para o presente Estúdio 5 de PFA, e que incluem o repensar: i) do espaço público; ii) da cidade e dos seus bairros; iii) da articulação da cidade com a sua envolvente, com vista à produção de uma paisagem produtiva e sustentável. Todos estes projetos apontam soluções de desenho urbano, fundamentadas em modelos que visam a transformação da cidade presente, no sentido de promover a sua sustentabilidade.

O Estúdio 5 de PFA parte precisamente deste contexto e nesse sentido promove um exercício de projeto e de investigação a desenvolver pelo estudante, o qual implica três fases de desenvolvimento do trabalho: Fase 1) Aproximação ao tema e delimitação do problema a investigar, Fase 2) Investigação e Análise; e Fase 3) Proposta.

É objetivo final deste Estúdio 5 que cada aluno desenvolva um trabalho de Projeto Final em Arquitetura sustentado numa investigação rigorosa de um problema por si identificado (na Fase 1), que venha a ser analisado e resolvido de forma sistematizada (na Fase 2), e que apresente uma proposta de solução de desenho urbano ou de planeamento para a transformação sustentável da cidade de hoje (na Fase 3).

O Projeto Final de Arquitetura deverá integrar uma componente escrita e uma componente gráfica, de forma articulada. A dimensão e a densidade de cada uma destas componentes resultam das opções específicas de projeto/investigação e das suas inerentes necessidades de representação e fundamentação, e deverão ser objeto de apreciação e aceitação por parte do orientador ou orientadores.

A proposta de tema e de orientador do trabalho a realizar deverá ser formalizada até ao dia 30 de novembro de 2020, no sistema Fénix, e apenas poderá decorrer após a apresentação do tema de investigação por parte do estudante (oralmente e por escrito) e da sua apreciação e aceitação por parte da equipa docente. Poderão ainda ser propostos orientadores externos à equipa docente, caso se justifique dada a especificidade do tema em investigação.

## **DESIGNING FOR SUSTAINABILITY**

### **Fases do Exercício**

#### **Fase 1 – Aproximação ao tema e delimitação do problema a investigar**

**Objetivo principal:** Introduzir o estudante ao conceito de Sistema Alimentar (SA) e delimitação da problemática a investigar.

**Objetivos secundários:** Compilação de um repositório fotográfico de formas urbanas associadas às diversas fases do SA, organizado de acordo com as diversas fases do funcionamento do SA.

#### **Tarefas a desenvolver:**

1.a) Leitura e análise de fontes documentais indicadas na bibliografia deste programa;

1.b) Elaboração de um relatório individual (máximo 15 páginas), que se traduza num ensaio sobre o contributo do SA para a transformação do território urbano: contributos, potencialidades, dificuldades, metodologias e possíveis soluções de formas urbanas identificadas na literatura analisada com impacto no SA. O relatório deverá ainda identificar eventuais soluções urbanas em curso para o repensar do SA nas cidades, às mais variadas escalas de atuação (desde o habitar à escala da região)

1.c) Trabalho de Turma - Recolha de elementos fotográficos, gráficos, cartográficos, bibliográficos, etc. relativos ao funcionamento do Sistema Alimentar, relacionando-os com as diversas fases de funcionamento do SA. (ex: artigos de imprensa, projetos, publicidade, livros, etc.)

1.d) Trabalho de Turma - Tratamento e análise dos materiais fotográficos recolhidos e sua sistematização tipológica, de acordo com as diversas fases de funcionamento do SA.

1.e) Trabalho individual - Recolha de elementos fotográficos, gráficos, cartográficos, bibliográficos, etc. relativos ao funcionamento do SA que opera no espaço do habitar e localidade de residência do estudante. (ex: artigos de imprensa, projetos, publicidade, livros, etc.)

1.f) Trabalho individual - Tratamento e análise dos materiais fotográficos recolhidos na localidade de residência do estudante e sua sistematização tipológica, de acordo com as diversas fases de funcionamento do SA.

#### **Apresentação e elementos a entregar**

##### **Data de entrega e apresentação:**

Entrega do Relatório Individual (tarefa 1.b) e conteúdos recolhidos (tarefa 1.c e 1.e): 2.11.2020

Exposição a realizar a 27.11.2020 (Virtual ou presencial) com (elementos das tarefas 1.d e 1.f).

**Elementos a entregar:** 1 Relatório individual (WORD ou PDF),

Painel de Turma (tarefa 1.d) e Painel individual (tarefa 1.f).

#### **Fase 2 – Análise e Investigação**

A fase 2 do exercício consiste na análise e investigação de um problema específico identificado pelo aluno, no âmbito da temática do Estúdio 5 de PFA.

Deverá ser estabelecido um plano de trabalho detalhado e comentado, bem como uma calendarização.

Este plano de trabalho deverá ser sujeito a atualizações sempre que necessário.

**Apresentação e entrega da Proposta de Trabalho:** 23.11.2020

Elementos a entregar: Plano de trabalho detalhado, indicando que peças escritas e gráficas que irão acompanhar o trabalho.

### Fase 3 – Proposta

A última fase do exercício consiste numa proposta de Projeto, que promova uma maior integração do SA no âmbito urbano, de acordo com a investigação conduzida e a seleção da escala de abordagem defendida pelo estudante. O Projeto/investigação poderá incorporar uma proposta de planeamento urbano, ou uma proposta de desenho urbano para um espaço em concreto, e/ou ainda uma proposta de um edifício, desde que procure responder à problemática em apreço na fase 1 e fase 2 do exercício em desenvolvimento no Estúdio 5 de PFA. Esta proposta deverá conter peças gráficas e escritas, conforme a estrutura de trabalho selecionado.

**Formato de Entrega:** Caderno e Político em formato A1, conforme normas do MIA, DAU e ISCTE.

### Bibliografia:

A negrito encontra-se selecionada a literatura recomendada para a Fase 1 do Exercício.

- Bell, S., Fox-Kämper, R., Keshavarz, N., Benson, M., Caputo, S., Noori, S., & Voigt, A. (Eds) (2016). *Urban Allotment Gardens in Europe*. (London, Routledge).
- Cabannes, Y. & Raposo, I. (2013) "Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City - Practices in Lisbon and London." *City* 17 (29): 235–250.
- Dias, Ana (2018) *The shape of food – an analysis of urban agricultural shapes in Lisbon's Greater Area*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Portugal.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2019. *FAO framework for the Urban Food Agenda*.
- Howard, E. (1902) *Garden cities of to-morrow* (London: Swan Sonnenschein).
- Ibañez, D. & Katsikis, N. (Eds) (2014). "Grounding metabolism", *New Geographies* 6, 2-9.**
- Komisar, J., Nasr, J. & Gorgolewski, M. (2009). "Designing for food and agriculture: recent explorations at Ryerson University". *Open House International* 34 (2): 61-70.
- Marat-Mendes, T (2020) "Designing for Sustainability: retrieving a systemic role for urban form". *Urban Morphology* 24 (2), 235-238.
- Marat-Mendes, T. (coord), Mourão, J., Bento d'Almeida, P., & Niza, S (2015) *Water and Agriculture Atlas: Lisbon Region in 1900-1940* (Lisbon: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE/ DINAMIA CET-IUL).
- Marat-Mendes, T., Bento d'Almeida, P., Borges, J. (Forthcoming). "Food system photographic portraits: A necessary urban design agenda". Bonacho, R. et al (eds) *Experiencing Food: Designing Sustainable and Social Practices*. Proceedings of the 2nd International Conference on Food Design and Food Studies (EFOOD 2019), Lisbon, Portugal, 28-30 November 2019 (CRC Press / Balkema: London).
- Moorcroft, C. ed. 1972. *Designing for survival*. *Architectural Design*, July: 413-433.**
- Moudon, A., Drewnowski, A., Duncan, G., Hurvitz, P., Saelens, B., & Schamhorst, E. (2013) "Characterizing the food environment: pitfalls and future directions." *Public Health Nutr* 16 (7):1238-43. doi: 10.1017/S1368980013000773.
- Parham, S. (2015) *Food and urbanism – the convivial city and a sustainable future*. (London: Bloomsbury).**
- Parham, S. (2012) *Market Place. Food Quarters, Design and Urban Renewal in London* (Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars).
- Reynolds, R. (2016) *On Guerrilla Gardening - A Handbook for Gardening Without Boundaries*. (London: Bloomsbury).
- Steel, Carolyn. 2008 [2013]. *Hungry city – how food shapes our lives*. London: Vintage.**

Talen, Emily. 2018. "In support of the unambiguous neighbourhood – a proposed size typology." *Journal of Urbanism* 11 (4), 480-502. doi: 10.1080/17549175.2018.1484794

Telles, G. R. (1997) O Plano Verde de Lisboa (Lisboa, Edições Colibri).

UN. 2015. *The 2030 Agenda for Sustainable Development* -

[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E) (Accessed 21-01-2019).

Viljoen, A., Bohn, K. Howe, J. (eds.) (2005) *Continuous Productive Urban Landscapes: Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities* (Amsterdam, Routledge and Architectural Press).

Viljoen, A. & Wiskerke, J. (Ed.) (2012) *Sustainable Food planning. Evolving theory and practice.* (The Netherlands, Wageningen Academic Publishers).

Consultar também as seguintes revistas e catálogo:

**Architectural Design**, nº 43, 1972

**RIBA Journal**, Agosto 2020

**Quaderns n. 271: About Buildings & Food**

**Quaderns n 225: Scales of Sustainability**

**Catálogo da Exposição CCB 2019. Taking the Country's side. Agriculture and Architecture.** Sébastien Marot

